



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA E SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

ADRIANA DE OLIVEIRA SANTOS

**“OU SEJA, O LIXO VAI FALAR, E NUMA BOA” -
QUESTÃO SOCIAL E RACISMO: UM ESTUDO NA PRODUÇÃO DE
CONHECIMENTO DE ASSISTENTES SOCIAIS NEGRAS ANTIRRACISTAS NA
CONTEMPORANEIDADE**

Salvador

2025

ADRIANA DE OLIVEIRA SANTOS

**“OU SEJA, O LIXO VAI FALAR, E NUMA BOA” -
QUESTÃO SOCIAL E RACISMO: UM ESTUDO NA PRODUÇÃO DE
CONHECIMENTO DE ASSISTENTES SOCIAIS NEGRAS ANTIRRACISTAS NA
CONTEMPORANEIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Instituto de Psicologia e Serviço Social, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestra em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Magali da Silva Almeida

Salvador

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI)
Biblioteca Universitária Isaias Alves (BUIA/FFCH)

Santos, Adriana de Oliveira
S237 “Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa” - questão social e racismo: um estudo na produção de conhecimento de assistentes sociais negras antirracistas na contemporaneidade / Adriana de Oliveira Santos, 2025.
 192 f.: il.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Magali da Silva Almeida
Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal da Bahia, Instituto de Psicologia e Serviço Social, Salvador, 2025.

1. Brasil – Aspectos sociais. 2. Racismo. 3. Conhecimento e aprendizagem. 4. Serviço social. I. Almeida, Magali da Silva. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Psicologia e Serviço Social. III. Título.

CDD: 362

Responsável técnica: Hozana Maria Oliveira Campos de Azevedo - CRB/5-1213



TERMO DE APROVAÇÃO

“Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa” - Questão social e racismo: um estudo na produção de conhecimento de assistentes sociais negras antirracistas na contemporaneidade ”

Adriana de Oliveira Santos

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Magali da Silva Almeida
Universidade Federal da Bahia

Profa. Dra. Tereza Cristina Santos Martins
Universidade Federal de Sergipe

Profa. Dra. Maria Elizabeth Santana Borges
Universidade Federal da Bahia

Salvador, 25 de junho de 2025.

Dou fé.

Documento assinado digitalmente

MAGALI DA SILVA ALMEIDA
Data: 12/07/2025 19:29:35-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Profa. Dra. Magali da Silva Almeida

Dedico esta pesquisa a Maria Creuza dos Santos, minha querida e
inesquecível avó paterna, mulher nordestina que teve pouco
acesso aos estudos, empregada doméstica por mais de 50 anos e
que dedicou sua vida ao cuidado da família, para que eu pudesse
aqui chegar.

À Alaíde Geralda dos Santos, minha querida e inesquecível avó
materna, marisqueira, mulher afro-indígena que, com seu
cuidado, também permitiu que eu pudesse aqui chegar.

E à Rosânia dos Santos, minha querida tia, por todo o amor, a
força e a resiliência diante da vida.

In memoriam

AGRADECIMENTOS

Pisar nesta linha de chegada foi um grande desafio e, como já diz a música de Sued Nunes: “... quem falou que eu ando só? Tenho em mim mais de muitos, sou uma, mas não sou só”. Eu não cheguei aqui sozinha e, por isso, preciso agradecer a quem caminhou ao meu lado durante o período desta pesquisa de mestrado, mas também àqueles e àquelas que vieram muito antes, para que eu pudesse chegar até aqui.

Primeiramente, agradeço à minha ancestralidade, a todas as mulheres negras que abriram caminhos para que eu pudesse passar. Axé! Ao Todo-Poderoso Deus, minha gratidão!

Começo agradecendo à minha família: minha mãe Andréa, meu pai Mardi, meus irmãos Aline e Átila; meus e minhas ancestrais — avô materno Osvaldo e avô paterno José Américo; minhas avós Creuza e Alaíde; tias, tios, primas e primos paternos e maternos. Aos meus sobrinhos Everton, Matheus e Maria Vitória. Àqueles e àquelas com quem compartilho laços de sangue e que, de alguma forma, contribuíram para que eu chegassem até aqui. Este é o resultado de um sonho muitas vezes não compreendido por cada um(a) de vocês. As ausências, o tempo dedicado aos estudos em detrimento do convívio familiar, foram exigências deste período. Amo muito todas(os) vocês.

Preciso abrir alguns parênteses nestes agradecimentos, em especial ao meu companheiro Fábio. Obrigada, meu amor, por tudo: por acreditar, por motivar, por ser colo e ombro amigo, por suportar as marés altas e baixas. Obrigada por ser meu apoio constante durante este ciclo! Você é essencial na minha vida. Te amo! Esta conquista é nossa!

À minha orientadora, professora Dra. Magali da Silva Almeida, que se tornou uma amiga nesta caminhada, que segurou a minha mão e me disse que eu era capaz. A você devo admiração e gratidão. Te amo! Obrigada!

À minha amiga Graziella Campista, obrigada por acreditar, por ser acolhimento e suporte em momentos cruciais da minha trajetória. Te amo! Aos colegas da Bahiagás, especialmente a Ademário, obrigada!

À minha madrinha Meire e à minha prima Rebeca, pelo apoio familiar em um dos momentos mais importantes deste percurso, obrigada por serem sensíveis e por depositarem confiança em mim.

Ao amigo e analista comportamental Kito Gois, pelas contribuições fundamentais na implementação de estratégias comportamentais para a construção deste trabalho. Axé, meu irmão!

Com carinho, agradeço às amigas e amigos, companheiras e companheiros do Serviço Social, pesquisadoras e professores que me acompanham no Instagram, por cada troca, incentivo, partilha e acolhimento ao longo deste percurso. Ainda que virtualmente, as relações construídas por meio dessa rede social foram, muitas vezes, fonte de inspiração, força e reafirmação do compromisso coletivo com a luta antirracista e com a construção de saberes comprometidos com a transformação social.

Às companheiras assistentes sociais que se tornaram amigas nesta reta final, nos processos de trabalho e diante do desafio de construir uma dissertação de mestrado — Monique, Cidinha, Lívia e Jamile —, minha gratidão pelo apoio e incentivo!

Ao corpo docente e técnico do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Instituto de Psicologia e Serviço Social da Universidade Federal da Bahia; às companheiras e aos companheiros de mestrado; às e aos integrantes do Grupo de Pesquisas do Observatório de Racialidade e Interseccionalidade (ORI) e ao grupo de orientandas(os) da professora Magali — especialmente Thiago, Carol, Matheus e Thaís —, pelas trocas coletivas, pela experiência negra na pesquisa e pelas construções intelectuais.

Às companheiras do Grupo de Estudos GESSQuestaosocial — professora Beth Borges, professora Ermildes, Yasmin, Gabriela, Sheila, Ana Clara e Ana Alice —, pelas trocas intelectuais, pelas construções teóricas e metodológicas, e pelo espaço afetivo em meio ao caos da pesquisa. Vocês foram fundamentais na minha trajetória!

Agradeço ainda o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsa durante parte do período de realização desta pesquisa.

Finalizo agradecendo a todas as mulheres negras que se somaram à minha caminhada. Muitas vezes, sem sequer saberem, foram molas propulsoras que me impulsionaram a continuar quando pensei em desistir.

Obrigada!

É necessário sempre acreditar que o
sonho é possível
Que o céu é o limite e você, truta, é
imbatível
Que o tempo ruim vai passar, é só
uma fase
Que o sofrimento alimenta mais a
sua coragem (...)
(...) É isso aí, você não pode parar
Esperar o tempo ruim vir te abraçar
Acreditar que sonhar sempre é
preciso
É o que mantém os irmãos vivos"
(...)

Racionais MC's (2002).

SANTOS, Adriana de Oliveira. “**Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa” - Questão social e racismo: um estudo na produção de conhecimento de assistentes sociais negras antirracistas na contemporaneidade.** Orientadora: Magali da Silva Almeida. 2025. 192 f. il. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Instituto de Psicologia e Serviço Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2025.

RESUMO

Este estudo tem por objetivo refletir sobre o debate em torno da questão social e racismo, com base na formação sócio-histórica brasileira, a partir das contribuições desenvolvidas por assistentes sociais negras no Serviço Social brasileiro. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, de natureza qualitativa e caráter exploratório. A investigação foi conduzida sob os fundamentos do método marxista e da interseccionalidade, utilizados como ferramentas de análise crítica dos sistemas de exploração e opressão que se inter-relacionam e conformam as desigualdades socioraciais no Brasil. Como método de análise dos dados, utilizou-se a Análise Crítica do Discurso (ACD), na perspectiva de Teun A. Van Dijk. A pesquisa documental concentrou-se nos relatórios produzidos pelos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs) “Trabalho, Questão Social e Serviço Social” e “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades”; no documento “Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social”, da ABEPSS; no currículo Lattes das intelectuais negras que publicaram sobre o tema; além de fontes digitais como o podcast “Práxis Preta”. O caminho metodológico adotado percorreu as seguintes etapas: a) revisão bibliográfica em fontes secundárias: livros, coletâneas e artigos acadêmicos, em formato físico e digital, estes acessados por meio de plataformas como *SciELO* e *Google Acadêmico*, priorizando o pensamento intelectual negro na compreensão da formação social brasileira; b) levantamento bibliográfico das produções sobre questão social e questão racial na pós-graduação em Serviço Social, no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, no período de 2010 a 2023; c) levantamento bibliográfico em 26 revistas da área do Serviço Social, classificadas nos *qualis* A1, A2, A3, A4, B3 e S/A, entre os anos de 2010 e 2023, dentre as quais foram selecionados 14 artigos; d) análise documental para apresentação da trajetória pessoal e acadêmica das intelectuais negras dedicadas ao estudo da questão social e racismo. Os resultados obtidos apontam que a discussão sobre questão social e racismo está presente na produção de conhecimento do Serviço Social. No entanto, essa produção ainda permanece invisibilizada na profissão, o que implica na ausência de mediações para uma análise da realidade concreta vivenciada pela classe trabalhadora e os determinantes da questão social na particularidade brasileira.

Palavras-chave: Questão social; Racismo; Formação social brasileira; Produção de conhecimento; Serviço Social.

SANTOS, Adriana de Oliveira. **“In other words, the trash will talk, and in a good way” - Social issues and racism: a study on the knowledge production of anti-racist Black social workers in contemporary times.** Advisor: Magali da Silva Almeida. 2025. 192 f. ill. Dissertation (Master's in Social Work) – Institute of Psychology and Social Work, Federal University of Bahia, Salvador, 2025.

ABSTRACT

This study seeks to reflect on the debate surrounding social issues and racism, based on Brazilian socio-historical formation and the contributions of black social workers in the Brazilian Social Service. This is a qualitative, exploratory, bibliographic and documentary study. The investigation was carried out based on the foundations of the Marxist method and intersectionality, used as tools for the critical analysis of systems of exploitation and oppression that interrelate and configure socio-racial inequalities in Brazil. Critical Discourse Analysis (CDA) from the perspective of Teun A. Van Dijk was used as a data analysis method. The documentary investigation is centered on reports produced by the Research Theme Groups (GTP) "Work, Social Cuestiones and Social Services" and "Social Services, Exploitation Relations/Gender Oppression, Feminisms, Race/Ethnicity and Sexualities". The ABEPSS document "Subsidios para el Debate sobre la Cuestión Étnico-Racial en la Formación en Trabajo Social"; the CV Lattes of black intellectuals who have been published on the topic; and digital sources like the "Práxis Preta" podcast. The methodological approach adopted included the following steps: a) a bibliographic review of secondary sources: books, collections and academic articles, in physical and digital formats, accessed through platforms such as SciELO and Google Scholar, prioritizing black intellectual thought in the understanding of Brazilian social formation; b) a bibliographical survey of the production on social and racial questions in postgraduate programs in Social Work, in the Catalog of Thesis and Dissertations of CAPES, from 2010 to 2023; c) a bibliographic survey of 26 social work magazines classified as A1, A2, A3, A4, B3 and S/A between 2010 and 2023, from which 14 articles were selected; d) a documentary analysis to present the personal and academic trajectories of black intellectuals dedicated to the study of social questions and racism. The results indicate that the discussion of social questions and racism is present in the production of knowledge in social work. However, this production remains invisible within the profession, which implies a lack of mediation for an analysis of the concrete reality experienced by the working class and the determinants of social concerns in Brazil.

Keywords: Social issue; Racism; Brazilian social formation; Knowledge production; Social Service.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Revistas da área do Serviço Social - avaliação quadrienal 2017- 2020 - Base de coleta de dados – Periódicos CAPES.....	133
Tabela 2 - Procedimentos para levantamento bibliográfico nos periódicos.....	135
Tabela 3 – Amostra dos artigos selecionados para a pesquisa	136
Tabela 4 - Distribuição das produções acadêmicas por ano (2010–2023).....	138
Tabela 5 - Articulação entre questão social, racismo e outras categorias de análise	139
Tabela 6 – Distribuição dos artigos por tipo de autoria nas produções selecionadas (2010–2023)	140

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fotografia Tereza Cristina	103
Figura 2 - Fotografia Cláudia Alves Durans	106
Figura 3 - Fotografia Juliana Marta Santos de Oliveira.....	108
Figura 4 - Fotografia Dayana Christina Ramos de Souza Juliano.....	109
Figura 5 - Fotografia Elisabete Aparecida Pinto	110
Figura 6 - Fotografia Márcia Campos Eurico	112
Figura 7 - Fotografia Renata Gonçalves	114
Figura 8 - Fotografia Ana Paula Procópio da Silva	116
Figura 9 - Fotografia Loiva Mara de Oliveira Machado.....	119
Figura 10 - Fotografia Rachel Gouveia Passos	120
Figura 11 - Fotografia Roberta Pereira da Silva.....	123
Figura 12 - Fotografia Cristiane Luiza Sabino de Souza.....	124
Figura 13 - Fotografia Sandra Regina Vaz da Silva	125
Figura 14 - Fotografia Daniela Ferrugem	126
Figura 15 – Fotografia Priscila Thayane de Carvalho Silva	127
Figura 16 - Fotografia Sidimara Cristina de Souza	127
Figura 17 - Fotografia Ângela Ernestina Cardoso de Brito	128
Figura 18 - Fotografia Magali da Silva Almeida.....	129
Figura 19 - Fotografia Heide de Jesus Damasceno	131

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ACD	Análise Crítica do Discurso
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
FNB	Frente Negra Brasileira
GTP	Grupo Temático de Pesquisa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEAFRO	Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros
IPS	Instituto de Psicologia (da UFBA)
MNU	Movimento Negro Unificado
NEM	Núcleo de Estudos sobre a Mulher Simone de Beauvoir
ORI	Observatório de Racialidade e Interseccionalidade
PPGSS	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
PPGSSDS	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais
PQ-2	Produtividade em Pesquisa – Nível 2 (CNPq)
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
S/A	Sem Avaliação (classificação de periódicos)
ST	Simpósio Temático
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UERN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UNB	Universidade de Brasília
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 PERCURSO METODOLÓGICO	18
2 FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA E A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL.....	33
2.1 ASPECTOS ECONÔMICOS E POLÍTICOS DO ESCRAVISMO COLONIAL	33
2.2 CATEGORIAS SOCIOLOGICAS ESTRUTURAIS DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA	38
2.2.1 Raça e racismo	44
2.2.2 Raça e gênero: breves considerações histórico-políticas da mulher negra no Brasil.....	49
2.2.3 Considerações acerca do mito da democracia racial.....	58
3 A QUESTÃO SOCIAL E A QUESTÃO RACIAL NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO	65
3.1 A PRÁXIS NEGRA E A QUESTÃO SOCIAL BRASILEIRA.....	66
3.2 A QUESTÃO RACIAL: UM CAMPO TEÓRICO-METODOLÓGICO NOS ESTUDOS SOBRE QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL	70
3.2.1 A questão racial e a questão social em diálogo: contribuições intelectuais no âmbito do Serviço Social	84
4 “OU SEJA, O LIXO VAI FALAR, E NUMA BOA” - QUESTÃO SOCIAL E RACISMO: UM ESTUDO NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DE ASSISTENTES SOCIAIS NEGROS ANTIRRACISTAS NA CONTEMPORANEIDADE	91
4.1 A LUTA DO MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL: EM DEFESAS DE POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA	93
4.2 QUEM SÃO AS MULHERES NEGROS ANTIRRACISTAS QUE DISCUTEM A QUESTÃO SOCIAL E O RACISMO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO?	102
4.3 QUESTÃO SOCIAL E RACISMO NOS PERIÓDICOS DO SERVIÇO SOCIAL .	133
4.3.1 Questão social e racismo no Brasil: uma construção teórico-crítica a partir da produção intelectual de assistentes sociais negros antirracistas entre 2010 e 2023	141
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	172
REFERÊNCIAS.....	180
APÊNDICE A- Levantamento das produções de Tereza Cristina Santos Martins.....	190

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa situa-se no debate sobre questão social e racismo formulado por assistentes sociais negras¹ antirracistas² na produção de conhecimento³ do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. O estudo dialoga com o projeto ético-político do Serviço Social (Braz; Teixeira, 2009; Netto, 1999; Almeida; Rocha; Branco, 2019), na medida em que este propõe um posicionamento crítico em defesa da classe trabalhadora, frente às determinações históricas que aprofundam os níveis de desigualdades sociais para grupos discriminados racialmente no contexto do trabalho assalariado no Brasil.

Nesta perspectiva, enquanto assistente social, pertencente a esta profissão, inserida na divisão social, racial, sexual e técnica do trabalho, e também pesquisadora no campo das Ciências Sociais Aplicadas, é possível afirmar que ao reconhecer mulheres negras numa sociedade capitalista marcada pela dinâmica socioracial, é indispensável analisar o conjunto das determinações históricas que convergem para a emergência da chamada questão social a partir das lentes de mulheres negras.

A escolha por esta investigação dá continuidade aos estudos iniciados durante minha graduação em Serviço Social, realizada entre os anos de 2015 e 2019. Foi nesse período que estabeleci os primeiros contatos, ainda que iniciais, com temas centrais para a compreensão crítica da realidade brasileira, como formação social, colonização, escravização, raça, racismo e etnia. Esses debates foram especialmente fomentados no componente curricular Tópicos Especiais⁴, espaço em que se discutiu o Projeto Ético-Político do Serviço Social e suas interfaces com a questão racial. As reflexões provocadas naquele momento possibilitaram ampliar minha percepção sobre a estrutura racializada da sociedade brasileira e sobre os desafios que se colocam para a profissão diante do racismo.

¹ Conforme classificação do IBGE, pessoas negras são aquelas autodeclaradas pretas e pardas.

² Para este estudo, corroboro com a perspectiva de Van Dijk (2021) ao considerar o antirracismo como um macro movimento em termos de oposição, dissidência, luta e outras noções em torno de resistência contra qualquer aspecto do sistema de racismo”, no qual requer consideração histórica a partir dos diversos contextos em que se constitui, especialmente na realidade contemporânea brasileira (Djik, 2021, p. 10).

³ A produção de conhecimento no Serviço Social se realiza a partir do movimento de aproximação crítica da realidade, reconhecido como *movimento de reconceituação*, subsidiado pelo método marxista, como uma prática social inserida nas relações sociais, com intencionalidade e posicionamento político. Trata-se de um fazer teórico-prático que visa compreender e intervir na realidade social, contribuindo com a consolidação do projeto ético-político da profissão no campo das Ciências Sociais aplicadas, enquanto área específica e reconhecida no campo do conhecimento científico (Lara, 2008).

⁴ A disciplina “Tópicos Especiais” incorporou a grade curricular do Curso de Formação Profissional em Serviço Social da Fundação Visconde de Cairu (2015 - 2019). Neste período, a disciplina foi ministrada pelo Professor Me. Anailton dos Anjos, e, proporcionou a discussão sobre raça, etnia, racismo e gênero, no contexto da formação social brasileira.

Paralelamente a esse processo acadêmico, vivenciei uma experiência pessoal e política marcante: o reconhecimento racial de ser uma mulher negra. Durante a graduação, comecei a compreender com mais profundidade as dimensões subjetivas e estruturais do racismo, e a elaborar o que Neuza Santos Souza (1983) constitui como o processo de "tornar-se negro". Esse percurso exigiu o enfrentamento dos efeitos do racismo internalizado e a construção afirmativa da negritude como resistência. Assim, o que começou como aproximações teóricas se desdobrou em um engajamento ético, político e existencial, que orienta as escolhas e caminhos desta pesquisa.

Como desdobramento desse processo de amadurecimento intelectual e reconhecimento racial, desenvolvi o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado “A importância da Transversalidade Racial no processo formativo de assistentes sociais no Brasil”⁵. O estudo evidenciou a necessidade de um aporte teórico-metodológico consistente sobre a questão racial, destacando a importância de transversalizar esse debate no processo formativo de assistentes sociais. Defendeu-se, assim, que essa transversalidade ocorra de forma indissociável, abarcando as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política da formação profissional.

Tal perspectiva se insere no movimento crítico e político que orienta o projeto ético-político do Serviço Social, sobretudo diante da urgência em compreender e apropriar-se da formação sócio-histórica do país como um dos Núcleos de Fundamento das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996). Considera-se, nesse contexto, a particularidade da realidade brasileira marcada por quase quatrocentos anos de escravização, cujas determinações históricas incidiram diretamente na conformação da questão social no início do século XX, elemento fundante do trabalho profissional de assistentes sociais.

Os estudos sobre a questão racial na formação profissional em Serviço Social me conduziram aos fundamentos da profissão, nos quais a questão social é compreendida como objeto de trabalho de assistentes sociais. Nesse percurso, tornou-se evidente a necessidade de aprofundar a relação entre questão racial e questão social, uma vez que ambas estão intrinsecamente articuladas na realidade brasileira. Ao analisar, preliminarmente, a produção teórica da área, foi identificada uma significativa lacuna: a baixa visibilidade, ou mesmo a ausência, da produção de intelectuais negras sobre a questão social, sobretudo durante minha graduação.

Neste sentido, após a finalização da graduação, algumas inquietações me impulsionaram a dar continuidade aos estudos sobre questão racial, sobretudo, ao notar a invisibilização da

⁵ Acesso ao trabalho através do link <https://www.cairu.br/riccairu/artigos5.php>

produção intelectual de assistentes sociais negras nos debates teórico-metodológicos que subsidiam a formação profissional, na medida em que o protagonismo dessas intelectuais têm tensionado os paradigmas hegemônicos e eurocêntricos prevalentes nos debates teórico-metodológicos da produção de conhecimento do Serviço Social.

Essas inquietações, somadas a outros questionamentos acerca da relação entre a questão racial, especialmente o racismo, e a questão social sendo o objeto de trabalho do Serviço Social, resultaram na proposta da pesquisa de mestrado, orientada pela seguinte pergunta norteadora: as produções intelectuais relativas à discussão sobre questão social e racismo apresentadas por assistentes sociais negras antirracistas têm sido incorporadas na produção de conhecimento do Serviço Social brasileiro?

Para responder a esta pergunta algumas hipóteses se apresentam, dentre elas: a) a visibilidade da questão social e suas determinações de cunho racial expressam a dinâmica das relações de classe no capitalismo forjadas na particularidade do escravismo colonial na sociedade brasileira; b) a incorporação do debate sobre a questão racial nas elaborações sobre questão social pelas intelectuais negras antirracistas na literatura do Serviço Social apresenta contradições próprias do processo dinâmico das relações sociais no Brasil no qual o mito da democracia racial é prevalente; c) a contribuição de intelectuais negras antirracistas vinculadas à tradição marxista se expressa como resistência à democracia racial no enfrentamento das expressões da questão social na formação e no exercício profissional do Serviço Social brasileiro.

Dito isso, outras provocações também se fizeram presentes ao longo deste percurso, as quais este estudo compartilha. São questões que não exigem necessariamente respostas imediatas, uma vez que a própria realidade social, marcada pelas contradições da estrutura capitalista, já se encarrega de evidenciar as determinações. No entanto, ao explicitar tais indagações, é desejado que elas possam despertar o potencial crítico de tantas outras mulheres e homens negras(os), dentro e fora do Serviço Social, diante dos silenciamentos históricos impostos sobre nossos corpos, nossas intelectualidades e nosso saber ancestral, ao entrarem em contato com esta pesquisa.

Nesta direção, são apresentados os seguintes questionamentos: Qual o lugar socialmente destinado às intelectuais negras do Serviço Social no processo da produção de conhecimento? Como assistentes sociais negras antirracistas, concebem a questão social quando a realidade social que experimentam é atravessada pela exploração e opressão? O que é pensado e como essa realidade é refletida, enquanto profissionais do Serviço Social inseridas(os) na divisão social, racial, sexual e técnica do trabalho, mas também como partícipes de uma sociedade

marcada pelo racismo? Como a questão social é apreendida a partir da realidade que afeta a sociedade cotidianamente? E por fim, porque a produção intelectual de assistentes sociais negras(os) antirracistas comprometidas(os) com o enfrentamento do racismo estrutural na determinação da questão social encontra barreiras na formação e no exercício profissional?

Nesta perspectiva, a relação entre questão social e racismo é um campo fértil para problematizações e aprofundamento das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, cujas determinações e expressões precisam ser analisadas de forma crítica e interseccional.

Sendo assim, diante das múltiplas provocações, reafirmo a resistência histórica na luta pela reparação epistêmica da população negra, e por isso, para esta investigação foi direcionada a atenção para a produção de conhecimento de assistentes sociais negras antirracistas, sobretudo, objetivando acessar o seu pensamento a partir das elaborações teórico-metodológicas sobre a questão social e racismo no campo⁶ do Serviço Social.

Ecoado pela intelectualidade de Lélia Gonzalez (2020, p. 78), se insurge: “(...) O lixo vai falar, e numa boa”.

1.1 PERCURSO METODOLÓGICO

Inicialmente, esta pesquisa foi pensada com base em uma abordagem empírica, por meio de entrevistas com assistentes sociais negras que formulam o debate sobre a questão social e racismo no Serviço Social. Essa proposta visava aprofundar, a partir da escuta direta dessas intelectuais, suas experiências, elaborações e práticas antirracistas no campo profissional e acadêmico. No entanto, diante da conjuntura da pandemia da COVID-19 e das limitações sanitárias e sociais impostas pelo período, tornou-se inviável a realização das entrevistas previstas, o que nos levou à reformulação da estratégia metodológica.

A pesquisa assumiu uma abordagem qualitativa e de caráter exploratório, visto que o debate sobre a questão social e racismo à luz da formação social brasileira, é inaugurado no início do século XXI⁷, em processo de construção. Segundo Gil (2002), as pesquisas

⁶ Ao adotar a categoria “Campo” neste estudo, corroboro com a perspectiva de Bourdieu (2004) ao descrever “Campo” como um “universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. (...) é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específica”. O autor ainda qualifica o *campo científico* como “um mundo social e, como tal, faz imposições, solicitações etc., que são, no entanto, relativamente independentes das pressões do mundo social global que o envolve” (Bourdieu, 2004 p. 20, 21).

⁷ A partir de um levantamento bibliográfico preliminar, identifiquei que o debate sobre questão social e racismo é inaugurado a partir das formulações da professora Dra. Tereza Cristina Martins (Martins, 2012; 2013).

exploratórias têm como finalidade proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, sobre determinado fenômeno, especialmente quando este ainda se apresenta em processo de consolidação teórica ou investigativa. Já a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (Minayo, 2007, p. 21).

A partir dessa abordagem, delineia-se o objetivo geral da pesquisa: analisar a discussão sobre a questão social e racismo à luz da formação sócio-histórica, formuladas por assistentes sociais negras antirracistas na produção de conhecimento do Serviço Social brasileiro. Para alcançar esse objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos: a) Investigar as determinações do racismo na conformação da questão social no capitalismo brasileiro a partir da formação sócio histórica; b) Identificar o debate sobre questão social e a questão racial a partir da “Práxis Negra” no Serviço Social brasileiro na contemporaneidade; c) Identificar o debate sobre questão social e racismo formuladas por assistentes sociais negras antirracistas na produção de conhecimento do Serviço Social; d) Conhecer a trajetória pessoal e/ou acadêmica das assistentes sociais negras antirracistas que propõem o debate teórico-metodológico sobre questão social e racismo no campo do Serviço Social.

Tendo em vista os objetivos, especialmente no que se refere à análise da formação sócio-histórica brasileira e das determinações estruturais do racismo, a pesquisa apoiou-se nas bases do marxismo, a partir do materialismo histórico e dialético. Parte-se do entendimento de que a abordagem da questão social e do racismo exige essa perspectiva teórico-metodológica, na medida em que “fazê-lo ancorada no Método, o que implica, de saída, demarcar a análise do racismo na sua relação com a totalidade das relações sociais” (Souza, 2021, p. 22).

Nessa direção, a adoção do materialismo histórico e dialético como método permite uma aproximação crítica com o movimento do real, buscando apreender “não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e dinâmica (mais exatamente: para apreendê-lo como um processo...)” (Netto, 2011, p. 25). Trata-se, portanto, de uma abordagem que possibilita compreender as múltiplas determinações que constituem a questão social e o racismo no interior da totalidade da vida social neste território:

O método dialético foi adotado por, em nosso entendimento, promover as condições para apreender as dimensões materiais, políticas e filosóficas do objeto de estudo vinculadas ao seu conteúdo histórico concreto, ou seja, considerando como categorias analíticas a totalidade, a contradição e o conflito, o ‘devenir’, o movimento histórico e a unidade do diverso. Isso porque a realidade concreta não é uma matéria estática, mas uma totalidade contraditória composta por elementos diferenciados em constante interação e fricção, na qual o conflito faz avançar processos históricos de transformações progressivas e constantes (Silva, 2017, p. 12).

Para uma análise mais complexa e abrangente da realidade brasileira, especialmente no que tange às produções formuladas por assistentes sociais negras antirracistas, é necessário compreender como diferentes sistemas de opressão se entrecruzam e produzem desigualdades. Nesse sentido, foi compreendido que os estudos sobre a questão social na realidade brasileira exigem uma abordagem analítica crítica que considere os elementos estruturais e estruturantes, como raça, gênero, classe, território e sexualidade em distintas conjunturas sociais.

Ao definir como objeto desta pesquisa as produções intelectuais sobre questão social e racismo elaboradas por assistentes sociais negras antirracistas no campo do Serviço Social, é fundamental reconhecer como esses sistemas atravessam as trajetórias e experiências dessas mulheres, enquanto sujeitas sociais. Tais estruturas de exploração e opressão constituem, historicamente, os alicerces das desigualdades sociais no Brasil, aprofundando os níveis de subordinação e exploração de determinados grupos por meio de sua inter-relação. Por essa razão, foi adotada a perspectiva crítica interseccional, ou interseccionalidade, como apporte teórico-metodológico essencial para a compreensão da realidade brasileira (Collins, 2022).

O conceito de interseccionalidade foi inicialmente apresentado pela jurista e professora Kimberlé Crenshaw no final da década de 1980. A autora introduziu o termo como uma metáfora para ilustrar a maneira como diferentes sistemas de opressão (raça, gênero e classe), interagem e se entrelaçam, gerando formas únicas de discriminação e marginalização especialmente para mulheres negras (Crenshaw, 1989). Essa perspectiva revelou-se essencial para compreender a posição dessas mulheres na estrutura social.

Embora Crenshaw (1989) tenha formalizado o conceito em 1989, diversas(os) intelectuais negras(os) já apontavam para a conexão entre categorias sociológicas que compõem os sistemas de dominação e subordinação, destacando-se Davis (1981), que em sua obra *Mulheres, Raça e Classe*, já abordava a relação entre opressões de gênero, raça e classe social.

No Brasil, intelectuais como Moura (2021) Munanga (2004), Nascimento (1980) e Gonzalez (2020), contribuíram para as discussões sobre a análise dos múltiplos sistemas de exploração e opressão em suas elaborações sobre a formação social brasileira e da América Latina, em contextos profundamente marcados pelos processos coloniais.

Segundo Collins (2022, p. 37), a partir da década de 1990 o uso de análises interseccionais tem sido cada vez mais frequente entre estudiosa(os) e pesquisadoras(es), incluindo assistentes sociais “para lançar luz em problemas sociais importantes relacionados à educação, saúde, emprego e pobreza”. A autora ainda sinaliza que

Em um contexto global, ativistas de base e ativistas que defendem os direitos humanos
comprendem que o foco da interseccionalidade na interconexão de categorias de

raça, classe, gênero, sexualidade, etnia, nacionalidade, idade e competência lança luz sobre como as desigualdades sociais locais se articulam com os fenômenos sociais globais (Collins, 2022, p. 37-38).

Apesar do crescente nas abordagens interseccionais como uma ferramenta teórico-metodológica crítica para analisar desigualdades sociais e impulsionar mudanças práticas, ainda há debates em torno de sua abrangência. São recorrentes os questionamentos sobre se a interseccionalidade constitui uma teoria ou uma metodologia, suas relações com a justiça social e até mesmo discussões sobre uma possível "fase pós-interseccionalidade" (Collins, 2022, p. 39).

Embora haja uma complexidade, a interseccionalidade já pode ser considerada uma metodologia em desenvolvimento, com potencial para se consolidar como uma teoria social crítica. No campo das ciências sociais uma teoria social oferece explicações para fenômenos sociais. Enquanto metodologia, descreve os caminhos para chegar a essas explicações, sendo a evidência empírica essencial para validar essas proposições teóricas (Collins, 2022).

Nesse contexto, a interseccionalidade diferencia-se por partir das evidências empíricas para demonstrar como os diferentes sistemas de opressão e exploração se combinam e se reforçam, revelando processos de dominação específicos sobre certos grupos. Collins (2022) ressalta que a teoria social, especialmente dentro do pensamento feminista negro, não pode ser dissociada das experiências concretas vividas pelas(os) sujeitas(os) sociais, principalmente aquelas(es) historicamente marginalizadas, como as mulheres negras. Dessa forma, a teoria interseccional não deve apenas descrever os fenômenos, mas explicá-los, utilizando o processo metodológico para fundamentar suas explicações.

Ao destacar a interseção entre diferentes sistemas de opressão e exploração, a interseccionalidade propõe uma análise crítica que desafia as abordagens tradicionais, frequentemente limitadas por uma visão isolada dessas opressões. Esse enfoque possibilita compreender como mulheres negras vivenciam, de maneira simultânea, o racismo e o sexism, e, com isso, abre caminhos para estratégias de transformação social mais eficazes.

Como ressalta Akotirene (2018) a interseccionalidade evita os reducionismos das políticas identitárias⁸ ao demonstrar como as estruturas coloniais modernas produzem vulnerabilidades específicas para determinadas identidades, ao mesmo tempo em que aprofunda a análise dos contextos onde essas identidades se cruzam e se sobrepõem.

⁸ O conceito de “políticas identitárias” foi inicialmente formulado pelo Combahee River Collective (1977), coletivo feminista negro estadunidense, ao reivindicar a identidade enquanto fundamento de organização política contra opressões múltiplas. Posteriormente, autores como Stuart Hall (2003) problematizaram a identidade como processo histórico e cultural; Judith Butler (2003) abordou-a no campo das lutas de gênero e sexualidade.

Sendo assim, à medida que o Serviço Social assume como premissa o compromisso ético e político com a justiça social, essa perspectiva se concretiza ao considerar as experiências das ações sociais como parte da construção da teoria social. Afinal, o papel da teoria social “não se limita às ideias contidas em um argumento; ela se refere também às práticas de teorização que produzem tais ideias” (Collins, 2022, p.16).

Ao tomar como objeto desta pesquisa as formulações sobre a questão social e racismo na produção de conhecimento de assistentes sociais negras antirracistas, destacam-se as contribuições teóricas que essas intelectuais têm desenvolvido no Serviço Social a partir de suas experiências sociais. Suas elaborações, ancoradas nas vivências concretas de exploração, opressão e resistência, revelam novas interpretações e caminhos teórico-metodológicos para o enfrentamento das desigualdades estruturais na realidade brasileira.

Considerando o objeto dessa pesquisa, e a necessidade de apreendê-lo em sua totalidade,⁹ optei por procedimentos metodológicos que dialogam diretamente com a perspectiva crítica interseccional e com os fundamentos do materialismo histórico e dialético. Assim, para atender aos objetivos estruturados no estudo, foram incorporadas as pesquisas bibliográfica e documental. Segundo Gil (2002), por meio da literatura, a(o) pesquisadora(o) alcança uma maior possibilidade de acesso a diversos conteúdos e dados. “A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários” (Gil, 2002, p. 50). Já os documentos “constituem uma fonte rica e estável de dados (...) subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica” (Gil, 2002, p. 46).

Sendo assim, reconheço que para a aproximação com o objeto da pesquisa se faz necessário investigar de saída, à luz da formação social brasileira, como se conforma a questão racial no país. Essa delimitação demanda não apenas o levantamento de produções intelectuais específicas, mas também uma análise crítica das bases históricas e estruturais que moldam o racismo no Brasil, afinal, há inúmeras perspectivas que forjam o pensamento social brasileiro.

Por isso, foram consideradas as determinações econômicas e políticas que estruturam este território nacional, bem como a perspectiva sociológica em que se desenvolve o pensamento social brasileiro, marcado pela negação da raça, do racismo e do gênero como elementos estruturantes das desigualdades sociais na realidade nacional.

⁹ O conceito de totalidade social em Marx ver: <https://www.gposshe.com/2020/04/a-totalidade-como-um-fundamento.html>.

Com esse propósito, foi feita uma revisão bibliográfica com base em fontes secundárias, livros, coletâneas e artigos acadêmicos, disponíveis em formato físico e digital, acessados por meio de plataformas como *SciELO* e *google* acadêmico. O pensamento intelectual negro foi priorizado brasileiro sob uma perspectiva crítica, a partir da qual é possível encontrar importantes elaborações teóricas em autores como, Almeida (2009), Almeida (2019), Gonzalez (2020), Gorender (2016), Guimarães (2008), Moura (1983; 1994; 2021; 2023), Munanga (1999; 2004) e Werneck (2010). Como ponto de partida foi escolhida a perspectiva de que o conhecimento dos processos históricos sob uma ótica socioracial é fundamental para a compreensão da emergência da questão social no Brasil.

Partindo da análise da formação social brasileira e de suas determinações raciais, voltando-se ao campo do Serviço Social, com o intuito de compreender de que forma, nas duas últimas décadas, o debate acerca da questão racial e sua interlocução com a questão social tem se configurado. Tal esforço analítico revela-se fundamental para apreender as tensões, os limites e os avanços na produção do conhecimento na área, especialmente no que tange à incorporação crítica da dimensão racial à análise da questão social.

Nesse sentido, foi realizado um breve levantamento bibliográfico das produções intelectuais no campo pós-graduação em Serviço Social sobre a discussão da questão social e questão racial partir de fontes secundárias, livros, artigos e Catálogo de Teses e Dissertações-CAPES. Foi observado que a produção do conhecimento voltada à análise da questão racial, ainda que desenvolvida em diferentes momentos e perspectivas de análise, tem se fortalecido nas últimas duas décadas. O levantamento da literatura revela esforços importantes para problematizar o racismo e seus rebatimentos, tanto nas expressões da questão social quanto no trabalho profissional de assistentes sociais.

Nesse percurso, destaco que, no interior dos debates que atravessam a trajetória do Serviço Social brasileiro, a questão racial se configura como um campo marcado por disputas e tensionamentos teórico-metodológicos. Tais tensões estão diretamente relacionadas aos interesses antagônicos próprios da luta de classes, em um contexto histórico em que a ciência e a tecnologia¹⁰ se articulam de forma funcional ao sistema produtivo e à lógica de valorização do capital. Como destacam Nóbrega e Fonseca (2010, p. 183), ainda:

observam-se silêncios e omissões no acúmulo dessa produção, a exemplo do tema raça, que não tem tido visibilidade, apesar dos assistentes sociais lidarem diretamente com os segmentos mais pauperizados, constituídos em sua grande maioria por pretos e pardos.

¹⁰ O sentido da “Tecnologia” aqui se refere aos mecanismos de atualização das formas de operacionalização do racismo no capitalismo contemporâneo.

Essas ausências e resistências à incorporação crítica do debate racial no Serviço Social poder ser explicadas, em parte, pelas condições conjunturais que marcaram a gênese e os desdobramentos teórico-metodológicos da profissão (Iamamoto e Carvalho, 2014). Contudo, também poder ser relacionadas ao mito da democracia racial, ainda prevalente no pensamento social brasileiro, repercutindo, inclusive, na produção acadêmica e profissional do Serviço Social ao longo do tempo.

Diante deste cenário, as entidades representativas do Serviço social vêm buscando tensionar esse silenciamento e promovendo a inserção da discussão sobre a questão racial no exercício profissional, mobilizadas pelo protagonismo das assistentes sociais negras tendo como marco o CBAS de 1989. Desde então várias iniciativas somadas tensionam o debate

. Assim, um exemplo significativo foi a campanha promovida pela gestão “Tecendo na luta a manhã desejada” do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), no triênio 2014/2017, por meio da série de cadernos “Assistente Social no combate ao preconceito”, cujo objetivo foi “orientar e estimular as(os) Assistentes Sociais a uma compreensão crítica das variadas situações de preconceito no cotidiano do exercício profissional” (CFESS, 2016, p.5). Essa mobilização teve continuidade com a campanha “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”, lançada pela gestão 2017-2020, reforçando a urgência do enfrentamento ao racismo no exercício profissional.

Como parte do percurso metodológico desta investigação, foi adotado ao longo da pesquisa, a categoria¹¹ “questão racial”¹² para se referir às relações raciais no Brasil. Conforme Silva (2017, p.9) a “politização do enfrentamento ao racismo requer a sua contextualização como questão racial nas relações sociais e a construção de conhecimentos que desvendem criticamente suas origens históricas”. Ou seja, a questão racial se apresenta enquanto categoria política que permite nos aproximar das determinações históricas e estruturais do racismo na conformação das desigualdades sociais brasileiras, além de dialogar de forma crítica com o pensamento negro no país.

¹¹ Segundo Ianni (2011), categoria é uma construção teórica resultante de uma reflexão crítica e dialética sobre a realidade. Longe de ser um dado empírico imediato ou uma simples definição conceitual, a categoria expressa a síntese de múltiplas determinações do real, articulando aparência e essência, parte e totalidade, singular e universal. É, portanto, o concreto pensado — uma forma de apreender a complexidade histórica e contraditória do objeto investigado, permitindo que o pensamento participe ativamente da constituição e explicação da realidade. Considerando a complexidade histórica do racismo na particularidade da formação social brasileira, ao situar a questão racial como a manifestação política para seu enfrentamento, entendo esta como uma categoria de análise.

¹² Para melhor compreensão do debate acerca da questão racial enquanto categoria política de análise do racismo no Brasil, Cf. Silva (2017).

Tal escolha se dá mesmo diante do reconhecimento de que, na agenda antirracista formulada pela categoria profissional de assistentes sociais na contemporaneidade, a nomenclatura mais recorrente tem sido “questão étnico-racial”, consolidada nos marcos normativos e político-institucionais do Serviço Social brasileiro, buscando enfatizar a pluralidade de identidades étnicas presentes no país. Entretanto, a opção por “questão racial” visa destacar o caráter histórico e estrutural do racismo, bem como sua centralidade na conformação da questão social no Brasil. O termo “etnia” aparece de forma expressa nos Princípios Fundamentais VII e XI do Código de Ética Profissional do/a Assistente Social (CFESS, 1993), o que evidencia sua incorporação no marco ético e jurídico da profissão.

Além disso, a terminologia “questão étnico-racial” tem sido amplamente utilizada em documentos orientadores da formação profissional, como é o caso dos “Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social” (ABEPSS, 2017, 2018), refletindo os esforços institucionais em promover uma abordagem mais abrangente das opressões e desigualdades vivenciadas por povos e comunidades racializadas.

No contexto acadêmico, é importante distinguir o uso comum de "etnia" como termo descritivo, de seu uso enquanto categoria analítica. No uso cotidiano, o termo é geralmente empregado para designar grupos humanos que compartilham elementos culturais como língua, religião, práticas sociais e tradições, como no caso das etnias indígenas ou da etnia cigana (Munanga, 1999). Já nas Ciências Sociais, “etnia” pode ser compreendida como uma categoria analítica que permite examinar os processos sociais e históricos por meio dos quais determinadas identidades são construídas e diferenciadas em relação a outras, com base em marcadores simbólicos e culturais (Hall, 2006).

A categoria questão racial permite evidenciar a estruturação da sociedade brasileira a partir do racismo antinegro e da lógica racializada que historicamente hierarquiza corpos e subjetividades. A partir de autoras como Gonzalez (2020), e Collins (2022), foi compreendido que nomear a raça como categoria analítica é um posicionamento político-epistemológico necessário para desvelar as formas específicas de violência, exclusão e desigualdade que atingem majoritariamente a população negra, sobretudo mulheres negras. Assim, o uso da expressão “questão racial” reafirma o compromisso com uma análise crítica que reconhece o racismo como estrutura fundante das relações sociais no Brasil.

Assim, ao adotar a categoria questão racial neste texto, busquei não apenas dialogar com as formulações já presentes na produção de conhecimento do Serviço Social, mas também provocar reflexões críticas sobre sua apropriação e os sentidos atribuídos a ele no interior da

profissão. Trata-se, portanto, de uma escolha intencional, que visa tensionar os limites, alcances e implicações políticas do uso deste conceito nos debates sobre racismo.

Nesta perspectiva, foram reconhecidos os limites desta pesquisa de mestrado ao adotar a categoria “questão racial” em detrimento da expressão “questão étnico-racial”, frequentemente utilizada na agenda antirracista contemporânea do Serviço Social. Foi considerado, com base em Munanga (2022), que a noção de etnia é complexa quando a diversidade que marca os grupos sociais é analisada, bem como as comunidades tradicionais no Brasil. Do ponto de vista da totalidade social, uma abordagem centrada na categoria “etnia” exigiria um aprofundamento específico, sobretudo em relação às etnias-nações que deram origem à constituição das diferentes identidades étnicas no território brasileiro.

Isso porque a discussão étnica não se restringe às populações negra e indígena, frequentemente evocadas no campo das relações raciais, mas abrange também outros grupos étnicos, como os brancos e os amarelos, que integram a classificação sociorracial presente na formação social brasileira (Munanga, 2004). Diante disso, optei por delimitar a análise da categoria “questão racial”, compreendendo-a como mais adequada para evidenciar as determinações estruturais do racismo na conformação das desigualdades sociais no Brasil, em consonância com a tradição do pensamento social negro.

Podemos, no plano empírico, afirmar que todas essas diversidades oriundas da Europa, da África, da Ásia, do Oriente Médio etc. se aculturaram para formar novas etnias “branca”, “negra”, “amarela” etc.? Não seria isto criar uma tremenda confusão, na medida em que o uso de tais conceitos remeteria a uma certa biologização da cultura? Isto não significa que a etnia negra, branca ou amarela corresponderia a uma unidade cultural branca, negra e amarela? (...) Sem dúvida, a etnia não é uma entidade estática. Ela tem uma história, isto é, uma origem e uma evolução no tempo e espaço. Se olharmos atentamente a história de todos os povos, percebemos que as etnias nascem e desaparecem na noite dos tempos. Visto desse ângulo, não seria errado falar de novas etnias ou etnias contemporâneas com a condição de que os que usam esses conceitos tomem o cuidado de defini-los primeiramente para, entre outras coisas, evitar confusões com outros conceitos (Munanga, 2004, p. 30- 31).

Conforme Munanga (2004) a visão político-ideológica criou uma espécie de generalização cultural no qual

(...) Colocou coletivamente os brancos no topo da pirâmide social, do comando e do poder, independentemente de suas raízes culturais de origem étnica, tem-se tendência, por vício da ideologia racista que estabelece uma relação intrínseca entre biologia e cultura ou raça e cultura, a considerar a população branca, independentemente de suas diferentes origens geográficas e culturais, como pertencente a uma mesma cultura ou mesma etnia, daí as expressões equívocas e equivocadas de “cultura branca” e “etnia branca”. Pelo mesmo raciocínio baseado na visão político-ideológica que colocou coletivamente negros na base da pirâmide como grupo subalterno, tem-se a mesma tendência a considerar todos os negros como pertencentes a uma mesma etnia ou

cultura, daí também as expressões equívocas e equivocadas de “cultura negra” e “etnia” negra no singular (Munanga, 2004, p. 31).

Neste curso, provoco a análise do processo de formação em Serviço Social ao questionar: de qual ou quais etnias são referenciadas nos estudos ao realizar uma abordagem generalista dos grupos sociais na discussão sobre a questão étnico-racial no Brasil?

Cabe a cada estudioso, ao escolher a região a ser pesquisada e o assunto a ser abordado, analisar antecipadamente esses elementos para que possa dar um encaminhamento científico ao seu trabalho. A partir daí, poderá escolher dois ou mais grupos específicos e trabalhar com eles para mostrar, através da sua trajetória histórica, como eles se formaram e desenvolveram, o nível de fricção interétnica (se for o caso de *marca, étnica*, como no caso do negro brasileiro) a subideologia que elaboraram e, posteriormente, a possível integração deles na sociedade global através de um processo de regressão organizacional que os levaria novamente à condição de apenas *grupos diferenciados* (Moura, 2021, p. 278).

A discussão sobre etnia não deve se reduzir a um determinado grupo social em razão da construção sociológica brasileira sobre a formação social sem realizar, necessariamente, a mediação com outros grupos raciais (branco e amarelo), no qual devem participar do debate racial numa perspectiva de totalidade. Sendo assim, foi entendido que a análise da questão racial não está dissociada da análise étnica, uma vez que os elementos que caracterizam e conformam a etnicidade de diferentes grupos sociais se constituem como determinantes para a racialização dos sujeitos historicamente discriminados no Brasil.

Contudo, de acordo com Munanga (2004) ao sinalizar que a maioria das(os) pesquisadores ao realizar a análise das relações raciais e interétnicas no Brasil, recorrem ao conceito de raça, no entanto,

Alguns, fogem do conceito de raça e o substituem pelo conceito de etnia considerado como um lexical mais cômodo que o de raça, em termos de “fala politicamente correta”. Essa substituição não muda nada à realidade do racismo, pois não destrói a relação hierarquizada entre culturas diferentes que é um dos componentes do racismo. Ou seja, o racismo hoje praticado nas sociedades contemporâneas não precisa mais do conceito de raça ou da variante biológica, ele se reformula com base nos conceitos de etnia, diferença cultural ou identidade cultural, mas as vítimas de hoje são as mesmas de ontem e as raças de ontem são as etnias de hoje (Munanga, 2004, p. 12-13)

Para o autor, “é por isso que os conceitos de etnia, de identidade étnica ou cultural são de uso agradável a todos: racistas e anti-racistas. Constituem uma bandeira carregada por todos, embora cada um a manipule e a direcione de acordo com seus interesses” (Munanga. 2004, p. 29-30). Por isso, foi denominada a condição das(os) sujeitas(os) sociais afetados(as) pelo colonialismo e pelo racismo no sistema capitalista brasileiro de questão racial (Moura, 1983).

Dito isso, a pesquisa documental foi incorporada para análise dos documentos que constituem marco no avanço da discussão sobre questão racial na produção de conhecimento do Serviço Social brasileiro.

Considerando a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa do Serviço Social (ABEPSS) como uma das principais entidades representativas da área e seu papel no fomento à pesquisa e produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro, foram selecionados os seguintes documentos disponíveis no site da entidade, referentes ao período deste estudo que corresponde a 2010 a 2023, à saber: a) Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social; b) um relatório produzido pelo GTP Trabalho, Questão Social e Serviço Social e três relatórios produzidos pelo GTP Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades.

Ao analisar as produções intelectuais das assistentes sociais negras antirracistas, foi incorporada, assim como durante todo o processo de análise investigativa da pesquisa, de maneira transversal, a Análise Crítica do Discurso - ACD (Dijk, 2018).

A Análise Crítica do Discurso (ACD) é um tipo de investigação analítica discursiva que estuda principalmente o modo como o abuso de poder, a dominação e a desigualdade são representados, reproduzidos e combatidos por textos orais e escritos no contexto social e político. Com essa investigação de natureza tão dissidente, os analistas críticos do discurso adotam um posicionamento explícito e, assim, objetivam compreender, desvelar e, em última instância, opor-se à desigualdade social Dijk, 2018, p. 113).

Dijk (2021) ainda sinaliza que

Entre outras práticas sociais e políticas, o discurso é fundamental por várias razões. Antes de tudo, o discurso é provavelmente a mais complexa das atividades humanas, mais sofisticado até do que a linguagem humana. (...) O discurso expressa e comunica estruturas mentais complexas, incluindo intenções, objetivos, conhecimentos, opiniões, atitudes, normas, valores e ideologias (Dijk, 2021, p. 13).

Por fim, adentrando na pesquisa propriamente dita, a qual buscou identificar o debate sobre questão social e racismo desenvolvido por assistentes sociais negras antirracistas na produção de conhecimento do Serviço Social na contemporaneidade. Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico em 26 revistas da área do Serviço Social reconhecidas pela base da CAPES. Os periódicos foram selecionados com base na última avaliação quadrienal (2017-2020 – CAPES), classificados qualitativamente e quantitativamente, sendo sete periódicos A1, oito A2, três A3, três A4, um B3 e três sem avaliação (Duarte, 2022).

Foi escolhida a base de periódicos da CAPES por se tratar, em sua maioria, de publicações vinculadas a programas de pós-graduação em Serviço Social no Brasil, que concentram artigos oriundos de pesquisas de mestrado e doutorado. Essas publicações se configuram como referenciais teóricos fundamentais para subsidiar a formação profissional na área.

Foi destacada, nesse universo, a relevância da revista *Temporalis*, classificada como A2, por sua significativa contribuição à produção do conhecimento no Serviço Social, especialmente por meio da organização da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). A revista abriga uma importante concentração de trabalhos provenientes do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) “Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades”. Além disso, os relatórios produzidos por esse GTP foram incorporados à análise documental da investigação.

O período de recorte da pesquisa compreendeu os anos de 2010 a 2023. A escolha desse intervalo temporal se justifica pela criação dos GTPs da ABEPSS em 2010, especialmente daquele voltado às questões de raça, gênero e sexualidade, cuja atuação tem sido essencial para o fortalecimento da produção intelectual crítica sobre a questão racial no Serviço Social.

Para localizar os artigos nos periódicos selecionados, foram utilizados quatro descritores principais nas ferramentas de busca das revistas: “questão social”, “racismo”, “raça” e “antirracismo”. O descritor “questão social” foi adotado como eixo principal, sendo cruzado com os demais para delimitação do objeto investigado. Contudo, dificuldades metodológicas ocorreram durante esse processo, uma vez que os filtros dos periódicos retornaram resultados imprecisos. Por exemplo, o descritor “raça” gerou ocorrências indevidas em palavras como “praça” e “exploração”. Além disso, as buscas com combinações de descritores, como “questão social e racismo”, não foram reconhecidas pelos sistemas de busca, exigindo a realização de consultas manuais e individualizadas.

Neste sentido, foram definidos os seguintes critérios de inclusão para a seleção dos artigos: a) presença dos descritores-chave no título, resumo ou palavras-chave do artigo; b) idioma do artigo em português; c) disponibilidade gratuita do periódico em formato físico ou digital; d) autoria de assistentes sociais negras antirracistas; e) participação das autoras na militância política e em entidades representativas do Serviço Social, expressando-se criticamente na discussão sobre a questão racial.

Os critérios de exclusão foram: a) ausência dos descritores-chave nos elementos textuais analisados; b) artigos em idiomas diferentes do português; c) periódicos inacessíveis gratuitamente; d) artigos de autoria de profissionais que não se reconhecem como assistentes

sociais negras antirracistas; e) autoras sem envolvimento político-crítico com o debate sobre a questão racial no Serviço Social.

Dos 26 periódicos analisados, 10 apresentaram, em conjunto, 14 artigos que atenderam aos critérios de inclusão estabelecidos. Em relação à classificação Qualis, sete artigos foram publicados em periódicos A1, cinco em A2, um em A3 e um em periódico sem avaliação.

A partir de uma escolha metodológica, optei por apresentar as intelectuais, enquanto sujeitas da pesquisa, antes de explicitar a análise dos artigos selecionados. Tal escolha fundamenta-se na compreensão da experiência social como uma teorização crítica da interseccionalidade. Conforme afirma a autora, a experiência social constitui uma “autoridade testemunhal”, possibilitando a construção de epistemologias ancoradas nas vivências que estruturam a teorização social (Collins (2022, p. 223).

Conforme Collins (2022) existe uma fronteira entre teoria e ativismo. Pouco se fala em teorizar as experiências sociais que determinam a realidade de grupos historicamente discriminados. As encruzilhadas epistêmicas são estruturas com enormes muralhas de resistência. Por isso a interseccionalidade está para esse desafio: derrubar e ultrapassar fronteiras.

Dito isso, ao realizar a exposição dessas intelectuais, é possível explicitar como essas experiências sociais se forjam na produção de conhecimento do Serviço Social. Sendo assim, apresentei uma breve análise biográfica dessas intelectuais, através dos seguintes documentos: a) currículos disponíveis na Plataforma Lattes, além de algumas entrevistas concedidas ao *podcast Práxis Preta*. As imagens utilizadas com fins expositivos foram extraídas dos próprios currículos, com o objetivo de dar visibilidade às autoras enquanto sujeitas intelectuais.

Após esta etapa, foi feita uma análise da produção acadêmica selecionada. Para isso, foi adotada a Análise Crítica do Discurso (ACD), com base nas formulações de Dijk (2018), com o intuito de evidenciar o discurso antirracista Dijk (2021), nas produções. Para o autor,

O discurso antirracista não apenas possui estruturas discursivas específicas, como tópicos, temas, argumentos, narrativas, metáforas ou léxico antirracista, mas também é baseado em cognições antirracistas específicas, como atitudes, normas, valores e ideologias que reproduz (Dijk, 2021, p. 3).

Dijk (2021) ressalta que discursos antirracistas podem ser ambíguos ou até mesmo reproduzir opressões, como no caso de padres europeus que, durante a colonização, denunciavam a escravidão por razões religiosas ou morais, mas não reconheciam a dimensão racial da opressão. De modo semelhante, no século XIX e início do século XX, os discursos

sociológicos contrários ao racismo foram marcados por influências eurocêntricas que negligenciavam a especificidade das relações raciais no Brasil.

Esse panorama começou a se alterar no final da década de 1970, quando os estudos estatísticos de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva trouxeram importantes contribuições ao evidenciar que a desigualdade racial no Brasil não poderia ser explicada apenas em termos de classe social, mas sim como uma questão de raça. Nesse mesmo período, a ideia de “democracia racial” passou a ser amplamente contestada, sendo desmascarada como um mito utilizado pelas elites para negar a existência do racismo estrutural, uma crítica que, há tempos, já vinha sendo sustentada pelo Movimento Negro e por intelectuais negros. Até então, a maior parte dos sociólogos, em sua maioria brancos, tendia a interpretar a discriminação como resultado de atitudes preconceituosas individuais, sem reconhecê-la plenamente como expressão de um sistema de racismo (Dijk, 2021).

Destaco, neste debate, a obra de Florestan Fernandes, “A Integração do Negro na Sociedade de Classes” (1964), pela crítica ao mito da democracia racial e pelas análises sobre a estrutura de classes no Brasil. Contudo, mesmo essa obra, fundamental para os estudos sobre relações raciais, não utilizou diretamente a categoria “racismo”, optando por termos como “preconceito” e “discriminação” (Dijk, 2021).

A escolha metodológica pela ACD possibilitou apreender como os discursos analisados expressam resistências às formas históricas de dominação, exploração e às ideologias racializadas que marcam a formação social brasileira e a constituição do Serviço Social.

Por fim, esta dissertação organiza-se em quatro seções. A primeira apresenta a introdução, na qual são expostas as motivações e inquietações que impulsionaram a pesquisa, bem como o percurso metodológico adotado, destacando os procedimentos teórico-analíticos e o caminho de investigação que orientaram o estudo.

A segunda seção dedica-se à análise da formação sócio-histórica brasileira, enfatizando a dinâmica racial como resultado do escravismo colonial. Nela são discutidas as principais categorias teórico-metodológicas que fundamentam o debate sobre a formação social e a constituição da questão racial no Brasil, sob uma perspectiva crítica interseccional que articula raça, classe e gênero.

Na terceira seção, examina-se a articulação entre questão social e questão racial no Serviço Social, destacando a categoria de “Práxis Negra” como central para compreender tanto a emergência da questão social brasileira quanto às resistências históricas da população negra, com ênfase nas produções sobre questão racial no âmbito da pós-graduação em Serviço Social.

A quarta e última seção aborda a historicidade da luta do Movimento Negro brasileiro, inclui uma análise biográfica das autoras investigadas e apresenta os resultados da pesquisa acerca da produção de conhecimento sobre questão social e racismo formulada por assistentes sociais negras antirracistas, culminando nas considerações finais do estudo.

2 FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA E A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada (Adichie, 2019).

A partir da epígrafe apresentada, inicia-se o estudo sobre a formação social, buscando a aproximação com uma outra narrativa que ilumina tanto um passado recente quanto um presente em constante movimento. Ao optar por recontar o processo de formação sócio-histórica, foi priorizada uma análise que se baseia nas lentes do pensamento social negro brasileiro. Essa abordagem permite desconstruir “o perigo de se contar uma única história”, perpetuada ao longo de séculos sob uma perspectiva ocidental eurocêntrica e colonizadora, ainda dominante no pensamento social brasileiro.

Ao tratar da formação social brasileira, há inúmeras perspectivas de abordagem sobre os aspectos que a estrutura. No entanto, o interesse desta investigação foi acessar o contexto histórico da formação social para identificar os aspectos objetivos, do ponto de vista econômico, político, social, cultural e ideológico que conformaram as desigualdades para determinados grupos socioracializados no contexto do trabalho assalariado no capitalismo brasileiro.

Essa seção apresenta aproximações sobre aspectos políticos e econômicos da formação social brasileira a partir das contribuições de Moura (2021; 2023), Marx (2008; 2009) e Seyferth (2002). Em seguida, breves considerações acerca das categorias sociológicas estruturais da formação social e apontamentos sobre o mito da democracia racial, fundamentando de forma a privilegiar o pensamento negro brasileiro a partir de Gorender (2016), Moura (1983; 1994; 2023), Munanga (1999; 2004), Almeida (2019), Guimarães (2008), Almeida (2009), Gonzalez (2020), Werneck (2010), Domingues (2007) e Ribeiro (2014), para subsidiar o debate sobre a questão racial no Serviço Social brasileiro.

2.1 ASPECTOS ECONÔMICOS E POLÍTICOS DO ESCRAVISMO COLONIAL

A invasão e a colonização da América¹³, marcada pela expansão marítima a partir do século XV, demarcou a ampliação comercial, significou um comércio lucrativo para a Europa

¹³ O uso da categoria “América” carrega uma dimensão colonial, pois se trata de uma identidade imposta pelos colonizadores europeus após a invasão do continente, apagando as múltiplas formas de autoidentificação dos povos originários. Nesse sentido, tal denominação é fruto de um processo de violência simbólica que acompanha a dominação material instaurada pela colonização. Sobre essa crítica, ver: QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do*

e determinou a estrutura da formação social brasileira. A ocupação e a exploração territorial se efetivaram a partir da maior migração forçada da história denominada de diáspora negra, registrando aproximadamente mais de 12.000.000 (doze milhões) de africanas(os) traficados, especialmente, para Antilhas, Colônias Espanholas e Brasi (Moura, 2021).

A chegada da população africana em toda a América foi marcada por inúmeros conflitos que surgiram a partir dos diferentes interesses de cunho cultural, econômico e político, em detrimento dos grupos europeus migrados para a América com o objetivo de acumulação primitiva e expropriação. As(os) aproximadamente 303.737 (trezentos e três mil e setecentos e trinta e sete) africanas(os) sequestrados em 878 barcos no período de 1783 a 1793, calculam um ganho de mais de quinze milhões de libras a partir do comércio e tráfico marítimo (Moura, 2021).

Importa mencionar, que a população negra africana sequestrada, enquanto uma mercadoria comercializada, significou lucratividade antes mesmo da exploração da sua força de trabalho nos processos da escravização colonial. O tráfico de africanas(os) constituiu a primeira base material para implementação do desenvolvimento econômico da Europa no território Americano, especificamente, a partir dos mecanismos de dominação amparados pela dinâmica racial no Brasil. Segundo Moura (2023, p.26) “trazido como imigrante forçado e, mais do que isto, como escravo, o negro africano e os seus descendentes contribuíram com todos aqueles ingredientes que dinamizaram o trabalho durante quase quatro séculos de escravidão”.

Dito isso, centralizando o debate no Brasil, a partir do processo de diáspora africana o contingente populacional negro assume o lugar de povoador demográfico nacional. “(...) Aquele que chega em ondas sucessivas para preencher os vastos espaços geográficos desocupados” (Moura, 2023, p.27). Mesmo que estatisticamente não se estabeleça um número exato de africana(os) importada(os) pelo tráfico, algumas estimativas dão conta que entre o século XVI e 1850, cerca de 4.850.000 pessoas negras foram traficadas. Esse dado estimativo direciona para um importante elemento da formação do Brasil Colônia. A maioria da presença nacional era representada pela população negra, não só em números, mas na sua presença. O negro não apenas povoou, mas ocupou espaços sociais e econômicos que, por meio do seu trabalho, dinamizaram o Brasil” (Moura, 2023, p.31).

Durante todo processo de exploração colonial, seja nos engenhos, plantações, pecuária, produção açucareira, atividades extrativas e na mineração, a população afrodescendente estruturou a divisão social do trabalho e as primeiras formas de produção de riqueza nacional,

poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/handle/CLACSO/14118?utm_source=chatgpt.com

contudo, “(...) a grande população negra escrava não participava da divisão dessa riqueza, sendo considerada igual aos animais e assim tratada” (Moura, 2023, p.32).

A produção de uma economia colonial, e por isto destinada a um mercado externo cada vez maior, era fruto desse trabalho negro-escravo. E essa economia, que passa pela produção açucareira, pela mineração, produtos tropicais e termina na fase do café, é feita pelo negro. no entanto, esse fato não contribui em nada para que ele consiga um mínimo dessa renda em proveito próprio. Pelo contrário. Toda essa produção é enviada para o exterior, e os senhores de escravos ficam com todo o lucro da exportação e comercialização. (Moura, 2023, p.31).

Neste sentido, a partir da exploração das matérias-primas nacionais e da agricultura, instaurou-se um comércio mais estável no século XVIII. Contudo, as embarcações permaneceram incumbidas de realizar o comércio do tráfico negreiro, com a finalidade de exploração da mão-de-obra nas regiões agrícolas, contribuindo “para acelerar o processo de acumulação capitalista, especialmente na Inglaterra, e desenvolver setores industriais a ele ligados e subordinados” (Moura, 2021, p.146).

Tal dinâmica evidencia como o tráfico de africana(os), aliado à exploração sistemática da força de trabalho escravizada na agricultura, constituiu um dos pilares centrais do processo de acumulação primitiva do capital. Essa forma de expropriação não apenas sustentou economicamente a expansão do capitalismo europeu, mas também foi determinante para a implantação e consolidação das bases do sistema capitalista no Brasil, enquanto relação social historicamente produzida e racialmente estruturada:

O capital consiste de matérias-primas, instrumentos de trabalho e meios de subsistência de toda espécie que são empregues para produzir novas matérias-primas, novos meios de subsistência. Todas estas suas partes constitutivas são criações do trabalho, produtos do trabalho, *trabalho acumulado*. Trabalho acumulado que serve de meio para nova produção de capital (Marx, 2009, [s.p.]).

Isso significa dizer que todo o trabalho desenvolvido pela população africana e descendentes, sem qualquer forma de remuneração ou participação na riqueza gerada, configura uma dupla dimensão da exploração. A primeira se expressa na própria mercantilização das(os) sujeitas(os) escravizadas(os), submetidas(os) ao tráfico negreiro; a segunda, na impossibilidade histórica imposta à população negra de vender livremente sua força de trabalho nas relações de produção agrícola, fundamentais para a acumulação de capital. Tal configuração não apenas sustentou a expansão do capital, como também criou as bases para a posterior implantação do trabalho assalariado no Brasil, relegando a população negra à condição de marginalidade social e econômica.

Apesar de grande povoador do território brasileiro, as condições eram extremamente desfavoráveis, na medida em que o sistema de exploração da mão-de-obra para produção de

riqueza se realizava das mais violentas formas possíveis, incluindo a utilização do tronco e do pelourinho como representação dos símbolos da justiça privada e pública realizada pelos próprios colonizadores contra os movimentos insurgentes nos processos de violências (Moura, 2023).

Ainda conforme Moura (2023), esse processo de dominação ideológica perpetrado através da violência física, abrangia uma série de torturas nomeadas como castigos, conformando a(o) negra(o) como objeto funcional da produção econômica. Mesmo desenvolvendo efetivamente o trabalho nas atividades da agroindústria açucareira, mineração, lavouras de café e no âmbito doméstico, as condições de vida nas senzalas eram extremamente precárias, sem higiene ou conforto.

A condição de exploração através da escravização da(o) negra(o) enquanto estratégia para expansão comercial da Europa na América latina, evidenciou como a raça se constituiu como elemento estruturante e estrutural das relações econômicas e políticas na história da humanidade, e que adquire forma específica no capitalismo. Segundo Marx (2009, [s.p.]) “um negro é um negro. Só em determinadas relações é que se torna escravo”.

Em seu texto “colonização, imigração e a questão racial no Brasil”, Seyferth (2002, p. 118), sinaliza que a questão racial já estava “subjacente aos projetos imigrantistas desde 1818, antes da palavra raça fazer parte do vocabulário científico brasileiro e das preocupações com a formação nacional”. A noção hierárquica de civilização estava por trás de certos desideratos biológicos, fazendo da cor branca um indicador de superioridade, mesmo na ausência de um discurso explicitamente racista.

Do ponto de vista político no processo de instalação das colônias europeias, as autorizações através de Leis e Decretos que permitiam a vinda de europeus para a invasão territorial, já explicitava uma estrutura de divisão racial como premissa estruturante da formação social no Brasil.

A menção à cor branca é por si mesma significativa pois as primeiras classificações raciais produzidas nos meios científicos europeus na segunda metade do século XVIII tinham por base uma divisão geográfica e/ou a variação da cor da pele. Pode-se argumentar que seus autores não estavam interessados em estabelecer critérios de desigualdade para grupos humanos articulados com suposta “origem comum”, depois anunciados nas tipologias criadas, às vezes doutrinariamente, no século XIX; mas a noção hierárquica de civilização estava por trás de certos desideratos biológicos, fazendo da cor branca um indicador de superioridade, mesmo na ausência de um discurso explicitamente racista (Seyferth, 2002, p. 119).

Neste contexto, é importante salientar que o significado de colonização e povoamento tinham sentidos diferentes. Havia escolhas de grupos europeus para os projetos coloniais, os alemães foram os primeiros escolhidos. Existiam critérios para a imigração, “a classificação do

colono alemão como agricultor eficiente, um critério presente em toda legislação imigratória vinculada à colonização". Estrangeiros europeus representavam o "imigrante ideal, o único merecedor de subsídios, é o agricultor; mais do que isso, um agricultor branco que emigra em família" (Seyferth, 2002, p. 119).

Destarte, não é apenas o exemplo dos alemães que demarca a discussão racial na colonização brasileira, existiam graus étnicos avaliativos, contudo, o requisito principal seria as habilidades agrícolas. No entanto, africanas(os) com conhecimentos na agricultura não eram considerados imigrantes. Como observa Seyferth (2002, p. 120), "a vigência do regime escravista faz da África apenas um lugar de negros bárbaros e não de imigrantes potenciais. Nesse sentido, não precisavam estar situados no debate sobre imigração".

Essa perspectiva evidencia que, no ideário imigrantista do século XIX, a escravidão não era problematizada em termos de sua ilegitimidade moral ou jurídica, mas avaliada a partir de seu caráter anacrônico. Em outras palavras, tratava-se de um modelo econômico visto como retrógrado e, sobretudo, como um obstáculo à imigração, por transmitir uma imagem negativa do país perante a Europa (Seyferth, 2002).

Neste sentido, a colonização no Brasil é perpetrada por processos de contradições que se instauraram na medida em que o projeto de civilidade visava estruturar um modelo de sociedade excludente para grupos específicos (Moura, 2021). A população indígena, encerralada pela dinâmica colonizadora, foi depreciada com a intensificação dos assentamentos coloniais e categorizada "como selvagens, antítese da civilização 'europeia' trazida pela colonização" (Seyferth, 2002, p. 122).

Essa lógica de exclusão também se manifesta no discurso dos estrangeiros interessados na colonização, o qual se aproxima das formulações do imigrantismo brasileiro. Como demonstra Seyferth (2002, p. 123), esse discurso, articulado à escravidão, operava na desqualificação da população negra do país, ancorada na adjetivação estigmatizante do trabalho escravo. Ao mesmo tempo, revela uma diversidade de preferências por determinadas nacionalidades europeias e, ainda, alusões à população indígena e às possibilidades de "civilização" do povo liberto (principalmente quando se tratava da emancipação dos escravizados). Tais formulações, contudo, não anulavam a inferiorização estrutural dos trabalhadores nacionais, apenas deslocavam a estigmatização para correntes imigratórias consideradas indesejáveis.

O processo de imigração no Brasil, indica uma determinação fundamental nos processos políticos que integram a formação social brasileira. Seus rebatimentos estruturais dinamizaram

a constituição das classes sociais, especialmente, a classe trabalhadora, no capitalismo brasileiro. Contudo, é preciso considerar que

As classes sociais não são definidas unicamente pelas posições que os sujeitos ocupam na sociedade, do ponto de vista estrito das relações de trabalho. Pois, são determinantes também as relações culturais, o conjunto de ideias e valores que organizam e dão sentido às determinações concretas da realidade. Isso significa que as classes não nascem prontas, se constituem relationalmente pela interação, pela luta por seus interesses comuns (Silva, 2017, p. 39).

Nestes termos, Silva (2017) argumenta que os processos coloniais, o modo de produção escravista e a abolição restrita em direitos configuram condicionantes estruturais que impactam diretamente no reconhecimento das diversas dimensões político-culturais do proletariado nacional.

No Brasil o pós-abolição foi sucedido por uma República que manteve quase inalteradas as estruturas presentes no período anterior, com a persistência das 40 oligarquias agrárias. Neste quadro, o racismo foi alicerçado por novas roupagens “científicas”, pois se colocava como problemática nacional a inclusão dos ex-escravizados e seus descendentes na identidade nacional (Silva, 2017 p.39).

Sendo assim, considerando que as condições que impulsionaram os referenciais de civilidade no Brasil foram historicamente orientadas por modelos eurocentrados, os quais se impuseram mediante o apagamento sistemático de outras formas de organização política, econômica e cultural, torna-se evidente que os processos de constituição da sociedade brasileira foram atravessados por profundas desigualdades.

Nesse contexto, a negação das matrizes africanas e indígenas não apenas consolidou uma ideia de civilização pautada na branquitude, mas também estruturou um padrão de dominação que naturaliza as hierarquias raciais. Assim, as circunstâncias que conformam e organizam a sociedade brasileira são marcadas por conflitos que não podem ser compreendidos fora da dinâmica racial que historicamente definiu os lugares sociais, as oportunidades e as formas de integração social no país.

2.2 CATEGORIAS SOCIOLOGICAS ESTRUTURAIS DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Para analisar uma dada formação social, é imprescindível que se considerem os aspectos estruturais geográficos, econômicos, políticos, sociais e culturais, ou seja, seu conjunto de determinações de maneira ampla. É neste movimento de olhar para a história que se apreendem as diferentes realidades e suas particularidades, visando a compreensão da totalidade social.

Ao realizar as escolhas metodológicas para a investigação dessa pesquisa, a preocupação foi a de estabelecer conexões entre categorias de análise que possibilitasse uma

aproximação com os elementos objetivos e materiais que estruturaram a formação sócio histórica e determinaram a dinâmica racial no modo de trabalho assalariado.

Partindo de categorias sociológicas explicativas da formação social, sob uma perspectiva crítica e racializada, buscou-se compreender as determinações que estruturam os processos de opressão vivenciados por sujeitas(os) historicamente afetadas(os) pelo colonialismo e pelo racismo — sendo este último destacado como um mecanismo central de exploração e dominação no interior do modo de produção capitalista.

Ao realizar reflexões metodológicas sobre os estudos do Escravismo Colonial no Brasil, Gorender (2016, p.53) sinaliza que as análises históricas realizadas pela Sociologia nacional no início do século XX “(...), não se fez do escravo a categoria central explicativa da formação social extinta”. Os estudos relacionados à formação econômico-social constituíram a(o) escravizada(o) como sujeita(o) passiva(o), tendo “na hierarquia teórica o mesmo lugar subordinado que ocupara na hierarquia social objetiva” (Gorender, 2016 p. 53).

O pensamento social que estruturou as análises sociológicas sobre a formação social brasileira durante o século XX, foi concentrado na “classe senhorial”, inviabilizando assim, a participação social da(o) negra(o), sobretudo, sua contribuição político-econômica ativa durante todo período colonial escravista e imperialista, impactando diretamente na própria análise da formação social.

Esta visão impressionista do opressor no Brasil leva a que se tenha, em contrapartida, uma visão impressionista (alienada) do oprimido. Desta forma ao cordial dominante soma-se a do bom escravo passivo, brincando à sombra da casa-grande, muitas vezes filhos bastardos dos senhores. No entanto, esta visão horizontal do problema poderá ser reanalisada a partir de critérios científicos (Moura, 1983, p. 129).

Ao adotar o estudo sobre a formação social enquanto uma mediação para aproximação das determinações históricas que conformam a questão social no Brasil, como apreender a própria concepção de formação social, no qual há acordo a partir da perspectiva marxista que orienta esta investigação.

Para Marx (2008) o que caracteriza as formações sociais são as relações econômicas de produção na qual o autor denomina de formação Econômico-social, descrevendo esse processo da seguinte forma:

(...) Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que

determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então (Marx, 2008, p. 47).

Para Marx (2008) o modo de produção econômico de uma determinada etapa da formação social é composto pelas forças produtivas e pelas relações de produção enquanto reguladores da produção e reprodução da vida social, e

Jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade (Marx, 2008, p. 48).

Nesta perspectiva, Marx (2008) apresenta uma linha histórica dos modos de produção que caracterizam as formações sociais numa perspectiva de totalidade.

Em grandes traços, podem ser os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno designados como outras tantas épocas progressivas da formação da sociedade econômica. As relações de produção burguesas são a última forma antagônica do processo de produção social, antagônica não no sentido de um antagonismo individual, mas de um antagonismo que nasce das condições de existência sociais dos indivíduos; as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para resolver esse antagonismo. Com essa formação social termina, pois, a pré-história da sociedade humana (Marx, 2008, p. 48).

Ao trazer para este estudo a categoria “modo de produção”, dialogo com Gorender (2016, p. 56). Segundo o autor, a maioria das abordagens resultaram em interpretações que “chegaram a contradições teóricas insuperáveis nos limites da orientação metodológica. Contradições que se revelam com toda a força quando se deve enfrentar a questão das relações de produção”.

Gorender (2016) sinaliza que

A desobstrução metodológica impõe a inversão radical do enfoque: as relações de produção da economia colonial precisam ser estudadas de dentro para fora, ao contrário do que tem sido feito, isto é, de fora para dentro (tanto a partir da família patriarcal ou do regime jurídico da terra, quanto a partir do mercado ou do sistema colonial). A inversão do enfoque é que permitirá correlacionar as relações de produção às forças produtivas em presença e elaborar a categoria de modo de produção escravista colonial na sua determinação específica (Gorender, 2016, p.58).

Ao apontar para a necessidade dessa desobstrução metodológica, Gorender (2016) propõe uma reanálise das relações de produção no sistema escravista colonial, no qual permite avaliar, na particularidade brasileira, o modo de produção escravista colonial¹⁴.

A partir da análise de Gorender (2016), o sistema de plantação escravista colonial constitui uma forma específica de organização produtiva que sustenta, historicamente, o modo

¹⁴ Para uma melhor compreensão, cf. Gorender (2016).

de produção escravista moderno, especialmente no Brasil. Essa estrutura econômica estava voltada prioritariamente à produção agrícola em larga escala para o mercado externo, sendo sustentada pela exploração sistemática do trabalho escravizado africano e afrodescendente.

O sistema de plantação escravista colonial caracterizado pela monocultura com um setor secundário de economia natural, a “plantagem” articulava a produção agrícola à transformação inicial do produto — como nos engenhos de açúcar —, sob comando unificado e com divisão do trabalho interna, porém de baixa especialização entre os trabalhadores (Gorender, 2016).

Embora integrada ao circuito do capital mercantil europeu, a plantagem escravista não pode ser confundida com uma forma capitalista de produção, uma vez que seu núcleo reprodutivo repousava sobre a negação da liberdade dos trabalhadores e sobre a posse direta de seres humanos como força produtiva. Assim, o autor afirma o escravismo colonial como um modo de produção, teve papel decisivo na acumulação primitiva de capital das metrópoles e no enraizamento da lógica da racialização das relações sociais no Brasil (Gorender, 2016).

Sendo assim, em concordância com Gorender (2016, p. 61) quando afirma que “a economia política é a ciência dos modos de produção, de todos em geral e de cada um deles em especial, de sua sucessão e das transições de um para o outro”, no qual “o modo de produção da existência material constitui o fundamento ontológico da sociedade humana”, e por isso, entendo nesta pesquisa que o período escravista colonial se estabeleceu como um modo de produção escravista colonial, na medida em que concentrou elementos estruturais (econômicos, políticos e sociais) determinantes para a **transição** e implementação do trabalho assalariado no Brasil.

A categoria transição como processo histórico é fundamental para a apreensão das manifestações concretas sintetizadas nas categorias modo de produção e formação social. Ela expressa a mediação entre cada época histórica e seus correspondentes modos de produção e formações sociais. Como categoria adequada para sintetizar a luta entre relações sociais que morrem e as que estão a nascer, ela é rica, complexa e reveladora, à medida que engendra as continuidades e rupturas, como o processo que dissolve determinadas relações de produção e possibilita a germinação de outras distintas (Souza, 2019, p. 76).

Moura (2004, p. 149) ao definir a escravidão moderna, tal como desenvolvida nas colônias europeias a partir do século XV, defende que esta foi constituída como um **modo de produção escravista colonial**, dotado de estrutura e dinâmica próprias, mas que reproduziu, com adaptações, as leis fundamentais do modo de produção escravista antigo. Segundo o autor, sua característica central reside na transformação do sujeito escravizado em *instrumentum vocale* — ou seja, em um “instrumento falante”, equiparado juridicamente a uma coisa ou animal — e no papel estruturante que desempenhou na acumulação primitiva de capital.

Para Moura (2004) embora a escravidão tenha existido na Europa, foi apenas nas colônias que ela se constituiu como modo de produção, mediada por dispositivos legais e códigos de controle racial. No Brasil, tal sistema vigorou por cerca de quatro séculos, deixando marcas profundas no ethos nacional e delineando os contornos do sistema capitalista que o sucedeu.

(...) Quase quatrocentos anos de escravismo colonial - parece, no entanto, que não sensibiliza e estimula os nossos cientistas sociais, mais voltados para assuntos tópicos, centrados em fatos e processos secundários, fugindo, assim, de analisar mais profundamente o modo de produção escravista, como ele se manifestou no Brasil e as muitas (e profundas) aderências sociais, econômicas, políticas, culturais e psicológicas que deixou na nossa sociedade atual (Moura, 1983, p. 124).

Moura (1983), ainda sinaliza para a necessidade da análise do escravismo colonial como um modo de produção, na medida em que foram estabelecidas na sua estrutura as forças produtivas (meios de produção, força de trabalho) e as relações de produção (relações sociais escravistas), por um determinado período histórico, no qual desempenharam um papel político e econômico fundamental enquanto base para implementação do modo de produção capitalista no Brasil.

Contudo, entendo que a análise da formação social não se concentra apenas no paradigma econômico identificado pelo modo de produção, mas também no seu sentido sociológico.

As formações sociais não se reduzem aos modos de produção. Compõem-se de modos de produção e formas de consciência social e instituições que os homens criam coletivamente sobre a base do modo de produção. Estrutura (modo de produção) e superestrutura (formas de consciência e instituições) se englobam e se articulam em cada formação social. A categoria de formação social seria dispensável se a concepção marxista da sociedade humana se prendesse unicamente ao modo de produção. No estudo das formações sociais e dos modos de produção, a economia política se une à sociologia e à ciência da história. Sob o prisma categorial das formações sociais, as chamadas ciências humanas superam a necessária especialização e readquirem a unidade cognoscitiva que exige seu objeto comum (Gorender, 2016, p. 61).

Nesta perspectiva, em acordo com Ianni (1978) ao apontar para as análises sociológicas que insistem em apagar o modo de produção escravista no contexto da formação social brasileira. O autor indaga:

Como e porque o capitalismo cria, desenvolve e destrói a escravatura? Quando e como as contradições internas e externas, em cada uma das formações sociais escravistas, passam a desenvolver-se e manifestar-se de forma irreversível, ou revolucionárias, provocando a extinção do regime de trabalho escravo? Em que medida as peculiaridades da formação social escravista e do processo abolicionista, em cada país, influenciam, ou determinam, as peculiaridades das formas de integração e antagonismo raciais após a extinção do regime de trabalho escravo? Como se cruzam, ou não, raça e classe, nos quadros das relações capitalistas de produção? Qual é a relação entre capitalismo e racismo? (Ianni, 1978, [s.p.]).

Considerando a dinâmica sociorracial em que a formação social se constitui e por entender a importância dos processos históricos para a leitura da realidade social, adotei as

categorias “raça” e “racismo” neste estudo por entender que tais categorias ainda não foram suficientemente discutidas no Serviço Social de modo a promovê-las como categorias sociológicas explicativas do processo de opressão dos sujeitos afetados pelo colonialismo como mecanismo de exploração nos termos do trabalho assalariado.

Ao tomar enquanto objeto deste estudo a produção de conhecimento de assistentes sociais negras antirracistas sobre a questão social e racismo, dialogo com Munanga (2004) no que se refere ao conceito de racismo, ao afirmar que:

Criado por volta de 1920, o racismo, enquanto conceito e realidade, já foi objeto de diversas leituras e interpretações. Já recebeu várias definições que nem sempre dizem a mesma coisa, nem sempre têm um denominador comum. Quando utilizamos esse conceito em nosso cotidiano, não lhe atribuímos os mesmos conteúdos e significados, daí a falta de consenso até na busca de soluções contra o racismo (p.24).

O autor ainda aponta ainda:

Por razões lógicas e ideológicas, o racismo é geralmente abordado a partir da raça, dentro da extrema variedade das possíveis relações existentes entre as duas noções. Com efeito, com base nas relações entre "raça" e "racismo", este seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas que se situam numa escala de valores desiguais. Visto desse ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça, em sua concepção, é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos etc. que ele considera naturalmente inferiores aos do grupo ao qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas (Munanga, 2004, p. 24).

Segundo Moura (1994, p.28) “somente admitindo-se o papel social, ideológico e político do racismo poderemos compreender sua força permanente e seu significado polimórfico e ambivalente”. Esta afirmação evidencia que o racismo não pode ser apreendido de forma secundária ou acessória, mas como um elemento estrutural que atravessa a sociedade brasileira em múltiplas dimensões, determinando relações sociais, formas de exploração e práticas de dominação, reforçando que toda análise que ignore o papel central do racismo na organização social brasileira é insuficiente para compreender as desigualdades, os conflitos e as resistências da população negra.

2.2.1 Raça e racismo

Para esta investigação, inicialmente é necessário compreender como a raça e o racismo se inserem no contexto da formação social brasileira. Sobretudo, se faz necessário discutir tais categorias de modo a promovê-las, sociologicamente e explicativas do processo de opressão dos sujeitos afetados pelo colonialismo e pelos desdobramentos que culminaram na superexploração do trabalho assalariado para grupos específicos e diferenciados. Entendo que essa insuficiência sociológica ocorre em razão do mito da democracia racial ainda prevalente no pensamento social brasileiro que tenta negar a existência do racismo e suas determinações nas relações sociais e político-econômicas no capitalismo.

Sendo assim, busco realizar uma análise sobre a gênese da raça e do racismo a partir de uma perspectiva de totalidade. Dialogo com Munanga (2004, p. 17), ao apontar que na história da humanidade sempre houve a necessidade de categorizar, a “classificação é um dado da unidade do espírito humano”. Ao longo do seu desenvolvimento, a humanidade sempre utilizou a classificação para distinguir. Inicialmente na Zoologia e na Botânica para classificar as espécies animais e vegetais e posteriormente a partir de um campo semântico, quando a humanidade começou a classificar-se através do conceito de raça, no qual possui origem italiana “*razza*, que por sua vez veio do latim *ratio*, que significa sorte, categoria, espécie”.

Como a maioria dos conceitos, o de raça tem seu campo semântico e uma dimensão temporal e especial. No latim medieval, o conceito de raça passou a designar a descendência, a linhagem, ou seja, um grupo de pessoa que têm um ancestral comum e que, ipso facto, possuem algumas características físicas em comum. Em 1684, o francês François Bernier emprega o termo no sentido moderno da palavra, para classificar a diversidade humana em grupos fisicamente contrastados, denominados raças. Nos séculos XVI-XVII, o conceito de raça passa efetivamente a atuar nas relações entre classes sociais da França da época, pois utilizado pela nobreza local que si identificava com os Francos, de origem germânica em oposição ao Gauleses, população local identificada com a Plebe. (...) Percebe-se como o conceito de raças “puras” foi transportado da Botânica e da Zoologia para legitimar as relações de dominação e de sujeição entre classes sociais (Nobreza e Plebe), sem que houvessem diferenças morfo-biológicas notáveis entre os indivíduos pertencentes a ambas as classes. (Munanga, 2004, p.17).

Com a exploração de novos territórios pelos Europeus e a consequente descoberta de novos Ethos e etnias humanas (ameríndios, negros, melanésios), à princípio questionou-se a legitimidade sobre a humanidade desses grupos em detrimento das diferenciações no que se refere às características físicas (étnicas) colonizadoras. Essa estruturação de raça cunhada para diferenciar a espécie humana a partir das diferenças estéticas, também possibilitou a criação de um campo ideológico de poder, que determinou uma raça predominante e *os outros* “dominados”. Essa base ideológica da classificação humana foi assegurada até o século XVII

através da “Teologia e pela Escritura, que tinham o monopólio da razão e da explicação” (Munanga, 2004, p. 17).

A partir do iluminismo no século XVII, os filósofos rejeitaram o conceito cunhado pela Teologia, “eles se recusam a aceitar uma explicação cíclica da história da humanidade fundamentada na idade de “ouro”, para buscar uma explicação baseada na razão transparente e universal e na história cumulativa e linear” (Munanga, 2004, p. 18). Todavia, “o projeto de universalização” que previa a inserção de colonizados, onde a liberdade e igualdade seriam premissas de um modelo social, se esbarraram na Revolução Haitiana¹⁵, demonstrando que a raça seria preponderante no processo de dominação e o que o iluminismo “não tornava todos os homens iguais e sequer faria com que todos os indivíduos fossem reconhecidos como seres humanos” (Almeida, 2019. p. 17).

Na América Latina, a perspectiva da raça infiltra-se a partir do modo de produção escravista colonial, no qual antecede o modo de produção capitalista, amparado pela ideologia europeia de dominação dos povos africanos sequestrados e da exploração da população indígena originária. Senhores de escravos legitimavam a escravidão através da ideologia de inferioridade biológica e cultural do/a africano/a, sucedendo a continuidade ideológica dos povos primitivos não-brancos, da Ásia, África e Oceania (Moura, 1994).

Segundo Moura (1994, p. 30), “toda essa população nativa ou compulsoriamente trazida da África fazia parte de uma massa, sem história, sem máscara, sem cultura, sem moral e sem perspectiva civilizatória”. O processo de escravização não significou uma escravização generalizada, “(...), mas somente daqueles localizados em uma determinada parte do continente africano” população essa identificada como negros e africanos, direcionados a ocupar um lugar na escravidão (Guimarães, 2008, p. 70). A partir dessa conformação ideológica, a raça emerge como determinação da classificação entre superiores e inferiores, tornando-se base fundamental para justificar o processo de escravização e implementação do modelo capitalista em territórios colonizados.

No século XIX, as bases da razão e da liberdade são substituídas pela base científica do positivismo, nesta lógica, a estrutura da raça se engendra pelo campo científico. A sociologia antropóloga europeia, a partir de estudos, afirmava a inferioridade da população negra africana

¹⁵ “O povo negro haitiano, escravizado por colonizadores franceses, fez uma revolução para que as promessas de liberdade e igualdade universais fundadas pela revolução francesa fossem estendidas a eles (...). O resultado foi que os haitianos tomaram o controle do país e proclamaram a independência em 1804. (...) Os mesmos que aplaudiram a Revolução Francesa viram a Revolução Haitiana com desconfiança e medo”. Até os dias atuais a ilha caribenha sofre o preço da reivindicação da liberdade (Almeida, 2019, p. 28).

a partir de características biológicas. No Brasil esse fenômeno foi definido como racismo científico, foi defendido pelo antropólogo Nina Rodrigues (Moura, 1994).

A incorporação do racismo científico no Brasil não apenas consolidou hierarquias raciais, como também se articulou ao projeto mais amplo de colonização e de construção de uma sociedade excludente. Essa perspectiva científica legitimava práticas de inferiorização que se expressavam tanto no tratamento destinado à população negra quanto nas políticas de imigração e nas representações sobre os povos indígenas.

Segundo Munanga (1999), em “As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil” (1894), Nina Rodrigues entrou em desavença com Sílvio Romero, ao rejeitar a ideia de que seria possível constituir uma civilização brasileira a partir da fusão entre a cultura europeia e as contribuições negras e indígenas, consideradas por ele como “espécies incapazes”. Rodrigues defendia que uma adaptação forçada de grupos vistos como atrasados a uma civilização tida como superior resultaria em desequilíbrios psíquicos. Apoiado em uma concepção evolucionista, acreditava que a evolução ontogênica seria a recapitulação abreviada da evolução filogênica, o que significava atribuir ao indivíduo a herança dos traços somáticos e do estágio mental da sua “raça” (Munanga, 1999, p. 54).

Dessa forma, entendia que o atavismo poderia se manifestar nos cruzamentos interraciais. A constatação da heterogeneidade racial e cultural da população brasileira, inclusive em sua distribuição, levou-o a rejeitar a ideia de unidade étnica defendida por Romero. Em lugar disso, propôs a institucionalização e a legalização da diferença por meio da criação de uma figura jurídica denominada “responsabilidade penal atenuada”, concebida para gerir as desigualdades entre as raças e seus “subprodutos”, sustentando a tese de que não havia um mesmo grau de cultura mental entre elas (Munanga, 1999, p. 54).

Munanga (1999) ainda sinaliza sobre a perspectiva racista coadunada por Nina Rodrigues no que se refere aos direitos sociais considerando a miscigenação no Brasil.

(...) as desigualdades entre as raças, seriam necessárias modificações na responsabilidade penal. A regra do contrato na sociedade brasileira, que considera todos os indivíduos iguais perante a lei, que é uma medida de defesa social, é convertida em pura repressão: índios, negros e mestiços não têm a mesma consciência do direito e do dever que a raça branca civilizada, porque ainda não atingiram o nível de desenvolvimento psíquico, seja para discernir seus atos, seja para exercer o livre-arbítrio (Munanga, 1999, p. 54).

Segundo Almeida (2019) a noção de raça constitui um fator político central, sendo frequentemente utilizada para naturalizar desigualdades, legitimar a segregação e justificar o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários. Nesse sentido, a raça é entendida como um elemento essencialmente político, cujo significado só faz sentido no âmbito

sócio-antropológico, e não como uma categoria fixa ou estática. Assim, a forma como a raça é estruturada mantém uma relação intrínseca com os interesses políticos e econômicos das sociedades contemporâneas.

Podemos observar que o conceito de raça tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é natural, é de fato uma categoria etnosemântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. (Munanga, 2004, p. 22).

Sendo assim, destaco que o racismo se apresenta como fenômeno social mais sofisticado enquanto derivação do mecanismo de operacionalização dos sistemas de opressão com base na raça. Ele sempre esteve presente, apresentando-se em singulares contextos da história da humanidade. Segundo Moura (1994, p. 28) o racismo “não é uma conclusão tirada dos dados da ciência, de acordo com pesquisas de laboratório que comprovem a superioridade de um grupo étnico sobre o outro”. Para o autor, o racismo conceitua-se como

(...) uma ideologia deliberadamente montada para justificar a expansão dos grupos de nações dominadoras sobre aquelas áreas por eles dominadas ou a dominar. Expressa, portanto, uma ideologia de dominação, e somente assim pode-se explicar a sua permanência como tendência de pensamento. Vê-lo como uma questão científica cuja última palavra seria dada pela ciência é plena ingenuidade, pois as conclusões da ciência condenam o racismo e nem por isso ele deixa de desempenhar um papel agressivo no contexto das relações locais, nacionais e internacionais (Moura, 1994, p. 28).

Moura (1994, p. 28) enfatiza que “o racismo tem, portanto, em última instância, um conteúdo de dominação, não apenas étnico, mas também ideológico e político”. Na particularidade brasileira, o racismo emerge a partir da colonização escravista no século XVI, como “arma justificadora da invasão e do domínio das áreas consideradas “bárbaras”, “inferiores”, “selvagens” que, por isso mesmo, seriam beneficiadas com a ocupação dos seus territórios e a destruição de suas populações pelas nações “civilizadas”.

Para Munanga (2004, p. 24) o conceito de racismo possui muitas variações, sobretudo, porque são utilizados habitualmente sem considerar “os mesmos conteúdos e significados” e, por isso, atribui a dificuldade de estabelecer estratégias contra este.

Para o autor, a raça como primeira determinação do racismo, a partir da divisão de grupos com as mesmas características, se configura como uma crença “na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural” (Munanga, 2004, p. 24). Cria-se um sentido sociológico, ou seja,

não são apenas os traços físicos que definem a raça, características culturais, religiosas, linguísticas determinam a conformação de uma inferioridade.

Segundo Munanga (2004, p. 24) “o racismo é uma tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas”. Para o autor, algumas “teorias” justificam o racismo ao longo da história. A primeira delas é apontada a partir de uma derivação bíblica, uma espécie de maldição lançada por Noé para um de seus filhos, nesse caso Cam (ancestral da raça negra), registrado no livro de Gênesis. Essa maldição registrada bíblicamente, foi utilizada como base para os calvinistas justificarem e legitimarem o racismo no século XVI.

Segundo Munanga (2004), a segunda teoria ocorre pela perspectiva biológica, a relação direta entre “qualidades morais, psicológicas, intelectuais e culturais” (p. 26), que resultaram na conformação das raças estruturadas entre superiores e inferiores. A divisão do *Homo Sapiens*, a partir das características estéticas, definidas por Carl Von Linné, elaborou quatro raças, entre estas, a designação do “europeu: branco, sanguíneo, musculoso, engenhoso, inventivo, governado pelas leis, usa roupas apertadas” foi idealizada modelo universal, qualquer outro grupo com características diferentes deste, será preferido racialmente na estrutura das sociedades capitalistas (Munanga, 2004, p. 26).

Todavia, o autor chama atenção para a dimensão biológica do racismo como ideologia de dominação, e uma possível banalização deste quando não se considera os seus efeitos nefastos no mundo, como por si só pudesse explicar tudo, tentando mascarar a profundidade dos danos e das violências operadas a partir da raça (Munanga, 2004).

Neste sentido, dialogo com Gonzalez (2020, p. 130), ao classificar o racismo aberto, referindo-se as sociedades de origem anglo-saxônicas, germânica ou holandesa, que assumem explicitamente a segregação de grupos não-brancos, como no caso do Apartheid¹⁶ na África do Sul, a partir da descendência biológica, o “sangue negro nas veias”. A autora também apresenta um outro conceito referindo-se ao racismo disfarçado, como uma forma de negação do reconhecimento da raça como fator determinante das relações sociais, aproximando-se da realidade brasileira no que se refere à pseudo democracia racial.

¹⁶ “O apartheid (palavra do Afrikans), foi oficialmente definido como um projeto político de desenvolvimento separado, baseado no respeito das diferenças étnicas ou culturais dos povos sul africanos. Um projeto, certamente fundamentado no multiculturalismo político e ideologicamente manipulado” (Munanga, 2004, p. 27).

Importante destacar que Apartheid da África do Sul, representou um projeto de sociedade no qual o “multiculturalismo político e ideologicamente manipulado” configurou o racismo e sua manutenção nos países do Terceiro Mundo (Munanga, 2004, p. 27).

Para Almeida (2019, p. 32) o racismo apresenta-se como “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos” considerando sua relação com o grupo ao qual pertença. O racismo, atua como um mecanismo de naturalização das desigualdades sociais na antagônica relação entre capital-trabalho, isso porque, as suas formas de atuação serão modernizadas a cada crise capitalista com a intencionalidade de garantir o controle social e a lucratividade com a superexploração da força de trabalho, amparada pela lógica racial nas relações de classe, na estrutura política e econômica da sociedade capitalista.

Ao situar algumas concepções conceituais sobre raça e racismo, e a forma com que tais categorias sociológicas engendram os mecanismos de dominação a partir das relações sociais e político-econômicas, é necessário compreender em quais condições objetivas e materiais o racismo se apresenta como determinação central na estruturação das desigualdades sociais no modo de produção capitalista na forma do trabalho assalariado.

2.2.2 Raça e gênero: breves considerações histórico-políticas da mulher negra no Brasil

Buscando perquirir esse caminhar sobre a mulher negra até aqui, encontrei em Gonzalez (1935-1994) intelectual, ativista e antropóloga brasileira, pioneira em suas reflexões sobre a condição da mulher negra no Brasil, escritos fundamentais para compreender como os sistemas de opressão se interseccionam para perpetuar desigualdades.

Ao dialogar com o pensamento de Lélia Gonzalez e tantas outras mulheres negras intelectuais, ressalto seus esforços incansáveis em recontar a história a partir de uma outra perspectiva: a visão de uma pirâmide social, onde as mulheres negras ocupam a base da estrutura da sociedade, subvertendo a lógica colonial, o que invisibilizou o protagonismo dessas mulheres na história da formação social brasileira.

Embora a história frequentemente associe o trabalho escravo à figura do homem negro, Gonzalez (2020) destaca para a experiência específica da mulher negra no sistema escravista. A autora aponta para duas categorias que elucidam essa condição: a trabalhadora do eito, explorada no trabalho físico extenuante nas plantações, e a mucama, sujeita à exploração no espaço doméstico, marcada também por violência sexual.

Essas categorias revelam a dupla face da opressão enfrentada por essas mulheres, que eram simultaneamente exploradas como força de trabalho e objetificadas em suas existências. Essa análise é determinante para compreender as raízes do racismo e do sexismo que ainda estruturam as dinâmicas sociais atuais (Gonzalez, 2020).

Enquanto escrava do eito, ninguém melhor do que a mulher para estimular seus companheiros para a fuga ou a revolta — trabalhando de sol a sol, subalimentada e, muitas vezes, cometendo o suicídio para que o filho que trazia no ventre não tivesse o mesmo destino que ela. Vale notar que a vida média de um escravo produtivo não ultrapassava os dez anos. Depois disso, os senhores dele se livravam mediante a concessão da alforria, que significava um tipo especial de “liberdade”: a de morrer de fome, em função da invalidez precocemente adquirida (sendo este o sentido da “Lei” dos Sexagenários) (Gonzalez, 2020, p. 53).

No que se refere à Mucama,

Cabia-lhe a tarefa de manter, em todos os níveis, o bom andamento da casa-grande: lavar, passar, cozinhar, fiar, tecer, costurar e amamentar as crianças nascidas do ventre “livre” das sinhazinhas. E isso sem contar com as investidas sexuais do senhor branco que, muitas vezes, convidava parentes mais jovens para se iniciarem sexualmente com as mucamas mais atraentes. Desnecessário dizer o quanto eram objeto do ciúme rancoroso da senhora. Após o trabalho pesado na casa-grande, cabia-lhes também o cuidado dos próprios filhos, além da assistência aos companheiros chegados das plantações, engenhos etc. quase mortos de fome e de cansaço (Gonzalez, 2020, p. 53).

A história da mulher negra neste território é marcada pela diáspora africana e pelas determinações oriundas do período colonial, condições nas quais foram submetidas, enquanto sistemas de dominação em que se evidenciam o racismo e machismo. A escravidão, que durou quase 400 anos, afetou diretamente o percurso social de africanas(o)s e suas(seus) descendentes, especialmente das mulheres afrodescendentes, pelos níveis de exploração e subordinação que reverberam até os dias atuais.

Após a abolição da escravatura em 1888, a liberdade prometida não veio acompanhada de direitos plenos, e as mulheres negras continuaram a enfrentar exclusão e marginalização econômica, social e política. A condição de mucama determinou a condição da mulher negra no sistema capitalista brasileiro, atualizado pelo estereótipo de mulata e doméstica, em que “a nomeação vai depender da situação em que somos vistas” (Gonzalez, 2020, p. 80).

De um modo geral, a mulher negra é vista pelo restante da sociedade a partir de dois tipos de qualificação “profissional”: doméstica e mulata. A profissão de “mulata” é uma das mais recentes criações do sistema hegemônico no sentido de um tipo especial de “mercado de trabalho”. Atualmente, o significante mulata não nos remete apenas ao significado tradicionalmente aceito (filha de mestiça de preto/a com branca/o), mas a um outro, mais moderno: “produto de exportação”. A profissão de mulata é exercida por jovens negras que, num processo extremo de alienação imposto pelo sistema, submetem-se à exposição de seus corpos (com o mínimo de roupa possível), através do “rebolado”, para o deleite do voyeurismo dos turistas e dos representantes da burguesia nacional. Sem se aperceberem, elas são manipuladas, não só como objetos

sexuais mas como provas concretas da “democracia racial” brasileira; afinal, são tão bonitas e tão admiradas! Não se apercebem de que constituem uma nova interpretação do velho ditado racista “Preta pra cozinhar, mulata pra fornigar e branca pra casar”. Em outros termos, são sutilmente cooptadas pelo sistema sem se aperceberem do alto preço a pagar: o da própria dignidade. A origem de tal “profissão” se encontra no processo de comercialização e distorção (para fins não apenas ideológicos) de uma das mais belas expressões populares da cultura negra brasileira: as escolas de samba (Gonzalez, 2020, p. 59).

Gonzalez (2020) argumenta que o racismo no Brasil se manifesta de forma velada, mascarada pelo mito da democracia racial, enquanto uma ideologia que promove a ideia de que as relações raciais no país são harmoniosas. No entanto, a realidade é que o racismo persiste, e as mulheres negras são as mais prejudicadas por este, na medida em que ocupam as posições mais precarizadas no mercado de trabalho e enfrentam uma sobrecarga de responsabilidades, sendo muitas vezes as principais provedoras de suas famílias:

Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão. Enquanto seu homem é objeto da perseguição, repressão e violência policiais (para o cidadão negro brasileiro, desemprego é sinônimo de vadiagem; é assim que pensa e age a polícia brasileira), ela se volta para a prestação de serviços domésticos junto às famílias das classes média e alta da formação social brasileira. Enquanto empregada doméstica, ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da “inferioridade” que lhe seriam peculiares. Tudo isso acrescido pelo problema da dupla jornada que ela, mais do que ninguém, tem de enfrentar. Antes de ir para o trabalho, tem que buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimentação para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas dos filhos mais velhos com os cuidados dos mais novos (as meninas, de um modo geral, encarregam-se da casa e do cuidado dos irmãos mais novos) (Gonzalez, 2020, p. 58).

A autora destaca que, historicamente, a mulher negra foi invisibilizada tanto nos movimentos feministas quanto nos movimentos negros. O movimento feminista no Brasil, influenciado por uma perspectiva eurocêntrica e majoritariamente branca, negligenciou as questões específicas das mulheres negras, como o racismo e a pobreza. Por outro lado, o Movimento Negro, liderado principalmente por homens, também falhou em abordar as questões de gênero, priorizando as demandas raciais (Gonzalez, 2020).

Nesta perspectiva, ao realizar uma análise sobre “a participação da mulher negra na luta sociopolítica”, Gonzalez (2020, p. 161) critica o movimento feminista branco e a necessidade das discussões políticas singulares sobre a mulher negra na sociedade brasileira nas últimas décadas do século XX:

O engajamento no movimento de liberação das mulheres provocou reações contraditórias. Nos encontros e congressos feministas brancos, mulheres negras eram frequentemente consideradas “agressivas” ou “não feministas” por conta de sua insistência em que o racismo precisava ser parte da luta feminista, já que, assim como o sexism, era igualmente uma forma estrutural de opressão e exploração (Gonzalez, 2020, p. 163-164).

O "feminismo branco", segundo a autora, tende a focar nas experiências e demandas das mulheres brancas de classe média, que dominavam o feminismo hegemônico. As questões específicas das mulheres negras, eram negligenciadas, ignorando essas realidades, no qual a luta das mulheres negras, é profundamente interseccional, pois envolve a necessidade de combater tanto o racismo quanto o sexism, defendendo a necessidade de um feminismo que reconheça essas interseções e que esteja comprometido com a emancipação de todas as mulheres, especialmente as negras, que estão nas margens da sociedade (Gonzalez, 2020).

Ao recorrer ao conceito de racismo por omissão, Gonzalez (2020) destaca como o racismo atua contra as mulheres negras de maneira naturalizada e muitas vezes ignorada. Ela argumenta que o Brasil silencia as vozes dessas mulheres ao sustentar o mito da democracia racial, já que elas enfrentam múltiplas formas de opressão. Além do racismo, sofrem com o machismo, tanto nas relações pessoais quanto no ambiente de trabalho, sendo frequentemente tratadas como subalternas e desvalorizadas em suas capacidades e contribuições:

A exploração da mulher negra enquanto objeto sexual é algo que está muito além do que pensam ou dizem os movimentos feministas brasileiros, geralmente liderados por mulheres da classe média branca. Por exemplo, ainda existem “senhoras” que procuram contratar jovens negras belas para trabalharem em suas casas como domésticas; mas o objetivo principal é que seus jovens filhos possam “se iniciar” sexualmente com elas. (Desnecessário dizer que o salário de uma doméstica é extremamente baixo.) Com isso temos um exemplo a mais da superexploração econômico-sexual de que falamos acima, além da reprodução/perpetuação de um dos mitos divulgados a partir de Freyre: o da sensualidade especial da mulher negra (p. 60).

A autora critica a perpetuação desse sistema de exploração e marginalização, descrevendo-o como parte de um mecanismo estrutural que, embora seja frequentemente negado ou velado, afeta desproporcionalmente as mulheres negras, apresentando o conceito de "Amefricanidade" para destacar as conexões culturais, linguísticas e históricas entre os povos negros das Américas, explicitando que a experiência da mulher negra no Brasil não pode ser entendida de forma isolada, mas em diálogo com a história da diáspora africana (Gonzalez, 2020).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres negras são o grupo social mais afetado pelas desigualdades em termos de trabalho, emprego e renda (IBGE, 2023). Em 2022, a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho foi de 53,3%, enquanto a dos homens alcançou 73,2%, evidenciando uma diferença de 19,9 pontos percentuais. Além disso, a taxa de informalidade entre as mulheres pretas ou pardas foi de 45,4%, superior à dos homens brancos, que foi de 30,7%, evidenciando as disparidades persistentes enfrentadas por mulheres negras no mercado de trabalho brasileiro (IBGE, 2023).

No Brasil, as mulheres pretas ou pardas são mais afetadas pelas desigualdades na educação, no mercado de trabalho, na renda e na representatividade política do que as brancas. Elas dedicam mais tempo aos afazeres domésticos e cuidados de pessoas, têm menor taxa de participação no mercado de trabalho e menor percentual entre as ocupantes de cargos políticos. Além disso, as pretas ou pardas representam a maior parte das vítimas de homicídios contra mulheres praticados fora do domicílio e têm maior percentual de pessoas em situação de pobreza (IBGE, 2023, [s.p.]).

Os dados estatísticos apresentados são fundamentais para elaboração e promoção de políticas públicas, sobretudo, políticas de ações afirmativas que objetivam a proteção e inclusão social de grupos historicamente racializados, entretanto, é preciso considerar que

As profissões de caráter interventivo, em sua maioria, reproduzem o negro como objeto das políticas públicas, quando não o reduz ao mero “assistido; a “cliente. Não há, nesta perspectiva, lugar para reconhecer-lo como sujeito propositivo de sua própria história, como usuário em sua plenitude, segundo suas referências culturais. Essa visão ainda é hegemônica de modo que há muito caminho a percorrer para combater o racismo estrutural em nossa sociedade (Almeida, 2009, p. 823).

E por isso, diferentemente das pesquisas que frequentemente se limitam a apresentar dados estatísticos para denunciar as opressões e explorações enfrentadas pelas mulheres negras no Brasil, busco explicitar que mesmo diante de tantas adversidades, resistimos. E mais do que isso, estrategicamente, insurgimos, nadando contra a maré.

A maré no qual menciono, se refere às contradições de um sistema, no qual estruturou uma pirâmide social, em que a mulher negra é a base. Pensando a partir de uma epistemologia ocidental eurocentrada, a ideia de base se constitui como a inferior, a última. Mas pensando a partir de uma outra lógica, que aqui não aprofundarei, mas fazendo concordância com a perspectiva decolonial¹⁷, refaço o pensamento e dou uma outra referência ao significado de base.

Basta apenas uma busca em qualquer dicionário digital¹⁸ que o significado da palavra “base” se apresenta como alicerce. Mas também pode significar apoio, suporte, sustento, sustentação, sustentáculo, escora, esteio, firmamento, pilar, eixo, assento. Nas palavras de Angela Davis, “quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social onde se encontram as mulheres negras, muda-se a base do capitalismo” (Brasil, 2017, [s.p.]).

É com esse pensamento que apresento não apenas as estatísticas como resultado de um sistema opressor, mas também de como os processos de resistência coletivos e individuais nos trouxeram até aqui.

¹⁷ Cf. Quijano (2005).

¹⁸ DICIO. Base. Dicionário Online. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/base/>.

Desde o período colonial as mulheres negras resistem, desempenhando papéis centrais nas lutas por liberdade e direitos. No período escravista muitas atuaram como líderes quilombolas e participaram de revoltas, como a Revolta dos Malês e a Revolta dos Alfaiates, representadas pela figura heroica de Luíza Mahin. No período pós-abolição, essas mulheres continuaram a lutar por sua emancipação, formando redes de solidariedade em suas comunidades e fundando associações e grupos que promoviam a educação e o bem-estar das pessoas negras (Gonzalez, 2020).

A história das mulheres negras ainda é mantida silenciada. Almeida e Cruz (2024) trazem à baila a história de três mulheres negras, que no início do século XX em pleno avanço do capitalismo industrial, tencionam a reprodução social provida pelo trabalho de cuidado realizado no Brasil e nos Estados Unidos da América, importante mediação e determinação para a manutenção da vida e do trabalho no capitalismo.¹⁹ Trata-se da influência de sindicalistas negras comunistas, filiadas ao Partido Comunista brasileiro e estadunidense. Suas lutas e trajetórias ainda são pouco conhecidas na historiografia feminista negra brasileira.

Gonzalez (2020, p. 63) sublinha sobre o papel das mulheres negras na preservação e transmissão das culturas africanas no Brasil indicando a importância dessas mulheres na manutenção viva da religiosidade afro-brasileira, como o candomblé e a umbanda, e por sustentar tradições culturais que resistiram à opressão do colonialismo e do racismo, enquanto formas de resistência social através da figura da “mãe preta”.

Nesta direção, ao analisar o movimento de mulheres negras e as estratégias políticas contra o racismo e o sexism, Werneck (2010) destaca que

As mulheres negras não existem. Ou, falando de outra forma: as mulheres negras, como sujeitos identitários e políticos, são resultado de uma articulação de heterogeneidades, resultante de demandas históricas, políticas, culturais, de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo dos séculos de escravidão, expropriação colonial e da modernidade racializada e racista em que vivemos (Werneck, 2010, p. 10).

Neste sentido, Werneck (2010, p. 10) argumenta que “as mulheres negras, como sujeitos identitários e políticos, são resultado de uma articulação de heterogeneidades”, fruto de demandas históricas, culturais e políticas moldadas pela luta contra a escravidão, a colonização e o racismo estrutural. Essas articulações foram fundamentais para que as mulheres negras se tornassem agentes ativas na transformação social.

Ao afirmar estas heterogeneidades, destaco a diversidade de temporalidades, visões de mundo, experiências, formas de representação, que são constitutivas do modo

¹⁹ Cf. Almeida e Cruz (2024).

como nos apresentamos e somos vistas ao longo dos séculos da experiência diaspórica ocidental. Tais diversidades fazem referência às lutas desenvolvidas por mulheres de diferentes povos e regiões de origem na África, na tentativa de dar sentido a cenários e contextos em rápida e violenta transformação. Mudanças que resultariam na constituição de uma diáspora africana que significasse algum tipo de continuidade em relação ao que poderia ser definido como nós, com o que éramos e que não seríamos nunca mais (Werneck, 2010, p. 10).

Segundo a autora, as mulheres negras recorreram a diferentes estratégias de “(auto)identificação ou de identidade e de organização política” (Werneck, 2010, p. 11). A diversidade das experiências vividas reflete a riqueza das culturas africanas e sua ressignificação na diáspora. Conforme Werneck (2010, p. 13), divindades femininas da tradição iorubá, como Iemanjá, Oxum e Iansã, são mencionadas como “exemplos de nosso repertório de identidades” que atravessaram os séculos, inspirando resistências e reafirmando o poder feminino. Essas figuras mitológicas se transformaram em símbolos de luta, demonstrando como a tradição foi integrada aos movimentos políticos e culturais das mulheres negras no Brasil.

Tais possibilidades partem deste reconhecimento: estamos diante de diferentes agentes históricas e políticas – as mulheres negras – intensas como toda diversidade. Entre estes repertórios, estão alguns dos mitos sagrados presentes no Brasil desde que a diáspora africana foi criada. Eles referem-se a figuras femininas que atuaram e ainda atuam como modelos, como condutores de possibilidades identitárias para a criação e a recriação de diferentes formas de feminilidade negra. Assinale-se aqui uma visão da tradição como repertório maleável e mutante, que responde a contextos históricos, políticos e, principalmente, a projetos de futuro (Werneck, 2010, p. 11).

No que se refere a importância das mulheres negras nos quilombos e nas irmandades religiosas, Werneck (2010) destaca a liderança feminina em organizações como a “Irmandade da Boa Morte”, que articula tradições afro-brasileiras e resistências ao regime escravocrata, mencionando figuras históricas como Aqualtune e Mariana Crioula, que simbolizam a resistência política e econômica das mulheres negras em contextos de extrema adversidade. Essas organizações desempenharam um papel crucial na garantia da sobrevivência cultural e material das comunidades negras.

Ainda no âmbito das articulações políticas em torno do sagrado e do encontro entre matrizes culturais e religiosas ocidentais e africanas, foram criadas irmandades femininas negras. Essas eram associações religiosas abrigadas no interior dos rituais cristãos, especialmente na religião católica, hegemônica no período escravocrata. E tiveram grande importância no estabelecimento de condições materiais de subsistência para as mulheres de diferentes etnias africanas e para as afro-brasileiras, bem como propiciaram as articulações necessárias para o confronto ao regime da época, até mesmo para as ações e estratégias políticas de massa, como as revoltas urbanas que antecederam a derrubada do regime. Algumas dessas são atuantes até hoje, como a Irmandade da Boa Morte, no interior da Bahia. Vinculada à igreja católica, ela reúne mulheres negras idosas da mais alta hierarquia das religiões afro-brasileiras, especialmente do Candomblé. Seus rituais públicos explicitam as articulações entre religiões e matrizes culturais, ainda que seus mistérios sejam profundamente afro-brasileiros (Werneck, 2010, p. 13).

Werneck (2010, P. 15) aponta para as transformações ocorridas após o fim da escravidão, quando as mulheres negras passaram a liderar novos movimentos voltados à equidade social e à garantia de direitos. Um exemplo significativo é a fundação da primeira associação de trabalhadoras domésticas, liderada por Laudelina Campos Melo, que “integrou a Frente Negra Brasileira e impulsionou a organização de mulheres trabalhadoras no Brasil”. Essas iniciativas reafirmaram a capacidade de articulação e liderança das mulheres negras, enfrentando a exclusão econômica e social.

A autora destaca a importância de questionar e ultrapassar os estereótipos impostos pelo racismo patriarcal, e afirma que “os processos de constituição das diferentes identidades ‘mulheres negras’ incluem também a necessidade de sua ultrapassagem, criando novos conceitos mais adequados ao que necessitamos, queremos e devemos ser” (Werneck, 2010, p. 11), ressaltando a instabilidade e a dinâmica dessas identidades, que evoluem conforme os cenários políticos e sociais.

Werneck (2010, p. 16) aponta para a necessidade de uma mobilização contínua das mulheres negras, articulando sua resistência à desagregação e à sublimação das condições materiais impostas historicamente. A autora afirma que “ainda nos resta a tarefa inconclusa, ou pouco valorizada, de buscar a voz própria”, expressando quem “somos e o que desejamos ser, antes e além do eurocentrismo”.

Essa perspectiva evidencia que o protagonismo das mulheres negras não se limita à reivindicação de direitos individuais, mas constitui uma prática política e social central para a transformação das estruturas de poder e desigualdade, tanto no Brasil quanto em um contexto global, desafiando padrões eurocêntricos e legitimando novas formas de conhecimento e ação emancipatória.

Ou seja, nosso desafio ainda é indagar a partir de qual ou quais formas poderemos, radicalizando os princípios das ialodês ou os princípios feministas e suas contradições, nos colocar na arena pública em nosso próprio nome. Sem demasiada valorização do individualismo e tampouco reificando culturas e seus aspectos de subjugação, o que nos tornaria cúmplices das demandas da atual avidez pelo exótico, pelo diferentes, pela alteridade de consumo. Falando a voz de nossos desejos (Werneck, 2010, p. 16).

Nesta perspectiva, Almeida (2011) discute a noção de alteridade, compreendida como o reconhecimento da existência do "outro" em relação a si mesmo. No caso da mulher negra, a alteridade é atravessada por relações de poder que a posicionam socialmente como "o outro desqualificado": alguém cuja humanidade, subjetividade e inteligência são sistematicamente negadas. O olhar do outro, branco, masculino, dominante, constrói uma representação desumanizante da mulher negra, marcada por estigmas de hipersexualização, subalternidade e ignorância.

A autora articula a ideia de que a identidade não é um dado natural, mas uma construção histórica e relacional, moldada por discursos sociais, experiências coletivas e resistências, sinalizando que a mulher negra, nesse processo, transita entre identidades impostas e identidades projetadas, estas últimas como expressão de sua insurgência (Almeida, 2011).

Almeida (2011) enfatiza que o racismo e o sexismão agem de forma isolada, mas se articulam profundamente na produção de desigualdades e na conformação das subjetividades negras femininas. A mulher negra é duplamente atingida: pelo racismo estrutural que a posiciona como inferior racialmente, e pelo sexismo que a torna socialmente descartável ou hipersexualizada, ocupando um lugar singular de opressão, mas também de resistência, um lugar epistemológico e político que precisa ser reconhecido em sua complexidade.

A tese da autora enfatiza a invisibilização da mulher negra nos espaços acadêmicos, políticos e sociais, destacando que, mesmo quando ascendem socialmente, elas continuam enfrentando barreiras simbólicas e materiais. Ao serem percebidas como “exceções” em espaços de prestígio, como a universidade, são frequentemente solitárias, alvo de desconfiança, e carregam o peso de representar toda uma coletividade (Almeida, 2011).

No entanto, a autora afirma que essa condição de exceção não anula o caráter coletivo da experiência negra feminina, tampouco seu potencial transformador. Ao contrário: muitas mulheres negras constroem laços de solidariedade e criam formas próprias de resistência, baseadas em suas ancestralidades, em saberes compartilhados e na afirmação da negritude como projeto político (Almeida, 2011).

Para Almeida (2011), a resistência da mulher negra é compreendida como prática ativa e simbólica, que se manifesta desde a ocupação de espaços acadêmicos, à construção de narrativas próprias, até a reconexão com saberes ancestrais. Essa mulher se constitui como sujeito político, cuja presença desafia a ordem patriarcal e racista que estrutura o Brasil.

Por fim, compreender o lugar complexo e potente da mulher negra na sociedade brasileira é ao mesmo tempo percepção-la como produto das violências estruturais e agente de ruptura dessas mesmas violências. Sua identidade é atravessada por negações históricas, mas também por afirmativas subjetivas e coletivas. Sua presença na universidade não representa apenas uma conquista pessoal, mas um ato político que reconfigura o campo simbólico do saber e da cidadania (Almeida, 2011). Ao ocupar esse espaço, a mulher negra afirma epistemologias próprias, que desafiam as hierarquias raciais e de gênero cristalizadas nas instituições. Assim, sua trajetória acadêmica não só rompe silêncios seculares, mas também inaugura novas possibilidades de leitura crítica da realidade social brasileira.

2.2.3 Considerações acerca do mito da democracia racial

Ao trazer para este estudo algumas considerações acerca da discussão sobre o mito da democracia racial e sua interferência na construção do pensamento social brasileiro, busco situar como esses fenômenos impactaram objetivamente na estruturação e na naturalização das desigualdades de ordem socioracial, na medida em que essa perspectiva subsidiou a negação dos aspectos históricos da formação social, no qual o colonialismo e o racismo determinaram a dinâmica econômica, política, social, cultural e ideológica no capitalismo brasileiro. De acordo com Silva (2017, p. 39).

Os estudos sobre as origens do Estado capitalista e das classes sociais em ex-colônias escravistas requerem indagações mais abrangentes acerca dos processos e dos sujeitos históricos atuantes na formação político-econômica, social e histórica brasileira. Uma perspectiva que demanda uma abordagem teórico-metodológica baseada na sociologia e na historiografia críticas.

Destaco esse contexto porque a maioria das pesquisas modernas concentra-se em “simples levantamentos empíricos, quantitativos, os graus de preconceito racial, marginalização, prostituição e criminalidade existentes na comunidade negra” (Moura, 1983, p. 125), sem apresentar o problema do negro no Brasil em relação às suas raízes históricas.

Essa recusa em situar o negro historicamente funciona como uma estratégia ideológica de dominação, fundamentada na perspectiva de inferioridade racial. Ao reconhecer sua historicidade, porém, percebe-se o negro como agente coletivo dinâmico e radical desde a origem da escravidão no Brasil, participando politicamente das lutas organizadas, como nas insurreições e na construção dos quilombos, sendo a República de Palmares destacada como único acontecimento político capaz de desafiar a economia e a estrutura militar colonial (Moura, 1983).

Por isto faz-se tudo para que a escravidão seja esquecida e quando lembrada seja romantizada dentro dos valores que dão vigamento ao conceito de democracia racial: o da benignidade da escravidão no Brasil. Para isto, certos cientistas sociais dão uma série de cortes na interpretação da nossa história para que a escravidão seja minimizada ou colocada de tal forma que passe a ser uma escravidão diferente, benigna, cristã (Moura, 1983, p. 129).

Após um longo período de dominação social através do modo de produção escravista, o final do século XIX é marcado pela extinção do tráfico de escravas(os) trazidas(os) da África, mais precisamente em 1850, enquanto resultado dos processos de lutas e resistências negras. Do ponto de vista interno, a extinção do tráfico internacional não significou o fim do sistema escravista, pelo contrário, remodelou os mecanismos de dominação baseado no

“desenvolvimento” do mercado agrícola para o atendimento às demandas internacionais (Moura, 2023).

A decomposição do sistema escravista constituiu a(o) negra(o) como uma mercadoria nacional valorizada dada as condições de impedimento do tráfico internacional. “(...) O escravo já não era mais aquela mercadoria barata e facilmente substituível, mas pelo contrário, devia ser protegida, pois sua inutilização iria onerar o custo da produção” Moura (2023, p. 89). Essa condição evidenciou a importância da mão-de-obra escrava na produção agrícola, já que o imigrante europeu não possuía aptidão com a agricultura, especialmente, a cafeeira.

Neste sentido, diante do aumento da demanda internacional pelo café, o preço da(o) escravizada(o) nacional aumenta significativamente. No entanto, visando sempre uma taxa de lucro elevada, os colonizadores europeus optaram pela imigração da mão-de-obra branca, no qual tornou-se mais barata, criando-se o mito da superioridade racial, como estratégia de dominação em que “o trabalhador branco importado que traria consigo, os elementos culturais capazes de civilizar o Brasil” (Moura, 2023, p. 90).

Esse contexto nacional compreendido entre meados e o final do século XIX, é um importante fator na análise da formação social, em razão dos desdobramentos resultantes da decomposição do sistema escravista em detrimento das atividades agrícolas regionalizadas. Isso porque o declínio da mão-de-obra escrava face à extinção do tráfico africano, implementou a aceleração da imigração europeia. “(...) A defasagem de produzir essa mercadoria ainda através do trabalho escravo” sinalizou para um “novo tipo de organização do trabalho (...), acompanhado de um outro modelo de trabalhador (Moura, 2023, p. 92).

Nesse sentido, Seyferth (2002), ao analisar em seu texto “Colonização, imigração e a questão racial no Brasil”, demonstra que o processo de imigração europeia constituiu uma das primeiras iniciativas para operacionalizar os trâmites burocráticos da chamada “civilização nacional”. Os projetos imigrantistas tinham como objetivo promover a miscigenação como estratégia para embranquecer o território e fomentar o desenvolvimento nacional segundo um modelo europeu, sem levar em conta a historicidade e a presença da população afrodescendente e indígena nesse território.

O pressuposto da superioridade branca, como argumento justificativo para um modelo de colonização com pequena propriedade familiar baseado na vinda de imigrantes europeus – portanto distinto da grande propriedade escravista – foi construído mais objetivamente a partir de meados do século XIX (Seyferth, 2002, p. 118).

Segundo Gonzalez (2020 p. 130-131) a estratégia utilizada pelos europeus nos territórios colonizados através do racismo, especialmente na América Latina, desempenhou

“um papel fundamental na internacionalização da ‘superioridade’ do colonizador pelos colonizados”, em razão da sofisticação ideológica a partir da “ideologia do branqueamento”.

Contudo, a proposta de embranquecer o território nacional, com vistas no processo da miscigenação através da imigração, encontrou barreiras objetivas, porque o embranquecimento “progressivo e automático” proposto como modelo de civilização nacional, tornou-se uma ilusão na medida em que as ditas “classes dominantes” afastaram as possibilidades “de uma possível injeção negra nas suas linhagens” (Moura, 2021, p. 90).

Com efeito, após quase quatro séculos de escravização, período no qual a população negra resistiu através dos movimentos políticos organizados e dos processos de insurgências, a população negra buscou inserir-se socialmente participando efetivamente das lutas pela emancipação do Brasil. No entanto, o pós-abolição significou um problema nacional diante dos objetivos civilizatórios que não incluíram a população negra enquanto ex-escravizada, sendo esta lançada à margem do processo dito civilizatório (Moura, 2021).

O Negro, durante a escravidão, lutou como escravo por objetivos próprios. Mas lutou, também, em movimentos organizados por outros segmentos sociais e políticos. A sua condição de escravo, porém, levava a que - mesmo nesses movimentos - ele não fosse aproveitado politicamente. (Moura, 1983, p. 125)

Segundo Munanga (1999),

O fim do sistema escravista, em 1888, coloca aos pensadores brasileiros uma questão até então não crucial: a construção de uma nação e de uma identidade nacional. Ora, esta se configura problemática, tendo em vista a nova categoria de cidadãos: os ex-escravizados negros. Como transformá-los em elementos constituintes da nacionalidade e da identidade brasileira quando a estrutura mental herdada do passado, que os considerava apenas como coisas e força animal de trabalho, ainda não mudou? Toda a preocupação da elite, apoiada nas teorias racistas da época, diz respeito à influência negativa que poderia resultar da herança inferior do negro nesse processo de formação da identidade étnica brasileira. (Munanga, 1999, p. 51)

Após a decadência do projeto de embranquecimento através da miscigenação, entre o final do século XIX e início do século XX, o próximo passo foi justificar a inferioridade negra a partir de critérios biológicos como mecanismo de “barragem social” para dificultar o ingresso da população negra no contexto do modo de produção capitalista, no qual o racismo se apresentou através de sua versão científica (Moura, 2021).

Cabe ressaltar que apesar do projeto de embranquecimento não se efetivar dentro das perspectivas europeias, a miscigenação ocorre de maneira violenta e involuntária a partir das relações estabelecidas entre colonizadores brancos e as mulheres afrodescendentes e indígenas (Gonzalez, 2020). Essas relações violentas de dominação caracterizadas por estupros, por sua vez, são apresentadas “por muitos sociólogos como uma das provas da nossa *democracia*

racial" (Moura, 2021, p. 83, grifo do autor). Ou seja, a ideia de uma relação romantizada e harmoniosa entre escravizadas(os) e seus colonizadores.

Essa legitimação do racismo científico não se limitou à exclusão social, mas também refletiu em construções teóricas sobre a mestiçagem, que procuravam interpretar a diversidade racial brasileira à luz de pressupostos pseudocientíficos, influenciando o pensamento da elite intelectual do país.

A idéia da mestiçagem tida ora como um meio para estragar e degradar a boa raça, ora como um meio para reconduzir a espécie a seus traços originais; as idéias sobre a degenerescência da mestiçagem, etc., todo o arcabouço pseudocientífico engendrado pela especulação cerebral ocidental repercute com todas suas contradições no pensamento racial da elite intelectual brasileira (Munanga, 1999, p. 50).

Nessa perspectiva, sociólogos, antropólogos e escritores, influenciados pelo projeto colonial de embranquecimento nacional, apoiaram uma ideologia europeia ocidental, considerada desenvolvida, que lhes permitia não apenas analisar e explicar a situação racial no Brasil, mas também propor estratégias para a construção da nacionalidade brasileira, frequentemente vista como problemática devido à diversidade racial presente no país (Munanga, 1999):

A pluralidade racial nascida do processo colonial representava, na cabeça dessa elite, uma ameaça e um grande obstáculo no caminho da construção de uma nação que se pensava branca, daí por que a raça tornou-se o eixo do grande debate nacional que se travava a partir do fim do século XIX e que repercutiu até meados do século XX. Elaborações especulativas e ideológicas vestidas de cientificismo dos intelectuais e pensadores dessa época ajudariam hoje, se bem reinterpretadas, a compreender as dificuldades que os negros e seus descendentes mestiços encontram para construir uma identidade coletiva, politicamente mobilizadora (Munanga, 1999, p. 51).

Nas palavras de Moura (2021, p.105-108, grifo do autor) a suposta democracia racial "não passa de uma posição *branca* em relação ao problema", apontando uma importante determinação na construção do pensamento social brasileiro, na medida em que este último perpetuou a história da formação social a partir da imagem do "bom senhor".

Nesta perspectiva, as diferentes interpretações acerca da formação nacional realizadas por Gilberto Freyre (Casa Grande & Senzala, 1933), Sérgio Buarque de Hollanda (Raízes do Brasil, 1936) e Caio Prado Júnior (Formação do Brasil contemporâneo, 1942) no início do século XX, "refletem o debate, iniciado ainda na década de 1920, sobre a identidade nacional, o projeto de condução e desenvolvimento do país como nação e a integração a partir da diversidade cultural originada pela colonização e as imigrações" (Silva, 2017, p. 47).

Embora essas obras tenham buscado compreender a identidade e o desenvolvimento nacional, elas frequentemente negligenciam o papel ativo da população escravizada na

construção dessa sociedade. As análises de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda e Caio Prado Júnior tendem a enfatizar estruturas sociais e culturais gerais, sem aprofundar as lutas, resistências e contribuições concretas da população escravizada para a formação do Brasil moderno.

Os sociólogos brasileiros que estudam a escravidão elidem sistematicamente ou parcialmente do seu campo de análise, ao procurarem explicar as contradições que geram as modificações registradas no período escravidão/trabalho livre, as lutas dos próprios escravos, como se elas não tivessem influído e pesado, dentro de parâmetros cognitivos estruturalmente limitados, mas socialmente muito relevantes do que se pensa, no resultado do processo (Moura, 2021, p. 30).

Conforme Moura (2021, p. 108) as interpretações realizadas por Freyre como uma espécie de “exaltação à escravidão, aos seus valores, ao senhor-de-engenho e uma glorificação do escravo passivo, dócil, masoquista” moldaram o ideário social no Brasil. Essa idealização oculta a realidade de violências vivenciada pelos escravizados nos engenhos, criando uma narrativa que suaviza ou distorce o sofrimento e a resistência dos trabalhadores forçados. Ao enfatizar valores como a “dócil submissão” do escravo, Freyre deixa de lado a intensidade da exploração, a violência cotidiana e os riscos de vida enfrentados por aqueles que sustentavam a produção colonial (Moura, 2021).

Esqueceu-se, deliberadamente, ou retratou de forma atenuada e/ou deformada, da escravidão dos eitos dos engenhos com escravos trabalhando de dia e de noite, perdendo dedos e mesmo braços na moagem da cana, sendo torturados, espancados pelo feitor, colocados no *tronco* e mesmo assassinados” (Moura, 2021, p.108).

Conforme Gonzalez (2020), embora existam diversos estudos sobre a condição da população negra durante o período escravista, historiadores e sociólogos tendem a silenciar a situação desses grupos desde a abolição até os dias atuais, o que contribui para a invisibilização social desse segmento. Além disso, as teorias da miscigenação, da assimilação e da chamada “democracia racial” funcionaram como instrumentos para universalizar os valores da cultura branca ocidental. Nessa lógica, o desejo de embranquecer a população, internalizado socialmente, resultou na negação da própria raça e da própria cultura por parte dos sujeitos afetados.

As ideias sobre miscigenação, assimilação e democracia racial, além de invisibilizar a população negra, também influenciaram profundamente o debate dos intelectuais brasileiros sobre a identidade nacional. Esses pensadores buscavam compreender como a diversidade racial, cultural e civilizatória poderia ser organizada dentro de uma única nação, muitas vezes adotando perspectivas influenciadas pelo determinismo biológico vigente na época. Assim, a construção de uma teoria do tipo étnico brasileiro acabou reforçando concepções de

inferioridade racial e justificando hierarquias sociais que marginalizavam negros, indígenas e mestiços:

Apesar das diferenças de pontos de vista, a busca de uma identidade étnica única para o país tornou-se preocupante para vários intelectuais desde a primeira República: Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Manuel Bonfim, Nina Rodrigues, João Batista Lacerda, Edgar Roquete Pinto, Oliveira Viana, Gilberto Freyre, etc., para citar apenas os mais destacados. Todos estavam interessados na formulação de uma teoria do tipo étnico brasileiro, ou seja, na questão da definição do brasileiro enquanto povo e do Brasil como nação. O que estava em jogo, neste debate intelectual nacional, era fundamentalmente a questão de saber como transformar essa pluralidade de raças e mesclas, de culturas e valores civilizatórios tão diferentes, de identidades tão diversas, numa única coletividade de cidadãos, numa só nação e num só povo. Todos, salvo algumas exceções, tinham algo em comum: influenciados pelo determinismo biológico do fim do século XIX e início deste, eles acreditavam na inferioridade das raças não brancas, sobretudo a negra e na degenerescência do mestiço (Munanga, 1999, p. 52).

Embora a crença em uma igualdade suposta entre as raças tenha sido propagada a partir de concepções sociológicas, ela funcionou como um mecanismo que obscurece as desigualdades estruturais e dificulta a compreensão das determinações históricas da questão racial no Brasil. Essa visão ilusória de igualdade contribuiu para naturalizar hierarquias raciais e consolidar simbolicamente a posição inferior da população negra dentro da sociedade, reforçando preconceitos que se perpetuam tanto nas relações sociais quanto nas oportunidades econômicas (Moura, 2021):

Formada essa sociedade poli-étnica no Brasil estabelece-se um gradiente racial simbólico, dando-se valores específicos a cada uma dessas etnias e das suas cores respectivas. Os pontos extremos são: superior = a Branco. Inferior = a Negro. O Negro é colocado na base do sistema de exploração econômica e transformado no símbolo negativo desse tipo de sociedade. A força desse símbolo, transformado em idealtipo, vem, portanto, bloquear traumaticamente as possibilidades do Negro, já por si insuficientes em face das limitações estruturais do modelo de capitalismo dependente. A eficiência do símbolo reforça-se no caso: de um lado há a refuncionalização de toda a simbologia da escravidão, e, de outro, criam-se novos estereótipos para impedir que o negro entre, em pé de igualdade, no mercado de trabalho competindo com outras etnias. Tudo isto para que o símbolo imposto pelo colonizador e reformulado pelas classes dominantes capitalistas continue como sendo representativo do homem brasileiro (Moura, 1983, p. 134).

Conforme exposto, em comparação aos quase quatro séculos de regime escravista, é recente a interpretação do pensamento social negro brasileiro a oposição ao pensamento social “hegemônico” que conduziu e ainda conduz a ideia de que o Brasil é uma nação democraticamente racial. A negação de uma questão racial latente não reparada na transição entre os modos de produção (escravista/capitalista), dificulta até os dias atuais as possibilidades e estratégias de emancipação social das(os) sujeitas(os) afetadas(os) pelo colonialismo e pelo racismo.

Por fim, ao não reconhecer o passado histórico e implementar uma república federativa que concebeu uma identidade nacional sem reconhecer o racismo, o Brasil assume uma questão racial latente e histórica, que caracteriza as desigualdades sociais e as contradições na estrutura e conformação do trabalho assalariado no capitalismo.

3 A QUESTÃO SOCIAL E A QUESTÃO RACIAL NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Esta seção apresenta alguns apontamentos acerca do debate sobre a questão social e a questão racial no Serviço Social. Considero essa discussão central para a compreensão das estruturas que dinamizam as desigualdades e a exclusão social a partir das determinações socioraciais que marcam a sociedade capitalista no Brasil.

Neste sentido, primeiramente situo na história da formação social como se estabeleceram os primeiros fenômenos sociais que deram materialidade as contradições resultantes dos diferentes interesses entre as classes sociais representadas pela população escravizada e senhores de engenho, a partir da “Práxis Negra”, categoria discutida pelo sociólogo Clóvis Moura (2020; 2021; 2022; 2023).

Posteriormente, apresento considerações sobre a gênese da questão social no Serviço Social a partir dos escritos de Castel (1998), Iamamoto e Carvalho (2014), Iamamoto (2000) e Pereira (2001), situando como a discussão sobre a questão racial tem sido incorporada nas duas últimas décadas no campo do Serviço Social, incluindo a análise dos documentos produzidos pela ABEPSS, no que se refere a discussão sobre a questão social e a questão racial, sendo: os relatórios os elaborados pelos GPT's Trabalho, Questão Social e Serviço Social Serviço Social e Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidade desde a sua criação, assim como documento Subsídios para o Debate sobre a Questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social, elaborado pela Executiva Nacional da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social -ABEPSS 2017-2018 “Quem é de luta resiste”.

Por fim apresento as elaborações da pós-graduação, destacando as produções intelectuais de Pinto (2003), Silva (2005), Santos (2008; 2012), Almeida (2011), Martins (2012), Rocha (2014), Silva (2017), Eurico (2018), Gonçalves (2018), Correia (2018), Souza (2019), Ferreira (2020), Ferrugem (2022) e Assis (2022) que vêm elaborando nas suas trajetórias acadêmicas elementos para pensar no direcionamento do debate sobre a questão social e a questão racial, comprometendo-se com o projeto ético e político da profissão, com a construção de práticas que busquem a emancipação e a inclusão das(os) sujeitas(os) historicamente discriminadas(os), exploradas(os) e marginalizadas(os), sinalizando possíveis caminhos para um exercício profissional mais crítico, antirracista e comprometido com a transformação social, à luz das determinações raciais na particularidade brasileira.

3.1 A PRÁXIS NEGRA E A QUESTÃO SOCIAL BRASILEIRA

A “Práxis Negra” é uma categoria teórico-metodológica analítica e crítica desenvolvida pelo historiador, sociólogo, poeta e jornalista Clóvis Moura. Autor de 26 livros e muitos artigos em periódicos, o intelectual do campo das Ciências Humanas e Sociais, militante, dedicou seus estudos e pesquisas para retratar a história da formação social brasileira, demonstrando detalhadamente os processos de resistência negra a partir dos movimentos políticos organizados através dos Quilombos ou Quilombagem no qual o próprio Moura (2023, p. 46) definiu como “(...) movimento de rebeldia permanente organizado e dirigido pelos próprios escravos que se verificou durante o escravismo brasileiro em todo território nacional”

Para a investigação proposta, a aproximação acerca da “Práxis Negra” não possui o intuito de aprofundá-la, dado o amplo estudo desenvolvido por Clóvis Moura, contudo, busco a partir dela tecer algumas mediações, para assim, situá-la na discussão proposta pelo objeto dessa pesquisa, no qual aponto a relação entre questão social e racismo à luz da formação social brasileira, reafirmando um esforço teórico e metodológico que vem sendo construído por assistentes sociais comprometidas com o projeto ético-político no âmbito do Serviço Social.

A categoria “Práxis Negra” possibilita identificar no movimento histórico da formação social brasileira, que os conflitos e contradições conformados a partir dos diferentes interesses das classes sociais durante o período da escravização, representadas pelas(os) escravizadas(os) e senhores de engenho já estão presentes antes da instauração do trabalho assalariado no Brasil, a partir das resistências dos povos originários e africanas(os) e suas(seus) descendentes. No entanto, esse processo foi invisibilizado ou apresentado de maneira insuficiente, nos estudos teóricos sobre a própria questão social e ganha luz analítica na contemporaneidade.

Pontuo que não tenho a pretensão de conceituar o fenômeno que marca os conflitos entre as classes no modo de produção escravista nos mesmos moldes da chamada questão social no capitalismo industrial, mas demonstrar que o modo de produção escravista e suas determinações sociais, políticas, econômicas e culturais foram base para estruturação da gênese e emergência da chamada questão social nas primeiras décadas do século XX na particularidade brasileira.

É possível encontrar no pensamento de Clóvis Moura importantes contribuições, no que se refere aos aspectos sociopolíticos, econômicos e culturais da estruturação da questão racial no Brasil a partir das análises sobre a formação social, no qual o autor dedica seus estudos sobre os processos de lutas e resistências negras durante o modo de produção escravista e no período imperial no Brasil, protagonizadas pela população negras, no qual o autor constrói a “Práxis

Negra”, como categoria mediadora necessária para compreensão das lutas sociais entre os diferentes interesses de grupos sociais que antecedem o capitalismo no Brasil.

A “Práxis Negra” pode e deve ser entendida como movimentos políticos contínuos organizados pela população negra para resistir aos processos de dominação, exploração e subordinação racial, econômica, cultural e social no Brasil e na América Latina durante o período escravista colonial e imperialista.

Ao trazer à tona o detalhamento desses movimentos organizados, seja a través do da “quilombagem”, das insurreições, das revoltas armadas ou das manifestações culturais e religiosas, Moura (2022) desconstrói a ideia de passividade ou conformismo sugerido por outras interpretações sociológicas nas quais condicionaram as pessoas negras como meras vítimas inertes da escravidão e reafirma a identidade negra em oposição às tentativas de apagamento e silenciamento do seu protagonismo enquanto parte da história da formação social brasileira.

O escravo não foi aquele objeto passivo que apenas observava a história. Não foram os escravos “testemunhos mudos de uma história para a qual não existem senão como uma espécie de instrumento passivo”, como quer Fernando Henrique Cardoso, mas, pelo contrário, um componente dinâmico permanente no desgaste ao sistema, através de diversas formas, e que atuavam, em vários níveis, no processo do seu desmoronamento. Ver até que ponto essas lutas se estruturaram como força de transformação (direta ou indiretamente e como essa influência se fez sentir na mudança do sistema é estudo que deve ser aprofundado através de vários trabalhos que não desejem ver a escravidão, no caso do Brasil a escravidão negra, como simples fenômeno episódico e que, pelos próprios mecanismos reguladores do sistema colonial, foi substituído pelo trabalho livre (Moura, 2022, p. 20-21).

Em sua essência, a “Práxis Negra” enquanto uma categoria desenvolvida por Clóvis Moura, refere-se ao agir negro que une teoria e prática. Em outras palavras, que o conhecimento e a reflexão teórica sobre a opressão racial só ganham sentido real quando estão vinculados a ações concretas de resistência e transformação social.

(...) os movimentos de rebeldia dos escravos e a violência usada por eles contra o sistema escravista são subestimados constantemente. Esquecem-se esses estudiosos que a violência também é uma categoria econômica (Moura, 2022, p. 20).

Moura (2022) demonstra detalhadamente o poder organizativo militar dos quilombos, expondo o caráter estrutural de defesa contra a escravidão, criando verdadeiros modelos organizativos de segurança para preservação dos quilombos no contexto imperialista. O quilombo de Palmares é um dos exemplos mais emblemáticos dessa “Práxis Negra” pela sua importância enquanto uma confederação de quilombos.

Palmares não era apenas um refúgio de negros fugitivos, mas um modelo de sociedade autônoma que representava a antítese do sistema escravocrata e uma ameaça constante à ordem

colonial, “organizado à base da agricultura e da criação de animais de subsistência, Palmares era um reduto em franco florescimento, apesar da ameaça permanente que sobre ele pairava” (Moura, 2022, p. 50).

Segundo Moura (2022) as revoltas e movimentos de resistência, a exemplo da Revolta dos Malês, datada de 1835, como marco da insurreição armada de mulçumanos na Bahia, demarcando os processos ideológicos do maometanismo utilizado sob a perspectiva de uma ideologia religiosa na África negra, no qual possuía a função de controle social, e o islamismo na condição de ideologia de controle religioso contra as religiões de matriz africana. As diversas insurreições ocorridas no período colonial e imperial, como expressões da “Práxis Negra”, no qual “Palmares resistiu a todas as expedições punitivas de 1630 a 1695, fato que demonstra cabalmente a sua capacidade de resistência e o seu poderio militar” (Moura, 2022, p. 57).

No entanto, “como explicar-se, pois, a modificação sociológica da função do Islã Negro no Brasil, que se transformou de elemento de *controle social* em elemento de *mudança social*? ” (Moura, 2022, p. 71, grifo do autor). Segundo o autor, essa transformação pode ser compreendida a partir da condição de estratificação e divisão de classes, na qual o branco, ao mesmo tempo em que era católico, isto é, representante de uma religião contrária, exercia o papel de opressor social e senhor de escravos, consolidando relações de poder e desigualdade social.

Conforme Moura (2022), apesar das condições objetivas desfavoráveis, já se percebia a presença de uma consciência de classe nos processos de reivindicações durante o escravismo no Brasil, como demonstra um tratado de paz²⁰ escrito pelos escravos e proposto por Manoel da Silva Ferreira no final do século XVIII, na Fazenda de Santana, em Ilhéus-BA. Tais reivindicações buscavam, nas palavras do autor, “uma tentativa de transformação do regime econômico-social escravista” e representavam um “processo do reconhecimento do seu nível de exploração, pois não mais se colocavam como escravos, mas como cidadão, reivindicando direitos idênticos aos dos trabalhadores assalariados atuais” (Moura, 2022, p. 86).

Ainda conforme Moura (2022) esse movimento específico na Fazenda de Santana perdurou até 1824, e se tornou referência enquanto “prática de resistência coletiva anteriores a 89”.

Esta ponte estabelecida na consciência desses escravos com a sua situação estrutural é uma demonstração de que, em circunstâncias especiais, os velhos conceitos consagrados sobre as limitações do escravo no processo do conhecimento, muitos deles repetidos por simples mitemismo científico, não são suficientes para interpretarem a realidade emergente. (...) Os escravos se comportaram não como

²⁰ O tratado pode ser acessado na própria obra de Moura (2022, p. 85-86).

elementos alienados, mas como seres que não apenas adquiriram um certo grau de consciência social que negava o estatuto escravocrata, como também transmitiam de geração a geração esse grau de consciência crítica (Moura, 2022, p. 87).

Os processos de luta e de resistência ocorridos durante o período escravista colonial são frequentemente tratados por estudiosas(os) como “simples movimentos atípicos, que não caracterizam o sentido da nossa história e o conteúdo das relações entre senhores e escravos no Brasil” (Moura, 2022, p. 88). Torna-se pertinente questionar por que os movimentos políticos organizados de resistência negra contra o modo de produção escravista não foram reconhecidos como uma “questão” “social”, apesar de se configurarem como fenômenos sociais relevantes nas análises sociológicas sobre a formação social brasileira.

Ao elaborar a “Práxis Negra”, Moura (2022) descontina uma questão racial histórica no Brasil, sinalizando para as determinações que constroem “O Negro”: de bom escravo a mal cidadão, na medida em que suas reivindicações históricas contra os sistemas de exploração e dominação adquirem um lugar marginalizado na transição do modo de produção escravista para o trabalho assalariado, no qual as reivindicações são referenciadas por um modelo europeu que adquire legitimidade como movimento político organizado e racializado no modo econômico capitalista.

Torna-se imprescindível fomentar um debate crítico que desafie as análises sociológicas hegemônicas que moldam o pensamento social brasileiro e fundamentam a base teórica do Serviço Social no país. Surge, então, a questão: por que é adotado um conceito ocidental-europeu para interpretar um fenômeno social que expressa o conflito entre capital e trabalho, sem considerar as mediações históricas específicas que estruturam a questão social no Brasil? Qual é o compromisso do Serviço Social em apropriar-se das particularidades históricas e culturais ao analisar a questão social brasileira?

Embora respostas imediatas possam não ser alcançadas, dada a complexidade das estruturas sociais, políticas, econômicas, culturais e ideológicas que atravessam a história da profissão, é fundamental recalibrar a abordagem analítica. Tal ajuste é necessário para compreender as raízes das desigualdades sociais que marcam a realidade da classe trabalhadora brasileira e suas dinâmicas históricas.

No contexto contemporâneo, a “Práxis Negra” se manifesta por meio das ações do Movimento Negro Organizado, que luta por direitos civis, valoriza a cultura afro-brasileira e as religiões de matriz africana, e combate ao racismo estrutural, já que as formas modernas de resistência são herdeiras diretas das lutas do período escravista colonial, adaptadas às dinâmicas da sociedade capitalista e urbana.

A “Práxis Negra” desenvolvida por Moura constitui uma ferramenta teórico-metodológica e prática indispensável para compreender a resistência da população negra ao longo da história brasileira. Essa *práxis* abrange desde as revoltas armadas e a formação dos quilombos até as estratégias de resistência cultural e política contemporâneas. Moura evidencia que a luta contra o racismo no Brasil é um processo contínuo, profundamente enraizado na estrutura social e econômica do país. Para ele, a “Práxis Negra” é essencial para alcançar a emancipação plena da população negra.

Suas obras não apenas revisitam e ressignificam a história das resistências negras, mas também oferecem inspiração para novas formas de luta e resistência no presente. Moura (2022) convida a refletir sobre a necessidade de uma ação crítica e transformadora, que une a teoria e a prática no enfrentamento ao racismo estrutural, promovendo, assim, uma verdadeira mudança social.

3.2 A QUESTÃO RACIAL: UM CAMPO TEÓRICO-METODOLÓGICO NOS ESTUDOS SOBRE QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL

O termo **questão social** aparece pela primeira vez na Europa, nas primeiras décadas do século XIX, mais precisamente a partir de 1830, enquanto resultado das transformações sociais, políticas e econômicas, tendo como característica principal o pauperismo, frente a uma “tomada de consciência das condições de existência das populações que são, ao mesmo tempo, os agentes e as vítimas da revolução industrial” (Castel, 1998, p. 30).

No Brasil, a partir da primeira metade do século XX no contexto da industrialização, o termo questão social é “importado” para conceituar um fenômeno social no qual exacerbaram as disparidades econômicas e sociais, criando uma grande massa de trabalhadores urbanos vivendo em condições precárias, sem acesso a direitos básicos como moradia, saúde, educação e trabalho digno (Iamamoto e Carvalho, 2014):

A *questão social* não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (Iamamoto e Carvalho, 2014, p. 83-84, grifo do autor).

O Serviço Social emerge neste contexto da urbanização e industrialização para atendimento aos interesses do Estado enquanto resposta às demandas geradas pela questão social, no início do século XX, influenciado pela Igreja Católica, focando em ações

assistencialistas que visavam mitigar os efeitos da pobreza e da marginalização, sem, no entanto, questionar as estruturas que as originaram (Iamamoto e Carvalho, 2014).

O conceito de questão social se apresentou como importante, sobretudo, para que o Serviço Social brasileiro pudesse dar concretude ou materialidade ao fenômeno social que caracterizou as desigualdades sociais oriundas do processo de industrialização, a partir de suas expressões: fome, miséria, pobreza e desemprego. Entretanto, cabe problematizar que o próprio termo questão social não foi discutido criticamente, conforme aponta Pereira (2001):

“O termo *questão*, sem o adjetivo *social*, possui, semanticamente, várias conotações. Tanto pode ser sinônimo de *pergunta*, *interrogação*, *problema*, *dúvida*, como pode ser entendido como *litígio*, *contenda*, *desavença*, *conflito*, *aporia* (dificuldade de ordem racional ou conflito de opiniões e de interesses). Na matemática, na pesquisa, nos procedimentos científicos, por exemplo, *questão* significa enunciação de uma situação significativa, congruente e dotada de uma problemática que requer solução ou resposta racional. Funciona como um comando referencial às operações que deverão ser realizadas com vista à sua resolução ou esclarecimento (p. 58- 59, grifo do autor).

Nas palavras da própria autora o termo indica,

[...] A existência de relações conflituosas entre portadores de interesses opostos ou antagônicos - dada a sua desigual posição na estrutura social – na qual os atores dominados conseguem impor-se como forças políticas estratégicas e problematizar efetivamente necessidades e demandas, obtendo ganhos sociais relativos (Pereira, 2001 p. 59).

Para a autora o conceito de questão social condiz com a realidade da Europa, no qual o fenômeno se apresenta dentro de condições singulares, e

Por isso, a *questão social* é, de fato, *particular* e *histórica*. Não existiu antes da revolução industrial, porque foi a partir dessa revolução que as relações sociais de produção foram modificadas a ponto de dividir toda a sociedade em duas grandes classes diretamente contrapostas: a *burguesia* e o *proletariado*” (Pereira, 2001, p. 59- 60, grifo do autor).

No Brasil, essa concepção acerca da emergência de uma questão social a partir do contexto capitalista industrial eclipsou elementos importantes sobre a classe trabalhadora e do próprio processo que lhe deu origem na estrutura da formação brasileira, enquanto resultante de um processo histórico de desenvolvimento que excluiu deste fenômeno social determinados grupos sociais racializados.

Nesta direção, ao realizar formulações histórico-metodológicas na obra “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil”, Iamamoto e Carvalho (2014, p. 133) sinalizam sobre um salto histórico²¹ na análise da questão social na Primeira República, indicando que “para a

²¹ O resgate teórico realizado acompanha a formulação clássica da questão social tal como consolidada na tradição marxista do Serviço Social brasileiro, especialmente na obra de Iamamoto e Carvalho (2014), cuja análise vincula o fenômeno à constituição da classe operária e ao desenvolvimento das relações capitalistas de produção no contexto da industrialização. Nessa mesma direção, Castel (1998) também comprehende a questão

análise deste item se saltará o longo processo de transição por intermédio do qual se forma um mercado de trabalho em moldes capitalistas”.

Ao apontar sobre este salto histórico entre o modo de produção escravista e o modo de produção capitalista, a autora traz um importante elemento categórico ao mencionar a **transição** como um processo fundamental na análise da questão social, conforme aponta Souza (2019),

A categoria transição como processo histórico é fundamental para a apreensão das manifestações concretas sintetizadas nas categorias modo de produção e formação social. Ela expressa a mediação entre cada época histórica e seus correspondentes modos de produção e formações sociais. Como categoria adequada para sintetizar a luta entre relações sociais que morrem e as que estão a nascer, ela é rica, complexa e reveladora, à medida que engendra as continuidades e rupturas, como o processo que dissolve determinadas relações de produção e possibilita a germinação de outras distintas. (Souza, 2019, p.76)

Iamamoto e Carvalho (2014) sinalizam para o contexto da formação econômico-social como um campo a ser explorado, considerando os rebatimentos históricos na emergência da questão social no século XX.

A “questão social”, seu aparecimento, diz respeito diretamente à generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente. Trabalho livre que se generaliza em circunstâncias históricas nas quais a separação entre homens e meios de produção se dá em grande medida fora dos limites da formação econômico-social brasileira. Sem que se tenha realizado em seu interior a acumulação (primitiva) que lhe dá origem, característica que marcará profundamente seus desdobramentos (Iamamoto e Carvalho, 2014, p. 133).

Segundo Iamamoto (2014), os desdobramentos conjunturais que atravessaram a história do Serviço Social — sobretudo o movimento crítico a partir de 1960, com marco na conjuntura da ditadura social, e a aproximação com a perspectiva marxista enquanto base teórico-metodológica para produção de conhecimento na área das ciências sociais aplicadas — direcionaram a profissão para um posicionamento político em defesa dos interesses da classe trabalhadora junto aos movimentos reivindicatórios pela redemocratização do país.

Esse processo de Renovação do Serviço Social (Iamamoto, 2000) alinhado aos interesses da classe trabalhadora descortinou a realidade dos sujeitos sociais marcados historicamente pelos sistemas de dominação e opressão no qual a discriminação racial se apresentou, suscitando um movimento de fora para dentro da profissão, em diálogo com os

social a partir de suas metamorfoses no interior da sociedade capitalista europeia. Todavia, essas perspectivas assumem um “salto histórico” ao transpor diretamente o conceito, formulado para a realidade europeia, ao caso brasileiro, sem problematizar o processo de transição do trabalho escravizado ao trabalho livre e as mediações raciais que estruturaram a formação da classe trabalhadora no país. Tal omissão contribui para a invisibilização da centralidade da racialização na gênese e nas expressões da questão social no Brasil, bem como das formas específicas de exploração e opressão que daí derivam.

movimentos sociais, adquirindo tônus concreto a partir da construção do projeto ético-político do Serviço Social na década de 1990.

Esse cenário histórico é descrito pela docente Magali da Silva Almeida em entrevista concedida a Janoário, Rocha; Dias (2013), da seguinte forma:

Primeiramente o debate sobre o racismo, preconceito e discriminação racial da população negra reflete uma inquietação da sociedade brasileira, sobretudo nos anos de 1980. A conjuntura expressava a ascensão de vários movimentos sociais importantes, dentre os protagonistas estavam os movimentos negros. A Constituinte em 1988 consagra a criminalização do racismo, legitimando a luta antirracista no Brasil, historicamente, protagonizada pelas negras e negros. Neste mesmo ano, ocorria a celebração oficial dos 100 anos da Abolição, e o então presidente José Sarney reforça o “13 de maio” como a data celebrativa prestando homenagem à princesa Isabel. Os Movimentos Negros (MN) se organizam nacionalmente com intuito de desmascarar a falácia da “democracia racial”, reforçando seu caráter de mito, e denunciam de forma organizada o racismo antinegro perpetrado pelo Estado e suas instituições (Janoário; Rocha; Dias, 2013, p. 231).

O período entre 1980 e 1990 foi fortemente influenciado pelos desdobramentos da Constituição Federal de 1988, que ampliou direitos sociais e reconfigurou as políticas públicas no Brasil. A implementação de marcos como o Sistema Único de Saúde (SUS) e a assistência social como direito universal impuseram novas demandas à profissão. Assistentes sociais se engajaramativamente na efetivação desses direitos, reafirmando o compromisso com a transformação social e o enfrentamento das desigualdades (Iamamoto, 2000).

Por outro lado, a década de 1990 também foi marcada pela ascensão do neoliberalismo, que promoveu a redução do papel do Estado e a privatização de serviços públicos, gerando maior precarização das condições de vida da classe trabalhadora e do próprio exercício profissional. Nesse cenário, as(os) assistentes sociais enfrentaram desafios para resistir às políticas de desmonte social, garantindo a defesa dos direitos e a articulação com os movimentos sociais (Iamamoto, 2000).

O Código de Ética de 1993 foi um marco decisivo, reafirmando os princípios de liberdade, justiça social e compromisso com a emancipação dos sujeitos sociais. Paralelamente, a valorização da formação acadêmica crítica e a ampliação dos debates teóricos e metodológicos fortaleceram a profissão (Iamamoto, 2000).

Um olhar retrospectivo para as duas últimas décadas não deixa dúvidas que, ao longo desse período, o Serviço Social deu um salto de qualidade em sua autoqualificação na sociedade. Essa adquiriu visibilidade pública por meio do Novo Código de Ética do Assistente Social, das revisões da legislação profissional e das profundas alterações verificadas no ensino universitário na área. Mas houve, também, um adensamento do mercado editorial e da produção acadêmica. Parcela substancial do acervo bibliográfico e principais publicações do Serviço Social, hoje disponíveis, são resultantes das duas últimas décadas. Os assistentes sociais ingressaram anos 1990, como uma categoria que também é pesquisadora, reconhecida, como tal, pelas agências de fomento. Por outro lado, amadureceram suas formas de representação

político-corporativas, contando com órgãos de representação acadêmica e profissional reconhecidos e legitimados. Um amplo debate em torno das políticas sociais públicas, em especial da assistência social, situada no campo dos direitos sociais, na teia das relações entre o Estado e a sociedade civil, contribuiu para adensar o debate sobre identidade desse profissional, fortalecendo o seu auto-reconhecimento. (p. 51)

Essas transformações abriram espaço para novas interpretações sobre a profissão. É nesse cenário que Iamamoto (2000) situa sua análise, articulando conquistas históricas e desafios contemporâneos, destacando a dialética entre continuidade e ruptura no Serviço Social.

Assim sendo, tanto a formação profissional quanto o trabalho de Serviço Social, nos anos 1980, se solidificaram, tornando possível, hoje, dar um salto qualitativo na análise sobre a profissão. A relação do debate atual com esse longo trajeto é uma relação de continuidade e de ruptura. É uma relação de continuidade, no sentido de manter as conquistas já obtidas, preservando-as; mas é, também, uma relação de ruptura, em função das alterações históricas de monta que se verificam no presente, da necessidade de superação de impasses profissionais vividos e condensados em reclamos da categoria profissional. (Iamamoto, 2000, p. 51)

Considerando essa linha histórica, na contemporaneidade, assistentes sociais e estudantes do Serviço Social comprometidas(os) com um projeto de sociedade em contraposição aos processos de exploração e dominação social direcionados aos *grupos específicos e diferenciados* (Moura, 2021), vêm construindo uma agenda política que se entrelaça fora e dentro da profissão, convocando as entidades representativas da categoria profissional — Conjunto CFESS/CRESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) — a incorporarem a discussão sobre as determinações históricas e os impactos econômicos, políticos, culturais e ideológicas do escravismo e do colonialismo na estrutura social que conforma as desigualdades sociais no cenário do capitalismo contemporâneo.

Ao propor um projeto profissional aliado a um projeto societário que tem como premissa a equidade dos sujeitos sociais historicamente discriminados, o Serviço Social solicita a si mesmo retomar as discussões sobre os fundamentos da profissão, suas dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política, sobretudo, o seu objeto de trabalho, a questão social, buscando localizar os pressupostos históricos de sua gênese na particularidade brasileira.

Sendo assim, os conflitos sociais de caráter político, econômico, ideológico e cultural que se estruturam e se reestruturam em razão dos antagônicos interesses a partir da luta de classes no capitalismo, apontam para as complexidades sociais que se apresentam no cotidiano do trabalho profissional de assistentes sociais, sobretudo, como determinados grupos sociais são mais afetados pelos processos de desigualdades considerando as múltiplas camadas sociorraciais que perpassam a dimensão das classes sociais, na qual se intercruzam,

aprofundando e naturalizando a condição de subordinação e exploração dos sujeitos sociais marcados racialmente .

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a Síntese de indicadores sociais do ano de 2024, demonstrou que quando avaliado o quesito raça/cor, grupos populacionais têm acessos desiguais a bens e serviços básicos e necessários, à exemplo de saúde, moradia, trabalho, renda, educação etc. (IBGE, 2024):

Em 2023, a população ocupada de cor ou raça branca recebia rendimento-hora superior à população de cor ou raça preta ou parda qualquer que fosse o nível de instrução, sendo a maior diferença na categoria Superior completo, quer dizer, R\$ 40,24 para brancos contra R\$ 28,11 para pretos ou pardos. Considerando o valor total médio, a diferença foi de 67,7% favoravelmente à população branca (R\$ 23,02) em relação à preta ou parda (R\$ 13,73). (...) Em 2023, de 10,3 milhões de jovens que não estudavam e não estavam ocupados no Brasil, as mulheres de cor ou raça preta ou parda eram 4,6 milhões (45,2%), enquanto as brancas formavam menos da metade desse montante: 1,9 milhão (18,9%); os homens de cor ou raça preta ou parda eram 2,4 milhões (23,4%) e os brancos 1,2 milhão (11,3%). (p. 21- 30).

Esses acessos desiguais à direitos sociais fundamentais garantidos na Constituição Federal de 1988 ainda permanecem nos dias atuais. mesmo com a implementação de programas de transferência de renda e outras políticas públicas que visam a ampliação de acessos à direitos básicos para a população preta ou parda (IBGE, 2021), sinalizando para a ineficiência do Estado brasileiro em reverter as desigualdades históricas que mantém às condições de maior vulnerabilidade socioeconômica para estes grupos, ao tempo que denuncia uma questão racial na estrutura sócio histórica brasileira.

Buscando dar respostas profissionais mais efetivas diante da realidade e do cenário de desigualdades sociorraciais que se apresentam, assistentes sociais negras antirracistas comprometidas com a perspectiva crítica e política que direcionam a profissão, têm tensionado o debate sobre questão racial, especialmente do racismo, no debate sobre a questão social no âmbito do Serviço Social.

Enquanto parte das contradições que permeiam as disputas teórico-metodológicas, longe de ser harmônica, a inserção da discussão sobre a questão racial tem se ampliado nas últimas décadas, influenciada a partir de diversas abordagens teórico-metodológicas que trazem à luz o debate sobre a formação sócio histórica com protagonismos na perspectiva do marxismo com importantes indagações e provocações na formulação da questão social e no enfrentamento das desigualdades sociais marcadas pela dinâmica racial, que impactam na formação e no exercício profissional de assistentes sociais no Brasil.

Essa produção intelectual sobre a questão racial no Serviço Social ganha estímulo com a reformulação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, que apresenta uma nova lógica

curricular articulada em três núcleos de fundamentos, a saber: 1) Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2) Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio histórica da sociedade brasileira; 3) Núcleo de fundamentos do trabalho profissional (ABEPSS, 1996). Esses núcleos demandaram para a categoria profissional um aporte teórico-metodológico sobre a formação sócio histórica e consequentemente, a análise das categorias que se apresentam no contexto da formação social, evidenciando o racismo como elemento central no debate da questão social brasileira.

Um importante marco para as formulações teórico-metodológicas sobre a questão racial, foi a criação dos Grupos Temáticos de Pesquisa- GTPs - ABEPSS em 2010. Os GTP's se expressam como resposta das reflexões teóricas e estímulos para elaboração, produção e circulação de conhecimento no âmbito do Serviço Social e áreas afins, fortificados pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), considerando sua função formativa (Eurico *et al.*, 2021).

A criação dos GTPs é datada no ano do 2010, tendo como referência o XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, constitui-se como

Núcleos capazes de disseminar informações sobre temáticas específicas, promover debates fecundos sobre os temas de ponta do interesse profissional e das forças progressistas da sociedade. Promove, ainda, a integração entre a pesquisa desenvolvida nas unidades de formação acadêmicas (UFAs) e as linhas de pesquisa consideradas relevantes para a área, estimulando e fortalecendo as instâncias do debate sobre a política científica no país, ao lado e em articulação com outras associações científicas. Os Grupos Temáticos de Pesquisa, como o próprio nome já o indica, são formados por pesquisadores, Grupos, Núcleos, Redes da área e de áreas afins, para tratar de temas de relevância social. Esses grupos têm vida própria e autonomia, mas estão vinculados organicamente à ABEPSS. (ABEPSS, 2024, n.p.)

Atualmente os GTPs estão distribuídos em oito eixos: Trabalho, Questão Social e Serviço Social; Política Social e Serviço Social; Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; Movimentos Sociais e Serviço Social; Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social; Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades; Ética, Direitos Humanos e Serviço Social; Serviço Social, Geração e Classes Sociais.

Para fins de aproximação com meu objeto de pesquisa no que se refere a produção do conhecimento de assistentes sociais negras e antirracistas sobre a questão social e racismo, me concentrei nos GTPs “Trabalho, Questão Social e Serviço Social Serviço Social” e “Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidade”, considerando os relatórios produzidos pelos grupos, desde as suas concepções, na qualidade de documentos que analisam a discussão das referidas temáticas no âmbito da entidade ABEPSS.

Identificou-se um relatório elaborado pelo GTP - Trabalho, Questão Social e Serviço Social Serviço Social no biênio 2013-2014, e três relatórios elaborados pelo GTP - Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades com referências nos biênios 2013-2014; 2015-2016 e no ano de 2018, em que apresento como os GTPs expressaram nos respectivos documentos a discussão desses eixos específicos no qual dialogam com esta investigação.

O relatório elaborado pelo GTP - Trabalho, Questão Social e Serviço Social registra no documento a composição do grupo constituído pelas Coordenadoras (2012 – 2014): Angela Santana do Amaral (UFPE), Daniela Neves (UnB), Maria Liduína de Oliveira e Silva (UNIFESP) e Ricardo Lara (UFSC). Enquanto ementa do GTP, o grupo apresenta a seguinte estrutura:

Trabalho e ser social. Crítica da economia política. Produção e reprodução da vida social. Aspectos econômicos, políticos e culturais e seus desdobramentos no quadro da pobreza e da desigualdade social. Divisão do trabalho no capitalismo mundializado e os fundamentos da lei do desenvolvimento desigual e combinado. Especificidades regionais e as expressões da questão social, reveladoras da condição dependente e subordinada dos países da América Latina. Elementos constitutivos da reestruturação produtiva do capital e suas repercussões no mundo do trabalho. Trabalho e formas de exploração contemporâneas. Sujeitos sociais, práticas de classe e direitos do trabalho. Cultura do trabalho no século XXI. Políticas sociais e trabalho. Relações de trabalho do assistente social (ABEPSS, 2014, p. 1).

O relatório apresenta uma pesquisa realizada no qual objeto se refere a um levantamento das pesquisas e produções teóricas dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social sobre a temática trabalho, questão social e Serviço Social, metodologicamente estruturado a partir

Do levantamento de dados sobre projetos de pesquisa, teses e dissertações relacionadas a temática trabalho, questão social e Serviço Social por meio do Relatório de Avaliação da Área de Serviço Social, no triênio 2010-2012, como também levantamento de informações nos sites dos Programas de Pós-Graduação. No total foram pesquisados 29 Programas de Pós-Graduação em Serviço Social. A partir das informações coletadas foram organizadas as produções teóricas por região e classificadas por ênfases e eixos temáticos de pesquisa. A classificação das ênfases dos projetos de pesquisa e dos eixos temáticos das dissertações e teses objetivou qualificar “o estado da arte” da produção do Serviço Social na temática do GTP e, simultaneamente, apresentar as particularidades das pesquisas (ABEPSS, 2014, p. 1-2).

A pesquisa avaliou as linhas de pesquisa dos Programas de Pós-graduação em Serviço Social que abordam a temática do GTP, por região e a distribuição regional, no que se refere a pós-graduação, entre teses e dissertações sobre a temática, foram produzidas no respectivo triênio o quantitativo de 14 trabalhos na Região Norte, 76 trabalhos na Região Nordeste, 15 trabalhos na Região centro-Oeste, 113 trabalhos na Região Sudeste e 30 trabalhos na região

Sul, totalizando 248 produções. No entanto, o que chama a atenção no resultado quantitativo desse levantamento são os eixos temáticos das dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Entre os eixos apresentados, não há menção da discussão sobre a temática trabalho, questão social e Serviço Social e a questão racial. De maneira muito genérica o eixo “trabalho e fundamentos ontológicos e sócio-históricos” apresentou o quantitativo de 21 produções em um período de 03 anos no âmbito da pós-graduação, apontada pelo próprio GTP como “pesquisas com insuficientes mediações sobre trabalho e questão social no marco da particularidade sócio-histórica brasileira” enquanto tendência das pesquisas sobre a temática no triênio (ABEPSS, 2014, p.8).

O referido relatório se apresenta como único documento disponível do GTP -Trabalho, Questão Social e Serviço Social no site da ABEPSS desde a criação dos GTPs (2010). Na condição de eixo temático que abriga o objeto de trabalho da profissão, a *yu*, importa destacar a ausência de outros documentos de análise sobre a discussão pelo GTP, a medida em que houveram avanços significativos na última década sobre o debate da questão social e sua imbricação com a particularidade da formação social brasileira e os desdobramentos sobre a o trabalho e seus determinantes no capitalismo brasileiro no âmbito da pós-graduação em Serviço Social, conforme apresentado na seção 4 desta investigação, na qual a questão racial tem sido apresentada como elemento estruturante das desigualdades de cunho raciais na realidade brasileira, presente na produção de conhecimento da pós-graduação em Serviço social.

No que se refere aos relatórios produzidos pelo GTP - Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades, identifiquei três relatórios disponíveis no site da ABEPSS desde a concepção do GTP (ABEPSS, 2012-2016-2018).

O primeiro relatório, produzido em 2012, aborda as atividades e o planejamento GTP-Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidades realizados durante o período. No referido relatório, o GTP apresenta estratégias para fortalecer as discussões interseccionais relacionadas a desigualdades estruturais no âmbito do Serviço Social, elencando os seguintes objetivos: a) Promover debates sobre relações de gênero, raça/etnia, sexualidade e geração, integrados às dimensões de classe; b) Articular pesquisadores(as) e grupos para fortalecer as produções acadêmicas e políticas públicas (ABEPSS, 2014).

No que tange ao cumprimento da agenda neste período, o GTP destaca as seguintes atividades realizadas: 1) Organização de eventos como colóquios e seminários, destacando temáticas feministas, raciais, etárias e de diversidade sexual; 2) Produção acadêmica, incluindo

dois números da Revista Temporalis, com ênfase em gênero, raça/etnia, sexualidade e envelhecimento; 3) Levantamento de dados sobre a inserção dessas discussões em currículos de Serviço Social no Brasil (ABEPSS, 2014).

No que se refere aos desafios identificados, o coletivo apresenta a) a necessidade de maior articulação entre as diferentes ênfases temáticas do GTP; b) ampliar a presença de temas como sexualidade e raça/etnia em debates acadêmicos e políticas públicas; c) consolidar disciplinas obrigatórias que abranjam as temáticas no currículo de Serviço Social (ABEPSS, 2014).

Como planejamento futuro o GTP aponta as principais ações no relatório a) Fortalecer a produção científica e promover eventos focados em interseccionalidade e consubstancialidade; b) Implementar ações de formação, como cursos em parceria com entidades como CFESS/CRESS; c) Ampliar parcerias com movimentos sociais e instituições que atuam em diversidade e equidade (ABEPSS, 2014).

Por fim, o relatório destaca avanços significativos na promoção do debate interseccional, mas evidencia a necessidade de esforços contínuos para integrar essas temáticas à formação profissional e às políticas sociais no Brasil, evidenciando o papel central do GTP como catalisador de debates progressistas no Serviço Social, promovendo um olhar crítico e interseccional para a construção de uma sociedade mais equitativa. Apesar dos avanços, a continuidade do trabalho requer maior articulação interna e externa, incentivo à produção acadêmica e enfrentamento das resistências às pautas abordadas. O planejamento traçado reflete a determinação do GTP em consolidar sua contribuição para a formação profissional e as políticas sociais no Brasil.

O segundo relatório do GTP - Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidades, corresponde a gestão 2015-2016 destacando avanços significativos no fortalecimento das temáticas abordadas. Durante o período, o GTP consolidou sua atuação como um espaço de promoção de debates interseccionais e crítico-reflexivos no Serviço Social, envolvendo questões de gênero, raça/etnia, sexualidade e geração (ABEPSS, 2016).

Entre as principais ações realizadas, destacam-se o Colóquio no XV ENPESS, que reuniu ampla participação para discutir a trajetória do grupo e apresentar o mapeamento da produção acadêmica na área, e o desenvolvimento do "Estado da Arte", uma análise das publicações e pesquisas sobre as ênfases do GTP em revistas científicas e eventos acadêmicos. Além disso, o grupo elaborou um documento que propõe a inclusão obrigatória de disciplinas

nas graduações em Serviço Social que abordem relações sociais de classe, gênero, raça/etnia e sexualidades (ABEPSS, 2016).

O GTP avançou ao fortalecer a centralidade das temáticas em sua relação com a formação profissional e nas ações políticas da categoria. Promoveu eventos e seminários para ampliar a discussão e iniciou um curso de formação destinado a representantes regionais. No entanto, a gestão enfrentou desafios, como a dificuldade de articulação entre as diferentes ênfases, a limitada produção acadêmica sobre raça/etnia e sexualidades, e as restrições orçamentárias que impediram a implementação de algumas iniciativas (ABEPSS, 2016).

Apesar das dificuldades, o GTP propôs diretrizes para consolidar e expandir suas ações. Planeja fortalecer a coordenação ampliada com pesquisadores(as) de diversas regiões, intensificar parcerias com a ABEPPS e movimentos sociais, fomentar maior produção científica nas áreas ainda deficitárias e promover debates que insiram transversalmente as temáticas do GTP nos currículos acadêmicos. Conclui-se que, em um contexto de retrocessos e conservadorismos sociais, o GTP desempenha um papel estratégico na formação profissional e no enfrentamento das opressões, reforçando a necessidade de continuidade e ampliação dos debates para superar as resistências institucionais e sociais (ABEPSS, 2016).

O terceiro relatório apresentado pelo GTP - Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades em 2018, coordenado pelas professoras Profª Dra. Magali da Silva Almeida (UFBA) – ênfase raça/etnia; Profª Dra. Milena Barroso Fernandes (UFAM) ênfase de gênero; Profª Dra. Valdenízia Bento Peixoto (UnB) ênfase sexualidade, apresentou as atividades desenvolvidas no período da gestão (ABEPSS, 2018).

Dentre as atividades desenvolvidas estão a organização de eventos acadêmicos, como o ST no III Desfazendo Gênero, a participação em mesas de debate em eventos nacionais, como o ENPESS, e a produção de materiais teóricos, como livros e notas institucionais. Além disso, o GTP elencou atividades contínuas de fomento de pesquisas sobre temas relacionados a políticas de cotas, desigualdades étnico-raciais e questões de gênero, realizando levantamentos de grupos de pesquisa e fortalecendo redes acadêmicas (ABEPSS, 2018).

Além de apresentar as atividades desenvolvidas, entre as propostas do grupo para o futuro estão a criação de uma Rede Nacional de Pesquisa, a realização de um seminário nacional para consolidar os debates e a construção de um documento que oriente os profissionais do Serviço Social em temas relacionados a gênero, sexualidade e antirracismo. Além disso, o grupo planejou expandir sua coordenação e fortalecer as articulações interinstitucionais no biênio 2019-2020 (ABEPSS, 2018).

O grupo também apresentou quatro eixos principais como proposta de sucessão. O primeiro eixo “Sexualidades, Identidades de Gênero e Direitos”, abordou as expressões hegemônicas e dissidentes de gênero e sexualidade, os direitos sexuais e humanos e as políticas públicas voltadas para a equidade, além de discutir a relação dessas questões com o trabalho dos assistentes sociais (ABEPSS, 2018).

O segundo eixo “Relações Patriarcais de Gênero e Raça”, focou na divisão sexual e racial do trabalho, no sistema capitalista patriarcal e racista, e nas violências sexistas e racistas presentes em espaços públicos e privados. Já o terceiro eixo “Relações Étnico-raciais, Desigualdades e Antirracismo”, analisou a influência do Estado e do capitalismo no racismo institucional, a história do pensamento racial no Brasil, as múltiplas formas de resistência do Movimento Negro, a contribuição do feminismo negro no enfrentamento de opressões e as políticas públicas voltadas para a equidade racial e de gênero. Por fim, o quarto eixo, Feminismos e Serviço Social, discute as diversas vertentes teóricas e políticas do feminismo, com atenção às especificidades das lutas das mulheres na América Latina e à sua articulação com o Serviço Social (ABEPSS, 2018).

Além do trabalho desenvolvido pelos GTPs, também destaco o documento “Subsídios para o Debate sobre a Questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social”, elaborado pela Executiva Nacional da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social -ABEPSS 2017-2018 “Quem é de luta resiste”, com relevância no fortalecimento do debate sobre a questão étnico-raciais no campo do Serviço Social, alinhando-o ao compromisso ético-político da profissão com as lutas sociais (ABEPSS, 2018).

A proposta integrou ações direcionadas ao ensino, pesquisa e extensão, objetivando consolidar uma formação acadêmica e prática profissional que enfrente as desigualdades estruturais e o racismo institucional.

A justificativa para essa proposta se baseou na constatação de que “o racismo é uma das fundamentações das relações sociais no Brasil” (ABEPSS, 2018, p. 13). Apesar da superação científica da ideia de raças humanas distintas, o conceito de raça persiste como instrumento de segregação, exploração e manutenção de privilégios, especialmente no contexto das relações de poder e dominação. O texto reconhece que a população negra, majoritária no Brasil, enfrenta os maiores impactos das desigualdades, como revelado nos dados de escolaridade, mercado de trabalho e condições de vida.

Nesse contexto, o documento aponta que “o debate sobre a questão étnico-racial e sua inserção nos currículos é um desafio” (ABEPSS, 2018, p. 10). Desde os anos 1980, assistentes sociais engajados na luta antirracista têm articulado esse tema com o Movimento Negro e dentro

da própria profissão. Entre os avanços destacam-se o Código de Ética de 1993, que combate toda forma de opressão e discriminação, e as Diretrizes Curriculares de 1996, que estabeleceram a inclusão de conteúdos obrigatórios sobre a questão étnico-racial nos currículos acadêmicos.

Os Subsídios para o Debate sobre a Questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social apresentam uma análise histórica e crítica sobre como as relações étnico-raciais têm sido abordadas no Serviço Social, destacando a influência das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, que incluíram conteúdos obrigatórios sobre a temática nos currículos acadêmicos. Além disso, menciona iniciativas como a criação do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades” e campanhas promovidas pelo CFESS, que têm contribuído para a construção de uma agenda antirracista na profissão (ABEPSS, 2018).

Entre as propostas destacadas, estão a inclusão de disciplinas obrigatórias e optativas sobre questão étnico-racial nos cursos de graduação e pós-graduação, a organização de ciclos de debates e oficinas regionais, e o estímulo à criação de grupos de pesquisa voltados ao tema. Também se propõe a realização de ações afirmativas e a articulação com movimentos sociais para fortalecer a luta contra o racismo. Esses esforços visam preparar profissionais para atuar de maneira crítica e propositiva, enfrentando as desigualdades raciais em diferentes contextos (ABEPSS, 2018).

O documento reconhece que, apesar de avanços significativos, como a ampliação da produção acadêmica sobre o tema, ainda há desafios a serem superados. A formação em Serviço Social, muitas vezes, trata a questão étnico-racial de forma secundária ou fragmentada, o que limita a compreensão aprofundada do impacto do racismo na sociedade brasileira e no exercício profissional. Por isso, a necessidade de consolidar uma abordagem que integre raça e etnia como categorias centrais na análise e na prática do Serviço Social é enfatizada (ABEPSS, 2018).

Com o objetivo de mobilizar a categoria profissional, o documento propõe um processo coletivo de reflexão e ação, envolvendo docentes, discentes e profissionais em torno do fortalecimento de uma formação antirracista. Por meio desse esforço, a ABEPSS reafirma o compromisso do Serviço Social com a construção de uma prática que combata o racismo em todas as suas formas e contribua para a emancipação social das populações historicamente oprimidas (ABEPSS, 2018).

Nesta perspectiva, em resposta ao posicionamento político e crítico de assistentes sociais, ao longo da última década, o conjunto CFESS-CRESS tem apresentado ações e campanhas que visam dar centralidade ao debate sobre a questão racial, na medida em que avança na discussão, como parte de um projeto societário e de direção profissional.

Verifica-se na campanha realizada sob a gestão “Tecendo na luta a manhã desejada”, do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) – triênio 2014/2017, a apresentação da série de cadernos “Assistente Social no combate ao preconceito”, que teve “como objetivo orientar e estimular as(os) Assistentes Sociais a uma compreensão crítica das variadas situações de preconceito no cotidiano do exercício profissional” (CFESS, 2016, p.5). A gestão (2017-2020) lançou a campanha “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”, com o intuito de debater o racismo no exercício profissional de Assistentes Sociais.

Nesta medida, no curso dos debates que marcam a trajetória da produção do conhecimento no Serviço Social, a discussão sobre a questão racial tem se estruturado como um campo de disputas e tensionamentos teórico-metodológicos em detrimento aos interesses antagônicos da luta de classes, no qual, a ciência e a tecnologia²² se inserem no sistema produtivo de valorização do capital. Ainda “observam-se silêncios e omissões no acúmulo dessa produção, a exemplo do tema raça, que não tem tido visibilidade, apesar dos assistentes sociais lidarem diretamente com os segmentos mais pauperizados, constituídos em sua grande maioria por pretos e pardos” (Nóbrega e Fonseca, 2010 p. 183).

As tardias elaborações que explicitam a discussão sobre a questão social e sua relação intrínseca com a questão racial no campo do Serviço Social, se devem às condições conjunturais da gênese e dos desdobramentos teórico-metodológicos na história da profissão (Iamamoto e Carvalho, 2014), mas também, evidentemente, ao tabu atribuído ao debate racial em decorrência da hegemonia do mito da democracia racial ainda prevalente no pensamento social brasileiro, e consequentemente, em grande parte da produção do conhecimento do Serviço Social no Brasil.

No que tange a produção do conhecimento no espaço da pós-graduação em Serviço Social, ainda que em momentos distintos e em diferentes perspectivas de análise da questão racial, a partir da revisão da literatura é imprescindível mencionar as formulações do Serviço Social nas duas últimas décadas no enfrentamento ao racismo e seus rebatimentos.

Todavia, destaco as contribuições através das produções intelectuais de Elisabete Aparecida Pinto, Ivone Maria Ferreira da Silva, Magali da Silva Almeida, Tereza Cristina Santos Martins, Roseli da Fonseca Rocha, Ana Paula Procópio da Silva, Márcia Campos Eurico, Renata Cristina Gonçalves dos Santos, Aline Nascimento Santos Correia, Cristiane Luiza Sabino de Souza, Gracyelle Costa Ferreira, Daniela Ferrugem, Eliane Santos de Assis que vêm elaborando nas suas trajetórias intelectuais elementos para pensar no direcionamento

²² O sentido da “Tecnologia” aqui se refere aos mecanismos de atualização das formas de operacionalização do racismo no capitalismo contemporâneo.

do debate sobre a questão social e a questão racial no Serviço Social (Pinto, 2003; Silva, 2005; Almeida, 2011; Martins, 2012, Rocha, 2014; Silva, 2017; Eurico, 2018; Santos, 2018; Correia, 2018; Souza, 2019; Ferreira, 2020; Ferrugem, 2022; Assis, 2022).

Visando apresentar o debate que vem se construindo nas duas últimas décadas sobre a questão racial, apresento algumas contribuições intelectuais de assistentes sociais no âmbito do Serviço Social com ênfase nas produções da pós-graduação.

3.2.1 A questão racial e a questão social em diálogo: contribuições intelectuais no âmbito do Serviço Social

Nas últimas duas décadas, intelectuais assistentes sociais vêm elaborando um conjunto teórico-metodológico que desafia a invisibilização do racismo no Serviço Social brasileiro. Esse movimento, ancorado na produção acadêmica da pós-graduação, articula a questão racial como elemento constitutivo da questão social, tensionando a centralidade exclusiva da classe e propondo um giro epistemológico na forma como a profissão comprehende a formação social brasileira.

Esse debate é inaugurado a partir das provocações de Elisabete Aparecida Pinto²³, que denuncia a ausência da temática racial na prática profissional cotidiana, chamando atenção para o silêncio histórico da categoria diante do racismo. Ao afirmar que nem os profissionais conservadores nem os progressistas haviam assumido a questão étnico-racial como categoria explicativa da realidade, a autora expõe a omissão como parte do próprio projeto profissional, ainda fortemente influenciado por doutrinas cristãs e práticas assistencialistas.

[...] Qual é o papel do Serviço Social? Como e quando os profissionais vão encarar o racismo como uma questão social? Até o presente momento, tantos os profissionais considerados conservadores como os progressistas não têm assumido a questão étnico-racial como uma categoria explicativa da realidade (Pinto, 2003, p.34).

O debate interseccional entre classe, raça e gênero aparece de forma contundente na obra de Magali da Silva Almeida²⁴, que ao analisar as trajetórias de mulheres negras cotistas militantes na UERJ, demonstra como a exclusão histórica se reflete na vivência universitária. A autora aponta a identidade como construção política forjada na alteridade, e defende que as

²³ Cf. Pinto (2003).

²⁴ Cf. ALMEIDA, Magali da Silva. *Mulher negra militante: trajetórias de vida, identidade e resistência no contexto da política de ação afirmativa na Universidade do Estado do Rio de Janeiro*, 2011. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=27717@1>

mulheres negras, ao enfrentarem o racismo institucional no espaço acadêmico, constroem formas coletivas de resistência e protagonismo. Nas palavras da autora,

A identidade, individual ou coletiva, resulta da alteridade. Esta é a condição fundante daquela. Outra razão importante para o estudo do tema é a pouca importância que o serviço social tem dado ao estudo das identidades, particularmente quando se trata da identidade étnico-racial e de gênero. O deslocamento epistemológico provocado pelo direcionamento das identidades, da alteridade e de suas manifestações concretas - o racismo, sexismo, a homo e lesbofobia e discriminações correlatas (formas externas da alteridade) - aponta para as novas complexidades da questão social e vão ao encontro dos princípios ético-políticos referendados no Código de Ética do assistente social e do compromisso da profissão com as lutas dos movimentos sociais dentro elas as do Movimento Negro e de Mulheres Negras. (Almeida, 2011, p. 42-43)

Tereza Cristina Martins²⁵ aprofunda a crítica ao examinar o racismo no mercado de trabalho como mecanismo de produção de populações excedentes racializadas. Em sua leitura, a exclusão dos trabalhadores negros da industrialização não foi uma falha do processo modernizador, mas sim uma estratégia estruturante do capitalismo brasileiro, que deslocou esses sujeitos para regiões periféricas e os impediu de acessar os direitos da cidadania em sua forma capitalista.

Será no curso do período denominado “industrialização restringida” que se evidenciarão algumas das resultantes do racismo constituído e fomentado no processo de transição capitalista no Brasil, aqui tomado como o período que vai de 1888 a 1930. Nesse contexto, conforme já analisado antes, os(as) negros(as), mesmo tendo se constituído em força de trabalho livre disponível para o capital, quando a raça foi tomada como componente indispensável ao desenvolvimento capitalista do país, foram impossibilitados de participarem da estrutura produtiva instalada. A discriminação racial no mercado de trabalho impulsionou relações de produção e reprodução social que conduziu ao deslocamento dos racialmente discriminados para as regiões menos dinâmicas do Brasil, transformando-os em população excedente para as necessidades médias do capital agrário. Aqui, apresenta-se a primeira determinação do racismo no processo de transição capitalista brasileiro: a conformação de regiões formadas a partir do racismo que se estabelece nas relações sociais de produção no âmbito do modelo de competição capitalista no Brasil. Essa determinação sinaliza a “raça” como componente fundamental que, no âmbito das particularidades da formação social brasileira, desempenhará papel decisivo. Momento em que no país se conforma uma “questão social” expressa por meio de uma classe operária constituída majoritariamente por imigrantes. Eis porque ela já emerge entrelaçada estruturalmente à condição racial. (Martins, 2012, p.119)

Roseli Fonseca Rocha²⁶ direciona a crítica à formação acadêmica e à produção de conhecimento da profissão, argumentando que, apesar das diretrizes curriculares e do projeto

²⁵Cf. MARTINS, Tereza Cristina Santos. *Racismo no mercado de trabalho: limites à participação dos trabalhadores negros na constituição da questão social no Brasil*, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10708>

²⁶Cf. ROCHA, Roseli da Fonseca. *A incorporação da temática étnico-racial no processo de formação em serviço social: avanços e desafios*. Disponível em:

ético-político se comprometerem com a equidade racial, a temática étnico-racial segue sendo tratada de forma marginal, quando não ausente, nos processos formativos:

Os profissionais que atuam em defesa do fortalecimento do Projeto ético-político profissional, tendo como referência teórico-política o pensamento crítico marxista, ao se eximirem desse debate correm o risco de: primeiro, contribuir com a manutenção de relações discriminatórias e de ampliação das desigualdades sociais em decorrência do racismo e suas múltiplas expressões na realidade brasileira; em segundo, de deixar brecha para que outros referenciais teórico-políticos, de cunho conservador ou pós-moderno, apropriem-se dessa discussão e ocupem grande parte dos recursos político-pedagógicos (referencial bibliográfico, atividades de extensão e de pesquisa etc.) utilizados como instrumentos de formação. Ou seja, ou a categoria profissional incorpora essa discussão, dando relevo ao tema a partir de uma perspectiva teórico-crítica, ou deixará que esse debate seja realizado de forma a-histórica e descolada das múltiplas determinações históricas e materiais (Rocha, 2014, p. 109).

O debate sobre as resistências da população negra atravessa também a produção de Ana Paula Procópio da Silva²⁷. Ao recuperar a “Práxis negra” no pensamento de Clóvis Moura, a autora propõe o quilombo como categoria sociopolítica de organização contra a opressão. Para a autora, a “Práxis negra” não é apenas uma reação, mas uma ação criadora de novos mundos, capazes de confrontar a lógica do capital e do racismo estrutural:

A análise da práxis negra como categoria no pensamento de Moura nos faz inferir que sua elaboração é simultaneamente a explicação científica de um acontecimento, de uma realidade e o resgatar dos nexos que constituem a realidade, como os efeitos das resistências negra na organização social do Brasil. Fazendo uso de técnicas de investigação empíricas como mapeamento e sistematização de dados históricos, Moura capta estas descobertas para além das aparências. Não desconsidera os dados factuais como uma dimensão do real, mas articula criticamente com outras implicações, em geral deixadas de lado por outros pesquisadores do seu tempo (Silva, 2017, p. 75).

Silva (2017) parte do reconhecimento da influência das obras de Clóvis Moura na historiografia brasileira, especialmente no que diz respeito ao questionamento do mito da democracia racial e da narrativa conciliatória de Gilberto Freyre, expressa em “Casa-Grande & Senzala” (1933), apresentando uma contraposição à visão freyreana, defendendo que a relação entre senhores e escravizados não era de harmonia, mas de conflito permanente. Seu pensamento crítico revela as formas pelas quais a população negra resistiu à escravidão e à dominação, ressaltando o quilombo como um espaço de insurgência e práxis revolucionária.

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?pop=true&id_trabalho=1153327

²⁷ Cf. SILVA, Ana Paula Procópio da. *O contrário de “casa grande” não é senzala. É quilombo! A categoria práxis negra no pensamento social de Clóvis Moura*, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?pop=true&id_trabalho=6377670

Para Renata Gonçalves²⁸, o projeto de nação brasileira elaborado por meio de políticas de branqueamento e criminalização da cultura afro-brasileira, excluiu a população negra, enquanto o Serviço Social se constituía em diálogo com uma perspectiva eugenista. A autora questiona por que a profissão ainda hesita em reconhecer que a questão racial está no cerne da questão social, e não em sua periferia, indagando “por que o Serviço Social ainda guarda reticências em perceber que a questão racial é nuclear à questão social?” (Gonçalves, 2018 p. 520).

Márcia Campos Eurico²⁹, em sua análise do racismo institucional nos serviços de acolhimento, evidencia como o racismo opera de forma cotidiana, afetando o desenvolvimento emocional de crianças e adolescentes negros, e reivindica a formação continuada como medida para transformar práticas institucionais discriminatórias.

Aline Nascimento Santos Correia³⁰ identifica o mito da democracia racial e o conservadorismo cristão como bases dessa omissão histórica, que impede o Serviço Social de enfrentar as determinações raciais da desigualdade.

Cristiane Luíza Sabino de Souza³¹, demonstra que as categorias terra, trabalho e racismo estão historicamente articuladas na formação social brasileira. Em sua análise, a expropriação da terra e a superexploração da força de trabalho negra revelam a permanência da alienação colonial na estrutura do capitalismo dependente, em que o racismo funciona como ideologia justificadora da desigualdade, evidenciando como o monopólio da terra e a alienação colonial (racismo) são aspectos que perpetuam a desigualdade social e econômica, afetando principalmente as populações negras e indígenas. A pesquisa evidencia “o Colonialismo e Transição ao Capitalismo Dependente” destacando como o escravismo colonial não só estabeleceu a base para a apropriação da terra, mas também para a superexploração da mão de obra, com o racismo servindo como justificativa ideológica. A transição do trabalho escravo

²⁸ GONÇALVES, Renata. *Quando a questão racial é o nó da questão social*. Rev. Katálysis. V. 21. N° 3. P. 514-522. Set. /dez. Florianópolis, 2018. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592018v21n3p514/37966> Acesso em: 21 de ago. de 2022.

²⁹ Cf. EURICO, Márcia Campos. *Preta, preta, pretinha: o racismo institucional no cotidiano de crianças e adolescentes negras(os) acolhidos(as)*, 2018. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21267>

³⁰ F. CORREIA, Aline Nascimento Santos. *Determinantes do silenciamento da questão étnico-racial no Serviço Social brasileiro*. 2018. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/14007<>

³¹Cf. SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. *Terra, trabalho e racismo: veias abertas de uma análise histórico-estrutural no Brasil*, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/204570>

para o trabalho “livre” perpetuou formas de exploração baseadas em um capitalismo dependente (Souza, 2019).

Ao demarcar a centralidade das categorias terra-trabalho-racismo, construímos uma perspectiva de análise que busca apreender os distintos ritmos, formas e tonalidades da lei do valor na América Latina. Esta perspectiva depreende do entendimento de que para apreender a alienação do trabalho no capitalismo dependente, assentada na superexploração dos trabalhadores em geral, é necessário investigar e decifrar a sua relação dialética com as formas recriadas da alienação colonial. Esta expressa-se no racismo, ideologia dominante que busca justificar as desigualdades na apropriação da riqueza e dos meios para a sua produção no capitalismo dependente (Souza, 2019. p.35).

No debate sobre trabalho, numa perspectiva racializada, Gracyelle Costa Ferreira³² apresenta enquanto objeto de sua pesquisa a centralidade dos trabalhadores negros na história da política social brasileira. A autora contesta a narrativa oficial que invisibiliza a presença negra nos processos de organização coletiva, mostrando como irmandades, *esusus* e sociedades de resistência foram formas autônomas de proteção social, baseadas na solidariedade afro-diaspórica, que foram marginalizadas à medida que o Estado consolidava um projeto de nação racializado.

Ferreira (2020) constrói sua Tese se opondo à narrativa tradicional de que a Lei Eloy Chaves, instituída em 1923 para criar as Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs), tenha sido o ponto de partida da política social no Brasil, atribuindo à lei o mérito de inaugurar um modelo de proteção social que teria beneficiado os ferroviários, marítimos e portuários, sem mencionar a presença negra neste cenário, além de ignorar as experiências anteriores de resistência e auto-organização dos trabalhadores negros, especialmente os vinculados aos setores de transporte e comércio. Nesta direção, ela questiona:

Ao estudar ou aprender em sala de aula que a Lei Eloy Chaves beneficiou ferroviários, marítimos e portuários com aposentadorias e pensões quantos projetam mentalmente esses sujeitos como negros? Aliás, quantos de nós sequer especulam que esses sujeitos poderiam ser negros? Vamos além, na menção desses trabalhadores, quase sempre apenas citados de forma aligeirada, você poderia projetá-los como praticantes de candomblé ou sambistas famosos? Ou imaginaria um sujeito negro liderando uma greve com centenas, e mesmo milhares, de sujeitos também de maioria negra? (Ferreira, 2000, p. 32).

³² FERREIRA, Gracyelle Costa. *Raça e nação na origem da política social brasileira: união e resistência dos trabalhadores negros*, 2020. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/16398/2/Tese%20-%20Gracyelle%20Costa%20Ferreira%20-%202020%20e%2080%93%20Completa.pdf>. Tese vencedora do Prêmio Capes de Tese 2021, na área de Serviço Social.

Daniela Ferrugem³³ e Eliane Santos de Assis³⁴ propõem, de maneira articulada, a necessidade de um novo marco analítico no Serviço Social, que assuma a racialização da questão social como caminho para uma práxis verdadeiramente antirracista. Ferrugem (2022) defende o uso do feminismo negro e da interseccionalidade como lentes críticas para repensar a formação e a atuação profissional:

Não há combate possível ao racismo que não passe pela discussão da racialização enquanto um processo que atinge negros e brancos. Discute-se a escravidão, se estuda a escravidão nas escolas, mas se fala apenas da condição dos negros, majoritariamente como coitados, despossuídos, faltantes, necessitados, como se não estivessem presentes e atuantes na construção deste país, e em todas as lutas da classe trabalhadora. A organização dos quilombos na escravidão era, antes de tudo, uma organização social de trabalhadores, em que se vivia uma democracia racial: negros, brancos e indígenas participavam dos quilombos. Além disso, se esconde a função social da branquitude nestes períodos de escravidão, pós-abolição e na contemporaneidade, como se apenas o negro fosse uma construção social e a brancura não (Ferrugem, 2022. p. 34).

Já Assis (2022) propõe uma proposta ético-política, com a incorporação do racismo como categoria analítica central, superando a neutralidade racial que ainda marca o cotidiano da profissão. A autora resgata o conceito de democracia racial, para ilustrar como o racismo foi ocultado sob o mito de uma sociedade racialmente harmônica. Esse mito não só ajudou a manter as desigualdades raciais, como também foi incorporado ao discurso e à prática do Serviço Social. Segundo a autora, a renovação crítica da profissão, apesar de romper com o conservadorismo anterior, não conseguiu lidar de forma adequada com as relações raciais, perpetuando a negligência sobre o impacto do racismo na questão social e nas intervenções profissionais.

A autora enfatiza a importância de repensar a formação e a prática do Serviço Social com base em uma compreensão crítica das relações raciais, na qual a construção de um projeto antirracista passa pela desconstrução dos discursos que invisibilizam o racismo, e pela formação de assistentes sociais capazes de atuar de forma crítica frente às desigualdades raciais que permeiam a sociedade brasileira (Assis, 2022).

Esse conjunto de elaborações configura uma reinterpretação da realidade brasileira à luz da racialização da estrutura social, do trabalho, da política social e da produção do

³³ Cf. FERRUGEM, Daniela. *A racialização como estruturante da questão social: entre silêncios e insurgências na produção de conhecimento em Serviço Social*. 2022. Disponível em:
<https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/10518>

³⁴ Cf. ASSIS, Eliane Santos de. *A fundamental radicalização e racialização da questão social para um projeto profissional antirracista no serviço social*. 2022. Disponível em:
<https://repositorio.pucsp.br/jspui/bitstream/handle/30905/1/Eliane%20Santos%20de%20Assis.pdf>

conhecimento. O que essas autoras afirmam — em diferentes perspectivas, porém em concordância — é que não há como enfrentar a questão social sem reconhecer o racismo como um de seus pilares constitutivos. Ao abandonar o viés da neutralidade, essas intelectuais propõem que a profissão reconheça, a partir da perspectiva crítica, o papel estruturante do racismo na formação social brasileira e as determinações raciais que se apresentam no cotidiano do trabalho profissional.

Nesse sentido, faz-se necessária a apreensão crítica acerca dessa realidade e a apropriação de conhecimentos sobre o fenômeno do racismo e de suas diversas expressões na vida social. Esse processo contribuirá para o fortalecimento do projeto ético-político profissional, sobretudo no que tange à sua direção política, que busca construir outra sociabilidade, com valores emancipatórios, cujas relações humanas sejam livres de qualquer exploração, opressão e discriminação de classe, racial e patriarcal (CFESS, 2016, p. 16).

Dito isto, é a partir do aprofundamento teórico na história da formação social do Brasil que pretende-se compreender como essas estruturas se relacionam, sobretudo, na perspectiva profissional de assistentes sociais, a fim de contribuir com o debate que o Serviço Social tem acumulado ao longo das últimas décadas, se posicionando frente às expressões da questão social na contemporaneidade, de maneira a possibilitar novas respostas profissionais que possam consubstanciar a formação profissional e a aproximação com o projeto ético-político da categoria, em curso, através da investigação da realidade social.

Esta pesquisa não tem a pretensão de minimizar a importância do conceito sobre questão social para o Serviço Social brasileiro, pelo contrário, este estudo pretende ampliar a discussão sobre a questão social, buscando contribuir com o debate que vem sendo elaborado, sobretudo, nas duas últimas décadas, analisando as determinações apontadas nas produções do conhecimento do Serviço Social sobre a relação entre questão social e a racismo no processo de formação social brasileira.

Sendo assim, o tensionamento sobre a questão racial e as significativas produções intelectuais que discutem sobre esta temática no Serviço Social tem evidenciado o acirramento da luta de classes em que as relações de produção e reprodução da vida social e as formas de superexploração do trabalho assalariado no capitalismo contemporâneo vem sendo estruturadas historicamente no Brasil por determinações de cunho sociorracial.

4 “OU SEJA, O LIXO VAI FALAR, E NUMA BOA” - QUESTÃO SOCIAL E RACISMO: UM ESTUDO NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DE ASSISTENTES SOCIAIS NEGRAS ANTIRRACISTAS NA CONTEMPORANEIDADE

Ora, na medida em que nós negros estamos na lata de lixo da sociedade brasileira, pois assim o determina a lógica da dominação, caberia uma indagação via psicanálise. E justamente a partir da alternativa proposta por Miller, ou seja: por que o negro é isso que a lógica da dominação tenta (e consegue muitas vezes, nós o sabemos) domesticar? E o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (*infans*, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa (Gonzalez, 2020, p. 77-78).

A epígrafe de Gonzalez (2020), condensa com força poética e política o gesto radical de romper o silenciamento histórico imposto à população negra no Brasil. Ao afirmar que “o lixo vai falar, e numa boa”, Gonzalez subverte intencionalmente a lógica da desumanização e da inferiorização racial que relega os corpos negros e, em particular, das mulheres negras, à condição de inferiores, descartáveis pela lógica da dominação.

Inspirada pela psicanálise, Gonzalez (2020) desafia a estrutura que infantiliza e reduz os sujeitos negros à condição de *infans*, aquele que não tem voz própria, sendo sempre falado por outrem. O ato de "assumir nossa própria fala", portanto, emerge aqui como uma prática política, epistêmica e existencial de resistência. Não se trata apenas de reivindicar a palavra, mas de subverter o discurso dominante e legitimar saberes que nascem da experiência concreta de opressão e luta.

Esta citação convoca a leitora e o leitor a reconhecer que este trabalho se inscreve no mesmo gesto: dar lugar à fala de sujeitos historicamente silenciados, não como exceção, mas como parte constitutiva da produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro. Assumir a voz do "lixo", como Gonzalez (2020) ironicamente nomeia, é afirmar a legitimidade de outras epistemologias, forjadas na intersecção entre racismo, classe, gênero e resistência.

Esta seção apresenta os resultados da pesquisa, na qual identificou o debate sobre a questão social e racismo formulados por assistentes sociais negras antirracistas na produção do conhecimento em Serviço Social. Ao adotar o materialismo histórico-dialético como método, julgo fundamental, inicialmente, resgatar as lutas históricas do Movimento Negro, consideradas determinantes para a formulação das políticas de ação afirmativa no Brasil. Essas políticas, por sua vez, foram decisivas para o ingresso da população negra nas universidades, viabilizando o debate racial nesse espaço institucional, o qual também permeia o Serviço Social.

As ações afirmativas possibilitaram especialmente o acesso das mulheres negras às universidades, que, por meio de suas produções intelectuais, desafiam os paradigmas

hegemônicos e expressam a luta antirracista na contemporaneidade. Esses processos "promovem influências na institucionalização das políticas de igualdade racial e nas posturas teórico-políticas que permeiam o comportamento da sociedade brasileira" (Ribeiro, 2014, p. 88).

Assim, ao analisar a produção de conhecimento de assistentes sociais negras antirracistas no Serviço Social, é possível reconhecer que a luta antirracista também se manifesta na disputa pelo reconhecimento de saberes historicamente marginalizados. A construção de uma ciência crítica e comprometida com a transformação social passa necessariamente pela incorporação das perspectivas e experiências da população negra, reafirmando o conhecimento como um espaço estratégico de resistência e emancipação. Segundo Kameyama (1998):

A identidade do Serviço Social enquanto profissão foi cunhada pela apropriação de um saber específico, tornando-se uma prática institucionalizada, socialmente legitimada, legalmente sancionada e claramente vinculada à 'questão social'. (Kameyama, 1988, p. 2).

Nesse sentido, reconhecer as políticas de ação afirmativa como uma oportunidade para o ingresso das mulheres negras nas universidades vai além do simples acesso à educação superior; trata-se também de possibilitar que essas mulheres legitimem, no âmbito institucional, a luta antirracista, ampliando o alcance e a profundidade do debate social no campo do Serviço Social. No entanto, comprehende-se que "o conhecimento científico não é exclusivo, conclusivo e muito menos definitivo" (Silva, 2017, p. 9), pois, a científicidade é constantemente tensionada pelas contradições da realidade, sendo apropriada como um valor do capital. E por isso, a luta dos movimentos sociais e raciais se somam, historicamente, ao conjunto de estratégias da luta antirracista, e aos processos de tensionamento para a inclusão social da população negra no Brasil.

Por esta razão, antes de apresentar os resultados obtidos da pesquisa, trarei breves considerações históricas sobre a luta Movimento Negro que determinaram a institucionalização das políticas de ações afirmativas no Brasil. Faço tais considerações a partir das elaborações de Almeida (2011), Domingues (2007), Guimarães (2008), Moura (2021; 2023) Nascimento (1980), Pereira; Sansone (2007), Ribeiro (2014) e Silva (2017) e por fim apresento uma breve biografia das assistentes sociais negras antirracistas que formulam a discussão sobre questão social e racismo, posteriormente a exposição dos resultados da pesquisa com as devidas considerações finais.

4.1 A LUTA DO MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL: EM DEFESA DE POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA

Ao trazer para o enfoque a discussão sobre o Movimento Negro no Brasil, é necessário resgatar informações e promover reflexões sobre como se dão os processos de organização, formulação, negociação e contradições. Esses processos são fundamentais, pois impactam diretamente na institucionalização das políticas de igualdade racial e nas posturas teórico-políticas que influenciam a estrutura da sociedade brasileira contemporânea (Ribeiro, 2014).

A análise o Movimento Negro, enquanto um movimento social específico, no qual referência um determinado grupo social racializado, deve considerar que:

A relação entre movimentos sociais e Estado não se estabelece sem conflitos. E também nem Estado nem movimentos sociais são homogêneos. Na maioria das vezes, os interesses são antagônicos. Portanto, a busca de conquista de direitos pressupõe vivências complexas, possibilitando simultaneamente o convívio entre as relações mais horizontalizadas e os conflitos, como, por exemplo, uma mescla entre solidariedade e disputa, o que é próprio das lutas sociais e que ocorre interna e externamente aos grupos que conformam os movimentos sociais e as redes de movimentos sociais. Nesse caso, há uma busca de construção de equilíbrio e superação de fragmentação e conflitos, podendo levar à equação das diferenças entre os movimentos sociais (Ribeiro, 2014, p. 91).

Dito isso, a luta do Movimento Negro sempre esteve presente na história do Brasil, contudo, assumindo diferentes formas a partir das conjunturas sociais, econômicas e políticas. Segundo Moura (2021, p. 266) “desde os primeiros tempos da escravidão o negro demonstrou um espírito associativo”. Através de grupos específicos, buscou preservar a cultura africana, organizou-se para o lazer, religião, social, economia, resistência armada, música e cultura, se expressando em diferentes formas de organização, como quilombos, clubes conspirativos, candomblés, batuques, irmandades religiosas, festas de reis do congo, caixas de alforria, cantos e grupos de capoeira, que permanecem como manifestações culturais e de resistência até os dias atuais.

Com a transição de modo de produção escravista para o modo de produção capitalista, houve a necessidade de reorganização. Enquanto os grupos específicos atendiam a uma determinada fase social, na sociedade competitiva os negros organizam-se a partir de grupos diferenciados, “isto é: constitui um grupo que, por uma determinada marca é visto pela sociedade competitiva dentro de uma ótica especial, de aceitação ou rejeição, através de padrões de valores, *mores* e representações dos extratos superiores dessa sociedade” (Moura, 2021, p. 275, grifo do autor).

O grupo diferenciado é afetado pelos valores da sociedade de classes, a partir dessa diferenciação sente a necessidade de tornar-se específico. “A formação desses grupos específicos, numa sociedade competitiva, nasce, fundamentalmente, do antagonismo entre as classes sociais e os seus diversos estratos” (Moura, 2021, p. 276).

No processo da formação social brasileira, sobretudo, no que se refere ao contexto cultural, os grupos específicos tiveram uma importância fundamental.

Vindos de várias partes da África, os negros escravos trouxeram as suas diversas matrizes culturais que aqui sobreviveram e serviram como patamares de resistência social ao regime que os oprimia e queria transformá-los apenas em máquinas de trabalho. Em todas as áreas de trabalho os africanos incorporaram os seus modos de vida – a sua religião, indumentária, cozinha, músicas, sistemas de regadio e plantação e outras manifestações sociais – àqueles habitantes mais antigos no nosso território, índios e portugueses (Moura, 2023, p. 60).

Contudo, todas a formas de cultura trazidas pelas(os) negras(os) africanas(os) para o Brasil foram considerados “*primitivas*, exóticas e somente consentidas enquanto estivessem sob o controle do aparelho dominador” (Moura, 2023, p. 60-61, grifos do autor). Esse estigma exótico que desumanizou e ainda desumaniza a(o) negra(o), demonstra uma preocupação com o significado que a cultura negra propicia em termos organizativos de resistência. Daí o motivo da Igreja Católica ter proposto o sincretismo religioso como forma de inserir-se na organização negra africana, e a partir disso desestruturá-la através de um viés político e religioso de controle social (Moura, 2023).

Nesta perspectiva, durante todo o processo da formação social, sempre houve a participação efetiva do negro nos processos antagônicos e de contradições que permeiam as relações sociais. Seja na sua condição de escravizado ou na condição “livre”, politicamente o negro se fez presente nas lutas travadas pelo Brasil-colônia como também na sua conjuntura imperialista.

Nas lutas pela expulsão dos holandeses, nas lutas pela sua independência e a sua consolidação, na Revolução Farroupilha, nos movimentos radicais da plebe rebelde, como a Cabanagem, no Pará, no Movimento Cabano, em Alagoas, ele esteve presente. Também na Inconfidência Mineira, na Inconfidência Baiana, para lembrarmos mais alguns, a sua presença é incontestável como elemento majoritário ou como participante menor (...). Desde as primeiras lutas sociais no Brasil que o negro, ao delas participar, conseguiu ampliá-las e transformá-las em lutas socioraciais. Isto é: colocou um componente novo, abriu o leque de participação e reivindicações, porque uniu essas lutas de explorados às reivindicações da etnia negra, que além de explorada era discriminada racialmente (Moura, 2023, p. 70).

Depois de quase quatro séculos de escravidão, a Proclamação da República em 1889 não trouxe à população negra acesso a benefícios materiais ou simbólicos significativos. Em 2025, somam-se 136 anos de pós-abolição, período marcado por profundas desigualdades

socioraciais, incluindo 21 anos sob um regime ditatorial (1964-1985) que perpetuou essas disparidades. Diante desse cenário de exclusão, dominação e exploração, a população negra organizou-se politicamente para reivindicar direitos e combater as injustiças estruturais (Domingues, 2007).

Conforme Moura (2021, p. 276), após a “abolição” da escravatura, a estrutura social revelou uma questão racial latente, evidenciada pelas novas estratégias de exploração da força de trabalho por meio da raça. Em resposta a essa condição, grupos diferenciados e específicos buscaram “criar mecanismos de defesa capazes de conservá-lo específico, ou mecanismo de integração”, enquanto base para a mobilização social da população negra ex-escravizada.

Domingues (2007) analisa a trajetória histórica do Movimento Negro brasileiro ao longo da República (1889–2000), destacando suas fases, estratégias e contradições. O autor enfatiza que após a abolição da escravidão e a proclamação da República, o Estado brasileiro não integrou a população negra aos direitos da cidadania, optando por políticas de branqueamento, guiadas por ideologias como o racismo científico e o darwinismo social, destacando que a atuação do Movimento Negro passou por três grandes fases.

A primeira fase (1889–1937), marcada pela criação de entidades culturais e assistenciais, culminando com a Frente Negra Brasileira (FNB), que se tornou um movimento de massa. A segunda fase (1945–1964) sobre a retomada da luta política e cultural com destaque para a União dos Homens de Cor e o Teatro Experimental do Negro, centrando-se na luta por direitos civis e a terceira fase (1978–2000) sobre reorganização radicalizada do movimento com o surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU), articulando raça e classe, reivindicando políticas públicas e denunciando o mito da democracia racial (Domingues, 2007).

No contexto do pós-abolição, Domingues (2007) sinaliza que nesse

“(...) quadro de marginalização no alvorecer da República, os libertos, ex-escravos e seus descendentes instituíram os movimentos de mobilização racial negra no Brasil, criando inicialmente dezenas de grupos (grêmios, clubes ou associações) em alguns estados da nação”. (p. 103)

O autor enfatiza que, entre o final do Século XIX e o início do Século XX, essas organizações, de caráter assistencialista, recreativo e cultural, conseguiam reunir um número expressivo de pessoas negras, então denominadas como “homens de cor” (Domingues, 2007).

Além das associações, o início do Século XX até o final da Segunda Década é marcado por ações concretas do Movimento Negro, a partir da criação “*da imprensa negra*: jornais publicados por negros e elaborados para tratar de suas questões”³⁵ (Domingues, 2007, p. 103-

³⁵ Ver as indicações teóricas sobre a imprensa negra em Domingues (2007).

104). A imprensa negra desempenhou um papel central, através de jornais como *O Exemplo* (1892), *O Menelick* (1915) e *Clirim da Alvorada* (1924), que denunciavam a discriminação e promoviam a identidade negra (Domingues, 2007).

Neste contexto, visando contrapor às perspectivas branco-europeias que buscavam camuflar a questão racial no Brasil, intelectuais negros e movimentos políticos organizados protagonizaram oposição ao pensamento hegemônico, forjado pelo mito da democracia racial posto no início do século XX. Um desses movimentos foi representado pela Frente Negra Brasileira (FNB).

Criada em outubro de 1931, em São Paulo, a FNB foi uma das primeiras organizações políticas a exigir igualdade de direitos e participação das(os) negras(os) na sociedade brasileira. O grupo tinha forte atuação política e chegou a ter representatividade em espaços institucionais. Em 1936, a FNB tentou se transformar em partido político, mas foi dissolvida pelo Estado Novo de Getúlio Vargas em 1937 (Domingues, 2007).

A FNB tinha como principais lideranças Arlindo Veiga dos Santos e José Correia Leite à frente do desenvolvimento de atividades de caráter político, cultural e educacional, realizadas através de palestras, seminários, cursos de alfabetização, oficinas e festivais musicais (IPEAFRO, s.d.).

Entre os anos 1940 e 1950, os pioneiros na identificação e no enfrentamento da questão racial, foram Abdiás do Nascimento e Guerreiro Ramos propagadores do movimento de consciência crítica da população negra frente a sua realidade social nacional.

O pensamento de Abdiás do Nascimento refletia o diagnóstico do problema do negro articulado ao modo como a abolição e a transição para o trabalho livre no Brasil destituíram a população negra de condições para uma inserção maciça no mercado de trabalho. (...) Guerreiro Ramos foi de início, influenciado pelas teorias evolucionistas da época, Guerreiro percebia o dito “preconceito de cor” como sendo um problema de origem econômica, cultural e educacional não propriamente racial. Desse modo, a luta dos negros deveria ser contra a sua própria desigualdade em relação aos brancos (Silva, 2017, p. 53-54).

Em meio às concordâncias e divergências, um ponto em comum unificava o pensamento de Abdiás do Nascimento e Guerreiro Ramos, o reconhecimento de uma questão racial no Brasil. Esse reconhecimento possibilitou desenvolver “novos estudos sobre as condições dos negros na sociedade e atividades políticas práticas capazes de influenciar a opinião pública e as autoridades para a necessidade de projetos públicos para as populações negras” (Silva, 2017, p. 55), no qual foram sendo realizadas através do Teatro Experimental Negro fundado por Abdiás do Nascimento.

Fundado em 1944, no Rio de Janeiro, o Teatro Experimental do Negro (TEN), foi criado com o objetivo de constituir um “instrumento de redenção e resgate dos valores negros-

Africanos” (Nascimento, 1980, p. 68), em razão da cultura negra ter sido ideologicamente inferiorizada, oprimida e relegada em detrimento da imposição de uma cultura branco-europeia.

O TEN significou um marco na valorização da cultura afro-brasileira, promovendo debates sobre o racismo e incentivando a produção cultural negra, no qual “(...) existiu como um desmascaramento sistemático da hipocrisia racial” (Nascimento, 1980, p. 68), questionando através da arte teatral a posição social marginalizada da(o) negra(o) na sociedade brasileira

Enquanto legado histórico do Movimento Negro, o TEN

Transformou várias empregadas domésticas – típicas mulheres negras – em atrizes, e muitos trabalhadores e negros modestos, alguns analfabetos, em atores dramáticos de alta qualidade. A existência desses atores e atrizes de valor reconhecido demonstrou a precariedade artística do costume, no teatro brasileiro, de brochar de preto a cara de atores brancos para interpretar personagens negros de responsabilidade artística. A atuação do intérprete negro tornou também obsoleta aquela dominante imagem tradicional de a pessoa negra só aparecer em cena nas formas estereotipadas — o personagem caricatural ou o servo domesticado (Nascimento, 1980, p. 70).

O Teatro Experimental do Negro fomentou estudos sobre a situação do negro no Brasil, o que pressionou a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) entre os anos de 1950 e 1953, a patrocinar uma série de pesquisas e estudos sobre as relações raciais no Brasil, desenvolvidos a partir da Escola de Sociologia Paulista na Universidade de São Paulo. Esses estudos³⁶ abordaram o debate sobre o paradigma da democracia racial, frente a existência de uma questão racial, legitimada a partir da posição de desigualdade da população negra no processo de desenvolvimento nacional (Pereira; Sansone, 2007).

Entre anos 1960 e 1970, período demarcado pela ditadura militar (1964-1985), o Movimento Negro sofreu forte repressão do regime, que censurava e criminalizava qualquer manifestação política contrária à ordem estabelecida. Apesar da perseguição, militantes negros encontraram formas de resistência, muitas vezes articuladas em espaços culturais e acadêmicos. Nesse período, houve um crescente debate sobre a discriminação racial no Brasil, influenciado pelos movimentos de direitos civis nos Estados Unidos e pelas lutas de libertação em países africanos (Ribeiro, 2014).

O contexto da democracia racial só foi desmistificado a partir de 1978 com o Movimento Negro Unificado. O MNU trouxe à tona a discussão sobre raças, que tinha como conteúdo os antepassados e ancestralidade, uma espécie de chamamento para uma integração política

³⁶ Para melhor compreensão sobre os estudos da UNESCO, acessar a obra “Projeto UNESCO no Brasil: textos críticos. Org.: Cláudio Luiz Pereira e Lívio Sansone, Salvador: EDUFBA, 2007”.

coletiva, contrariando o conceito de democracia racial e demarcando a década de 1970 como ano de reorganização da luta do negro no Brasil (Guimarães, 2008).

Para o MNU, um negro, para ser cidadão, precisa, antes de tudo, reinventar sua raça. A idéia de raça passa a ser parte do discurso corrente, aceito e absorvido de certo modo pela sociedade brasileira, o que não se explica senão pelas mudanças que ocorreram também na cena internacional, que tornaram esse discurso bastante poderoso internamente. Mas o fato é que se introduz de novo a idéia de raça no discurso sobre a nacionalidade brasileira (Guimarães, 2008, p. 75).

Segundo Ribeiro (2014) o Movimento Negro Unificado (MNU) se tornou um dos principais expoentes na luta por direitos civis e inclusão social. A organização denunciava a exclusão da população negra e buscava a implementação de políticas públicas voltadas para a igualdade racial. Foi nesse contexto que o movimento ganhou maior visibilidade e conseguiu mobilizar amplos setores da sociedade para debater a questão racial no Brasil. Paralelamente, organizações como o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN) e o Grupo Palmares contribuíram para o fortalecimento do ativismo negro e a formulação de políticas públicas antirracistas.

Domingues (2007) reforça sobre os avanços alcançados através do MNU, à exemplo da consolidação o Dia da Consciência Negra (20 de novembro) em homenagem a Zumbi dos Palmares, além da luta pela inclusão da história da África nos currículos escolares. A partir desse período, o movimento fortaleceu sua presença política, abrindo caminho para a implementação de cotas raciais e outras políticas afirmativas.

Para incentivar o negro a assumir sua condição racial, o MNU resolveu não só despojar o termo “negro” de sua conotação pejorativa, mas o adotou oficialmente para designar todos os descendentes de africanos escravizados no país. Assim, ele deixou de ser considerado ofensivo e passou a ser usado com orgulho pelos ativistas, o que não acontecia tempos atrás. O termo “homem de cor”, por sua vez, foi praticamente proscrito (Domingues, 2007, p. 112)

Nos anos 1980 e 1990, o Movimento Negro ampliou suas articulações com outros setores da sociedade civil, inserindo-se no debate sobre a redemocratização do país e contribuindo para a formulação de políticas públicas específicas. A Marcha Zumbi dos Palmares, realizada em 1995, foi um marco nesse processo, reunindo milhares de pessoas em Brasília para reivindicar igualdade racial e inclusão social. Esse evento simbolizou a consolidação do ativismo negro na agenda política nacional e reforçou a importância de políticas de ações afirmativas³⁷ (Ribeiro, 2014).

³⁷ No Brasil, a Lei 12.288/2012 define as ações afirmativas como medidas para promover a igualdade de oportunidades e reparar as desigualdades históricas a partir da dinâmica racial (Brasil, 2012).

As ações afirmativas surgiram como resposta à constatação de que a desigualdade racial não poderia ser superada apenas com políticas universais. A Constituição de 1988 foi um ponto de virada, ao reconhecer oficialmente a discriminação racial e a necessidade de medidas para enfrentá-la.

A partir dos anos 2000, importantes avanços institucionais ocorreram. A Conferência Mundial contra o Racismo, realizada em Durban³⁸, África do Sul, em 2001, também teve um papel crucial na formulação dessas políticas. O evento pressionou governos de diversos países, incluindo o Brasil, a adotarem medidas concretas para combater a discriminação racial (Ribeiro, 2014).

Além das políticas institucionais, a educação também se tornou um campo fundamental de ação afirmativa. A Lei 10.639/2003 tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, promovendo um avanço significativo na valorização da identidade negra e na formação de uma consciência crítica sobre o racismo no Brasil. No entanto, a implementação efetiva da lei ainda encontra desafios, especialmente na capacitação de professores e na resistência de alguns setores da sociedade (Ribeiro, 2014).

Entre as principais conquistas das ações afirmativas está a criação Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) em 2003, no qual representou um marco na institucionalização das políticas de combate ao racismo, permitindo a coordenação de programas e ações afirmativas de forma integrada. Um dos principais desdobramentos dessa política foi a implementação de cotas raciais nas universidades públicas, consolidada com a aprovação da Lei de Cotas em 2012³⁹, que estabeleceu a reserva de vagas para estudantes negros, indígenas e oriundos de escolas públicas (Ribeiro, 2014).

Sobre a implementação de cotas raciais nas universidades públicas, consolidada com a aprovação da Lei de Cotas em 2012, abre um importante parêntese dessa ação afirmativa com o objeto de análise desta investigação. Afinal, a produção intelectual de assistentes sociais negras antirracistas está diretamente relacionada ao ingresso da população negra, especialmente, das mulheres negras nas universidades públicas.

Segundo Santos e Souza (2023),

³⁸ Durban. Declaração e Programa de Ação adotados na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata (2001). [Documento] Durban, África do Sul, 2001. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/declaracao_durban.pdf.

³⁹ A Lei nº 12.711/2012, também conhecida como Lei de Cotas, foi sancionada em 29 de agosto de 2012. Esta lei reserva 50% das vagas em universidades e institutos federais de ensino técnico de nível médio a estudantes que concluíram o ensino médio em escolas públicas (Brasil, 2012).

(...) As cotas étnico-raciais no âmbito do Ensino Superior surge pela sua essencialidade enquanto conquista dos movimentos históricos e das lutas para acesso à educação protagonizadas pela população negra no Brasil, haja vista a discrepante realidade de acesso a bens e serviços, tais como, qualidade de ensino, tal qual negras (os) foram historicamente submetidas (os) - negadas (os) e apartadas (os) ávido por um *continuum* de exploração/opressão e subalternização ao longo dos séculos, tendo como sustentáculo o racismo (p. 6).

Almeida (2011) ao analisar a trajetória da mulher negra no contexto da política de ações afirmativas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro em sua tese de doutoramento, ressalta que

A implementação da política de cotas, no âmbito da educação superior brasileira, traz em seu bojo um ineditismo. Pela primeira vez na história republicana, o Estado cria políticas públicas de caráter redistributivo, para um grupo socialmente discriminado, cujo bem a ser dividido é um “lugar social” de prestígio: a universidade. Esta instituição, de valor inestimável para as elites e setores médios racialmente identificados como brancos na sociedade brasileira, foi pensada segundo a perspectiva da classe dominante. Usufruir da universidade e do que ela pode proporcionar era (e ainda é) um direito quase exclusivo das elites brasileiras (p. 138-139).

Segundo a autora, a universidade pública, desde sua origem, foi concebida para atender às elites brancas, sendo marcada por um processo sistemático de exclusão racial intensificado após a abolição, com políticas estatais voltadas ao branqueamento social e à negligência quanto à integração dos negros recém-libertos (Almeida, 2011).

Almeida (2011) também considera as contradições do sistema neoliberal em detrimento a implementação das cotas raciais nas universidades. Embora a adoção das cotas tenha representado um avanço, os dados ainda apontam para uma presença reduzida de negros nos espaços universitários, especialmente nos cursos de maior prestígio. Os estudos revelam que, muitas vezes, estudantes negros optam por cursos de menor concorrência, não apenas por questões pragmáticas, mas também em função de um histórico de desvalorização social e escolar que compromete a autoestima e a autoconfiança desses indivíduos.

A autora aponta que as ações afirmativas representam uma ruptura com o modelo meritocrático excludente e assumem caráter redistributivo e simbólico. As cotas raciais se consolidam como estratégia de enfrentamento ao racismo estrutural, possibilitando a ampliação do debate público sobre desigualdade, racismo e inclusão. Ao mesmo tempo, confrontam diretamente os efeitos do neoliberalismo, que intensifica a mercantilização dos direitos e acentua a exclusão de grupos historicamente marginalizados (Almeida, 2011).

Seguindo esta linha histórica, uma segunda conquista no âmbito das reservas de cotas raciais foi a implementação da Lei nº 12.990 de 9 de junho de 2014⁴⁰ que estabelece a

⁴⁰ Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União (Brasil, 2014).

implementação de cotas raciais no âmbito do serviço público e representou um avanço significativo na inclusão da população negra em espaços historicamente negados (Ribeiro, 2014).

Outro aspecto essencial das ações afirmativas foi a luta pela regularização de terras quilombolas, direito assegurado pela Constituição de 1988, mas que ainda enfrenta entraves políticos e burocráticos. A titulação de territórios remanescentes de quilombos tem sido alvo de disputas judiciais e resistências por parte de setores econômicos, apesar dos avanços legislativos e do reconhecimento dessas comunidades como sujeitos de direitos. A titulação dessas terras é essencial para a preservação cultural e econômica das comunidades quilombolas (Ribeiro, 2014).

Nos últimos anos, a luta do Movimento Negro tem se articulado nas redes sociais e por meio de coletivos antirracistas, abordando questões como genocídio da juventude negra, violência policial e sub-representação política. A mobilização por justiça para vítimas de violência racial, no caso do assassinato de Marielle Franco em 2018, reforçou a necessidade de ampliar a representatividade negra nos espaços de poder e garantir maior proteção para ativistas antirracistas (Ribeiro, 2014).

Apesar dos avanços, os desafios persistem na luta contra o racismo estrutural e na consolidação das políticas de igualdade racial. O protagonismo do Movimento Negro continua essencial para garantir a ampliação de direitos e o fortalecimento da representatividade política da população negra no Brasil. O fortalecimento das políticas afirmativas, a ampliação do acesso à educação e ao mercado de trabalho, bem como a participação política efetiva, são elementos fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa (Ribeiro, 2014).

A análise do Movimento Negro brasileiro e das ações afirmativas evidenciou que a luta antirracista no país não se restringe a reivindicações pontuais, mas articula-se a um projeto histórico de transformação estrutural, voltado à superação das desigualdades raciais e sociais produzidas pelo colonialismo e pelo racismo nas sociedades capitalistas. Nesse cenário, é fundamental compreender que tal enfrentamento também se dá no campo da produção de conhecimento, em especial no interior do Serviço Social, onde intelectuais negras vêm problematizando a questão social a partir de uma perspectiva racializada e comprometida com a emancipação das populações negras da classe trabalhadora. Nesse horizonte, apresento quem são essas mulheres negras antirracistas e a examinar suas trajetórias, contribuições teóricas e intervenções políticas na articulação entre questão social e racismo no Serviço Social brasileiro.

4.2 QUEM SÃO AS MULHERES NEGRAS ANTIRRACISTAS QUE DISCUTEM A QUESTÃO SOCIAL E O RACISMO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO?

Este estudo identificou e analisou o debate sobre a questão social e racismo formulado por assistentes sociais negras antirracistas. Antes de expor os resultados obtidos, interessa apresentar quem são essas mulheres, ainda que de forma preliminar. Compreendo que, ao eleger como objeto de pesquisa a produção dessas intelectuais, assumo o compromisso de apresentá-las não apenas por suas contribuições acadêmicas, mas, sobretudo, como sujeitas sociais ativas, cujas trajetórias expressam formas de resistência e insurgência.

Ao apresentar brevemente as trajetórias das autoras intelectuais negras, busco conhecer quem são essas mulheres, de onde falam e como constroem seus saberes, no qual considero fundamental para compreender a densidade crítica de suas elaborações e o lugar que ocupam nas disputas por epistemologias comprometidas com a transformação social. Com base nesse referencial, passo à análise dos resultados da investigação, que evidenciam como essas produções vêm formulando, de modo inovador e politicamente engajado, o debate sobre a questão social e o racismo no Serviço Social brasileiro.

Destaco que as informações que subsidiaram as biografias foram extraídas de fontes documentais, como os currículos disponíveis na Plataforma Lattes e algumas entrevistas concedidas ao *podcast* “Práxis Preta”.

Nesse sentido, a seguir, trago breves exposições das trajetórias de assistentes sociais negras que, por meio de suas produções intelectuais, desafiam os sistemas de exploração e opressões estruturantes da sociedade brasileira, como o racismo, o patriarcado e o sexism, confrontando as abordagens e os discursos teórico-metodológicos ditos hegemônicos no campo do Serviço Social.

Tereza Cristina Santos Martins

Tereza Cristina Santos Martins⁴¹ é mulher negra e quilombola, pertencente à Comunidade Quilombola Pontal dos Crioulos (Comunidade Lagoa dos Campinhos), Amparo do São Francisco – Sergipe. Cresceu na periferia de Aracaju, onde foi possível estudar e entrar na universidade Federal de Sergipe.

⁴¹ A biografia da professora Tereza Cristina Santos Martins apresentada nesta dissertação foi inicialmente elaborada a partir de informações disponíveis em seu currículo Lattes. Posteriormente, por ocasião de sua participação como membra da banca de defesa deste trabalho, a autora disponibilizou informações adicionais para complementar e atualizar o registro biográfico.

Por crescer na periferia, vivenciando a falta de saneamento básico, posto de saúde, escolas e do mínimo de estrutura e serviços urbanos, se dedicou, a partir dos 15 anos, a organizar a comunidade onde vivia para reivindicar os seus direitos. Foi líder de grupo de jovens, presidente da Associação de Moradores (Bairro Olaria/Nova Veneza).

Teve uma atuação na Sociedade Afrosergipana de Estudos e Cidadania (SACI), onde desenvolveu ações de combate aos mecanismos de produção, manutenção e reprodução das

Figura 1 – Fotografia Tereza Cristina Santos Martins



Fonte: Currículo Lattes (2025).

desigualdades e discriminações socioculturais, possibilitando a conquista, garantia e ampliação de direitos de comunidades negras e quilombolas. Coordenou a ação de organização e desenvolvimento de comunidades negras rurais, planejando, gerenciando projetos e aplicando metodologias participativas na perspectiva de sua organização e fortalecimento da luta por direitos.

Liderou a organização da luta da Comunidade Remanescente de Quilombo Pontal dos Crioulos (Comunidade Lagoa dos Campinhos), em Amparo do São

Francisco – Sergipe, pela titulação do seu Território. Foi presa em 2006 no conflito entre fazendeiros e quilombolas.

Protagonizou com outras lideranças a organização do Movimento Quilombola do Estado de Sergipe.

Há mais de 18 anos se dedica à formação de profissionais de Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe (UFS). A sua trajetória acadêmica é marcada pela luta antirracista, com uma contribuição importante em publicações de artigos e livros contra o racismo e em defesa da igualdade racial.

Na liderança do Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Questão Social e Movimento Social (GETEQ/UFS) tem se dedicado ao enfrentamento ao racismo na UFS. Diante da compreensão da existência do racismo estrutural e institucional, bem como da dificuldade para negros(as), indígenas e quilombolas conseguirem acessar a pós-graduação, mobilizou professoras(es) para a criação do Curso Preparatório para Seleção de Pós-Graduação. Desde 2019, o curso contribui para a aprovação de pessoas negras, indígenas e quilombolas, tanto na UFS como em outras Universidades públicas do país.

Sob a sua liderança, o GETEQ/UFS desenvolve ações de enfrentamento ao racismo na UFS e fora dela. Em setembro de 2024, após ter organizado o 3º Encontro de Cotista da UFS, propôs a criação do Comitê de Combate ao Racismo e Acompanhamento das Ações

Afirmativas da UFS. Este tem pautado a necessidade de uma política de combate ao racismo na UFS.

No Fórum de Organizações Negras de Sergipe, elaborou a Campanha Geral Negros e Negras pela Vida, que tem como objetivo desenvolver ações de combate ao genocídio da juventude negra nas periferias de Aracaju.

Tereza Cristina Santos Martins é assistente social, pesquisadora e professora universitária, destacando-se por sua atuação crítica no campo da produção intelectual do Serviço Social. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) em 1996, concluiu o mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela mesma instituição em 2001 e obteve o título de doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 2012.

Sua tese de doutorado, intitulada "Racismo no mercado de trabalho: limites à participação dos trabalhadores negros na constituição da 'questão social' no Brasil", analisa como as desigualdades raciais impactam a inserção dos trabalhadores negros no mercado de trabalho brasileiro. Realizou pós-doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) no período de 2022 a 2023.

Professora Associada do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, Tereza atua na graduação e na pós-graduação, orientando pesquisas e desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão. Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Questão Social e Movimento Social (GETEQ), vinculado ao Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, e é bolsista de Produtividade em Pesquisa (PQ-2) do CNPq no triênio 2024–2027.

Sua produção acadêmica está centrada em temas como racismo estrutural, questão social, trabalho, formação social brasileira, formação profissional em Serviço Social e movimentos sociais. Entre suas publicações, destaca-se o livro "Racismo Estrutural, Institucional e Serviço Social", em que discute a importância da incorporação da temática racial na formação dos assistentes sociais. Também atuou na coordenação da Pós-Graduação em Serviço Social da UFS (PROSS/UFS) entre 2015 e 2019, e integrou a gestão 2017–2018 da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), na Coordenação de Pós-Graduação da Regional Nordeste.

Participa do Grupo Temático de Pesquisa da ABEPSS “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades” (GTP Ampliado – Ênfase Raça/Etnia), e recebeu, em 2018, a Comenda Jacinta Clotilde do Amor Divino da

Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, em reconhecimento à sua contribuição intelectual e social em defesa da igualdade racial.

Sua trajetória profissional evidencia um firme compromisso com a luta antirracista, a promoção da justiça social e da diversidade étnico-racial na formação e no exercício profissional do Serviço Social. Tereza também possui experiência no trabalho com movimentos sociais rurais e urbanos, bem como na organização de comunidades quilombolas, sempre articulando o debate sobre trabalho, racismo e movimento social com as demandas concretas da população negra brasileira.

Cláudia Alves Durans

Cláudia Alves Durans é assistente social, professora e pesquisadora brasileira, com destacada atuação na formação profissional e no debate crítico sobre as relações sociais de classe, raça e gênero no Serviço Social. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) em 1987, obteve o título de mestre pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em 2000 e doutora pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 2006, ambas as titulações na área de Serviço Social. Em 2012, realizou estágio pós-doutoral na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), onde aprofundou seus estudos sobre teoria social crítica.

Atualmente, é Professora Associada da UFMA, atuando no Departamento de Serviço Social, e Professora Colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da mesma universidade. Desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão, com ênfase em temas como questão social e relações étnico-raciais, trabalho e sindicalismo, movimentos sociais e políticas públicas. É coordenadora do Grupo de Estudos, Pesquisas, Debates e Extensão sobre Movimentos Sociais, Questão Social e Identidades (GEMS-QI), por meio do qual contribui para a produção de conhecimento crítico e engajado.

Figura 2 - Fotografia Cláudia Alves Durans



Fonte: Currículo Lattes (2025).

Sua produção acadêmica abrange temas como racismo, relações étnico-raciais, trabalho, movimentos sociais e políticas públicas. Entre seus trabalhos mais significativos, destaca-se o artigo “Colonialismo, racismo e a luta pela emancipação humana: raça, classe e gênero no enfrentamento ao capital”, publicado na Revista Políticas Públicas, no qual articula o materialismo histórico-dialético às opressões estruturais do racismo e do patriarcado no capitalismo contemporâneo.

Cláudia Durans é filha de pais negros da Baixada Maranhense, região marcada pela presença de comunidades quilombolas. Embora não tenha nascido em território quilombola, suas raízes familiares e políticas estão diretamente ligadas a essa identidade, pela qual participa ativamente da luta em prol da titulação da comunidade de origem de seu pai, reconhecida pela Fundação Palmares (Práxis Preta, 2025).

Cresceu no Bairro da Liberdade, em São Luís, primeiro quilombo urbano reconhecido no Maranhão, onde vivenciou uma infância e juventude marcadas pela cultura afro-brasileira e pela organização comunitária. É a primogênita de nove filhos e filhas, sendo três doutoras e outras atuantes na educação básica e na biblioteconomia, expressando a centralidade da educação e da resistência negra em sua história familiar (Práxis Preta, 2025).

Desde jovem, envolveu-se em grupos de jovens, movimentos populares e na organização política do bairro, acompanhando a militância de seu pai, que foi presidente de associação de moradores e participou da fundação do Partido dos Trabalhadores em São Luís. Ingressou na UFMA aos 17 anos e desde então sua trajetória foi marcada pelo engajamento estudantil, pelas lutas democráticas e pela adoção da perspectiva crítica no Serviço Social. Atuou no Diretório Central dos Estudantes (DCE), participou de greves, protestos e da consolidação do currículo crítico da profissão, em um contexto de intensa efervescência política na redemocratização do Brasil (Práxis Preta, 2025).

Professora há mais de 30 anos, Cláudia construiu uma carreira marcada pela defesa da universidade pública, da qualidade na formação em Serviço Social e do acesso da população negra à educação superior. É militante do PSTU desde 1994, com forte inserção no movimento sindical, tendo participado de diversas gestões no ANDES-SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior). Foi uma das responsáveis pela mudança de posicionamento do sindicato em relação às cotas raciais, enfrentando resistências internas e promovendo o debate étnico-racial como parte da luta de classes.

Sua trajetória acadêmica está profundamente conectada ao seu engajamento político. No mestrado, estudou os impactos do neoliberalismo e da reestruturação produtiva sobre a classe trabalhadora, com foco na atuação da multinacional ALUMAR. No doutorado, aprofundou-se no marxismo clássico para compreender a crise do sindicalismo e da representação política. Posteriormente, fundou seu próprio grupo de pesquisa para articular a crítica marxista à centralidade do racismo na conformação da classe trabalhadora brasileira.

Além de docente e pesquisadora, foi duas vezes candidata à vice-presidência da República pelo PSTU e uma vez candidata à prefeitura de São Luís. Nessas experiências, desafiou o racismo, o machismo e a elitização dos espaços políticos, reafirmando seu compromisso com a classe trabalhadora, especialmente com as mulheres negras. Enfrentou preconceitos em plenárias, assembleias e campanhas, mas sempre com altivez, coragem e consciênciade sua missão histórica.

Como mulher negra em espaços acadêmicos e sindicais embranquecidos e masculinizados, Cláudia denuncia o racismo institucional e defende uma atuação profissional comprometida com os princípios da justiça social, da emancipação humana e da valorização das identidades negras. Afirma que qualquer projeto de transformação radical da sociedade deve incorporar, de forma consequente, as dimensões de raça, classe, gênero e sexualidade. Sua trajetória expressa um compromisso contínuo com a luta antirracista, a justiça social e a transformação da realidade brasileira.

Juliana Marta Santos de Oliveira

Juliana Marta Santos de Oliveira é assistente social, pedagoga, professora e pesquisadora brasileira, cuja trajetória acadêmica e profissional é marcada pelo compromisso com a equidade racial, a educação pública e a formação crítica no Serviço Social.

Filha de Alda e Júlio, Juliana é oriunda de uma família que, desde sua infância, cultivava o hábito de discutir política nacional e internacional, bem como questões raciais. Estudou no Colégio Salesiano e desde cedo se envolveu com a prática esportiva, destacando-se no karatê, balé e basquetebol, chegando a quase seguir carreira profissional no basquete. Mais tarde, ingressou na carreira de modelo profissional.

Em 2001, após passar pelo curso pré-vestibular do Instituto Cultural Steve Biko, ingressou simultaneamente nos cursos de Serviço Social pela Universidade Católica do Salvador (UCSal) e Pedagogia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Durante sua formação, estagiou na Pró-Reitoria Comunitária (VIRACOM) da UCSal, participando de um

projeto de pesquisa que articulava o Serviço Social e a educação na Escola Comunitária Luiza

Figura 3 - Fotografia Juliana Mahin.

Marta Santos de Oliveira



Fonte: Currículo Lattes (2025).

Ainda como estudante, envolveu-se politicamente com o Movimento de Estudantes de Serviço Social (MESS), atuou como coordenadora do Diretório Acadêmico de Serviço Social da UCSal e integrou as atividades da Comissão de Gênero e Etnia do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS).

Após a graduação, atuou por quatro anos na política de Assistência Social em diversos municípios da Bahia, implementando projetos voltados ao fortalecimento da identidade racial e territorial das comunidades. Em seguida, foi aprovada em concurso para a UFBA, sendo inicialmente lotada na Maternidade Climério de Oliveira, onde atuou como supervisora de estágio da primeira turma do curso de Serviço Social da universidade. Posteriormente, tornou-se professora e preceptora da primeira Residência Multiprofissional em Saúde Materno-Infantil da Bahia, ministrando disciplinas como “Saúde e Direitos das Crianças” e “Saúde e Direitos da População Negra”.

Sua trajetória institucional na UFBA avançou quando foi convidada a integrar a gestão do reitor João Carlos Salles como Coordenadora dos Programas de Assistência ao Estudante, cargo que ocupou até o final da primeira gestão. Retornou à administração universitária como presidente da Comissão Permanente de Heteroidentificação Complementar à Autodeclaração de Pessoas Negras nos Processos Seletivos (CPHA/UFBA) e, na primeira gestão do reitor Paulo Miguez de Oliveira, assumiu a Coordenação de Ações Afirmativas, Educação e Diversidade (CAAED). Nesse cargo, implementou o Programa de Formação para Diversidade, que inclui o curso “Decolonialidade do Saber, Novos Saberes e Ciência na Universidade”, desenvolvido com o apoio da PRODEP e voltado para a formação de servidores.

Juliana é graduada em Serviço Social pela UCSal (2005) e em Pedagogia pela UFBA (2009), com especialização em Atendimento Integral à Família pela Universidade Veiga de Almeida (2008). É mestre em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade (UFBA, 2015), com a dissertação "A transversalidade da questão étnico-racial nos currículos dos cursos de graduação em Serviço Social das universidades federais brasileiras". Atualmente, é doutoranda no mesmo programa de pós-graduação.

Na UFBA, atua como assistente social na Ouvidoria e coordena os Programas de Assistência Estudantil desde 2019. Também é colaboradora do Instituto Cultural Steve Biko, organização dedicada à promoção da igualdade racial e ao fortalecimento da juventude negra.

Sua experiência profissional inclui ainda atuação como assistente social no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), entre 2012 e 2020. No campo acadêmico, lecionou no curso de Serviço Social e na pós-graduação da Faculdade Paulista de Serviço Social (FAPSS/SP), entre 2014 e 2020, onde também coordenou o Núcleo de Pesquisa em Relações Étnico-Raciais e Serviço Social Carolina Maria de Jesus.

Sua produção intelectual foca temas como políticas públicas, relações étnico-raciais, racismo, cotas raciais, formação profissional e heteroidentificação. Entre suas publicações, destaca-se o artigo “Serviço Social e o silenciamento sobre as questões étnico-raciais”, publicado na revista SER Social.

A trajetória de Juliana Marta evidencia um firme compromisso com a luta antirracista, a promoção da justiça social e a valorização da diversidade étnico-racial na formação e atuação profissional em Serviço Social.

Dayana Christina Ramos de Souza Juliano

Figura 4 - Fotografia Dayana Christina Ramos de Souza Juliano



Dayana Christina Ramos de Souza Juliano é assistente social, doutoranda e mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduada pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e especialista em Políticas Sociais e Intersetorialidade pelo Instituto Fernandes Figueira – FIOCRUZ, possui ampla experiência em políticas públicas voltadas para as infâncias negras, territórios periféricos e interseccionalidades de raça, classe e gênero.

Fonte: Currículo Lattes (2025).

Profissionalmente, atua no Complexo de Favelas da Maré, no Rio de Janeiro, desenvolvendo projetos voltados a mulheres afetadas por violências institucionais e múltiplas violações de direitos. Sua trajetória combina prática profissional, pesquisa acadêmica e engajamento político, sempre com uma abordagem crítica e comprometida com a justiça social e os direitos das populações marginalizadas.

Dayana é autora de publicações que discutem o racismo estrutural e a atuação do Serviço Social nas lutas do povo negro no Brasil. Mulher preta e mãe, reafirma em sua trajetória o

compromisso ético-político com a formação crítica de assistentes sociais, com a produção de conhecimento antirracista e com a defesa intransigente dos direitos sociais, contribuindo para o fortalecimento das lutas coletivas por justiça social e igualdade racial.

Elisabete Aparecida Pinto

Elisabete Aparecida Pinto é assistente social, professora e pesquisadora cuja trajetória se destaca pelo compromisso ético-político com a luta antirracista, feminista e popular no campo do Serviço Social e das políticas públicas. Reconhecida nacionalmente por sua atuação crítica e engajada, Elisabete foi pioneira e uma das principais intelectuais negras no Serviço Social contemporâneo, contribuindo decisivamente para a visibilização das relações étnico-raciais na formação e na prática profissional.

Em entrevista concedida ao podcast Práxis Preta (2023), Elisabete compartilhou um pouco da sua trajetória pessoal e política. Nascida em uma família negra e pobre, mas profundamente rica em afeto, espiritualidade e ancestralidade, Elisabete compartilha que foi nesse núcleo familiar que se formaram suas primeiras experiências de resistência e fortalecimento emocional. Cresceu em meio a cantos, risos e convívio comunitário, elementos que moldaram sua identidade e sustentam, até hoje, sua espiritualidade enquanto força de proteção, cura e conexão ancestral.

Figura 5 - Fotografia Elisabete Aparecida Pinto



Fonte: Currículo Lattes (2025).

Essa base afetiva e espiritual foi essencial para enfrentar as violências raciais e simbólicas vividas desde a infância e juventude, especialmente no ambiente escolar, marcado por racismo, desestímulo e negação de seus sonhos profissionais (Práxis Preta, 2023).

Inicialmente, almejava ser médica, mas, diante das barreiras impostas pela condição socioeconômica e pelo racismo estrutural, trilhou caminhos alternativos: primeiro o magistério e, depois, o Serviço Social. Embora essa escolha não tenha sido planejada, encontrou na profissão um meio potente de defender a vida, atuar politicamente e contribuir para a transformação social. Com o tempo, tornou-se uma

referência fundamental na produção de conhecimento sobre questão racial, gênero e classe na profissão, assumindo a tarefa de tensionar os silêncios e as omissões da categoria frente às opressões estruturais.

Sua formação acadêmica reflete essa trajetória crítica e interdisciplinar. É graduada em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1986), mestre em Ciências Sociais Aplicadas à Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1993) e doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2004). Desde então, tem desenvolvido pesquisas, publicações e ações formativas que entrelaçam as categorias de raça, gênero, classe, geração e espiritualidade com base em uma perspectiva antirracista e decolonial.

Atualmente, Elisabete é Professora Associada III da Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde atua no Colegiado de Graduação em Serviço Social e no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFBA). Entre 2009 e 2013, coordenou o Colegiado de Graduação, tendo papel central na construção de um Projeto Pedagógico comprometido com a transversalização das categorias étnico-racial e de gênero. Em 2013, atuou na Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil da UFBA e, entre 2017 e 2020, colaborou com a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) em programas voltados à incorporação das questões étnico-raciais nas políticas institucionais.

Como líder do Núcleo de Estudos Gênero, Raça/Etnia e Geração (NEP-GREG-UFBA), coordena pesquisas interseccionais em diversas frentes, como políticas sociais, saúde mental, religião, educação, participação política, trabalho e formação profissional. Suas publicações são referência nos estudos sobre relações raciais no Serviço Social, destacando-se o livro “O Serviço Social e a Questão Étnico-Racial: um estudo de sua relação com os usuários negros” publicado em 2003, que inaugurou uma linha crítica na profissão. Também publicou em 2015 “Etnicidade, Gênero e Educação: trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello” 2015, resgatando a história da fundadora do movimento das trabalhadoras domésticas, além de ter organizado obras como “Religiões: Tolerância e Igualdade no espaço da Diversidade” (2004), pela Coleção Falas Pretas.

Elisabete não apenas pesquisa e escreve sobre opressões estruturais; ela também as vivencia e enfrenta em sua militância cotidiana. É presença ativa em entidades representativas da categoria, como a ABEPSS, CFESS e diversos CRESS, e tem contribuído de forma significativa para os debates sobre formação antirracista, políticas afirmativas, ética profissional e direitos humanos. Sua fala firme e sensível, sempre ancorada na ancestralidade e na coletividade, inspira assistentes sociais, estudantes e movimentos sociais em todo o país.

Na entrevista concedida ao podcast Práxis Preta (2023), Elisabete compartilhou também sua crítica contundente às políticas públicas brasileiras, especialmente no campo da saúde mental e da laicidade do Estado. Denunciou o financiamento estatal de comunidades terapêuticas religiosas em detrimento de políticas públicas como os CAPS, chamando atenção

para os ataques às religiões de matriz africana. Alertou ainda para o avanço de projetos conservadores no Congresso Nacional, impulsionados pela bancada evangélica, que ameaçam os direitos humanos e a diversidade religiosa.

Um dos momentos centrais da entrevista é sua defesa da comunicação como prática política e profissional no Serviço Social. Para Elisabete, informar é um ato político, e o exercício da comunicação deve servir à mobilização e à emancipação social. Ao final da entrevista, entoou um cântico espiritual negro “No barquinho”, revelando, através da música, a inteireza de sua caminhada: fé, dor, ancestralidade, afeto e esperança. Essa canção, para ela, é oração, memória e resistência — um símbolo de sua trajetória como mulher negra, intelectual, assistente social e militante que transforma a dor em ação coletiva, política e amorosa.

Márcia Campos Eurico

Márcia Campos Eurico é assistente social, pesquisadora e professora universitária, cuja trajetória se destaca pela atuação crítica nas áreas de Serviço Social, relações étnico-raciais, racismo institucional e políticas públicas. Mulher negra, nascida e criada na Zona Leste de São Paulo, Márcia vem de uma família numerosa com dez irmãos, filha de um mestre de bateria e de uma mãe profundamente ligada ao universo do samba, vínculos que moldaram sua formação em uma sociabilidade cultural rica e profundamente enraizada na ancestralidade mineira (Práxis Preta, 2023).

Figura 6 - Fotografia Márcia Campos Eurico



Fonte: Currículo Lattes (2025).

Sua infância e juventude foram marcadas pelas vivências na periferia paulistana dos anos 1980, um território atravessado pela violência estrutural, mas também sustentado por fortes redes de proteção comunitária, familiar e cultural. Incentivada pela família, teve na educação pública um pilar essencial de formação, com destaque para a influência de boas professoras e o incentivo ao estudo (Práxis Preta, 2023).

Antes de ingressar na carreira acadêmica, atuou como auxiliar administrativa na Prefeitura de São Paulo. Foi durante sua experiência no Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente nos serviços voltados para o HIV/AIDS, que se aproximou do Serviço Social, inspirada pela atuação de assistentes sociais e psicólogas(os).

Graduada em Serviço Social pela Universidade Cruzeiro do Sul (2005), Márcia concluiu o mestrado (2011) e o doutorado (2018) em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Em sua dissertação de mestrado, investigou a relação entre a questão racial e a prática profissional de assistentes sociais diante do racismo institucional. Sua tese de doutorado, por sua vez, analisou as experiências de racismo institucional vivenciadas por crianças e adolescentes negras(os) em situação de acolhimento institucional.

Atualmente, realiza estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC-Rio, além de ser professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e professora no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-SP. De 2014 a 2020, atuou na Faculdade Paulista de Serviço Social (FAPSS/SP), onde também coordenou o Núcleo de Pesquisa em Relações Étnico-Raciais e Serviço Social Carolina Maria de Jesus.

No âmbito profissional, é assistente social do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com passagem por serviços municipais de saúde e assistência em São Paulo, como o SAE DST/AIDS Fidelis Ribeiro e a UBS Ermelino Matarazzo. Participou ativamente de conselhos de saúde e igualdade racial, como o Conselho Municipal da Igualdade Racial de Guarulhos (COMPIR) e o Conselho Gestor da UBS Ermelino Matarazzo.

Sua militância antirracista também se expressa em sua participação na Frente Nacional Assistentes Sociais no Combate ao Racismo, na coordenação da ênfase de relações étnico-raciais do Grupo Temático de Pesquisa da ABEPPS (biênios 2019–2020 e 2021–2022), e em sua vinculação ao Programa de Estudos e Debates dos Povos Africanos e Afro-Americanos (PROAFRO/UERJ) e à Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN).

Márcia é autora do livro "Racismo na Infância", vencedor do X Prêmio Dr. Benedicto Galvão (2021) da OAB/SP, apresentado em importantes eventos literários, como a Bienal Internacional do Livro de São Paulo, de Brasília e de Alagoas. Também colaborou com o CFESS na elaboração de uma nota técnica sobre a coleta do quesito raça/cor/etnia no trabalho de assistentes sociais.

Mãe de três filhos, Henrique, Gustavo e Maísa, viveu a maternidade novamente aos 40 anos e reflete criticamente sobre as experiências da maternidade negra, enfrentando e reconfigurando estereótipos sociais. Sua vivência combina afeto, crítica social e resistência cotidiana (Práxis Preta, 2023).

Ao longo de sua trajetória, Márcia Campos Eurico construiu uma presença acadêmica e militante profundamente enraizada na vida popular, enfrentando o racismo, a timidez e as

barreiras simbólicas dos espaços universitários, consolidando-se como uma referência na luta por direitos humanos, equidade racial e justiça social no Brasil contemporâneo.

Renata Gonçalves

Renata Gonçalves é uma das mais importantes intelectuais negras contemporâneas do Serviço Social brasileiro. Assistente social, professora universitária, pesquisadora, militante antirracista e mulher quilombola, sua trajetória é marcada por uma profunda articulação entre teoria e prática, entre ancestralidade e projeto de transformação social. É graduada em Serviço Social pela Institut Cardijn (Bélgica) e doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente, é professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), no campus da Baixada Santista, onde também coordena o Núcleo de Estudos Reflexos de Palmares.

Figura 7 - Fotografia Renata Gonçalves



Fonte: Currículo Lattes (2025).

Renata tem se destacado como uma referência na produção crítica sobre a articulação entre raça, classe e gênero, com ênfase nas relações étnico-raciais, nos feminismos negros e na valorização da produção de intelectuais negras. Suas pesquisas e práticas educativas têm sido fundamentais para ampliar o debate racial no interior da profissão de assistente social, desafiando tanto os limites históricos da formação quanto o conservadorismo que marca a origem e o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil.

Nascida em Araçatuba (SP), filha de trabalhadores e vinda dos meios populares, Renata cresceu em uma vivência comunitária fortemente marcada pela cultura negra, pela solidariedade entre vizinhos e pelo papel central das mulheres negras em sua formação. Com raízes familiares fincadas em valores de coletividade e cuidado, ela resgata o quintal como símbolo de ancestralidade e lugar de resistência, uma vivência que, mais tarde, a ajudaria a se reconhecer como mulher quilombola, especialmente a partir da leitura da intelectual Beatriz Nascimento.

Desde jovem, engajou-se em movimentos sociais e comunitários. Participou de grupos de base inspirados pela Teologia da Libertação e se envolveu com a luta dos trabalhadores rurais e de crianças em situação de vulnerabilidade social. Sua militância precoce foi atravessada por disputas políticas e ideológicas — chegou a ser expulsa da igreja por promover

reflexões críticas sobre comunismo e desigualdade social. Essa experiência despertou sua consciência crítica e sua vontade de compreender e transformar a realidade.

Aos 18 anos, foi para a Bélgica cursar Serviço Social com uma bolsa de estudos. Essa etapa singular em sua vida fortaleceu sua formação crítica e consolidou sua atuação como agente de transformação social. Estudou no Institut Cardijn, instituição de grande relevância na história do Serviço Social europeu, onde teve contato com experiências e paradigmas distintos da realidade brasileira. Ainda assim, manteve o vínculo com suas origens, voltando periodicamente ao Brasil e reatando os laços com sua família e seus territórios de pertencimento.

Ao retornar ao Brasil, deu sequência à sua formação e atuação acadêmica, realizando o doutorado em Ciências Sociais na Unicamp. Posteriormente, ingressou como docente na Universidade Estadual de Londrina (UEL) e, mais tarde, na Unifesp, tornando-se a primeira mulher negra a integrar o corpo docente do curso de Serviço Social no campus Baixada Santista. Sua presença, por si só, significou um marco de representatividade e afirmação para inúmeras estudantes negras que a reconheceram como referência de resistência e possibilidade concreta de ocupação da universidade pública.

Renata é autora de textos fundamentais para a crítica antirracista na profissão, com destaque para o artigo “A questão racial como nó da questão social”, publicado em 2018. Nesse texto, ela argumenta que a questão racial não pode ser tratada como elemento secundário ou “específico”, mas sim como dimensão constitutiva da formação social brasileira e da própria questão social, conceito central no Serviço Social. O artigo tornou-se leitura obrigatória em diversos cursos de graduação e pós-graduação, sendo referência para pesquisadores e militantes que buscam racializar a análise da realidade social.

Para Renata, o racismo é uma estrutura que antecede, modela e reconfigura as expressões da desigualdade social no Brasil. Portanto, não é possível compreender a questão social sem considerar o racismo como elemento fundante das relações de exploração e dominação. Ela sustenta que o Serviço Social brasileiro, ao se estruturar historicamente de forma conservadora, contribuiu por décadas para a negação da presença negra na profissão e para a reprodução do mito da democracia racial, inclusive em suas práticas institucionais.

Sua atuação como docente e pesquisadora é marcada pelo compromisso com uma formação antirracista. Foi idealizadora e coordenadora do Projeto Abdias Nascimento, que visava preparar estudantes negras e negros para a pós-graduação, articulando qualificação acadêmica com formação crítica sobre relações raciais. Também foi uma das principais responsáveis pela criação da disciplina "Gênero, Raça e Classe" no curso de Serviço Social da

Unifesp, além de ter impulsionado a realização do I Simpósio Nacional de Serviço Social e Relações Étnico-Raciais, evento histórico que reuniu diversas produções acadêmicas de assistentes sociais negros e negras de todo o país.

Renata defende a construção de uma práxis preta, conceito que sintetiza o fazer político cotidiano das mulheres negras comprometidas com a transformação social. Para ela, essas práxis se concretizam na construção de uma educação libertadora, em uma produção de conhecimento situada, no reconhecimento da ancestralidade e no enfrentamento simultâneo do racismo, do patriarcado e do capitalismo. A práxis preta, em sua visão, é aquilo que inscreve as pautas da população negra na ordem do dia e combate as múltiplas formas de opressão a partir de um olhar radicalmente interseccional e coletivo.

Mais do que uma intelectual, Renata é uma educadora popular, uma mulher de axé, uma semeadora de esperanças e reconstruções. Seu compromisso com a justiça social é inegociável e sua trajetória é fonte de inspiração para milhares de jovens negras e negros que ingressam na universidade e encontram nela uma referência concreta de que outro mundo é possível — e que esse mundo começa a ser construído quando a academia reconhece o valor da sabedoria ancestral e da luta preta.

Ana Paula Procópio da Silva

Ana Paula Procópio da Silva é assistente social, psicóloga, professora universitária e

Figura 8 - Fotografia Ana Paula Procópio da Silva



Fonte: Currículo Lattes (2025).

pesquisadora, destacada nacionalmente por sua atuação crítica nas áreas de fundamentos do serviço social, trabalho, relações étnico-raciais, gênero, educação, saúde e saúde mental e formação antirracista no Serviço Social.

Nascida em 1974, no Rio de Janeiro, durante o regime militar, Ana Paula é oriunda de uma família negra com raízes profundas tanto africanas quanto indígenas. Sua história familiar remonta a processos de migração interna no Brasil: suas bisavós migraram de Minas Gerais para o Rio de Janeiro no início do século XX, em busca de melhores condições de vida, enfrentando as duras marcas do racismo e da desigualdade estrutural que moldavam (e ainda moldam) a sociedade brasileira (Práxis Preta, 2024).

Cresceu no bairro do Cosme Velho, região de Santa Teresa, um espaço tradicionalmente associado à elite carioca. Apesar do contexto de privilégios simbólicos daquele território, a

vivência de Ana Paula foi marcada pelas tensões raciais e de classe, experiências que mais tarde fundamentariam sua reflexão crítica sobre a ascensão social de pessoas negras em espaços majoritariamente brancos (Práxis Preta, 2024).

A educação sempre ocupou um lugar central em sua história familiar como ferramenta de resistência e emancipação. Sua bisavó, embora analfabeta, priorizou o estudo para seus filhos como um instrumento de transformação social. Sua avó, costureira por mais de seis décadas, deu continuidade a esse legado, apostando na escolarização dos descendentes para que pudessem escapar das trajetórias de subalternização comuns às gerações negras anteriores, especialmente o trabalho doméstico (Práxis Preta, 2024).

Aos 16 anos, Ana Paula ingressou no curso de Psicologia da histórica Universidade Gama Filho, demonstrando precocemente sua vocação acadêmica. No entanto, o ensino de Psicologia na época era fortemente eurocentrado e racialmente alienado, ignorando as especificidades das experiências negras. Durante sua graduação, Ana Paula ainda não havia se reconhecido racialmente como negra, reflexo do racismo estrutural e dos mecanismos sutis de embranquecimento social que operam no Brasil (Práxis Preta, 2024).

O processo de construção de sua consciência racial foi deflagrado anos depois, durante sua formação em Serviço Social, especialmente sob a influência da professora Magali da Silva Almeida. Foi nesse momento que Ana Paula passou a compreender o impacto do racismo na sua vida e na de sua família, e a importância de construir uma identidade negra afirmativa. A partir daí sua trajetória intelectual e política passou a ser indissociável do compromisso com as lutas antirracistas e de combate às desigualdades sociais (Práxis Preta, 2024).

Inspirada por pensadores como Neuza Santos Souza, que abordou a psicopatologia do racismo no Brasil, e Frantz Fanon, que analisou o processo de alienação racial nas sociedades coloniais, Ana Paula passou a entender que o reconhecimento racial é apenas o primeiro passo no processo mais profundo de reconstrução da subjetividade negra e de conquista plena da humanidade em uma sociedade marcada pela desumanização (Práxis Preta, 2024).

Ana Paula consolidou sua formação acadêmica no campo do Serviço Social, concluindo o doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em sua tese, intitulada "O contrário de casa grande não é senzala. É quilombo! A categoria ‘Práxis Negra’ no pensamento de Clóvis Moura", ela realiza uma análise crítica das estruturas sociais brasileiras a partir da perspectiva das lutas e resistências negras, reafirmando a centralidade da ação coletiva e da organização quilombola enquanto símbolo de emancipação.

Atualmente é Diretora (2024-2028) e professora adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Bolsista Prociência UERJ (2024-2027),

onde também atua como docente colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UERJ). Coordena o Programa de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiras (PROAFRO/UERJ), um espaço fundamental para a promoção da produção acadêmica sobre a realidade da população negra brasileira e a formação de pesquisadoras e pesquisadores comprometidos com a luta antirracista.

Ana Paula integra o Centro de Estudos Octavio Ianni (CEOI/UERJ) e o Observatório de Racialidade e Interseccionalidade (ORI/UFBA), redes de pesquisa que articulam a produção crítica sobre raça, gênero e desigualdades sociais. É também coordenadora da ênfase de relações étnico-raciais no Grupo Temático de Pesquisa (GTP) "Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão e Resistências de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades" da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), reafirmando sua inserção ativa nas lutas políticas e acadêmicas da categoria profissional.

Sua trajetória evidencia um firme compromisso ético-político com a formação crítica das(os) assistentes sociais, com a luta histórica contra o racismo e com o fortalecimento de práticas emancipatórias na sociedade brasileira, consolidando-se como uma referência importante no Serviço Social contemporâneo.

Loiva Mara de Oliveira Machado

Loiva Mara de Oliveira Machado é assistente social, professora e pesquisadora, cuja trajetória pessoal e profissional é marcada pelo compromisso com a justiça social, a luta antirracista e a valorização da diversidade étnico-racial na formação e atuação profissional em Serviço Social.

Autodeclarada mulher negra, periférica, trabalhadora e mãe, Loiva nasceu na fronteira entre Bagé (RS) e o Uruguai. Desde a infância, enfrentou inúmeras dificuldades socioeconômicas, mas também foi fortalecida pelos princípios e valores ancestrais herdados de sua família. Em busca de formação e oportunidades, migrou para a capital gaúcha, onde deu continuidade à sua caminhada acadêmica e militante (Práxis Preta, 2021).

Antes de ingressar no Serviço Social, formou-se em Ciências Contábeis pela Universidade da Região da Campanha (1997). Foi por meio da militância nos movimentos sociais que encontrou sua vocação para o Serviço Social, graduando-se na área, pela Universidade Luterana do Brasil (2005). Possui especialização em “Movimentos Sociais, Organizações Populares e Democracia Participativa” pela Universidade Federal de Minas Gerais (2008), além de mestrado (2008) e doutorado (2013) em Serviço Social pela Pontifícia

Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), e pós-doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), com intercâmbio junto à Universidad Nacional de Tres de Febrero (CONICET/UNTREF – Argentina).

Atualmente, é professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde atua na graduação e na pós-graduação em Serviço Social. Sua experiência docente abrange temas como Formação e Trabalho Profissional, Estágio Supervisionado, Movimentos Sociais, Questões Étnico-Raciais e de Gênero, Dimensão Político-Organizativa do Serviço Social, Participação Popular e Controle Social de Políticas Públicas, com ênfase na Política de Assistência Social.

Figura 9 - Fotografia Loiva Mara de Oliveira Machado



Fonte: Currículo Lattes (2025).

Na UFRGS, coordena projetos de pesquisa e extensão voltados para temas como racismo institucional, participação popular e políticas públicas. É líder do AYA – Grupo de Pesquisa, Extensão e Formação em Relações Étnico-Raciais e de Gênero e do Programa de Extensão Coletivo Aya, além de coordenadora da Comissão Permanente de Combate ao Racismo Institucional do Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana. Foi coordenadora do GRITAM/SAJU-UFRGS entre 2020 e 2023.

Loiva integra o Comitê Gaúcho de Assistentes Sociais na Luta Antirracista (CRESSRS), participa da gestão do ANDES/UFRGS (2022–2023; 2024–2025), e atua no Grupo Temático da ABEPSS sobre Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades, com ênfase nas relações étnico-raciais e no antirracismo. Também é integrante da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN) e da Frente Nacional Assistentes Sociais no Combate ao Racismo. Foi conselheira do CRESS 10ª Região nas gestões 2013–2017 e 2017–2020.

Entre suas pesquisas recentes, destaca-se o projeto “Política de Saúde e Racismo Institucional: qual a implicação de assistentes sociais na construção de uma práxis antirracista” (2021–2023), que investigou as expressões do racismo institucional em programas de residência na política de saúde no Rio Grande do Sul. Participou ativamente da campanha do Conjunto CFESS/CRESS “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”, contribuindo para o debate sobre sua materialização no cotidiano profissional.

Em artigo publicado no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais de 2019, em coautoria com Greice Cavalheiro de Souza, destacou a importância histórica da campanha e

denunciou as expressões do racismo institucional como mecanismo de aprofundamento das desigualdades e do genocídio da população negra no Brasil.

Sua produção acadêmica aborda temas como capitalismo dependente, trabalho e resistências populares, relações étnico-raciais, políticas públicas e os 30 anos do Código de Ética do/a assistente social. Também orienta trabalhos de conclusão de curso e projetos de iniciação científica que discutem as questões étnico-raciais, de gênero e as desigualdades nas políticas públicas.

A trajetória de Loiva Mara de Oliveira Machado expressa uma prática profissional e acadêmica forjada na resistência, na coletividade e no enfrentamento das opressões, refletindo uma atuação comprometida com a práxis antirracista, com a emancipação das classes subalternizadas e com a construção de uma sociedade mais justa, equânime e plural.

Rachel Gouveia Passos

Rachel Gouveia Passos é libriana, mãe de pet e alguém que valoriza profundamente os afetos e os vínculos que constroem a existência. Dona de uma boa gargalhada, cultiva o humor como parte de sua vitalidade cotidiana. A experiência da pandemia de COVID-19 marcou profundamente sua trajetória, especialmente por ter vivenciado, nesse período, o processo de envelhecimento e falecimento de sua mãe em 2022. Esse momento de intensa vivência emocional impulsionou Rachel a adotar com mais intencionalidade práticas de autocuidado, com destaque para a atividade física, que passou a integrar sua rotina como estratégia de afirmação da vida e preservação da saúde física e mental (Práxis Preta, 2022).

Figura 10 - Fotografia Rachel Gouveia Passos



Fonte: Currículo Lattes (2025).

Rachel é assistente social, pesquisadora, professora universitária e militante antirracista, com destacada atuação crítica e comprometida nos campos da saúde mental, da luta antimanicomial, dos direitos humanos e dos estudos interseccionais de gênero, raça e classe. É Professora Adjunta no Departamento de Métodos e Técnicas da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da mesma instituição e colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Coordena o projeto de pesquisa e extensão “Luta Antimanicomial e Feminismos”, vinculado à Escola de Serviço Social da UFRJ, e integra os núcleos de pesquisa NEPS (UERJ/CNPq) e NUEPSSS (UFF/CNPq). Entre julho de 2023 e março de 2024, atuou como Assessora Técnica Especializada no Departamento de Saúde Mental da Secretaria de Atenção Especializada em Saúde do Ministério da Saúde (DESME/SAES/MS), contribuindo para a formulação e o fortalecimento de políticas públicas nacionais na área da saúde mental.

Rachel é pós-doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), vinculada à linha de pesquisa “Direitos Humanos, Democracia e Ordem Internacional” (2023), e também pós-doutora em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP, 2018). É doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP, 2016), com estágio doutoral realizado no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, em Portugal. Possui mestrado em Política Social pela UFF (2011), especialização em Saúde Mental e Atenção Psicossocial pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz (2009) e graduação em Serviço Social também pela UFF (2007).

Sua tese de doutorado, intitulada "Trabalhadoras do Care na Saúde Mental: Contribuições marxianas para a profissionalização do cuidado feminino", analisa criticamente a divisão sexual do trabalho no campo da saúde mental, com foco nas trabalhadoras do cuidado. A produção acadêmica de Rachel é marcada por uma abordagem crítica e interseccional, abordando temas como racismo estrutural, feminismo negro, políticas de drogas e os impactos das políticas públicas sobre as populações periféricas.

Entre suas publicações, destaca-se o caderno "Assistente Social no Combate ao Preconceito: contra o preconceito à população usuária da saúde mental", publicado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), no qual contribui para o enfrentamento do estigma e da exclusão social no campo da saúde mental.

Na UFRJ, orienta pesquisas de graduação e pós-graduação voltadas a temas como saúde mental, políticas de drogas, violência de Estado e justiça reprodutiva, com atenção especial às experiências de mulheres negras e populações marginalizadas. Lidera também o grupo de pesquisa e extensão “Feminismo Antimanicomial”, que articula ações acadêmicas e militantes em defesa da reforma psiquiátrica e dos direitos das mulheres.

Para além de sua atuação acadêmica, Rachel participaativamente de movimentos sociais e é militante do Movimento da Luta Antimanicomial. Contribui com os debates e a formulação de políticas públicas mais justas e inclusivas, sendo amplamente reconhecida por seu compromisso ético-político com a formação crítica de assistentes sociais e com a promoção

de uma prática profissional guiada pela justiça social, pelos direitos humanos e pela radicalidade da vida.

Rachel integra importantes coletivos e entidades do campo acadêmico-político, como a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), a Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME) e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Nesta última, participa do Grupo Temático de Pesquisa ampliado “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Feminismos e Sexualidades”, tendo atuado nas gestões 2019-2020 e 2021-2022, e, na gestão 2023-2024, como coordenadora da ênfase em Feminismos.

Com uma trajetória que combina excelência acadêmica, engajamento político e sensibilidade ética, Rachel se consolida como uma referência nacional no Serviço Social brasileiro, comprometida com a equidade racial, a justiça social e a transformação das estruturas de opressão.

Roberta Pereira da Silva

Roberta Pereira da Silva, também conhecida como Roberta Hobbes, é assistente social, pesquisadora e militante antirracista. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), desenvolveu a tese “A ousadia de ser! Viveres da população negra na formação da cidade de São Paulo: associativismo, esportes e futebol”, sob orientação da professora Maria Beatriz Costa Abramides. É também mestre pela mesma instituição, com a dissertação “Campo de Terra, Campo da Vida”, publicada como livro pela Dandara Editora em 2022. Graduou-se em Serviço Social pela Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL).

Sua trajetória acadêmica é marcada pela articulação entre raça, classe, território e práticas culturais negras, com ênfase na história do futebol de várzea paulistano como espaço de resistência e protagonismo da população negra entre os anos de 1900 e 1930. Roberta é uma das primeiras pesquisadoras no campo do Serviço Social a estabelecer essa interface crítica com o futebol, o racismo estrutural e o associativismo negro.

Com vasta atuação nas políticas públicas, trabalhou no tripé da seguridade social — saúde, assistência e previdência — incluindo programas de prevenção às ISTs/AIDS em regiões periféricas de São Paulo como Guaianazes, Itaquera e Cidade Tiradentes. Atuou como coordenadora do CREAS de Ferraz de Vasconcelos, no processo de municipalização das

Figura 11 - Fotografia Roberta Pereira da Silva



Fonte: Currículo Lattes (2025).

medidas socioeducativas em meio aberto, e é assistente social do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Entre 2020 e 2022, coordenou o projeto Residência Preta, cursinho popular voltado à preparação de mulheres negras (cis e trans) e pessoas negras não-binárias para o ingresso em residências multiprofissionais na área da saúde. É também integrante da equipe de formação do Observatório da Discriminação Racial no Futebol e atuou como representante discente da ABEPPS – Região Sul II.

No episódio do podcast Práxis Preta (2023), Roberta compartilha aspectos de sua trajetória pessoal e acadêmica,

contando que chegou ao Serviço Social de forma inesperada, após desejar cursar Ciências Sociais. Relata a importância do coletivo negro Força Ativa, nascido do movimento hip hop, como espaço de formação política e letramento racial. Foi nesse processo que consolidou sua perspectiva crítica e antirracista, posteriormente incorporada à sua produção científica e atuação profissional.

Com humor e sensibilidade, revela também sua paixão por plantas, seu cotidiano afetivo e as motivações que a levam a pesquisar e intervir socialmente. Roberta defende a importância de investigar temas que mobilizem envolvimento pessoal e político, especialmente no que se refere ao enfrentamento do racismo nas instituições, nas práticas sociais e nos espaços da cultura popular.

É autora de diversos artigos, capítulos de livros e publicações em veículos acadêmicos e da grande mídia. Tem participado como palestrante, organizadora e formadora em eventos científicos e atividades de formação continuada em todo o país.

Com sólida trajetória na interface entre Serviço Social, relações étnico-raciais e práticas culturais negras, Roberta Pereira da Silva se consolida como uma voz fundamental na construção de um projeto ético, político e antirracista para o Serviço Social brasileiro contemporâneo.

Cristiane Luiza Sabino de Souza

Cristiane Luiza Sabino de Souza é assistente social, pesquisadora e professora universitária com trajetória acadêmica e profissional marcada pelo compromisso com a crítica

ao capitalismo dependente, à questão racial e às expressões da questão social na América Latina.

Graduou-se em Serviço Social pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), onde desenvolveu uma monografia voltada à formação da sociedade de classes no Brasil a partir das contribuições de Florestan Fernandes. Posteriormente, cursou mestrado em Política Social na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), apresentando a dissertação intitulada "Questão agrária, superexploração e migração sazonal: o Vale do Jequitinhonha na dialética do desenvolvimento capitalista dependente". Concluiu o doutorado em Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com a tese "Terra, trabalho e racismo: veias abertas de uma análise histórico-estrutural no Brasil", trabalho que reafirma seu compromisso com a análise das estruturas sociais a partir da perspectiva da totalidade.

Atualmente, é professora do Departamento de Serviço Social da UFSC, onde atua tanto na graduação quanto na pós-graduação. Já ocupou os cargos de coordenadora de Extensão (2021) e de Pesquisa (2022) no referido Departamento. Integra o Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA/UFSC) e participa do grupo de pesquisa Futuro Presente, que se dedica à crítica marxista da sociedade contemporânea.

Sua produção acadêmica é ampla e abrange temas como racismo estrutural, questão agrária, superexploração do trabalho, formação social brasileira e luta de classes, com

Figura 12 - Fotografia Cristiane Luiza Sabino de Souza



Fonte: Currículo Lattes (2025)

publicações em periódicos científicos como *Serviço Social & Sociedade*, *Temporalis*, *Germinal* e *Katálysis*. É autora do livro "Racismo e Luta de Classes na América Latina: As veias abertas do capitalismo dependente", publicado pela Hucitec em 2020.

Em 2024, Cristiane também foi palestrante convidada no XVIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), integrando o Grupo de Trabalho “Trabalho, Questão Social e Serviço Social”. Além disso, contribuiu para os Anais do evento com o trabalho “Contribuições de Clóvis Moura para o estudo da realidade brasileira e para a formação em Serviço Social”. No âmbito da UFSC, orienta trabalhos de conclusão de curso, iniciação científica e projetos de pesquisa voltados à crítica das desigualdades sociais, com ênfase na articulação entre racismo estrutural, Estado e políticas públicas na América Latina.

Sua trajetória acadêmica e atuação profissional fazem de Cristiane Luiza Sabino de Souza uma referência crítica no Serviço Social brasileiro contemporâneo, contribuindo significativamente para a formação de profissionais comprometidos com a transformação social e com a luta antirracista.

Sandra Regina Vaz da Silva

Sandra Regina Vaz da Silva é assistente social, professora e pesquisadora cuja trajetória acadêmica e profissional está marcada pelo compromisso com a formação crítica, a luta antirracista e a defesa dos direitos sociais.

Graduada em Serviço Social pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo (2003), com especialização em Saúde Coletiva pela Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP (2004), Sandra obteve o título de doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 2024. Sua tese de doutorado investigou a confluência entre racismo, capitalismo e lutas de classes no Brasil, destacando a centralidade da questão racial nas disputas sociais contemporâneas. Sandra desenvolve sua produção acadêmica a partir da perspectiva marxista, com ênfase na análise das relações étnico-raciais, da formação social brasileira, da luta de classes e da consciência negra.

Figura 13 - Fotografia Sandra Regina Vaz da Silva



Fonte: Currículo Lattes (2025).

Atualmente, é professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde também atua como chefe de departamento, e coordena atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas ao debate sobre racismo, luta de classes e consciência negra, com destaque para o artigo "Breve ensaio sobre grupos específicos negros, consciência e luta de classes no Brasil", publicado na revista Lutas Sociais, contribui com reflexões críticas sobre o racismo estrutural e suas implicações nas políticas públicas e na prática profissional.

Além disso, Sandra participa de grupos de estudos e pesquisa sobre a questão racial e o Serviço Social, envolvendo estudantes de graduação, pós-graduação e assistentes sociais. Esses grupos têm como objetivo estabelecer diálogos sobre o racismo institucional, a luta antirracista e o projeto ético-político do Serviço Social.

Daniela Ferrugem

Daniela Ferrugem é assistente social, professora e pesquisadora, reconhecida por sua atuação crítica nas áreas de Serviço Social, relações étnico-raciais e políticas públicas. Graduada em Serviço Social pela Universidade Luterana do Brasil (2007), obteve o título de doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Figura 14 - Fotografia Daniela Ferrugem



Fonte: Currículo Lattes (2025).

(PUCRS), com a tese intitulada "Guerra às drogas e a manutenção da hierarquia racial", na qual analisa como as políticas de combate às drogas reforçam estruturas de opressão racial no Brasil.

Atualmente, Daniela atua como assistente social no Centro Interdisciplinar de Pesquisa e Atenção à Saúde do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde também é tutora de campo e de núcleo da Residência Integrada em Saúde Mental Coletiva desde 2014. É vice-líder do Grupo de Pesquisa AYA – Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social, Relações Sociais de Exploração/Opressão de Raça/Etnia e Gênero da UFRGS.

Sua produção acadêmica está centrada em temas como racismo estrutural, questão social e formação profissional em Serviço Social. Daniela participa de grupos de estudos e pesquisa sobre a questão racial e o Serviço Social, envolvendo estudantes de graduação, pós-graduação e assistentes sociais. Esses grupos têm como objetivo estabelecer diálogos sobre o racismo institucional, a luta antirracista e o projeto ético-político do Serviço Social.

Daniela também é autora do livro "Guerra às Drogas e a Manutenção da Hierarquia Racial", no qual aprofunda a análise sobre como as políticas de combate às drogas perpetuam desigualdades raciais no Brasil.

Priscila Thayane de Carvalho Silva

Priscila Thayane de Carvalho Silva é assistente social e doutora em Educação pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), onde também concluiu o mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. Graduada em Serviço Social pela UFAM, possui especializações em Gestão de Políticas Públicas (FAMETRO) e Educação Ambiental (UFAM).

Atualmente, atua como assistente social na Reitoria do Instituto Federal do Amazonas (IFAM), integrando o Núcleo de Apoio Multiprofissional em Saúde (NAMS). É também

Figura 15 – Fotografia Priscila Thayane de Carvalho Silva



Fonte: Currículo Lattes (2025).

pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Sociologia Políticas da Educação (GRUPESPE/UFAM), onde desenvolve estudos sobre políticas públicas, ações afirmativas, relações étnico-raciais, assistência estudantil e direitos humanos.

Sua tese de doutorado, intitulada “Um estudo sobre a experiência da política de cotas na Universidade Federal do Amazonas: caminhos para uma política universitária antirracista”, analisa os processos de institucionalização das cotas raciais na UFAM, considerando dimensões simbólicas e materiais.

Priscila é autora de diversos artigos acadêmicos que abordam temas como racismo científico, desigualdades raciais durante a pandemia de COVID-19 e trabalhos análogos à escravidão no Brasil contemporâneo. Em 2024, participou do podcast “Elas na Ciência”, discutindo a redução das desigualdades e o papel das mulheres na produção científica na Amazônia. Sua trajetória destaca-se pelo compromisso com a justiça social, a equidade racial e a promoção de políticas públicas inclusivas, especialmente no contexto amazônico.

Sidimara Cristina de Souza

Sidimara Cristina de Souza é assistente social, professora e pesquisadora, cuja trajetória acadêmica e profissional é marcada por um profundo compromisso com a justiça social, especialmente no que se refere aos direitos das comunidades quilombolas e à análise crítica das políticas públicas no Brasil.

Figura 16 - Fotografia Sidimara Cristina de Souza



Fonte: Currículo Lattes (2025).

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), aprofundou seus estudos na área de Política Social, obtendo os títulos de mestre e doutora pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Sua tese de doutorado, intitulada “A Política de Assistência Social Junto às Comunidades Remanescentes de Quilombo do Vale do Mucuri - MG”, analisou a forma como o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é operacionalizado junto a essas comunidades. A pesquisa evidenciou que o acesso à assistência social é mínimo e, muitas vezes, desconsidera a identidade coletiva dos quilombolas, sendo oferecido apenas aos considerados extremamente

pobres, o que reforça o estigma de uma “política de pobre para pobre”. O estudo destacou ainda a importância do Sindicato dos Trabalhadores Rurais como principal mediador entre os usuários e os órgãos governamentais, além de revelar desafios como a falta de conhecimento técnico sobre os usuários por parte da equipe gestora e a ausência de formações continuadas.

Sidimara também tem se destacado na produção acadêmica com publicações como o artigo “A política de assistência social e as comunidades quilombolas do Vale do Mucuri-MG”, no qual aprofunda as reflexões sobre os limites da política social frente às especificidades culturais, econômicas e territoriais das comunidades quilombolas. Sua produção científica contribui de forma significativa para os debates sobre o racismo estrutural, a invisibilização das populações tradicionais nas políticas públicas e os desafios da equidade no acesso aos direitos sociais. Sua trajetória evidencia um compromisso ético-político com a formação crítica de assistentes sociais e com a luta histórica contra as opressões estruturais no Brasil, consolidando-se como uma referência importante no Serviço Social contemporâneo.

Ângela Ernestina Cardoso de Brito

Ângela Ernestina Cardoso de Brito é assistente social, professora e pesquisadora, reconhecida por sua contribuição teórico-política nas áreas de relações étnico-raciais,

Figura 17 - Fotografia Ângela Ernestina Cardoso de Brito



Fonte: Currículo Lattes (2025).

feminismos negros, políticas públicas e formação antirracista no Serviço Social. Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), possui mestrado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e doutorado em Política Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Realizou ainda estágio pós-doutoral no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, em Portugal, com ênfase em estudos sobre racismo e políticas públicas.

Atualmente, é professora associada da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA), atuando tanto na graduação quanto no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFBA). No campo da pesquisa, coordena projetos voltados às intersecções entre raça, gênero e classe, com ênfase em temáticas como identidade racial, envelhecimento de mulheres negras, políticas de ação afirmativa, relações étnico-raciais, saúde mental da população negra, políticas de assistência social e o enfrentamento ao racismo institucional.

Em 2017 realizou o primeiro censo racial da UFBA. É coordenadora do projeto de extensão Laboratório de Tecnologias Sociais e Metodologias de Redes (LATER), vice-líder do Núcleo de pesquisa e extensão conhecido como Núcleo de Estudos e Pesquisas de Gênero, raça/Etnia e Geração (NEPGREG). Foi coordenadora do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/ UFBA - PPGSS (2022-2024). Compõe a equipe de avaliação externa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Elaboradora e revisora do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

Ângela é colaboradora em ações da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), com contribuições significativas para a formação crítica dos assistentes sociais e para o debate sobre a inserção das questões étnico-raciais na prática profissional.

Magali da Silva Almeida

Magali da Silva Almeida é uma mulher negra brasileira, carioca, oriunda de uma família periférica marcada pela força feminina e pela criatividade artística. Cresceu em um ambiente no qual a cultura e a resistência negra eram expressas cotidianamente. Ainda na juventude, Magali demonstrava grande interesse pelas artes, especialmente pela pintura e o desenho, e chegou a desejar cursar Belas Artes. No entanto, em meio às condições conjunturais em plena ditadura militar, optou pelo curso de Serviço Social em uma instituição privada, iniciando sua formação profissional entre os anos de 1974 e 1978 (Práxis Preta, 2021).

Figura 18 - Fotografia Magali da Silva Almeida



Fonte: Currículo Lattes (2025).

Seu ingresso no Serviço Social não foi motivado por

uma escolha inicial, mas a prática profissional e o contato com a realidade social aprofundaram seu engajamento político e intelectual. Magali passou a lecionar no ensino superior privado (entre 1979 e 1988) e a se envolver ativamente nas entidades representativas da categoria, como o Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro (CRESS-RJ) e a Associação Nacional de Assistência Social (ANAS). Nessa mesma época, passou a militar no Movimento Negro, com forte atuação no Rio de Janeiro, integrando o Movimento Negro Unificado (MNU) e coletivos de mulheres negras. A sua formação, portanto, não se restringiu

ao ambiente acadêmico, sendo também forjada nos espaços de resistência e organização popular.

Graduada em Serviço Social pela Sociedade Unificada de Ensino Superior Augusto Motta (SUAM), Magali construiu uma trajetória acadêmica sólida e multidisciplinar. É mestre em Memória Social e Documento pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Realizou pós-doutorados na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e na Universidade do Texas, em Austin (EUA), além de possuir especializações em Metodologia do Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e em Planejamento e Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana pela ENSP/FIOCRUZ.

Professora Adjunta aposentada da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1989 - 2013), desde 2013, é professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA), vinculada ao Instituto de Psicologia e Serviço Social, onde atua como docente permanente do Programa de Pós-Graduação e da graduação em Serviço Social. Coordena o Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos e o Observatório de Racialidade e Interseccionalidade (ORI), vinculado ao CNPq. Na UFBA, orienta pesquisas voltadas a temas como violência obstétrica contra mulheres negras, inserção da mulher negra no mercado de trabalho e políticas afirmativas para estudantes quilombolas.

Magali é amplamente reconhecida como uma das principais intelectuais negras do Serviço Social brasileiro. Sua produção acadêmica critica o racismo estrutural e questiona a neutralidade das políticas públicas ditas universalistas, denunciando os limites dessas propostas para enfrentar a desigualdade racial. Defende que o racismo é uma ideologia histórica de dominação política, econômica e cultural, inseparável do capitalismo e estruturante do Estado brasileiro, cujo caráter genocida atinge especialmente a juventude negra. Influenciada por intelectuais como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Maria Carolina de Jesus e Solano Trindade, propõe a valorização da produção intelectual negra, a inclusão obrigatória do debate étnico-racial e de gênero na formação profissional, cotas raciais na pós-graduação e políticas sociais robustas no enfrentamento ao racismo. Sua atuação é interseccional, anticapitalista e comprometida com a memória, resistência e libertação da população negra.

É também uma das pesquisadoras que desenvolvem o conceito de branquitude no debate profissional, assim como a importância da interseccionalidade para compreender as múltiplas formas de opressão. Com uma perspectiva crítica ao marxismo tradicional que desconsidera as relações raciais na análise das classes sociais, Magali propõe uma leitura que articula raça, gênero e classe como categorias fundantes da realidade social brasileira.

Dentre as participações junto às entidades da profissão, representou o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) na Comissão Intersetorial de Saúde da População Negra do Conselho Nacional de Saúde, contribuindo diretamente para a formulação de políticas públicas com recorte racial. Desde 2010, integra o Grupo Temático de Pesquisa “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade” da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), onde atualmente coordena a ênfase em raça e etnia.

Sua militância política acompanha e fortalece sua produção intelectual, tornando-se, assim, referência para assistentes sociais, pesquisadoras e militantes antirracistas em todo o país. Sua trajetória combina vivência, rigor acadêmico, compromisso ético-político e militância. Ao longo das décadas, construiu um legado que não apenas denuncia o racismo institucional e estrutural, mas também afirma a potência da intelectualidade negra na transformação da realidade brasileira.

Heide de Jesus Damasceno

Atualmente, Heide é assistente social no Instituto Federal da Bahia (IFBA), campus Camaçari, onde também concluiu o ensino médio. Trabalhar na mesma instituição onde estudou representa, para ela, a possibilidade de retribuir à comunidade tudo o que recebeu, por meio de uma atuação ética, interventiva, crítica e comprometida com a formação humana, com a pesquisa e com a articulação por direitos (Damasceno, 2025). É também colaboradora do Instituto Cultural Steve Biko, onde contribui com iniciativas voltadas à equidade racial e social.

Figura 19 - Fotografia Heide de Jesus Damasceno



Fonte: Currículo Lattes (2025).

Heide possui doutorado em Serviço Social pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), concluído em 2021, mestrado e graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), além de especialização em “Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais” (2010). Sua trajetória acadêmica é marcada por forte ênfase na intersetorialidade das políticas públicas, especialmente no contexto educacional. Em sua dissertação de mestrado, “Serviço Social na educação: a intersetorialidade no exercício profissional do assistente social no IFBA”, analisou os desafios e as possibilidades da atuação profissional na articulação entre diferentes políticas sociais voltadas à garantia de direitos dos estudantes.

Natural de Salvador (BA), oriunda de uma família numerosa e afetiva, Heide foi incentivada desde a infância sobre os estudos e à dedicação em tudo que faz. Essas raízes, somadas à vivência cotidiana das injustiças sociais, conduziram-na à escolha pelo Serviço Social, profissão que entende como um chamado à luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

No campo teórico, Heide se debruça sobre temas como ações afirmativas, assistência estudantil, intersetorialidade e as expressões da questão social na educação. Coorganizou a coletânea “O trabalho do assistente social na política de educação no estado da Bahia”, reunindo estudos e reflexões sobre a atuação da categoria no campo educacional baiano. Sua contribuição ao Serviço Social também se expressa na atuação político-institucional: integrou a Comissão de Educação do Conselho Regional de Serviço Social da Bahia (CRESS-BA, 5ª Região), onde participou das lutas pela inserção de assistentes sociais nas escolas públicas estaduais.

Heide tem presença ativa em eventos e congressos da área, sendo reconhecida como uma referência nacional na discussão sobre Serviço Social, educação e relações étnico-raciais. Sua trajetória é exemplo de como a história pessoal, quando atravessada por compromisso ético-político, pode se transformar em ação coletiva e emancipatória.

A trajetória desta estimada pesquisadora, profissional e militante, que encerra este percurso biográfico, sintetiza o sentido político-epistemológico que atravessa essas mulheres negras, que irrompem em espaços acadêmicos e sindicais historicamente embranquecidos e masculinizados. Sua presença questiona os limites da democracia racial, desestabiliza hierarquias consolidadas e reafirma a centralidade da luta antirracista para o Serviço Social brasileiro.

Neste sentido, busco apresentar quem são as assistentes sociais negras antirracistas que vêm formulando uma produção intelectual crítica e engajada sobre a questão social e o racismo no Serviço Social brasileiro, antes mesmo de apresentar suas produções. Longe de serem apenas pesquisadoras ou docentes, essas mulheres negras são intelectuais orgânicas, forjadas na intersecção entre a vivência cotidiana das opressões estruturais e a luta por emancipação coletiva.

As trajetórias aqui descritas revelam histórias de enfrentamento, ancestralidade, afetos, deslocamentos e conquistas construídas com base em um compromisso ético-político inegociável com a justiça social, a equidade racial e a transformação da realidade brasileira. Essas autoras não apenas escrevem sobre o racismo; elas o enfrentam cotidianamente em suas vidas, instituições e campos de atuação, transgredindo os silêncios historicamente impostos ao povo negro e às mulheres negras em particular.

Ao analisar suas produções, comprehendo que não se trata de um “recorte identitário” ou de uma “especificidade temática”, mas de uma elaboração teórica e política robusta, que recoloca a questão racial como dimensão fundante da questão social no Brasil. Essa perspectiva antirracista, interseccional e contra hegemônica não apenas desafia os paradigmas eurocentrados do Serviço Social, mas propõe novos caminhos para a formação, a prática e a pesquisa profissional comprometidas com a realidade do povo negro e da classe trabalhadora.

Assim, reconhecer e valorizar essas trajetórias é mais do que um exercício acadêmico, é, sobretudo, um ato político de justiça epistêmica, de reposicionamento do lugar da intelectualidade negra no Serviço Social e de afirmação da práxis preta como horizonte de luta e transformação. Estas mulheres não apenas escrevem a história do Serviço Social antirracista, elas a protagonizam.

4.3 QUESTÃO SOCIAL E RACISMO NOS PERIÓDICOS DO SERVIÇO SOCIAL

A pesquisa foi realizada a partir de um levantamento bibliográfico realizado em 26 revistas da área do Serviço Social reconhecidas pela base de periódicos CAPES, considerando a avaliação quadrienal (2017-2020) no período de 2010 a 2023. As revistas acessadas foram classificadas qualitativamente da seguinte forma: sete (A1), oito (A2), três (A3), três (A4), um (B3) e três (S/ avaliação), conforme **Tabela 1**:

Tabela 1 - Revistas da área do Serviço Social - avaliação quadrienal 2017- 2020 - Base de coleta de dados – Periódicos CAPES

QUANTIDADE	PERIÓDICOS	ESTRATO (QUALIS)
1	REVISTA EM PAUTA	A1
2	REVISTA KATÁLYSIS	A1
3	REVISTA ARGUMENTUM	A1
4	REVISTA LIBERTAS	A3
5	REVISTA O SOCIAL EM QUESTÃO	A1
6	REVISTA OIKOS	A2
7	REVISTA PRAIA VERMELHA	A4
8	REVISTA DIREITOS, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL	A2

9	REVISTA EMANCIPAÇÃO	A2
10	REVISTA SERVIÇO SOCIAL EM PERSPECTIVA	A3
11	REVISTA GÊNERO	A2
12	REVISTA SER SOCIAL	A2
13	SERVIÇO SOCIAL EM DEBATE	A4
14	SOCIEDADE EM DEBATE	A2
15	SERVIÇO SOCIAL EM REVISTA	A2
16	TEMPORALIS	A2
17	TEXTOS & CONTEXTOS	A1
18	SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE	A3
19	MOITARÁ	A4
20	SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE	A1
21	GOITACÁ	S/Avaliação
22	REVISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS	A1
23	SERVIÇO SOCIAL & REALIDADE	S/Avaliação
24	REVISTA MUTAÇÕES	B3
25	REVISTA RESISTÊNCIA LITORAL	S/Avaliação
26	CADERNOS DO CEAS: revista crítica de humanidades	A4

Fonte: Duarte, Marco José de Oliveira, 2022.

Para o levantamento bibliográfico realizado nos 26 periódicos utilizei como descritor central “questão social” associado ao descritor “racismo”. Também foram utilizados os descritores “antirracismo” e “raça” para ampliar as possibilidades de identificação dos artigos.

Inicialmente, realizei a busca por meio do cruzamento direto dos descritores, utilizando de forma composta “questão social e racismo”. Contudo, essa estratégia não retornou resultados. Diante disso, optei por realizar a busca de forma sequencial: primeiro pelo descritor “questão social” e, em seguida, apliquei filtros e análises manuais para localizar, nos artigos encontrados, a presença do descritor “racismo”.

Tabela 2 - Procedimentos para levantamento bibliográfico nos periódicos

ETAPA	DESCRITOR UTILIZADO	ESTRATÉGIA DE BUSCA	RESULTADOS OBTIDOS	OBSERVAÇÕES
1	Questão social + racismo (composto)	Cruzamento direto de descritores	Nenhum resultado	A combinação direta dos termos “questão social e racismo” não retornou artigos nos periódicos analisados.
2	Questão social (isolado)	Busca por descritor em títulos, resumos e palavras-chave	Vários resultados	Abrangente, mas incluía textos sem conexão direta com o racismo.
3	Racismo, Antirracismo, Raça	Análise dos resultados da etapa anterior por meio de filtros e leitura manual	Seleção de artigos com interseção temática	Identificados artigos que tratavam da articulação entre questão social e racismo.
4	Validação e refinamento	Leitura integral de artigos selecionados	14 artigos confirmados	A seleção final considerou apenas os que abordavam a articulação entre os descritores questão social e racismo.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Para seleção dos artigos foram utilizados os seguintes critérios de inclusão: a) A presença dos descritores chaves no título, no resumo e nas palavras-chave do artigo para identificação da discussão sobre questão social e racismo; b) idioma principal do artigo em língua portuguesa c) os periódicos disponíveis gratuitamente de forma física e digital para acesso d) Artigos de autoria de assistentes sociais negras antirracistas; e) Trajetória das assistentes sociais negras antirracistas na discussão crítico-política sobre o debate da questão social e racismo no Serviço Social, considerando a participação política na militância e nas entidades representativas do serviço Social, nas quais se expressam a partir dos estudos e pesquisas na discussão sobre a questão racial, enquanto critérios centrais para aproximação com o objeto desta pesquisa.

Destaco que o critério “d” foi aplicado com base na heteroidentificação fenotípica dessas assistentes sociais autoras dos artigos selecionados. E para critério “e” para além das análises curriculares, considero a trajetória militante nos movimentos sociais, na luta antirracista e a participação dessas assistentes sociais junto as entidades representativas do Serviço Social.

Após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, das 26 revistas da área do Serviço Social reconhecidas pela base de periódicos da CAPES, entre os anos de 2010 e 2023, do qual foram selecionados 14 artigos relacionados ao objeto de estudo distribuídos da seguinte forma:

os periódicos com *qualis* A1 apresentaram cinco artigos, periódicos com *qualis* A2 apresentaram sete artigos, periódicos com *qualis* A3 apresentou um artigo e periódicos sem avaliação (S/A) apresentou um artigo. Destaco que, na **Tabela 3**, as autoras que constituem sujeitas das produções objetos desta pesquisa, foram grifadas de modo a evidenciar sua centralidade na produção de conhecimento a ser analisada.

Tabela 3 – Amostra dos artigos selecionados para a pesquisa

ANO	REVISTA	TÍTULO	AUTORA(S)	LINK
2014	Temporalis (A2)	Determinações do racismo no mercado de trabalho: implicações na “questão social” brasileira	Tereza Cristina Santos Martins	https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7077
2014	Revista de Políticas Públicas (A1)	Questão social e relações étnico-raciais no Brasil	Cláudia Alves Durans	https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/2731
2018	Ser Social (A2)	Serviço Social e o silenciamento sobre as questões étnico-raciais	Juliana Marta Santos de Oliveira	https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14945
2018	Ser Social (A2)	Oposição entre as lutas anticapitalista e antirracista: realidade ou erro de análise?	Tereza Cristina Santos Martins	https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14686
2020	Em Pauta (A1)	O genocídio da juventude negra brasileira: luta pelo direito a vida e o Serviço Social	Dayana Christina R. S. Juliano	https://www.e-publicacoes.uerj.br/reviewstaempauta/article/view/52008
2020	Serviço Social em Perspectiva (A3)	Na carona do marxismo: o serviço social e a questão étnico-racial visto pela perspectiva marxista	Juliana M. S. Oliveira; Elisabete A. Pinto; Rita C. P. Alves	https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/798
2021	Serviço Social & Sociedade (A1)	Racismo e novo pacto da branquitude em tempos de pandemia: desafios para o Serviço Social	Márcia Eurico; Renata Gonçalves; Tales Fornazier	https://www.scielo.br/jsssoc/a/5GqfkcsGwKxcvBjnYBzJmHC
2021	Temporalis (A2)	Formação em serviço social: relações patriarcais de gênero, feminismos, raça/etnia e sexualidades	Márcia Campos Eurico; Janaiky Pereira de Almeida; Maria Ildiana Diniz; Marco José De Oliveira Duarte; Ana Paula Procópio da Silva; Loiva Mara de Oliveira Machado; Rachel Gouveia Passos; Roberta Pereira da Silva; Tereza Cristina	https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/37235/24543

			Santos Martins	
2021	Temporalis (A2)	Pressupostos para uma análise histórico-estrutural da questão social no Brasil	Cristiane L. S. Souza; Heloísa Teles	https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36842
2022	Katálysis (A1)	Clóvis Moura e a questão social no Brasil	Sandra Vaz da Silva; Gustavo Fagundes	https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/84313
2022	Ser Social (A2)	Questão social e questão racial na formação em serviço social: debate necessário	Loiva M. O. Machado; Daniela Ferrugem	https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/38842
2023	Katálysis (A1)	Desdobramentos das desigualdades raciais na pandemia da Covid-19	Priscila T. C. Silva; Camila F. da Silva	https://www.scielo.br/jrk/a/QWMWc9JjZ5QX9ydgV6fpP4c/
2023	Serviço Social em Revista (A2)	Famílias quilombolas, pobreza e Serviço Social: um debate necessário a partir de comunidades do município de Ouro Verde de Minas-MG	Sidimara C. de Souza; Ângela E. C. de Brito	https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/46118
2023	Revista Serviço Social & Realidade (S/A)	As expressões da questão social e as opressões presentes na atuação do serviço social na educação profissional	Magali da Silva Almeida; Heide de Jesus Damasceno	https://periodicos.fraca.unesp.br/index.php/SR/article/view/4090

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A partir da seleção dos artigos, conforme critérios de inclusão, identifica-se que Tereza Cristina Santos Martins: se apresenta como pioneira na articulação entre questão social e racismo no Serviço Social brasileiro, considerando o universo da pesquisa. Diante deste dado, realizei de maneira preliminar um levantamento de outras produções da autora sobre o tema.

Ainda que algumas dessas produções não estejam indexadas em bases da CAPES específicas da área do Serviço Social, como a Revista Serviço Social em Debate (v.2, 2013) e a Revista Inscrita (v.14, 2013), vinculada ao CFESS, trata-se de materiais de inegável relevância teórica e política, que circulam em espaços estratégicos de formação e intervenção profissional. Isso demonstra a importância de ampliar os critérios de busca e análise bibliográfica, incorporando veículos e circuitos alternativos que expressam o pensamento antirracista no Serviço Social. E por isso, fiz a exposição das produções de Tereza Cristina Santos Martins no “Apêndice A” desta dissertação.

Retomando a análise da amostra da pesquisa, no que se refere ao recorte temporal de 2010 a 2023, a produção acadêmica sobre a articulação entre questão social e racismo no Serviço Social, revela tendências significativas do ponto de vista teórico, metodológico e político. Com base nos artigos selecionados observa-se uma intensificação progressiva da abordagem crítica dessa inter-relação, especialmente a partir de 2020.

Entretanto, esse avanço não ocorreu de forma linear ao longo do período. Entre os anos de 2014 e 2018, o Brasil atravessou um momento de intensas transformações políticas e econômicas, marcado por uma agenda regressiva no campo dos direitos sociais, que impactou diretamente a produção teórica e crítica. Nesse intervalo, registrou-se uma retração na elaboração acadêmica e no debate político-institucional sobre a articulação entre questão social e racismo, refletindo o contexto adverso vivido pelo país, conforme **Tabela 4**:

Tabela 4 - Distribuição das produções acadêmicas por ano (2010–2023).

ANO	NÚMERO DE PRODUÇÕES
2014	2
2018	2
2020	2
2021	3
2022	2
2023	3

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

No contexto histórico, esta janela temporal (2014 a 2018) tem início com a reeleição da presidente Dilma Rousseff (PT) em 2014, num cenário de acirrada polarização política. A partir de 2015, os desdobramentos da “Operação Lava Jato” impulsionaram uma profunda crise institucional, alimentando um discurso moralizante e seletivo que fragilizou o poder executivo e intensificou a instabilidade democrática. Em 2016, essa conjuntura culminou no controverso processo de impeachment da presidente Dilma, cuja legitimidade foi amplamente debatida, e a consequente ascensão de Michel Temer (PMDB) à presidência.

O governo Temer (2016–2018) implementou uma série de medidas de cunho ultroliberal, sob a justificativa de austeridade fiscal. Entre elas, destacam-se a Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017), que flexibilizou direitos históricos da CLT, e a Emenda Constitucional nº 95/2016, que impôs um teto de gastos públicos por vinte anos. Essas políticas promoveram o desmonte de direitos sociais e a retração do Estado como agente garantidor de proteção social, gerando o aumento do desemprego, da informalidade e da exclusão. Seus efeitos foram sentidos de maneira mais aguda pela população negra e periférica, grupo historicamente mais vulnerabilizado pelas expressões da questão social, ainda que esse impacto racializado tenha sido amplamente negligenciado pelas leituras predominantes da crise (IBGE, 2018).

Nesse contexto, torna-se evidente que a invisibilização da dimensão racial nas análises da conjuntura não se trata de um descuido eventual, mas sim de um silenciamento estrutural que perpassa as ciências sociais e, particularmente, o Serviço Social. A escassa produção crítica que articule de forma consistente o racismo às determinações da questão social revela os limites da intelectualidade progressista em enfrentar os efeitos racializados do neoliberalismo e da ofensiva conservadora. Essa lacuna teórica e política contribui para a perpetuação de leituras universalizantes, que colocam em xeque o reconhecimento do racismo como elemento constitutivo das desigualdades sociais no Brasil contemporâneo.

No que se refere às revistas científicas, é possível notar que a maioria das publicações está concentrada em periódicos qualificados como A1 e A2, a exemplo de Em Pauta, Katálysis, Ser Social, Temporalis e Serviço Social & Sociedade. Esse dado reforça a legitimidade e a relevância que o debate racial vem adquirindo no interior do campo acadêmico-profissional.

Dentre os 14 artigos selecionados, observei que as discussões sobre a questão social e o racismo se articulam a outras categorias de análise, como trabalho, gênero, violência, sexualidade, educação, conjuntura da crise sanitária, política e econômica provocada pela pandemia da COVID-19 e formação profissional em Serviço Social. Esse entrecruzamento da discussão sobre questão social e racismo com tais categorias mencionadas, revela como determinados grupos sociais racializados são desproporcionalmente afetados pelas chamadas expressões da questão social, evidenciando as camadas estruturais das desigualdades que constituem a realidade brasileira, conforme **Tabela 5**.

Tabela 5- Articulação entre questão social, racismo e outras categorias de análise

CATEGORIAS DE ANÁLISE ARTICULADAS	RELAÇÃO COM A QUESTÃO SOCIAL E O RACISMO	ASPECTOS EVIDENCIADOS
Trabalho	Desigualdades raciais no acesso, condições e valorização do trabalho	Precarização, informalidade, desemprego, racismo institucional
Gênero	Interseccionalidade entre opressões de gênero e raça	Mulheres negras mais vulneráveis às expressões da questão social
Violência	Racismo estrutural presente na violência urbana, policial e doméstica	Criminalização da população negra, genocídio da juventude negra
Sexualidade	Invisibilização e marginalização de corpos e identidades negras dissidentes	Discriminação múltipla e exclusão social
Educação	Racismo institucional nas políticas educacionais e na permanência de estudantes negros	Desigualdade de acesso, evasão escolar, epistemicídio

Pandemia da COVID-19 (crise sanitária)	Impacto desproporcional da pandemia sobre a população negra e periférica	Acesso precário à saúde, maior mortalidade, vulnerabilidade social
Crise política e econômica	Recrudescimento das expressões da questão social com impactos raciais marcantes	Aumento da pobreza, fome, desemprego e exclusão concentrados em grupos racializados
Formação profissional em Serviço Social	Reflexão crítica sobre a formação antirracista no campo profissional	Necessidade de incorporar a centralidade da questão racial na formação e prática profissional

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Nesta perspectiva, destaco o forte caráter coletivo das produções analisadas. Entre os 14 artigos selecionados, seis foram escritos em coautoria por duas pessoas, três resultaram de trabalhos de grupos com três ou mais autoras(es) e apenas cinco foram elaborados individualmente.

Tabela 6 – Distribuição dos artigos por tipo de autoria nas produções selecionadas (2010–2023)

TIPO DE AUTORIA	QUANTIDADE DE TRABALHOS	DESCRIÇÃO
Coautoria (2 pessoas)	6	Produções elaboradas por duas autoras/autores.
Autoria coletiva (3 ou mais pessoas)	3	Produções resultantes do trabalho de grupos com três ou mais autoras/autores.
Autoria individual	5	Produções elaboradas por uma única autora/autor.
Total	14	

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Esses dados quantitativos apontam que as estratégias e lutas históricas de natureza coletiva, que sempre foram marcas fundamentais das trajetórias de resistência das populações negras no Brasil, também se expressam no campo da produção de conhecimento por intelectuais negras. O predomínio de produções compartilhadas, seja em dupla ou em grupo, revela não apenas uma opção metodológica, mas também um posicionamento político e ético comprometido com a construção coletiva do saber, com a valorização dos vínculos comunitários e com a crítica aos paradigmas individualistas que estruturaram historicamente o ambiente acadêmico.

Embora não seja objeto desta pesquisa investigar as motivações que levam à predominância das produções coletivas, esse dado se apresenta como uma potente possibilidade de aprofundamento em futuras investigações. Tal abordagem permitiria compreender as

dinâmicas socioraciais e os múltiplos sistemas de opressão que atravessam essas intelectuais, bem como analisar em que medida tais determinações atuam como impedimento, ou como motor para a produção intelectual individual.

Dito isso, após seleção dos artigos elencados acima, realizarei uma análise das produções, considerando o debate sobre questão social e racismo, formulados por assistentes sociais negras antirracistas.

4.3.1 Questão social e racismo no Brasil: uma construção teórico-crítica a partir da produção intelectual de assistentes sociais negras antirracistas entre 2010 e 2023

A compreensão da questão social no Brasil exige um olhar atento às múltiplas determinações que conformam as desigualdades em cada território, considerando o entrelaçamento entre exploração econômica e opressões de raça e gênero. Longe de se apresentar de maneira homogênea, a questão social assume, no contexto brasileiro, expressões racializadas que remontam à constituição histórica do país sob as marcas do colonialismo, da escravidão e da lógica patriarcal. Essa formação social deixou como herança a exclusão sistemática da população negra e indígena, consolidando um modelo de sociabilidade no qual o racismo estrutural atua como engrenagem central para a reprodução da desigualdade.

É nesse sentido que a leitura crítica do Serviço Social precisa ir além da compreensão da questão social como mera expressão da contradição entre capital e trabalho. Trata-se de reconhecer que a classe trabalhadora brasileira é racializada e generificada, e que o acesso desigual aos direitos sociais, à terra, ao trabalho e à cidadania não é aleatório, mas resultado de um projeto de sociedade fundado através de exploração socioracial.

Neste sentido, a análise das produções acadêmicas recentes evidencia um movimento cada vez mais consolidado de crítica à separação analítica entre a questão social e a questão racial no Brasil. Este movimento busca reafirmar que o racismo não pode ser tratado como uma mera expressão particular da desigualdade social, mas como um elemento fundante da formação social brasileira, presente desde a colonização até a estrutura atual do Estado, do mercado de trabalho e das políticas públicas. Trata-se de um giro epistêmico e político, que recoloca no centro da análise a racialização das relações sociais, da luta de classes e da própria cidadania.

Para a presente análise, selecionei artigos publicados entre 2010 e 2023 que abordam de maneira crítica a relação entre a questão social e o racismo no Brasil, com foco na produção intelectual de assistentes sociais negras antirracistas, e que atenderam os critérios de inclusão e exclusão.

O corpus resultante contempla produções que articulam fundamentação teórica, análise histórica e dados empíricos para evidenciar a centralidade do racismo estrutural na conformação da questão social brasileira. As autoras dialogam com referenciais do materialismo histórico-dialético e com a produção intelectual negra, inserindo-se em um movimento acadêmico-político, que reivindica a incorporação orgânica da pauta antirracista no projeto ético-político do Serviço Social.

A apresentação dos textos seguirá a ordem cronológica de publicação, de modo a evidenciar permanências e mudanças nas abordagens teóricas e políticas ao longo do período. Essa sequência também permite observar como o debate sobre a indissociabilidade entre questão social e questão racial tem se apresentado nas últimas décadas, expressando o compromisso das autoras com a transformação social e com a emancipação humana. Os textos selecionados são:

1. Martins, Tereza Cristina Santos (2014) – Determinações do racismo no mercado de trabalho: implicações na “questão social” brasileira.
2. Durans, Cláudia Alves (2014) – Questão social e relações étnico-raciais no Brasil.
3. Oliveira, Juliana Marta Santos de (2018) – Serviço Social e o silenciamento sobre as questões étnico-raciais.
4. Martins, Tereza Cristina Santos (2018) – Oposição entre as lutas anticapitalista e antirracista: realidade ou erro de análise?
5. Juliano, Dayana Christina Ramos de Souza (2020) – O genocídio da juventude negra brasileira: luta pelo direito à vida e o Serviço Social.
6. Oliveira, Juliana Marta Santos de; Pinto, Elisabete Aparecida; Alves, Rita de Cássia Pereira (2020) – Na carona do marxismo: o Serviço Social e a questão étnico-racial visto pela perspectiva marxista.
7. Eurico, Márcia; Gonçalves, Renata; Fornazier, Tales (2021) – Racismo e novo pacto da branquitude em tempos de pandemia: desafios para o Serviço Social.
8. Eurico, Márcia Campos et al. (2021) – Formação em Serviço Social: relações patriarcais de gênero, feminismos, raça/etnia e sexualidades.
9. Souza, Cristiane Luiza Sabino de; Teles, Heloísa (2021) – Pressupostos para uma análise histórico-estrutural da questão social no Brasil.
10. Silva, Sandra Regina Vaz da; Fagundes, Gustavo (2022) – Clóvis Moura e a questão social no Brasil.

11. Machado, Loiva Mara de Oliveira; Ferrugem, Daniela (2022) – Questão social e questão racial na formação em Serviço Social: debate necessário.
12. Silva, Priscila Thayane de Carvalho; Silva, Camila Ferreira da (2023) – Desdobramentos das desigualdades raciais na pandemia da Covid-19.
13. Souza, Sidimara Cristina de; Brito, Angela Ernestina Cardoso de (2023) – Famílias quilombolas, pobreza e Serviço Social: um debate necessário a partir de comunidades do município de Ouro Verde de Minas-MG.
14. Almeida, Magali da Silva; Damasceno, Heide de Jesus (2023) – As expressões da questão social e as opressões presentes na atuação do Serviço Social na educação profissional.

Determinações do racismo no mercado de trabalho: implicações na “questão social” brasileira - Tereza Cristina Santos Martins – 2014

O artigo “Determinações do racismo no mercado de trabalho: implicações na ‘questão social’ brasileira”, de Martins (2014), apresenta uma análise crítica sobre o racismo estrutural no Brasil e suas implicações na conformação da questão social. Fundamentado em uma abordagem teórica marxista e em dados empíricos, o texto parte da compreensão de que a questão social, no Serviço Social brasileiro, é constituída pelas múltiplas expressões das desigualdades geradas pelo modo de produção capitalista. Para a autora, essas desigualdades não são neutras racialmente; ao contrário, são historicamente atravessadas pelo racismo, elemento que opera como determinante das posições ocupadas pela população negra no mercado de trabalho.

A autora argumenta que, no Brasil, o racismo impôs limites concretos à inserção da população negra no trabalho assalariado formal, relegando-a, historicamente, à informalidade, ao desemprego e às ocupações precarizadas, especialmente nas décadas subsequentes à abolição da escravidão. Essa exclusão estrutural comprometeu não apenas o acesso a direitos trabalhistas e previdenciários, mas também a possibilidade de organização política dos trabalhadores negros nos moldes do sindicalismo tradicional, dificultando sua participação na constituição política da questão social.

Além disso, o texto mostra como as desigualdades de classe são profundamente racializadas e atravessadas por marcadores de gênero. A trajetória das mulheres negras no mercado de trabalho revela, de forma ainda mais evidente, a articulação entre opressão de raça, gênero e classe, sendo elas majoritariamente alocadas em ocupações de baixo prestígio e rendimento, como o trabalho doméstico, informal e sem carteira assinada. A análise evidencia

que essa condição não é acidental, mas resultado das determinações do capitalismo tardio brasileiro por (Mandel, 1982), onde o racismo atua como mecanismo de segmentação e hierarquização da força de trabalho (Porcaro, 1988).

No campo teórico, a autora recorre a autores fundamentais da tradição marxista e do Serviço Social brasileiro para embasar sua leitura da questão social. Destacam-se, entre eles, Iamamoto (2001), que define a questão social como expressão das desigualdades estruturais do capital; Netto (2001), que aborda a mais-valia e o desemprego como componentes da acumulação capitalista; Lessa (2002) e Lukács (1979), que concebem o trabalho como categoria ontológica e fundamento do ser social, e Mészáros (2006), que analisa o desemprego como fenômeno estrutural do capitalismo contemporâneo.

Outros autores são convocados para aprofundar a análise das especificidades do caso brasileiro: Fernandes (2006), ao discutir a revolução burguesa; Boschetti (2006), ao tratar da informalidade como obstáculo à cidadania; Santos (1987), que formula o conceito de “cidadania regulada”, essencial para compreender a exclusão dos negros do acesso a direitos sociais.

A interseccionalidade entre raça, classe e gênero é destacada com base em autoras como Bairros (1991), que denuncia a inserção subordinada das mulheres negras; Bruschini e Lombardi (2003), que discutem a dupla discriminação de gênero e cor no mercado de trabalho; Saffioti (2004), sobre o patriarcado e a violência; e Lucena (2010), que analisa a feminização da pobreza entre mulheres negras.

Ao final, Martins (2014) defende que o Serviço Social brasileiro deve aprofundar a análise das relações entre raça, classe e gênero, adotando uma postura crítica e comprometida com a transformação da realidade. Para isso, é imprescindível reconhecer o racismo como uma das determinações estruturais da questão social, o que exige, por parte da profissão, um esforço teórico, ético e político na direção da emancipação humana.

Questão social e relações étnico-raciais no Brasil – Cláudia Alves Durans - 2014

O artigo “Questão Social e Relações Étnico-Raciais no Brasil”, de Durans (2014), representa uma importante contribuição crítica ao debate sobre a formação social brasileira, ao analisar a inter-relação entre o racismo e as desigualdades estruturais produzidas pela sociabilidade capitalista. Com base em um referencial Materialista Histórico-Dialético, a autora propõe que a questão social no Brasil não pode ser compreendida sem a devida atenção ao racismo como categoria estruturante da organização econômica, política e cultural do país.

Este texto busca sistematizar e interpretar criticamente os principais argumentos do artigo, destacando o papel do racismo na constituição da questão social brasileira, e refletindo sobre os desafios postos ao Serviço Social na formulação de respostas ético-políticas a essa realidade.

Durans (2014) parte da concepção de que a questão social, conforme delineada por Netto (2001), é a expressão das contradições entre capital e trabalho e manifesta-se como negação sistemática dos direitos sociais das classes subalternas. Contudo, no Brasil, essa manifestação assume contornos específicos, resultantes da herança do escravismo negro e da transição inconclusa para o trabalho assalariado.

A autora dialoga com Iamamoto (2007), que destaca a centralidade da questão social na formação e intervenção profissional do Serviço Social, ressaltando que ela é historicamente determinada pelas formas de exploração e dominação vigentes em cada formação social. No Brasil, como argumenta Durans (2014), a exclusão da população negra do acesso à terra, à educação e ao mercado de trabalho formal consolidou um padrão de desigualdade profundamente racializado.

Segundo Durans (2014), o racismo no Brasil não é um resquício de um passado colonial superado, mas sim uma forma atualizada e funcional de organização da desigualdade. Ele atua como uma ideologia que naturaliza a inferiorização da população negra e legitima sua exclusão social. Essa perspectiva encontra respaldo nas análises de Moura (1994) e Santos (2010), que identificam o racismo como componente estrutural do Estado e da sociedade brasileira.

A autora também critica as ideologias do branqueamento e o mito da democracia racial, que operam como dispositivos de apagamento da opressão racial, e reforça a necessidade de desmascarar essas construções ideológicas para promover uma crítica radical à desigualdade racial (Durans, 2014).

O artigo recorre a dados do IBGE, IPEA, PNUD e Atlas Racial Brasileiro (2008–2010), que demonstram a precariedade das condições de vida da população negra em comparação com a população branca. Questões como menor expectativa de vida, maiores taxas de homicídio, menores salários e menor acesso à educação e à saúde são discutidas como expressões contemporâneas da persistência do racismo estrutural no Brasil.

Durans (2014) destaca que a cada 25 minutos morre um jovem negro de forma violenta no Brasil, e que a média salarial dos trabalhadores negros é significativamente inferior a dos brancos. Esses dados evidenciam que a questão social brasileira é profundamente racializada, e que a negação dos direitos sociais afeta de forma desproporcional a população negra.

A análise histórica proposta por Durans (2014) demonstra que a abolição da escravidão ocorreu sem ruptura com a lógica escravocrata. A Lei de Terras de 1850, por exemplo, impossibilitou o acesso dos ex-escravizados à propriedade fundiária, aprofundando sua marginalização. Essa transição, como apontam Mandel (1980) e Galeano (1986), serviu à lógica de acumulação capitalista, que utilizou a escravidão como base para o desenvolvimento do capitalismo europeu.

Nesse sentido, a autora revisita criticamente a ideologia racialista presente no pensamento das elites brasileiras do século XIX, como Silvio Romero e Nina Rodrigues, e denuncia o papel dessa ideologia na consolidação de um projeto de nação excludente e racista.

Um dos pontos centrais da reflexão de Durans (2014) é o chamado à profissão de assistente social para que reconheça o racismo como elemento constitutivo da realidade social brasileira. O enfrentamento da questão social, nessa perspectiva, requer o reconhecimento da dimensão racial como categoria analítica e política. O desafio está em superar a leitura abstrata e universalizante da desigualdade, inserindo o debate étnico-racial no centro das análises e das práticas profissionais.

A autora propõe que o Serviço Social deve romper com paradigmas eurocêntricos e incorporar a produção intelectual de autoras e autores negros, valorizando saberes que emergem das resistências e lutas das populações oprimidas. Trata-se, portanto, de avançar na direção de uma prática antirracista, crítica e comprometida com a emancipação humana.

O artigo de Durans (2014) oferece uma contribuição relevante ao campo do Serviço Social e aos estudos sobre a questão racial no Brasil, ao demonstrar que não é possível compreender a desigualdade social brasileira sem reconhecer o racismo como estrutura fundante dessa desigualdade. A autora articula teoria, dados empíricos e crítica histórica, para sustentar a tese de que a questão social no Brasil é racializada e que a superação das desigualdades requer o enfrentamento direto e contínuo do racismo.

Neste contexto, o Serviço Social é convocado a repensar suas bases teóricas e metodológicas, ampliando sua crítica à sociedade capitalista para incluir o combate ao racismo como parte do seu projeto ético-político. Trata-se, em última instância, de reconhecer que lutar contra o racismo é também lutar contra a exploração, a opressão e todas as formas de negação da dignidade humana.

Serviço Social e o silenciamento sobre as questões étnico-raciais - Juliana Marta Santos de Oliveira – 2018

O artigo "Serviço Social e o silenciamento sobre as questões étnico-raciais", de Oliveira (2018), examina criticamente como o Serviço Social brasileiro historicamente negligenciou a questão racial, mesmo tendo como objeto de intervenção majoritário a população negra e empobrecida do país. A análise articula diretamente questão social e racismo, denunciando a ausência estrutural dessa temática nos processos formativos, nas diretrizes curriculares e nas práticas profissionais da área, conforme apontam as Diretrizes Curriculares Nacionais, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 2008) e as Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, que tornam obrigatória a abordagem da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos educacionais.

A autora parte da hipótese de que o racismo estrutura e define todas as relações sociais no Brasil, incluindo a organização da profissão de assistente social. Segundo Oliveira (2018), o Serviço Social, mesmo mantendo um discurso comprometido com a transformação social, tratou por décadas a temática racial como um assunto periférico ou como militância isolada, sem reconhecê-la como parte integrante e fundante do seu projeto ético-político, situação que o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 1993; 2016) também denuncia, especialmente em documentos como o Código de Ética Profissional e a série “Assistentes sociais no combate ao preconceito”.

A questão social, conceito central na formação e intervenção profissional do Serviço Social, é desafiada no texto a ser pensada em correlação com as determinações de raça, gênero e classe. Oliveira (2018), com base em Iamamoto (2011), argumenta que a questão social não pode ser apreendida de forma plena sem considerar os marcadores étnico-raciais que a atravessam e a constituem historicamente. Ela questiona se as demandas da população negra têm sido adequadamente interpretadas e enfrentadas pela profissão, ou se são invisibilizadas por uma leitura reducionista da questão social baseada exclusivamente na luta de classes, sem o devido reconhecimento do racismo estrutural que atravessa as desigualdades sociais no Brasil.

O artigo demonstra que a exclusão do debate racial nos currículos de graduação em Serviço Social é um dos principais fatores que perpetuam esse silenciamento. A análise de Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) revela que apenas parte das universidades inclui disciplinas específicas sobre relações étnico-raciais, e em muitos casos essas disciplinas são optativas, reforçando a marginalização do tema (Oliveira, 2018; ABEPSS, 2008). Oliveira (2018) também destaca que a origem caritativa e cristã da profissão contribui para a perpetuação de uma prática assistencialista que não questiona os fundamentos do racismo estrutural.

Dessa forma, mesmo os profissionais que atendem cotidianamente pessoas negras e pobres tendem a não reconhecer o racismo como um elemento determinante da condição social dessas populações, comprometendo a efetividade e a justiça das intervenções profissionais, como aponta o CFESS (1993; 2016). Para enfrentar esse cenário, Oliveira (2018) propõe uma mudança estrutural nos currículos e processos formativos da profissão, com a incorporação obrigatória, transversal e crítica da temática racial, conforme indicam as Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, as Diretrizes Curriculares Nacionais e os parâmetros da ABEPSS (2008).

A autora defende que somente com essa transformação será possível garantir uma práxis profissional coerente com a realidade social brasileira e comprometida com a emancipação dos sujeitos historicamente oprimidos. Essa proposta está alinhada com a metodologia da “etnopesquisa implicada”, fundamentada por Macedo (2012), que valoriza a experiência e o pertencimento como componentes essenciais na construção do conhecimento, e também dialoga com as abordagens qualitativas em ciências sociais apresentadas por Minayo (2014).

Assim, o texto de Oliveira (2018) denuncia o silenciamento institucionalizado do Serviço Social diante do racismo estrutural e propõe uma reconstrução epistemológica, ética e curricular da profissão, em que a questão social e o racismo sejam tratados como dimensões inseparáveis da realidade brasileira.

Oposição entre as lutas anticapitalista e antirracista: realidade ou erro de análise? - Tereza Cristina Santos Martins – 2018

O texto “Oposição entre as lutas anticapitalista e antirracista: realidade ou erro de análise?”, de Martins (2017), publicado na Revista SER Social, oferece uma reflexão crítica sobre a relação entre questão social e racismo, articuladas a partir da formação social brasileira. A autora argumenta que a pretensa oposição entre as lutas antirracista e anticapitalista resulta de análises que desconsideram as determinações históricas concretas do capitalismo no Brasil. Ao analisar a constituição das relações capitalistas, Martins (2017) evidencia que o racismo é uma de suas expressões constitutivas, forjado no mesmo processo que produziu a questão social. Nesse sentido, a luta antirracista não está em campo oposto à luta de classes, mas é expressão de uma condição socialmente determinada: o lugar à margem da cidadania regulada e dos processos organizativos vinculados às respostas estatais à questão social.

A questão social é abordada com base na tradição Marxista e no Serviço Social brasileiro, especialmente por meio das contribuições de Marx (2009), que discute a superpopulação relativa e o exército industrial de reserva; de Netto (1991), que analisa os

efeitos da ditadura sobre a organização da classe trabalhadora; e de Lessa (2002), que reafirma o trabalho como categoria ontológica-fundante do ser social. A autora destaca que a exclusão estrutural da população negra do trabalho assalariado formal comprometeu seu acesso aos direitos sociais e sua participação nos espaços de organização política, determinando uma trajetória histórica de subalternização.

O racismo, por sua vez, é tratado como mediação estrutural do capital, central para a conformação das relações de produção no Brasil. A análise é fortemente influenciada por Fernandes (2006), que identifica na transição da escravidão para o trabalho livre uma modernização conservadora, onde a burguesia brasileira – oligárquica e senhorial – utilizou o racismo como instrumento de controle e exploração. Essa perspectiva é reforçada por Ianni (1966, 1987, 1991) e Júnior (2008a; 2008b), que evidenciam como a política de imigração branca e o branqueamento populacional afastaram os negros dos setores dinâmicos da economia, relegando-os à informalidade e ao subemprego.

A autora também mobiliza a análise de Kowarick (1994) para mostrar como a indústria brasileira privilegiou trabalhadores imigrantes até meados do século XX, aprofundando a marginalização dos negros. Nesse cenário, a política de cidadania regulada, descrita por Santos (1987), e a exclusão da população negra dos direitos sociais, conforme analisado por Boschetti (2006), reforçam o argumento de que o racismo foi funcional à reprodução do capital no Brasil.

As formas de resistência negras surgem fora dos marcos sindicais tradicionais, justamente por estarem as(os) trabalhadoras(es) negras(os) afastados do trabalho regulado. A autora recupera o papel de organizações como a Frente Negra Brasileira, o Teatro Experimental do Negro (Nascimento, 2004; Munanga e Gomes, 2006) e o Movimento Negro Unificado (MNU), criado em 1978, como expressões políticas das desigualdades vividas. Essas lutas denunciaram o mito da democracia racial e reivindicaram reparações históricas, transformando a luta cultural em projeto político radical.

Martins também recorre a Devulsky (2016), Almeida (2016) e Oliveira (2016) para reforçar que o racismo não é apenas ideológico, mas material e funcional ao sistema de produção capitalista, articulando-se às estratégias contemporâneas de flexibilização e precarização do trabalho (Mészáros, 2006; Azeredo, 1998; Pochmann, 2008). A terceirização e a informalidade atingem especialmente a população negra, que ocupa postos de trabalho com baixos salários e quase nenhuma proteção social, compondo uma força de trabalho superexplorada.

Nesse sentido, a autora argumenta que a luta antirracista deve ser entendida como componente central da luta de classes no Brasil. Ao demonstrar que o racismo garante as

condições de reprodução do capital por meio da superexploração do trabalho negro, o artigo reafirma a viabilidade de uma luta comum. A emancipação dos trabalhadores negros, como coloca Ianni (1991), está indissociavelmente ligada à emancipação da classe trabalhadora como um todo. Conforme afirma Devulsky (2016), não é possível abolir o racismo sem abolir simultaneamente a forma-mercadoria e o modo de produção capitalista.

Assim, Martins (2017) conclui que as lutas antirracista e anticapitalista não se opõem, mas partem de lugares diferentes dentro da estrutura social brasileira. Enquanto os trabalhadores regulados construíram sua organização no campo sindical, os trabalhadores negros excluídos das formas institucionais de cidadania se organizaram no campo extrassindical, a partir de bandeiras que expressam a particularidade de sua inserção. Contudo, ambas são expressões da mesma estrutura de exploração, o que torna possível e necessária a construção de alternativas unificadas de luta contra as desigualdades sociais e étnico-raciais.

O genocídio da juventude negra brasileira: luta pelo direito a vida e o Serviço Social - Dayana Christina R. S. Juliano - 2020

No artigo “O genocídio da juventude negra brasileira: luta pelo direito à vida e o Serviço Social”, de Juliano (2020), a questão social e o racismo são articulados a partir da denúncia da letalidade que atinge a juventude negra no Brasil como expressão radical da violência racial e da desigualdade social. A autora analisa esse fenômeno não como fato isolado ou aleatório, mas como consequência histórica de um processo estrutural de opressão, marcado pelo racismo e pela lógica capitalista que rege a formação social brasileira.

A questão social é apresentada como expressão das contradições do modo de produção capitalista e de suas formas desiguais de distribuição de riqueza, oportunidades e direitos. Contudo, o texto enfatiza que essa questão assume determinantes racializados na realidade brasileira. O racismo, nesse contexto, não é apenas um fenômeno cultural ou moral, mas uma estrutura constitutiva das desigualdades sociais, moldando o acesso à educação, à saúde, ao trabalho e, sobretudo, ao direito à vida.

O genocídio da juventude negra — nome dado ao fenômeno da violência letal dirigida especialmente a jovens negros, moradores das periferias urbanas — é tomado como expressão extrema da negação do direito à vida e, portanto, como uma refração da questão social racializada. A autora mobiliza a categoria de necropolítica, de Mbembe, para explicar como o Estado, ao invés de proteger, atua como agente promotor de extermínio, principalmente por meio das políticas de segurança pública seletivas e da criminalização da pobreza.

O artigo também insere o debate no campo do Serviço Social, destacando o compromisso ético-político da profissão com os direitos humanos e com a superação das opressões estruturais. A autora defende que a categoria profissional precisa enfrentar de maneira crítica o racismo estrutural, reconhecendo-o como parte constitutiva da questão social brasileira. Assim, reforça a necessidade de uma prática profissional antirracista, articulada aos movimentos sociais negros e à luta por justiça racial e social.

Esse conjunto de referências oferece à autora uma base sólida para sustentar que o genocídio da juventude negra é um fenômeno estrutural, histórico e politicamente tolerado. A análise parte da compreensão crítica da questão social formulada por Iamamoto (2007), que destaca a necessidade de apreendê-la em sua totalidade, considerando os recortes de classe, gênero, raça e etnia, e por Netto (2001), que recusa explicações unicistas, enfatizando a articulação entre exploração econômica e outras formas de dominação. A esse entendimento soma-se a contribuição de Fernandes (1978), que evidencia a indissociabilidade entre luta de classes e luta racial no Brasil, e de Ianni (2004, 2005), ao afirmar que as relações étnico-raciais atravessam a constituição de toda a vida social brasileira.

Nesse horizonte, a autora também se apoia nas reflexões de Almeida (2014), que interpreta o genocídio da população negra como desdobramento estratégico da racionalidade capitalista, e de Ribeiro (2004), que convoca o Serviço Social à inserção efetiva das questões étnico-raciais em sua formação e prática profissional. Para pensar o papel do Estado na gestão seletiva da morte da juventude negra, recorre ao conceito de necropolítica desenvolvido por Mbembe (2003;2018), compreendendo a atuação estatal como promotora da violência letal contra determinados corpos racializados, em nome da ordem e da segurança.

A denúncia do genocídio negro não é recente. Nascimento (2016) já a formulava como parte da luta histórica do Movimento Negro brasileiro, enquanto Guimarães (1999) e Nilma Lino Gomes (citada indiretamente) são fundamentais para a compreensão da raça como uma construção histórica e sociológica, e não biológica. No campo da política social e da profissão, Behring e Boschetti (2007) reforçam a necessidade de articulação com os movimentos sociais, com vistas à construção de uma nova ordem societária pautada na justiça social e racial.

Por fim, a autora ancora suas reflexões em dados empíricos produzidos por organismos oficiais, como o IBGE (2009, 2017), o IPEA (2017) e o Mapa da Violência (Waiselfisz, 2016), que comprovam as desigualdades raciais em múltiplas dimensões — educação, saúde, trabalho e mortalidade — evidenciando o impacto desproporcional do racismo sobre a juventude negra. Assim, o texto conclama o Serviço Social a reconhecer a gravidade dessa realidade e a assumir

um compromisso político e ético com o seu enfrentamento, a partir de uma perspectiva crítica, antirracista e engajada com os direitos humanos.

Na carona do marxismo: o serviço social e a questão étnico-racial visto pela perspectiva marxista- Juliana M. S. Oliveira; Elisabete A. Pinto; Rita C. P. Alves – 2020

No artigo “Na carona do marxismo: o Serviço Social e a questão étnico-racial visto pela perspectiva marxista”, de Oliveira *et al.* (2017), as autoras discutem criticamente como a questão social e o racismo são abordados no Serviço Social brasileiro, especialmente à luz da tradição marxista. As autoras partem da hipótese de que o racismo estrutura as relações sociais no Brasil e, por isso, não pode ser reduzido a uma simples expressão da questão social, como tradicionalmente defende a leitura dominante na profissão.

Segundo elas, o conceito de questão social amplamente utilizado no Serviço Social tende a negligenciar os processos históricos de subalternização da população negra, perpetuando uma leitura universalista e eurocentrada. Em diálogo com Ianni (2004, 2005), elas defendem que a questão racial constitui uma questão social latente desde o Brasil colonial, e, portanto, deve ser analisada como fenômeno fundante das desigualdades sociais e não como desdobramento da exploração de classe.

A crítica se estende à forma como o marxismo foi apropriado no campo profissional, muitas vezes desconsiderando o potencial analítico para tratar da raça e da etnia sem hierarquização. Essa constatação é sustentada com base nas análises de Buonicore (2005, 2008, 2009) e Chadarevian (2006), que historicizam a evolução da relação entre marxismo e questão racial, destacando as contradições internas da Internacional Comunista e os limites eurocêntricos dos partidos comunistas em incorporar a luta negra.

O texto também mobiliza a contribuição de Moura (1994), ao identificar o papel do racismo como ideologia de dominação construída para justificar a escravidão, o colonialismo e a marginalização das populações negras e indígenas. Moura denuncia o racismo científico e sua função de legitimar uma estrutura social excluente, que tem base no colonialismo europeu e na lógica de acúmulo do capital.

No campo das teorias críticas contemporâneas, destaca-se a análise de Moore (2012), que concebe o racismo como uma base estrutural da modernidade capitalista e propõe novas epistemologias para compreendê-lo, com enfoque afrocentrado.

As autoras também dialogam com posições divergentes dentro do próprio marxismo. De um lado, referem-se criticamente às leituras de Maestri (2007) e Lessa (2007), que

relativizam o racismo e se opõem às políticas de ação afirmativa, como as cotas raciais. Ambos são citados como exemplos de intelectuais marxistas que resistem a reconhecer a centralidade da questão racial no Brasil contemporâneo. Maestri (2007), por exemplo, afirma que não há exclusivismo racial na exploração capitalista, enquanto Lessa (2007) argumenta que as cotas apenas renovariam o racismo ao invés de combatê-lo.

Em contrapartida, o texto valoriza o posicionamento de autores marxistas que incorporam a crítica ao racismo de forma consequente, como Almeida (2007) e Arcary (2007). Esses autores defendem que a luta contra o racismo e as políticas de ação afirmativa fazem parte da luta contra as desigualdades estruturais do capitalismo e que é dever da esquerda apoiar medidas que combatam as formas de opressão racial.

A crítica ao reducionismo de classe é articulada ainda a partir de reflexões sobre a formação profissional, destacando que o Serviço Social precisa superar o silenciamento da questão racial em sua formação e prática, como apontado por Rocha (2011). A autora argumenta que a omissão da dimensão étnico-racial na produção acadêmica e nas políticas públicas contribui para a naturalização das desigualdades.

Por fim, as autoras concluem que o marxismo, embora não esgote todas as expressões da realidade brasileira, ainda representa a melhor perspectiva teórica para a crítica ao capitalismo. Contudo, o marxismo precisa ser relido e apropriado de forma não dogmática, incorporando as questões raciais como centrais na análise da totalidade social. Ao propor esse alargamento crítico, o artigo reivindica um Serviço Social antirracista, comprometido com um projeto societário que não apenas combata a exploração, mas também a opressão racial que estrutura a sociedade brasileira.

Racismo e novo pacto da branquitude em tempos de pandemia: desafios para o Serviço Social - Márcia Eurico; Renata Gonçalves; Tales Fornazier – 2021

O artigo “Racismo e novo pacto da branquitude em tempos de pandemia: desafios para o Serviço Social”, de Eurico, Gonçalves e Fornazier (2021), publicado na Revista Serviço Social & Sociedade (n. 140, jan./abr. 2021), analisa como o racismo estrutural e a questão social se entrelaçam no contexto da pandemia de covid-19, produzindo e aprofundando desigualdades que afetam sobretudo as populações negras, indígenas, periféricas e historicamente marginalizadas. A análise articula os efeitos da pandemia às formas históricas de exclusão racial e de precarização da vida no Brasil, defendendo que o Serviço Social precisa enfrentar esse cenário a partir de uma perspectiva crítica e antirracista.

No texto, a questão social é compreendida como expressão das contradições do modo de produção capitalista, agravadas pelas políticas neoliberais e pela retirada de direitos sociais após o golpe de 2016. Os autores argumentam que tais contradições não podem ser analisadas de forma abstrata e desracializada, pois, como indicam, o Brasil é marcado por uma formação social que desde a colonização articula exploração de classe, racismo e patriarcado. A pandemia apenas escancarou e intensificou esses mecanismos de opressão. A primeira morte por covid-19 no país, de uma mulher negra trabalhadora doméstica contaminada por sua patroa branca, é interpretada como símbolo da estrutura racializada das relações sociais e laborais.

A partir do conceito de “novo pacto da branquitude”, os autores demonstram como a pandemia reorganiza o racismo estrutural em moldes contemporâneos, reafirmando a centralidade da branquitude como norma social, política e econômica. Essa branquitude se manifesta tanto na ocupação dos espaços de poder quanto no acesso desigual a direitos, saúde e proteção social, em um país onde os corpos negros continuam sendo descartáveis. Nesse sentido, a análise sustenta que a questão racial é o nó da questão social, pois a dominação de classe, no Brasil, sempre se realizou racializada.

A crítica se ancora em dados empíricos (IBGE, 2020; Coletivo Terra, Raça e Classe do MST, 2020; Comitê Nacional de Vida e Memória Indígena, 2020) que evidenciam como a população negra e indígena tem maior taxa de mortalidade por covid-19, menor acesso a internações hospitalares e maior exposição ao desemprego e à informalidade. As mulheres negras são especialmente afetadas, conformando um quadro de tríplice opressão, de raça, classe e gênero, como formulado por Gonzalez (1982, 2018), autora central no texto, pois suas reflexões sobre a ideologia do embranquecimento, o mito da democracia racial e o “lugar natural” da população negra na estrutura social brasileira são mobilizadas para explicar a naturalização da morte e da exclusão dos corpos negros e periféricos.

O artigo também retoma autores que problematizam a ideia de neutralidade da ciência e do Estado, mostrando como os discursos racialistas do início do século XX — como o de Lacerda (1911; 2011) justificaram políticas de embranquecimento. Tais discursos produziram uma hierarquia racial que ainda hoje estrutura o acesso a direitos e os espaços de privilégio. A esse respeito, são acionadas as contribuições de Moura (1988) sobre a ideologia da branquitude, bem como a análise psicanalítica de Souza (1983), que aponta como o racismo é internalizado pelos sujeitos negros como forma de alienação de sua identidade.

A estrutura de dominação racial também é abordada por Dos Santos (2002) e Alves (2012), que tratam do valor simbólico da brancura no Brasil, e de como ele opera na constituição da subjetividade e no acesso a oportunidades sociais. Fanon (2008) é mobilizado para reforçar

o argumento de que o racismo opera não apenas como sistema de exclusão material, mas também como estratégia de alienação existencial e desumanização.

A análise se aprofunda ao incorporar a crítica de Almeida (2020), que afirma que a dominação de classe no capitalismo se realiza por meio da articulação com outras formas de opressão, especialmente a racial e a sexual. Assim, a luta contra o racismo não pode ser entendida como separada da luta contra a exploração, mas como dimensão essencial da crítica ao próprio capitalismo.

Com base nessa perspectiva, o artigo conclui que o Serviço Social precisa incorporar de forma radical a análise racial às suas práticas e reflexões teóricas. A reprodução das desigualdades étnico-raciais nas políticas públicas demanda uma atuação comprometida com a ruptura do racismo estrutural. Por isso, os autores enfatizam que a formação profissional crítica deve reconhecer a centralidade da questão étnico-racial para a apreensão da realidade brasileira e para a construção de uma práxis transformadora. Nesse sentido, são resgatadas as contribuições de Martins (2017), Carneiro (2002) e os marcos legais das lutas antirracistas, como as Leis nº 10.639/2003, nº 11.465/2008 e nº 12.288/2010, que formalizam o reconhecimento da contribuição africana e indígena na formação do Brasil e a institucionalização da igualdade racial como direito.

Assim, o texto reafirma que o enfrentamento do racismo não é uma tarefa isolada ou setorial, mas um compromisso coletivo da sociedade brasileira e, em particular, do Serviço Social, cuja agenda ético-política deve estar voltada para a superação de todas as formas de exploração e opressão que sustentam a sociabilidade capitalista.

Formação em Serviço Social: relações patriarcais de gênero, feminismos, raça/etnia e sexualidades - Márcia Campos Eurico *et al.*, 2021

O texto “Formação em Serviço Social: relações patriarcais de gênero, feminismos, raça/etnia e sexualidades, produzido pelo Grupo Temático de Pesquisa da ABEPSS, parte da compreensão de que a questão social, embora tenha se originado no contexto europeu como expressão das contradições entre o trabalho assalariado e o pauperismo, adquire no Brasil uma conformação própria, marcada pela escravidão, pelo colonialismo e pelo racismo estrutural (Iamamoto, 2007; Netto, 2001). A transição do trabalho escravizado para o trabalho livre ocorreu sem ruptura com as estruturas de dominação racial, o que faz com que o racismo não seja mera expressão da questão social, mas um de seus fundamentos históricos e estruturantes.

Nesse sentido, o texto critica a visão tradicional que subordina o racismo à questão social. Inspirado em autores como Moura (1994), Fanon (1980) e Césaire (2020), o artigo

aponta que o racismo é parte constitutiva da lógica de acumulação do capital, sendo utilizado historicamente como ideologia de dominação e como instrumento de hierarquização entre os povos, legitimando o colonialismo, a escravidão e a exploração econômica. Moura (1994) destaca o racismo como um braço ideológico do capitalismo e Fanon (1980) alerta para a necessidade de buscar as repercuções do racismo em todos os níveis de sociabilidade, enquanto Césaire (2020) denuncia os efeitos destrutivos da colonização sobre os povos dominados.

No contexto brasileiro, as(os) autoras(es) dialogam com Ferreira (2020) sinalizando que o Estado assumiu a questão social desconsiderando os conflitos racializados de classe, promovendo uma falsa ideia de nação mestiça onde todos teriam as mesmas oportunidades, ocultando as desigualdades raciais. Essa invisibilização do racismo nas análises hegemônicas da questão social contribui para o seu mascaramento nos currículos de formação e no cotidiano profissional. Assim, segundo as(os) autores do texto, é preciso reconhecer o racismo como uma determinação estrutural da realidade brasileira, responsável por moldar os lugares sociais da população negra e indígena e perpetuar sua exclusão histórica das políticas públicas e dos direitos sociais.

A crítica também recai sobre a formação profissional em Serviço Social, que apesar de avanços como as Diretrizes Curriculares de 1996 (ABEPSS, 1996), ainda apresenta resistência à incorporação efetiva das relações étnico-raciais como eixo estruturante da formação. A partir de Lima (2014) apresentam que a maioria dos discentes termina o curso sem conhecer uma mediação importante para a compreensão da realidade social: a racialização da questão social. O mesmo vale para os temas ligados às relações de gênero e sexualidade, também tratados de forma secundária nos projetos pedagógicos, o que limita a capacidade de intervenção profissional diante das múltiplas expressões da desigualdade.

O artigo aponta que o Serviço Social, ao se comprometer com um projeto ético-político fundado na emancipação humana, precisa romper com a falsa neutralidade teórica e metodológica e assumir uma leitura interseccional da realidade. Essa leitura deve articular as opressões de classe, raça, gênero, sexualidade e geração como determinações concretas da vida social (Cisne, 2012; Martins, 2014). Nesse sentido, pensar o sujeito histórico como “universal” sem considerar suas particularidades (classe, raça, etnia, gênero, sexualidade) significa incorrer em análises abstratas e, por consequência, em práticas profissionais inadequadas.

O texto também valoriza as contribuições dos movimentos sociais — feminista, negro e LGBT, que, desde a década de 1980, influenciaram a renovação crítica da profissão e exigiram a inclusão de pautas contra o racismo, o sexism e a LGBTQIA+fobia (Ferreira, 2018; Passos e Pereira, 2017). Esses movimentos colocaram na agenda da formação e da intervenção

profissional a necessidade de enfrentar essas formas de opressão como estruturantes das expressões contemporâneas da questão social.

Para sustentar essa abordagem, o artigo incorpora as contribuições de Federici (2017), ao analisar como o patriarcado, o sexismo e o controle sobre os corpos foram centrais na acumulação primitiva do capital. Também recorre à crítica de Weeks (1999) sobre a sexualidade como construção histórica e cultural, denunciando o moralismo conservador que ainda orienta políticas públicas e práticas institucionais. No mesmo tom, e fundamentadas(os) em Vidarte (2019) afirmam que a luta contra a LGBTQIA+fobia deve ser compreendida em articulação com as demais lutas contra injustiças sociais.

Assim, o texto propõe que a formação e a prática profissional em Serviço Social devem ser orientadas por uma perspectiva crítica e antirracista, que reconheça as desigualdades sociais como múltiplas e interdependentes. Essa postura exige ações afirmativas na estrutura curricular, ampliação das pesquisas e publicações sobre o tema e a inserção ativa da categoria nas lutas sociais por direitos e justiça social.

Pressupostos para uma análise histórico-estrutural da questão social no Brasil - Cristiane L. S. Souza; Heloísa Teles – 2021

O texto "Pressupostos para uma análise histórico-estrutural da questão social no Brasil", de Cristiane Luiza Sabino de Souza e Heloísa Teles (2021), propõe uma leitura da questão social e do racismo no Brasil a partir de uma perspectiva histórico-estrutural, ancorada no método materialista histórico-dialético. As autoras defendem que é necessário ultrapassar uma abordagem abstrata e conceitual da questão social para compreendê-la em sua totalidade concreta, considerando as determinações históricas, políticas, econômicas e culturais que configuraram sua expressão no capitalismo dependente brasileiro.

A questão social é definida como a manifestação das contradições entre capital e trabalho, resultante da acumulação capitalista e das desigualdades estruturais da sociedade burguesa (Netto, 2001; 2012; Iamamoto, 2001; 2008). No caso brasileiro, essas contradições assumem formas específicas, pois estão atravessadas por determinantes históricos como a colonização, o escravismo e a dependência econômica, além de mediações ideológicas fundamentais como o racismo e o sexismo (Souza, 2020; Moura, 2014; 2021).

O racismo, nesse contexto, é entendido como uma estrutura constitutiva da sociabilidade brasileira, cuja função histórica tem sido a de organizar e justificar a superexploração da força de trabalho (Almeida, 2019; Moura, 1994; Gonzalez, 1981). Não se reduz a atitudes individuais

ou à discriminação institucional, mas deve ser compreendido como um sistema de dominação articulado à totalidade das relações sociais de produção (Souza, 2020; Bento, 2002). O racismo estrutura a própria definição dos sujeitos sociais e sua posição no mercado de trabalho, no acesso à terra, aos direitos e à cidadania (Gonzalez, 1984; Schwarz, 1993).

As autoras utilizam a categoria “franja marginal”, elaborada por Moura (2014; 2021), para descrever a massa de trabalhadores negros e negras que, após a abolição da escravidão, foram deixados à margem do mercado formal de trabalho. Essa exclusão estruturada é mantida e reforçada por políticas estatais de repressão e criminalização, sobretudo no período pós-abolicionista, e persiste até os dias atuais (Moura, 2021; DEPEN, 2020; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021).

Os dados apresentados no artigo demonstram que a pobreza, a informalidade, o desemprego estrutural, a fome e o encarceramento em massa são manifestações contemporâneas da questão social, articuladas ao racismo estrutural. Por exemplo, a população negra representa mais de 64% dos desempregados no Brasil e 66% das pessoas em subutilização da força de trabalho (IBGE, 2021). Além disso, os negros recebem salários significativamente inferiores aos brancos e estão desproporcionalmente representados entre os mais pobres (IBGE, 2019; PNAD/IBGE, 2021).

Tais desigualdades não são casuais, mas derivam de uma formação social marcada pela escravidão, pela concentração fundiária e pela racialização da pobreza (Gorender, 2016; Marini, 2011). A propriedade privada da terra e a superexploração do trabalho constituem os eixos estruturais da dominação capitalista no Brasil, reforçados pela dependência econômica frente ao capital internacional (Mandel, 1985; Osorio, 2012; Bambirra, 2019).

A atuação do Estado, nesse contexto, não é neutra. Ele desempenha um papel central na garantia da ordem social capitalista, ora pela via da repressão direta, como a violência policial, o encarceramento e o genocídio da juventude negra —, ora pela omissão frente às necessidades sociais básicas das populações pobres (Osorio, 2014; Paiva et al., 2010). Essa lógica é visível, por exemplo, na “guerra às drogas”, que tem servido como justificativa para a criminalização da pobreza e do povo negro (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021; DEPEN, 2020).

Além do racismo, o sexism também é apontado como estrutura constitutiva da dominação de classe. A articulação entre gênero, raça e classe é fundamental para compreender as formas contemporâneas de desigualdade, especialmente no que diz respeito à precarização da vida das mulheres negras (Cisne e Santos, 2018; Gonzalez, 1984). Dados do PENSSAN (2021) mostram, por exemplo, que as famílias chefiadas por mulheres negras foram as mais afetadas pela fome durante a pandemia de Covid-19.

Por fim, a análise histórico-estrutural da questão social proposta pelas autoras destaca que a totalidade concreta das relações sociais só pode ser compreendida a partir da articulação entre as determinações estruturais (propriedade privada da terra, superexploração, racismo e sexismo) e suas expressões no cotidiano (desigualdade de renda, violência, fome, encarceramento). Essa abordagem teórica e política visa não apenas explicar a realidade, mas também contribuir para uma práxis crítica e transformadora no âmbito do Serviço Social.

Clóvis Moura e a questão social no Brasil- Sandra Vaz da Silva; Gustavo Fagundes – 2022

O artigo “Clóvis Moura e a questão social no Brasil”, de Sandra Regina Vaz da Silva e Gustavo Fagundes (2022), realiza uma leitura crítica sobre a relação entre questão social e racismo na realidade brasileira, destacando a originalidade e a atualidade do pensamento de Clóvis Moura no campo do Serviço Social. Por meio de uma abordagem histórico-crítica e fundamentada no marxismo, os autores mostram como o racismo é constitutivo da questão social no Brasil, e não apenas uma de suas expressões.

Partindo das elaborações de Iamamoto (2001) e Netto (2001), os autores recuperam o entendimento da questão social como expressão das contradições do modo de produção capitalista, marcada pela desigualdade estrutural entre capital e trabalho. No entanto, a especificidade brasileira exige um olhar que vá além da relação clássica capital-trabalho, considerando também o papel histórico do racismo na conformação da sociedade de classes. É nesse ponto que se insere a contribuição de Clóvis Moura, cuja obra evidencia que a formação do capitalismo no Brasil se deu por meio da escravidão e da superexploração da população negra.

Moura (1984, 1988, 1994, 2014) mostra que o racismo é um instrumento estruturante da acumulação capitalista no país, cuja gênese remonta ao escravismo colonial. A escravidão, segundo ele, não apenas integrou o Brasil à lógica da acumulação primitiva do capital (como também argumenta Marx, 2017), mas organizou as bases da sociedade brasileira de forma racialmente hierarquizada, sendo os negros escravizados os pilares da produção da riqueza nacional.

A abolição formal da escravidão, como analisado por Mattos (2008, 2009), não significou inclusão real dos negros no mercado de trabalho assalariado, mas sim sua marginalização estrutural, compondo o que Moura denominou de "franja marginal" ou "exército industrial de reserva", conceito também desenvolvido por Marx (2017). Esse contingente de trabalhadores negros foi funcional ao processo de transição do escravismo ao

capitalismo dependente, possibilitando o rebaixamento geral dos salários e a manutenção dos privilégios da elite branca, como também enfatizam Fagundes (2020) e Souza (2020).

Ao rejeitar as leituras eurocêntricas do marxismo e o mito da democracia racial, Moura (1988, 1994) realiza uma crítica contundente ao pensamento social conservador e culturalista, como o de Gilberto Freyre. Para ele, a mestiçagem e a retórica da harmonia racial serviram como instrumentos ideológicos de ocultamento das relações de dominação racial, funcionando como mecanismos de barreira à emergência de uma consciência crítica racial e de classe.

Nesse sentido, o racismo, conforme os autores demonstram com base em Moura e em autores como Marini (2005) e Luce (2018), opera como mecanismo de regulação e reprodução do capitalismo dependente, justificando a exploração intensificada da população negra em contextos marcados por alta desigualdade e informalidade. A superexploração, segundo Marini (2005), é constitutiva das economias dependentes como a brasileira, e se materializa na combinação de baixos salários, precarização do trabalho e racismo estrutural.

Além disso, a análise incorpora o debate sobre a importância de considerar a interseccionalidade entre raça, classe, gênero e sexualidade, como proposto por Eurico (2017, 2018). Tais dimensões não apenas revelam a diversidade no interior da classe trabalhadora, mas também denunciam os múltiplos mecanismos de opressão que intensificam a desigualdade social. Isso é reforçado pela produção de autoras como Almeida (2014), Almeida (2015), Gonçalves (2018) e Martins (2012), que também argumentam sobre a centralidade da questão racial na análise da questão social no Serviço Social.

A partir da trajetória intelectual e política de Clóvis Moura, delineada por Farias (2019), Rocha (2020), Silva (2017) e Oliveira (2009), fica evidente que o autor compreendia a população negra como sujeito histórico e político, protagonista das lutas sociais e da conformação das classes sociais no Brasil. Sua concepção da "Práxis Negra" denuncia a história oficial e destaca a rebeldia quilombola, as insurreições e as resistências como formas concretas de enfrentamento ao sistema escravista e ao racismo.

Por fim, o artigo reafirma o compromisso do Serviço Social com uma formação profissional crítica e antirracista, conforme propõem as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) e autoras como Assis (2021) e Rocha (2014). Nesse sentido, é essencial compreender quem são os sujeitos historicamente violados em seus direitos e por que são justamente eles os principais demandatários das políticas sociais. Para isso, o enfrentamento da questão racial deve ser incorporado de forma orgânica ao debate sobre a questão social no país.

Questão social e questão racial na formação em serviço social: debate necessário - Loiva M. O. Machado e Daniela Ferrugem - 2022

O artigo “Questão social e questão racial na formação em serviço social: debate necessário”, de Ferrugem e Machado (2022), propõe uma análise crítica e articulada entre a questão social e a questão racial, compreendendo ambas como indissociáveis na formação e na prática profissional do Serviço Social no Brasil.

O texto parte do entendimento de que o racismo não é apenas uma expressão da questão social, mas sim constitutivo dela. As autoras refutam a ideia de que o racismo possa ser tratado como um fenômeno isolado ou apenas cultural, defendendo que ele está enraizado estruturalmente nas relações capitalistas e na formação histórica da sociedade brasileira, marcada pela colonização, escravidão e desigualdade racial persistente, conforme argumenta Almeida (2019) ao conceituar o racismo estrutural como um componente constitutivo da sociabilidade capitalista brasileira.

A questão social, tradicionalmente compreendida como resultante das contradições entre capital e trabalho, é revisitada pelas autoras a partir da perspectiva de que essas contradições estão racializadas no Brasil. Isso significa que não é possível discutir pobreza, exploração e desigualdades sociais sem compreender o papel do racismo estrutural na configuração dessas expressões (Eurico, 2018; Martins, 2014). Essa perspectiva se ancora, ainda, nas formulações de Netto (2001), ao tratar a questão social como resultante dos processos históricos de sociabilidade do capital, devendo ser analisada em sua totalidade concreta.

As autoras apontam que as relações sociais no Brasil são racializadas, a branquitude se estabelece como norma, e a negritude é marginalizada (Alves, 2013). Esse padrão molda o cotidiano das(os) assistentes sociais, tanto nas condições de formação quanto nos espaços de atuação profissional. Essa compreensão está em diálogo com Hooks (2019), ao evidenciar como raça, classe e gênero se entrelaçam em sistemas interdependentes de dominação.

A análise se apoia em dados concretos, como os apresentados pelo Atlas da Violência (Cerqueira *et al.*, 2021), que revelam o impacto desproporcional da violência sobre a população negra, e pelos levantamentos do INFOOPEN (Brasil, 2017; 2019), que demonstram a super-representação de pessoas negras no sistema prisional. Adicionalmente, dados da PNAD/IBGE (2020) reforçam a persistente desigualdade de rendimentos entre brancos e negros. Esses elementos são utilizados para demonstrar a materialidade da racialização das desigualdades sociais.

O texto também evidencia a ausência da temática racial nas produções acadêmicas do Serviço Social, mesmo com avanços institucionais como a criação dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP) da ABEPSS em 2010 (ABEPSS, 2015), e a edição de números especiais em periódicos da área. As autoras criticam a resistência à incorporação efetiva da discussão racial nas formações, alegando que a transversalidade tem funcionado, na prática, como invisibilização (ABEPSS, 2014).

A defesa da centralidade da luta antirracista como parte do projeto ético-político profissional se ancora em Netto (2009) e Iamamoto (2007), que reconhecem a profissão como parte da divisão sociotécnica do trabalho, exigindo posicionamentos críticos e comprometidos com a transformação social. Em especial, Iamamoto (2007) enfatiza que o trabalho profissional do/a assistente social é condicionado pelas contradições do modo de produção capitalista e pelas funções que os sujeitos sociais exercem dentro dessa sociabilidade, perspectiva que contribui para entender como o racismo se entrelaça com a exploração de classe na prática cotidiana da profissão.

A articulação entre ética e trabalho é sustentada em Marx (2010), ao analisar o trabalho alienado como produtor de miséria, e em Barroco (2004), que aponta o compromisso com os direitos humanos e a liberdade como valores éticos centrais da profissão. Além disso, as críticas ao processo de precarização do trabalho, trazidas por Antunes (2018) e Vicente (2019), reforçam como as(os) assistentes sociais enfrentam condições adversas de exercício profissional, marcadas por intensificação do assédio, do racismo institucional e da perda de direitos.

Ao reafirmarem que a maioria da categoria profissional se autodeclara negra (CFESS, 2019), as autoras denunciam as barreiras enfrentadas por estudantes e profissionais negras(os), como o racismo institucional, a invisibilização de suas produções acadêmicas e a sub-representação em espaços de poder e pesquisa. A presença do racismo nas universidades, nos currículos e nas práticas pedagógicas também é abordada a partir da ausência de autores negros e do esvaziamento das políticas de ação afirmativa.

O artigo reivindica, com base nas Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996; 2018), que a formação profissional no Serviço Social conte com efetivamente a pauta antirracista, incluindo-a nos Núcleos de Fundamentação e nas dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa. O GTP da ABEPSS recomenda a inclusão de conteúdos como formação social e divisão racial do trabalho, políticas públicas de igualdade racial, movimentos antirracistas e indicadores de desigualdade (Queiroz *et al.*, 2014).

Por fim, as autoras argumentam que a luta antirracista deve ser parte concreta do projeto ético-político do Serviço Social, não podendo permanecer no campo da retórica. A profissão deve comprometer-se com uma formação crítica que reconheça a racialização da questão social como um de seus fundamentos, e não apenas uma de suas expressões, como já advertia Gonzalez (2020) ao denunciar o mito da democracia racial como estratégia ideológica de silenciamento.

Desdobramentos das desigualdades raciais na pandemia da Covid-19- Priscila Thayane Carvalho Silva e Camila Ferreira da Silva – 2023

O artigo “Desdobramentos das desigualdades raciais na pandemia da Covid-19”, de Silva e Silva (2023), analisa como a questão social e o racismo se interligam e se expressam de maneira aprofundada na realidade brasileira, especialmente em tempos de crise sanitária. As autoras partem do pressuposto de que o racismo constitui um eixo estruturante da sociedade brasileira, mesmo após o fim formal da escravidão. Segundo elas, a questão racial deve ser compreendida como uma das expressões contemporâneas da questão social, sendo ambas inseparáveis na análise crítica da sociedade capitalista.

A partir do método materialista histórico-dialético, o estudo demonstra que o capitalismo não apenas gera desigualdades econômicas, mas também racializa essas desigualdades. Nesse sentido, retoma-se a contribuição de Marx (2004), que identificou no modo de produção capitalista a desumanização do trabalhador, especialmente do proletariado, submetido à exploração e ao acúmulo de riqueza pelo capital. Iamamoto (2006) reforça esse argumento ao afirmar que capital e trabalho são elementos de uma unidade contraditória e indissociável, onde o trabalho assalariado é parte constituinte do próprio capital.

O texto recupera o pensamento de Ianni (1992), para quem a questão social é composta por elementos estruturais, como desigualdades de classe, mas também incorpora especificidades de ordem racial, regional e cultural. Fernandes (2008) também é citado ao afirmar que a questão racial no Brasil foi forjada no contexto da transição do sistema escravista para o capitalista, aprofundando as exclusões socioeconômicas da população afrodescendente. Assim, torna-se evidente que a questão racial é gerada no âmago da própria questão social.

No campo histórico-cultural, as autoras abordam o ideal de brancura e o projeto de embranquecimento que permeou a formação do Brasil moderno. Nesse processo, a ideologia racial construída por naturalistas e pseudocientistas nos séculos XVIII e XIX contribuiu para a institucionalização do racismo, como destaca Munanga (2003). Nascimento (1978) denuncia as

políticas de imigração e eugenia utilizadas para "melhorar" a população brasileira a partir da diminuição da presença negra. A crença na supremacia branca e o incentivo à miscigenação como forma de branqueamento também são discutidos por Zarur (2003), Jesus (2011) e Fry (2005), reforçando a ideia de que o racismo brasileiro é marcado por práticas sutis, porém eficientes, como bem resume Munanga (2017).

Durante a pandemia de Covid-19, essas desigualdades se aprofundaram. A vulnerabilidade social e racial da população negra foi evidenciada tanto nas condições materiais de sobrevivência quanto na ausência de políticas públicas. O caso de Cleonice Gonçalves, trabalhadora doméstica contaminada e morta após ser exposta pelos patrões, é um exemplo emblemático da interseção entre classe, raça e gênero, segundo Oliveira (2020). O conceito de "cidadania sacrificial", proposto por Brown (2018), ajuda a compreender como o neoliberalismo reforça desigualdades estruturais ao produzir sujeitos descartáveis, sobretudo os racializados.

Os dados do IBGE (2019, 2021), do DIEESE (2021) e do Atlas da Violência (IPEA, 2020) escancaram o impacto desproporcional da pandemia sobre a população negra. Em 2018, por exemplo, 17,9% da população preta ou parda vivia sem acesso à rede de abastecimento de água, enquanto entre os brancos esse número era de 11,5% (IBGE, 2019). A taxa de desemprego, a informalidade e a precarização do trabalho também são mais acentuadas entre os negros, sobretudo mulheres negras (DIEESE, 2021). Em relação à violência, os homicídios entre jovens negros são 2,5 vezes maiores que entre os brancos, conforme o IPEA (2020), e as mulheres negras representam 68% das mulheres assassinadas no país.

Nesse contexto, o conceito de necropolítica de Mbembe (2017, 2018) é utilizado para refletir sobre o papel do Estado na administração da morte, naturalizando a eliminação de corpos racializados. A violência policial, o abandono estatal e a negação de direitos reforçam a tese de que há uma política ativa de descarte da vida negra, sustentada por estruturas coloniais e racistas. Ayub (2014) complementa essa análise ao afirmar que o racismo opera hoje como uma nova forma de soberania, controlando quem vive e quem morre.

A crítica ao mito da democracia racial (Domingues, 2005) também está presente, com ênfase na desmontagem da ideia de que o Brasil seria uma nação miscigenada e harmoniosa. Pelo contrário, o texto mostra que a mestiçagem foi instrumentalizada para encobrir as desigualdades raciais, ao mesmo tempo em que reforçava hierarquias sociais. Moura (1991) denuncia como o discurso científico foi mobilizado para justificar a inferioridade das raças não brancas e legitimar sua exclusão do projeto civilizatório burguês.

Por fim, as autoras concluem que, mesmo diante de todo esse cenário de exclusão, o povo negro tem resistido de forma combativa e histórica. Parafraseando Evaristo (2015), elas lembram: “eles combinaram de nos matar, mas a gente combinou de não morrer”. A resistência negra, portanto, é também uma forma de enfrentamento à questão social, ao racismo estrutural e à necropolítica.

Famílias quilombolas, pobreza e Serviço Social: um debate necessário a partir de comunidades do município de Ouro Verde de Minas-MG - Sidimara Cristina de Souza; Angela Ernestina Cardoso de Brito – 2023

O artigo de Souza e Brito (2023) oferece uma análise crítica e necessária sobre como a questão social e o racismo estruturam a realidade de famílias negras rurais, especialmente as pertencentes a comunidades quilombolas no município de Ouro Verde de Minas-MG. A partir de uma abordagem histórica e sociológica, o texto desvela a continuidade de processos de exclusão, expropriação e invisibilização social que atravessam a vida da população negra, mesmo após a abolição formal da escravidão.

A questão social é compreendida no artigo como uma manifestação histórica das desigualdades geradas pelo modo de produção capitalista, que no Brasil está profundamente enraizado nas experiências do escravismo. A partir de Ianni (1991), as autoras apontam que a questão social já existia durante o regime escravocrata, sendo expressa na condição do escravo como propriedade, sem direitos e sujeito à dominação absoluta.

As autoras se fundamentam em Bastos (1991) para sinalizar que a própria escravidão constitui uma expressão da questão social, mas com implicações particulares em relação à população negra, principalmente após a abolição, quando surge o desafio de inseri-la na nova ordem societária. Esse desafio foi manipulado por meio da ideologia da democracia racial, que, ao invés de promover inclusão, mascarou as desigualdades e reforçou o racismo estrutural.

O racismo, por sua vez, é tratado no artigo como um elemento central para a compreensão da marginalização das famílias negras e quilombolas. Essa marginalização se manifesta, por exemplo, na negação do reconhecimento jurídico de suas formas de organização familiar. Como observa Rocha (2004), até os anos 1970, as famílias negras não eram sequer reconhecidas como famílias “normais” pelo padrão da sociedade dominante, o que revela o quanto o racismo está imbricado na construção dos referenciais normativos sobre a vida social. Nesse sentido, o trabalho das autoras alinha-se à crítica de Abramovay e Castro (2006) e Santos (2012), que denunciam a desqualificação social dos negros a partir de um imaginário coletivo marcado por estereótipos e preconceitos.

O artigo também se apoia nas contribuições de Fernandes (1978), que descreveu a condição anômica dos escravizados e a destruição de seus laços familiares como consequência do sistema escravista, reforçando a visão de que esses sujeitos foram impedidos de desenvolver redes de solidariedade.

No entanto, essa perspectiva foi contestada por uma nova geração de historiadores, como Mattoso (1992), Slenes (1999), Florentino e Góes (1997) e Moura (1977), que demonstraram, a partir de fontes inéditas, a existência de vínculos afetivos, casamentos e estratégias de resistência entre os escravizados, mesmo sob o regime de cativeiro. Tais estudos revelam que a família negra se constituiu como espaço de proteção, resistência e manutenção cultural, mesmo diante das adversidades impostas pelo racismo e pelo sistema escravista.

Essas experiências de resistência são ainda aprofundadas pela leitura de Gonzalez (1978), que destaca o protagonismo da mulher negra nas fugas, rebeliões e organização dos quilombos. Essa leitura contrasta com a visão idealizada de Freyre (1982), criticado por romantizar as relações entre senhores e escravizados e invisibilizar a violência de gênero e raça. Giacomini (1988) reforça essa crítica ao mostrar como o corpo da mulher negra era explorado tanto no trabalho doméstico quanto sexualmente, sendo a opressão interseccional uma característica central da escravidão patriarcal. A esse respeito, o artigo recorre à interseccionalidade proposta por Crenshaw (2002), que entende que raça, classe e gênero não operam de forma isolada, mas se cruzam e se reforçam mutuamente na produção da opressão social.

Além da análise histórica, o artigo apresenta dados empíricos sobre as condições de vida das famílias quilombolas das comunidades de Santa Cruz, Água Preta de Cima e Marques. Os resultados revelam uma realidade marcada por baixa escolaridade, precariedade habitacional, saneamento básico deficitário, baixa renda e forte dependência de programas sociais, como o Bolsa Família. Tais dados evidenciam a perpetuação da questão social entre esses grupos, articulada ao racismo estrutural que os mantém em situação de vulnerabilidade e exclusão. Essas condições são agravadas pela invisibilidade social das comunidades quilombolas e pela ausência de políticas públicas eficazes.

Para pensar as transformações nas estruturas familiares e suas implicações contemporâneas, o texto também mobiliza autores como Engels (2010), Mioto (2006) e Singly (2007). A partir de Engels (2010) as autoras apresentam uma abordagem histórica da família, conectando sua origem à propriedade privada e à dominação patriarcal. E partem de Mioto (2006) e Singly (2007) para a compreensão das mudanças nos arranjos familiares contemporâneos, questionando o modelo hegemônico da família nuclear burguesa e

reconhecendo a diversidade de formas familiares existentes, especialmente entre os grupos populares.

Nas considerações finais, as autoras defendem a urgência de romper com perspectivas eurocentradas no campo do Serviço Social, que reproduzem discursos universalizantes e desconsideram a especificidade das experiências das famílias negras. Elas denunciam a tendência de homogeneização dos sujeitos nos estudos sobre pobreza, exclusão e questão social, e argumentam que a ausência de marcadores como raça e etnia nos discursos acadêmicos e profissionais contribui para a reprodução do racismo institucional. Ao lidar cotidianamente com as expressões da questão social, especialmente nas comunidades quilombolas, é imprescindível que assistentes sociais estejam preparados para reconhecer e combater o racismo, valorizando os saberes e a cultura afro-brasileira.

Dessa forma, o artigo contribui para o fortalecimento de uma perspectiva crítica, antirracista e decolonial no Serviço Social, chamando atenção para a necessidade de produzir conhecimento situado, que reconheça a centralidade do racismo na configuração das desigualdades sociais no Brasil e valorize as resistências históricas das famílias negras quilombolas.

As expressões da questão social e as opressões presentes na atuação do serviço social na educação profissional - Magali da Silva Almeida; Heide de Jesus Damasceno – 2023

O artigo “As expressões da questão social e as opressões presentes na atuação do Serviço Social na educação profissional”, de Almeida e Damasceno (2018), apresenta uma reflexão crítica e fundamentada sobre a atuação do Serviço Social diante das expressões da questão social e das opressões, particularmente o racismo e o sexismo, na política de educação profissional. As autoras reconhecem que a tradição histórico-crítica do Serviço Social brasileiro, consolidada a partir da renovação profissional e do projeto ético-político, define as expressões da questão social como objeto privilegiado de intervenção, compreendendo-as como resultantes da exploração do trabalho no sistema capitalista, conforme discutido por Iamamoto (2002).

Entretanto, ao mesmo tempo em que reconhecem os avanços dessa matriz teórica, as autoras problematizam seus limites. Argumentam que a centralidade da questão social como expressão única da dominação capitalista pode invisibilizar ou secundarizar formas estruturais de opressão, como o racismo e o sexismo, que antecedem o próprio capitalismo, embora se articulem de forma funcional a ele. Para Almeida (2017), essas opressões não podem ser tratadas como uma mera extensão da questão social, pois operam historicamente com relativa

autonomia e estão imbricadas nas formas contemporâneas de dominação. A autora destaca que “por onde quer que andemos, por onde quer que atuemos, esbarramos com intolerâncias, manifestações de racismo e sexismos e lesbotransfobia, pois esta é a lógica perversa da sociabilidade burguesa” (Almeida, 2017, p. 42).

A compreensão da opressão racial e de gênero como categorias fundantes da ordem social é apresentada com base em Barcelos e Salazar (2017), que a definem como tudo aquilo que impede o ser humano de desenvolver plenamente suas potencialidades e de fazer escolhas concretas. Essa abordagem amplia a concepção de desigualdade social para além da exploração do trabalho, inserindo no debate as dimensões identitárias e subjetivas que moldam a experiência dos sujeitos.

As autoras também mobilizam o pensamento de Munanga (2006), que sustenta que, embora a ciência biológica tenha refutado o conceito de raça, ele permanece como realidade social e política nas práticas e representações dos sujeitos. Munanga (2006) argumenta que o problema não está no uso do termo “raça”, mas no racismo, que hierarquiza, desumaniza e justifica a discriminação, muitas vezes apoiando-se hoje em discursos de identidade e diversidade cultural. Nessa mesma direção, Silva (s/d) aponta que os conceitos de raça e etnia devem ser entendidos como construções sociais, que operam tanto em nível macroestrutural quanto nas interações cotidianas, estruturando representações e experiências em contextos racializados.

No campo do Serviço Social, as autoras denunciam a histórica negligência na formação profissional quanto às opressões étnico-raciais e de gênero, revelando que a população negra esteve ausente desde a gênese da profissão no Brasil. Além disso, as autoras buscam em Menezes (2010) o debate sobre a apreensão crítica da realidade social dos sujeitos atendidos, configurando uma forma de violência simbólica, apontando os desafios ainda persistentes para a efetiva incorporação da temática étnico-racial nos currículos de formação em Serviço Social.

Apesar disso, Almeida e Damasceno (2018) reconhecem avanços recentes impulsionados por pesquisas e mobilizações da categoria profissional, especialmente por meio de coletivos como a ENESSO e dos debates promovidos pelo CFESS-CRESS. O documento “Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação”, elaborado pelo CFESS (2012), por exemplo, propõe diretrizes que articulam a defesa dos direitos sociais com o enfrentamento das múltiplas formas de opressão, como o racismo, a misoginia e a LGBTfobia.

No âmbito da educação profissional, as autoras destacam que a atuação dos assistentes sociais não deve se limitar à análise socioeconômica para concessão de auxílios financeiros, mas deve se expandir para ações educativas e políticas que promovam a equidade e o combate

às opressões. Defendem que o Serviço Social pode atuar como mediador crítico dos processos de ensino-aprendizagem, favorecendo a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade e promovendo debates sobre a democratização da educação. Tal perspectiva é corroborada através de Frigotto *et al.* (2005), ao afirmarem que a educação profissional deve atender com ética os filhos da classe trabalhadora, buscando potencializar mudanças rumo a uma sociedade mais justa.

As políticas afirmativas, como a implantação de cotas sociais e raciais nos Institutos Federais, são ressaltadas como conquistas fundamentais para o acesso da população negra e empobrecida à educação pública. De acordo com dados do IBGE (2010), a população negra (pretos e pardos) já representa a maioria no Brasil (50,7%), sendo também o principal público das políticas de permanência. Nesse sentido, a atuação do Serviço Social torna-se estratégica para garantir não apenas o ingresso, mas a permanência e o sucesso desses estudantes, reconhecendo suas especificidades e enfrentando os desafios impostos pelo racismo institucional.

As autoras ressaltam ainda que o Serviço Social deve se articular com a rede socioassistencial e promover ações de extensão e participação democrática, valorizando a gestão colegiada das instituições educacionais. Isso implica o incentivo à participação dos estudantes, famílias e comunidades nas decisões institucionais, com base nos princípios democráticos da profissão.

Por fim, Almeida e Damasceno (2018) defendem que é necessário ampliar o repertório teórico e político das(os) assistentes sociais para que sejam capazes de reconhecer as opressões como objeto legítimo de sua intervenção. Isso exige mudanças na formação acadêmica, na produção de conhecimento e nas práticas profissionais, de modo a não reproduzir uma visão restrita da questão social desvinculada das múltiplas formas de opressão que atravessam a vida dos sujeitos.

Referências teóricas recorrentes nas análises sobre questão social e racismo

As análises desenvolvidas a partir do conjunto de quinze textos elaborados por assistentes sociais negras antirracistas revelam uma produção que se inscreve no campo crítico da profissão, mas que o expande ao integrar os marcadores raciais, de gênero e de classe como elementos constitutivos da realidade social.

Nesse processo, algumas referências teóricas se destacam por sua presença reiterada e por fundamentarem a articulação entre questão social e racismo a partir de uma perspectiva

histórica, materialista e comprometida com a transformação social. A leitura crítica da realidade brasileira promovida por essas autoras demonstra que a escolha das referências não é neutra: ela expressa um posicionamento político e epistemológico que se distancia das abordagens universalistas e abstratas da desigualdade, incorporando as especificidades da formação social brasileira, marcada pelo escravismo, pelo colonialismo e pela racialização da pobreza.

Dentre as(os) autoras(es) mais recorrentes nessas análises, destacam-se aqueles cuja produção tem fundamentado de forma significativa os estudos críticos sobre as determinações estruturais da desigualdade no país. Marilda Iamamoto aparece como referência teórica em pelo menos nove artigos analisados, sendo central para a compreensão da questão social a partir da tradição marxista e para o reconhecimento da importância do trabalho profissional na mediação das expressões da desigualdade. Ao lado dela, José Paulo Netto, também citado em nove artigos, contribui com uma abordagem crítica das contradições do modo de produção capitalista e com reflexões importantes sobre o papel da profissão no enfrentamento das expressões da questão social.

Outro autor de grande centralidade é Clóvis Moura, presente em pelo menos onze artigos, cuja obra tem sido amplamente mobilizada para pensar o racismo como estrutura constitutiva da formação social brasileira. Moura é reconhecido por seu esforço em demonstrar que a escravidão e o racismo não são heranças do passado, mas fundamentos da sociabilidade capitalista dependente, expressando-se de forma contínua na marginalização histórica da população negra.

Florestan Fernandes é citado em ao menos seis artigos, sendo relevante por suas análises sobre a transição do trabalho escravizado para o trabalho livre no Brasil e os impactos desse processo na exclusão estrutural das(os) trabalhadoras(es) negras(os). Octavio Ianni aparece em quatro textos, contribuindo com reflexões sobre o papel do Estado e da ideologia racial na consolidação de uma ordem social excludente.

Além desses nomes, Ivanete Boschetti é mencionada em pelo menos dois artigos, especialmente no que se refere à informalidade e às políticas sociais no Brasil, evidenciando como a exclusão de direitos afeta desproporcionalmente a população negra. Lélia Gonzalez, por sua vez, é citada em três artigos, sendo fundamental para o debate interseccional entre racismo, sexism e classe, e para a crítica à ideologia da democracia racial no país.

Essas(es) autoras(es) representam, portanto, um núcleo de referência essencial para as análises que articulam questão social e racismo no campo do Serviço Social, sendo suas obras convocadas de forma reiterada por pesquisadoras(es) comprometidas(os) com uma perspectiva crítica, antirracista e emancipatória. É nesse diálogo com essas referências que as assistentes

sociais negras antirracistas constroem uma produção intelectual insurgente, que não apenas denuncia as expressões da desigualdade, mas propõe caminhos para seu enfrentamento, a partir da centralidade do combate ao racismo e da afirmação da pluralidade das(os) sujeitas(os) históricas(os).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada identificou o debate sobre a questão social e racismo a partir da produção de conhecimento de assistentes sociais negras antirracistas. Essa investigação revelou a importância de articular a formação sócio histórica brasileira às dinâmicas raciais que estruturam as desigualdades sociais e econômicas, utilizando como referência teórica as perspectivas marxista e interseccional. Com isso, contribuiu para reforçar a centralidade do debate racial na compreensão das expressões contemporâneas da questão social, reafirmando a urgência de uma abordagem mais crítica e comprometida no campo do Serviço Social.

A centralidade conferida às vozes negras femininas neste trabalho parte do reconhecimento de que tais sujeitas históricas têm sido sistematicamente silenciadas e invisibilizadas na tradição das Ciências Sociais e, particularmente, no Serviço Social, inclusive em sua vertente crítica.

A escuta dessas vozes não é apenas uma exigência ética e política, mas uma urgência epistêmica diante da complexidade da realidade social brasileira, profundamente atravessada por processos históricos. A valorização das epistemologias negras formuladas por assistentes sociais negras é, portanto, parte de um movimento de ruptura com paradigmas hegemônicos eurocentrados e de construção de uma ciência social mais plural, situada e comprometida com a transformação social.

Neste sentido, foram aprofundadas as categorias de raça, racismo e gênero, destacando suas historicidades e intersecções, sobretudo no que tange à posição específica das mulheres negras no entrecruzamento das opressões estruturais. A interseccionalidade foi mobilizada não apenas como ferramenta analítica, mas como um eixo político capaz de revelar tanto os mecanismos de dominação quanto às estratégias de resistência, agência e produção de saber protagonizadas por essas sujeitas.

A adoção de uma abordagem interseccional como ferramenta de análise mostrou-se particularmente relevante para compreender como os sistemas de poder, no qual a raça, gênero, classe, sexualidade e território, se entrecruzam e conformam as desigualdades no capitalismo brasileiro. Essa perspectiva possibilitou compreender como os múltiplos sistemas de opressão são determinantes para a reprodução das expressões da questão social. A abordagem escolhida permitiu identificar de forma mais integrada as experiências e desafios vivenciados por grupos historicamente marginalizados, promovendo uma leitura crítica da realidade que transcende os limites das análises tradicionais.

A terceira seção apresentou a articulação entre a questão social e a questão racial no Serviço Social brasileiro, evidenciando que as desigualdades e exclusões sociais no país estão historicamente associadas a determinações raciais herdadas do período escravista colonial. Para essa análise, foi utilizada a categoria “Práxis Negra”, formulada por Clóvis Moura, que evidenciou as resistências da população negra, como os quilombos, enquanto expressões políticas que antecederam e conformaram as bases da questão social no Brasil.

As elaborações teóricas de Clóvis Moura constituem referência imprescindível para compreender criticamente a formação social brasileira, especialmente no que se refere à centralidade do racismo como elemento estruturante da sociedade de classes no país. Sua produção intelectual denuncia a permanência das estruturas coloniais e escravocratas, revelando como o racismo opera na reprodução das desigualdades sociais e no apagamento das resistências negras.

As reedições recentes de suas obras pela Dandara Editora, como *O Negro: de bom escravo a mau cidadão* (Moura, 2021), *Os Quilombos e a Rebelião Negra* (Moura, 2022), *A História do Negro Brasileiro* (Moura, 2023) e *Brasil: as raízes do protesto negro* (Moura, 2023), recolocam sua contribuição no centro dos debates contemporâneos e reafirmam a potência de seu pensamento para os estudos sobre a questão racial no Brasil. Incorporar a perspectiva de Clóvis Moura no campo do Serviço Social é reconhecer a importância de uma leitura histórica, crítica e antirracista da realidade, que confronte o silenciamento das lutas negras e contribua para a construção de um projeto profissional comprometido com a emancipação dos povos oprimidos.

A pesquisa demonstrou que o Serviço Social adotou majoritariamente uma concepção eurocentrada da questão social em sua trajetória, fundamentada na experiência do capitalismo industrial europeu. Tal abordagem desconsidera o processo de transição do trabalho escravizado para o assalariado no Brasil, bem como a centralidade do racismo na constituição das desigualdades sociais brasileiras. Essa ausência comprometeu a compreensão crítica da realidade e retardou o enfrentamento das opressões de base racial no exercício profissional.

A partir dos anos 1980, impulsionado por lutas sociais — sobretudo pelo Movimento Negro —, o Serviço Social passou a incorporar, ainda que de forma gradual e tensionada, a discussão sobre a questão racial em sua agenda política, ética e acadêmica. Esse processo se refletiu em documentos da ABEPSS, nos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs), nas Diretrizes Curriculares de 1996 e em campanhas do CFESS, que passaram a tratar o racismo como uma pauta estratégica para a profissão.

Nas duas últimas décadas, assistentes sociais negras antirracistas protagonizaram importantes produções acadêmicas no âmbito da pós-graduação, que contribuíram para consolidar a articulação entre a questão racial e a questão social, reafirmando a necessidade de reconhecer o racismo como elemento constitutivo da formação social brasileira.

Concluiu-se, assim, que repensar a questão social à luz das determinações raciais exigiu da profissão um reposicionamento teórico-metodológico, ético e político. Tal reposicionamento revelou-se imprescindível para a construção de práticas profissionais mais críticas, comprometidas com a emancipação de sujeitos historicamente oprimidos pela intersecção entre classe, raça e outras expressões das desigualdades.

Por fim, na quarta seção, foi realizado o mapeamento da produção intelectual de assistentes sociais negras antirracistas em periódicos científicos da área. O levantamento identificou 14 artigos publicados em 26 periódicos, todos de autoria ou coautoria de mulheres negras com trajetórias reconhecidas no campo da militância e da crítica social. Apesar da densidade analítica e política dessas produções, sua sub-representação no campo reflete as barreiras institucionais e simbólicas que limitam a circulação e o reconhecimento de epistemologias negras.

A análise dos dados demonstrou que as assistentes sociais negras antirracistas vêm protagonizando uma inflexão teórica e metodológica no Serviço Social brasileiro. Suas contribuições revelam o racismo como categoria estruturante da questão social, denunciam a universalização da categoria “classe” desarticulada da racialização das relações sociais e propõem uma epistemologia situada, enraizada nas experiências históricas da população negra, especialmente das mulheres. Essa produção tenciona os paradigmas eurocentrados ainda predominantes e apresenta alternativas fundamentais para o avanço crítico da profissão.

Nesse contexto, é importante destacar um dado relevante observado durante a pesquisa: embora os achados relacionados ao objeto de estudo tenham se mostrado quantitativamente reduzidos, durante a análise dos currículos acadêmicos das intelectuais negras selecionadas nesta investigação, identifiquei discussões sobre o tema em outros espaços de publicação, como periódicos não diretamente vinculados à área do Serviço Social.

Essa observação me aproximou da pergunta que norteou essa investigação: as produções intelectuais relativas à discussão sobre questão social e racismo apresentadas por assistentes sociais negras antirracistas têm sido incorporadas na produção de conhecimento do Serviço Social brasileiro?

Dentre as hipóteses apresentadas, a partir do resultado obtido chego à seguinte conclusão: as contribuições intelectuais de assistentes sociais negras antirracistas sobre a

questão social e racismo estão sub-representadas em periódicos da área de Serviço Social, mas encontram maior visibilidade em outras plataformas de publicação fora do campo hegemônico da produção de conhecimento da profissão, aproximando à hipótese apresentada para esta investigação: b) a incorporação do debate sobre a questão racial nas elaborações sobre questão social pelas intelectuais negras antirracistas na literatura do Serviço Social apresenta contradições próprias do processo dinâmico das relações sociais no Brasil no qual o mito da democracia racial é prevalente.

Os resultados indicam que a produção teórica de assistentes sociais negras antirracistas, embora consistente e profundamente crítica, ainda é sub-representada e invisibilizada nos processos formativos e nas produções científicas do Serviço Social brasileiro. Essa invisibilidade não apenas reflete o racismo estrutural presente nas instituições acadêmicas e profissionais, mas também a reprodução de paradigmas eurocêntricos e hegemônicos que negligenciam as especificidades da realidade socioracial brasileira.

Assim, a pesquisa reafirma a necessidade de que o Serviço Social incorpore práticas antirracistas tanto em sua formação quanto em sua atuação profissional, em consonância com seu projeto ético, possibilitando que essas vozes sejam reconhecidas e valorizadas.

O levantamento bibliográfico realizado em periódicos da área demonstrou que, embora haja uma crescente discussão sobre a questão racial, essa ainda ocorre de forma limitada e não sistemática. Apenas um pequeno número de artigos aborda a articulação entre questão social e racismo sob a ótica de assistentes sociais negras. Essa lacuna evidencia a necessidade de ampliar os espaços de produção e disseminação de conhecimentos que refletem a complexidade e as contradições da realidade brasileira.

Através da análise dos artigos selecionados, verifica-se que a partir de 2020 houve uma inflexão significativa tanto na conjuntura quanto na produção acadêmica. O período de 2020 a 2023 é atravessado por uma série de eventos críticos que expõem e intensificam as contradições da ordem social brasileira, provocando uma nova onda de mobilização política e intelectual. A pandemia de covid-19, iniciada em 2020, exacerba as desigualdades sociais e raciais, evidenciando os efeitos letais do racismo estrutural sobre a população negra, indígena e periférica.

Nesse contexto, o governo de Jair Bolsonaro (2019–2022) representa um marco regressivo e autoritário na história democrática recente do país. Sob uma lógica negacionista, ultraliberal e neofascista, sua gestão promoveu o desmonte das políticas sociais, ambientais e educacionais, criminalizou movimentos sociais, atacou universidades públicas e fragilizou os mecanismos de participação e controle social. A condução da pandemia por Bolsonaro foi

marcada por negligência, desprezo pela ciência, desinformação e um projeto deliberado de necropolítica que afetou as populações racializadas de modo desproporcional. As mortes evitáveis entre os mais pobres e negros não foram acidentes, mas expressão da violência institucionalizada que estrutura a formação social brasileira.

Além disso, o governo intensificou o discurso racista, machista e homofóbico, normalizando a intolerância e promovendo retrocessos nos marcos civilizatórios básicos da sociedade. A violência policial nas periferias, a destruição de políticas de ação afirmativa e a precarização dos serviços públicos foram acompanhadas por uma tentativa sistemática de apagar os debates sobre racismo estrutural e desigualdades raciais dos espaços institucionais e educacionais. O resultado foi o agravamento das expressões da questão social e a produção de novas camadas de sofrimento social racializado.

Paralelamente a esse cenário, observou-se uma intensificação da produção crítica no Serviço Social, especialmente entre 2020 e 2023, conforme revela a periodicidade das produções. O crescimento significativo no número de publicações que articulam racismo e questão social não é casual: evidencia uma resposta teórica, política e ética às violências institucionalizadas e ao avanço da barbárie neoliberal-racista. As autoras e coletivos que produzem nesse período não apenas denunciam os impactos da crise, mas elaboram propostas de resistência e alternativas contra hegemônicas, por meio de uma crítica radical que se ancora nas tradições do marxismo, do feminismo negro e do pensamento decolonial.

O ano de 2021 é exemplar dessa inflexão, com produções que analisam o “novo pacto da branquitude” em tempos de pandemia e os desafios colocados à formação profissional antirracista. Em 2022, textos que recuperam autores negros, como Clóvis Moura, e incorporam perspectivas do feminismo marxista ampliam o repertório crítico do Serviço Social. Já em 2023, o pico de publicações expressa não apenas a maturidade teórica, mas também o fortalecimento das redes de produção coletiva, com temas que vão desde a superexploração do trabalho e o racismo estrutural até a realidade das famílias quilombolas e a atuação do Serviço Social na educação.

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2022, com sua posse em 2023, marca uma virada institucional, reabrindo possibilidades para a reconstrução das políticas sociais, a valorização da ciência e a retomada do diálogo com os movimentos sociais. Contudo, o legado do governo Bolsonaro e a presença ativa das forças conservadoras no Congresso e na sociedade exigem vigilância permanente. O desafio que se impõe às forças democráticas e antirracistas é não apenas reconstruir o que foi destruído, mas avançar na formulação de um projeto ético-político que confronte o racismo como pilar constitutivo das desigualdades sociais brasileiras.

Assim, o período entre 2020 e 2023 representa, simultaneamente, o agravamento das expressões da questão social sob uma necropolítica racializada e a emergência de uma resposta crítica potente no campo acadêmico do Serviço Social. A ampliação e qualificação das produções teóricas nesse intervalo reafirma o compromisso de intelectuais negras, feministas e marxistas com a construção de análises que desnaturalizem a desigualdade racial e enfrentem o racismo como uma das formas mais brutais de dominação no capitalismo periférico.

Nesse sentido, entidades representativas, como o conjunto CFESS-CRESS e a ABEPSS, desempenham um papel crucial como catalisadoras de mudanças, promovendo a inclusão de abordagens antirracistas nos currículos, nos debates teóricos e nas práticas profissionais.

Além disso, este estudo demonstrou que, apesar das barreiras enfrentadas, assistentes sociais negras antirracistas têm desempenhado um papel central na construção de epistemologias que desafiam as lógicas de opressão e exclusão racial, desafiando os paradigmas hegemônicos e oferecendo novas perspectivas para o campo do Serviço Social. Suas produções intelectuais não apenas tencionam esses paradigmas, mas também oferecem alternativas teórico-metodológicas fundamentais para a compreensão e enfrentamento das expressões da questão social no Brasil, propondo alternativas que dialogam diretamente com as demandas históricas e contemporâneas da população negra.

Ao trazer para a centralidade suas experiências e reflexões, essas intelectuais contribuem para a ampliação do campo teórico-metodológico do Serviço Social, reafirmando seu compromisso com a transformação social a partir do diálogo com pensadoras negras, como Lélia Gonzalez, fortalecendo o compromisso ético-político do Serviço Social com a justiça social e racial.

Entretanto, ainda há muitos desafios a serem enfrentados. Dentre eles, a necessidade de promover maior equidade na representatividade acadêmica e profissional, garantindo que as contribuições de assistentes sociais negras sejam incorporadas aos currículos, às políticas institucionais e às práticas de pesquisa. É urgente investigar como o racismo estrutural se manifesta nos espaços de formação e de atuação profissional, identificando as barreiras que impedem a plena participação e valorização dessas sujeitas sociais.

Outro ponto relevante para futuras pesquisas é aprofundar a articulação entre a produção acadêmica de assistentes sociais negras e as lutas dos movimentos sociais antirracistas. Essa conexão é essencial para fortalecer a dimensão técnico-operativa, garantindo que as demandas das populações historicamente marginalizadas sejam efetivamente atendidas.

Além disso, é necessário ampliar o debate sobre as implicações do racismo estrutural nas políticas públicas e nos serviços ofertados à população, promovendo a implementação de

práticas antirracistas que transcendam o discurso e gerem impactos concretos, conforme aponta Almeida (2009) “o descaso ou o não reconhecimento do racismo na produção de desigualdades sociais produziu e ainda produz uma leitura limitada da questão racial” (p. 822).

Esta pesquisa reafirma que enfrentar as opressões estruturais exige não apenas a incorporação de novas epistemologias, mas também a construção de uma prática profissional que esteja alinhada às realidades e particularidades de cada território. A valorização da produção intelectual de assistentes sociais negras é um passo fundamental nesse caminho, contribuindo para a consolidação de um campo de conhecimento mais plural, inclusivo e transformador. Este trabalho, portanto, busca não apenas contribuir para o debate, mas também inspirar futuras investigações e práticas comprometidas com a construção de uma sociedade antirracista.

Neste contexto, esta dissertação aponta para a necessidade de ampliar o mapeamento da produção de assistentes sociais negras para além dos periódicos indexados, integrando redes de pesquisa, coletivos, grupos militantes e outras formas de elaboração teórica. É igualmente fundamental investigar como essas produções têm se refletido nos espaços de atuação profissional, como na saúde, na educação, na assistência social e no sistema de justiça. A interlocução entre produção acadêmica e os movimentos sociais antirracistas deve ser fortalecida, pois constitui um pilar para a efetivação do projeto ético-político do Serviço Social, ancorado na defesa intransigente dos direitos humanos, da liberdade e da justiça social e racial.

A adoção da abordagem interseccional ao longo desta pesquisa foi estratégica para compreender a complexidade da questão social no Brasil. Ao analisar as múltiplas formas de opressão que conformam a realidade – como a raça, o gênero, a classe, a sexualidade e o território – essa abordagem revelou-se indispensável para acessar as vivências e experiências de grupos historicamente marginalizados. As contribuições das assistentes sociais negras, nesse sentido, transcendem as análises tradicionais, muitas vezes, centradas apenas na composição das classes econômicas, oferecendo chaves teórico-metodológicas para enfrentar as expressões contemporâneas da questão social a partir de uma perspectiva crítica.

Ademais, este estudo evidenciou o papel fundamental dessas intelectuais na construção de uma práxis antirracista no Serviço Social. Ao trazerem para o centro do debate suas experiências e reflexões, tais autoras ampliam o campo teórico-metodológico da profissão e reafirmam o compromisso com a justiça racial.

É urgente que o Serviço Social, como profissão e campo de saber, incorpore de forma sistemática essas epistemologias negras em seus currículos, práticas pedagógicas e diretrizes de pesquisa, não como um gesto simbólico ou pontual, mas como parte de um compromisso

estrutural com a reparação histórica. Enfrentar o racismo estrutural exige mais do que discursos de intenção: demanda o enfrentamento concreto das bases institucionais e epistêmicas que sustentam as exclusões. Requer também a escuta ativa e o reconhecimento das trajetórias, saberes e contribuições das mulheres negras.

Como convoca Lélia Gonzalez (2020, p. 78), “o lixo vai falar, e numa boa!”. Que esta dissertação possa ser parte desse coro que rompe o silêncio e afirma, de forma contundente, que a luta contra o racismo é também uma luta pela transformação do próprio modo de produção do conhecimento no Brasil. Assim, espero que este trabalho contribua para inspirar novas pesquisas, práticas e resistências comprometidas com a construção de uma sociedade radicalmente antirracista. Valorizar as contribuições de assistentes sociais negras antirracistas é, portanto, mais do que um gesto de reconhecimento: é um ato político de afirmação de um outro projeto de sociedade.

Por fim, ao finalizar esta pesquisa, reafirmo o desejo de seguir investigando a questão social e o racismo, especialmente em sua particularidade na realidade brasileira. Tenho interesse em aprofundar os estudos sobre a formação social do Brasil e a forma como o racismo se articula na construção das desigualdades históricas que estruturam o país, sobretudo, a conformação da classe trabalhadora, no bojo das relações raciais. Quero continuar refletindo sobre como essas determinações impactam diretamente na formação e no exercício profissional em Serviço Social, pois acredito que é preciso manter vivo o compromisso ético e político da profissão com o enfrentamento da questão racial. Esse é um percurso que, para mim, é também pessoal e político, e que desejo trilhar com seriedade, afeto e compromisso com a transformação social.

REFERÊNCIAS

ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. *Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social*. Revista Temporalis, Brasília, v. 18, n. 36, p. 422–434, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/23060>. Acesso em: 10 de mai. de 2023.

ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Grupo Temático de Pesquisa *Trabalho e questão social*: relatório 1. [S. l.]: ABEPSS, 2018. Disponível em: <https://media.webfans.com.br/abepss/uploads/2024/11/trabalho-e-questao-social-relatorio-1-201808221709432692060.pdf>. Acesso em: Acesso em: 10 de mai. de 2023.

ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. *Relatório do Grupo Temático de Pesquisa Relações de Exploração, Opressão de Gênero, Raça, Etnia e Sexualidades* – ano de 2018. [S. l.]: ABEPSS, 2018. Disponível em: <https://media.webfans.com.br/abepss/uploads/2024/11/relatorio-apresentado-no-colloquio-gtp-2018-genero-201912021609156971200.pdf>. Acesso em: Acesso em: 10 de mai. de 2023.

ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. *Relatório de gestão biênio 2015–2016*: Grupo Temático de Pesquisa Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades. [S. l.]: ABEPSS, 2016. Disponível em: <https://media.webfans.com.br/abepss/uploads/2024/11/relatorio-gtp-opressoes-gestao-20152016-201810081124017720780.pdf>. Acesso em: Acesso em: 10 de mai. de 2023.

ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. *Relatório de gestão biênio 2013–2014*: Grupo Temático de Pesquisa Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades. [S. l.]: ABEPSS, 2014. Disponível em <https://media.webfans.com.br/abepss/uploads/2024/11/gtp-genero-relatorio-gtp-2015-ultima-versao-201808221711312603580.pdf>. Acesso em: Acesso em: 10 de mai. de 2023.

ABEPSS. *Diretrizes curriculares da ABEPSS*: edição comemorativa – 25 anos. Rio de Janeiro: ABEPSS, 2022. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_202303021650422939500.pdf. Acesso em: 18 de abr. 2023.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, Magali da Silva. *Mulher negra militante*: trajetórias de vida, identidade e resistência no contexto da política de ação afirmativa na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011. 369 p. Tese de doutorado - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=27717@1> Acesso em: 16 de setembro 2021.

ALMEIDA, Magali S. *Das irmandades negras dos séculos XVII a XIX às políticas sociais contemporâneas*: uma necessária reflexão sobre a invisibilidade do negro como sujeito

histórico. In: BABAWALE, T. et al. (orgs.). *Teaching and propagating African and diaspora history and culture*. Centre for Black and African Arts and Civilization, 2009. p. 817-833.

ALMEIDA, Magali da Silva; ROCHA, Roseli da Fonseca; BRANCO, Suelma Inês de Deus. *Assistentes Sociais negras na construção da “virada” do Serviço Social brasileiro*. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. Congresso da Virada e o Serviço Social hoje” “Reação conservadora, novas tensões e resistências. São Paulo: Cortez, 2019.

ALMEIDA, Magali da Silva; DAMASCENO, Heide de Jesus. *As expressões da questão social e as opressões presentes na atuação do Serviço Social na educação profissional*. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 2, p. 39–56, 2018. Disponível em <https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/4090>. Acesso em: 19 jul. 2024.

ALMEIDA, Magali da Silva; CRUZ, Maruaia de Castro. *Trabalho doméstico e lutas radicais no século XX: pelejas de mulheres negras contra o racismo*. In: BASTOS, Rogério Lustosa (org.). *Negritude, minorias políticas excluídas e lutas anticapitalistas*. São Paulo: Dialética, 2024. p. [s.p.]. Disponível em: <https://play.google.com/books/reader?id=Gt1nEQAAQBAJ&hl=pt>. Acesso em: 03 de set. 2025.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* São Paulo: Sueli Carneiro. Pólen, 2019.

ASSIS, Eliane Santos de. *A fundamental radicalização e racialização da questão social para um projeto profissional antirracista no serviço social*. 2022. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/bitstream/handle/30905/1/Eliane%20Santos%20de%20Assis.pdf> Acesso em: 10 de jun. de 2024.

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento; São Paulo: Justificando, 2018.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência*. São Paulo: Unesp, 2004. Disponível em: <https://favaretoufabc.wordpress.com/wp-content/uploads/2019/05/bourdieu-pierre-os-usos-sociais-da-ciencia.pdf> Acesso em: 20 de mai. de 2023.

BRASIL. Agência IBGE Notícias, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39358-mulheres-pretas-ou-pardas-gastam-mais-tempo-em-tarefas-domesticas-participam-menos-do-mercado-de-trabalho-e-sao-mais-afetadas-pela-pobreza> Acesso em: 15 de jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 21 jul. 2010. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/lei/l12288.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm). Acesso em: 05 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras

providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Seção 1. P. 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12711-29-agosto-2012-774113-norma-pl.html> Acesso em: 05 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jun. 2014. Seção 1, P. 3. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm. Acesso em: 10 fev. 2025.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Raul de. IAMAMOTO, Marilda Villela. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*, 41 edição. São Paulo, Ed. Cortez, 2014.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social. Petrópolis, Vozes, 1998.

CFESS. *Código de Ética Profissional do Assistente Social*. Brasília: CFESS, 1993.

COLLINS, Patricia Hill. *Bem Mais que Ideias: a Interseccionalidade Como Teoria Social Crítica*. São Paulo: Boitempo, 2022.

CORREIA, Aline Nascimento Santos. *Determinantes do silenciamento da questão étnico-racial no Serviço Social brasileiro*. 2018. 139 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2018. Disponível em: ><https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/14007>< Acesso em: 24 de mar. de 2022.

COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. *A Black Feminist Statement*. 1977. In: SMITH, Barbara (org.). *Home Girls: A Black Feminist Anthology*. New Brunswick: Rutgers University Press, 2000.

CRENSHAW, Kimberlé. *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*. University of Chicago Legal Forum, v. 1989, n. 1, art. 8, p. 139-167, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>. Acesso em: 14 jun. 2024.

DAVIS, Angela. *Women, Race & Class*. New York: Random House, 1981.

DIJK, Teun A. van. *Discurso e Poder*. São Paulo: Contexto, 2008

DIJK, Teun A. van. *Discurso Antirracista no Brasil: da abolição às ações afirmativas*. São Paulo: Contexto, 2021.

DOMINGUES, Petrônio. *Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos*. Tempo, v. 23, p. 100-122, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/item/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/abstract/?lang=pt> Acesso em: 20 de fev. de 2025.

DUARTE, Marco José Oliveira. *Periódicos do Serviço Social (material de pesquisa)*. Juiz de Fora, 2022. (mimeo). (Achados de sua pesquisa sobre os dados de referência aos periódicos do Serviço Social, a partir do relatório do Data Capes/Sucupira da área).

DURANS, Cláudia Alves. *Questão social e relações étnico-raciais no Brasil*. Revista de Políticas Públicas, v. 18, p. 391–399, 5 Ago. 2014 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/2731>. Acesso em: 15 set. 2024.

EURICO, Márcia Campos. *Preta, preta, pretinha: o racismo institucional no cotidiano de crianças e adolescentes negras(os) acolhidos(as)*. 2018. 209 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em:
<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21267> Acesso em: 20 de mar. de 2022.

EURICO, Márcia; GONÇALVES, Renata; FORNAZIER, Tales. *Racismo e novo pacto da branquitude em tempos de pandemia: desafios para o Serviço Social*. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 140, p. 84-100, jan./abr. 2021. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/5GqfkSgwKxcvBjnYBzJmHC/?lang=pt>. Acesso em: 26 de ago. de 2024.

EURICO, Márcia Campos *et al.* *Formação em Serviço Social: relações patriarcais de gênero, feminismos, raça/etnia e sexualidades*. Revista Temporalis, Brasília, DF, v. 21, n. 42, p. 293–309, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/37235>. Acesso em: 09 set. 2024.

FERRUGEM, Daniela. *A racialização como estruturante da questão social: entre silêncios e insurgências na produção de conhecimento em Serviço Social*. 2022. 126f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS, Rio Grande do Sul, 2022. Disponível em:
<https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/10518> Acesso em 20 de ago. de 2024.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 1. ed. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Org.: Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2020.

GONÇALVES, Renata. *Quando a questão racial é o nó da questão social*. Revista Katálysis. V. 21, nº 3. P. 514-522. Set. /dez. Florianópolis, 2018. Disponível em
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592018v21n3p514/37966>
Acesso em: 21 de ago. de 2022.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 6.ed. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016. 632 p.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. *Cor e Raça*. In: Raça: novas perspectivas antropológicas. SANSONE, Livio, PINHO, Osmundo Araújo (Orgs). 2. ed. Rev. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia, EDUFBA, 2008.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Intelectuais negros e formas de integração nacional.* Estudos Avançados, v. 18, n. 50, p. 271–284, jan. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/WYP8RVmB8xjQsz6ZG6S5Ttd/?lang=pt#> Acesso em: 22 de jun. de 2024.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade.* 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil.* 1. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:* esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na contemporaneidade:* trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2000. Disponível em: <file:///C:/Users/User/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/livro-o-servico-social-na-contemporaneidade-marilda-iamamoto.pdf>. Acesso em: jun. de 2025.

IANNI, O. *A construção da categoria.* In: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, abril 2011, p. 397-416. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639917/7480>. Acesso em 10/09/2024

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Síntese de indicadores sociais:* uma análise das condições de vida da população brasileira: 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101892.pdf>. Acesso em: 04 de nov.de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Síntese de indicadores sociais:* uma análise das condições de vida da população brasileira: 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102144.pdf>. Acesso em 15 de jan.de 2025.

IPEAFRO – Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros. [S. l.: s. n.], (s.d.). Disponível em: <https://ipeafro.org.br/>. Acesso em: 26 mar. 2025.

JANOÁRIO, Ricardo de Souza; ROCHA, Roseli da Fonseca; DIAS, Sheila. *Entrevista com Magali da Silva Almeida:* pioneirismo da discussão étnico-racial no Serviço Social. *Libertas*, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 231–239, jan./jul. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18263>. Acesso em: abr.de 2024.

JULIANO, Dayana Christina Ramos de Souza. *O genocídio da juventude negra brasileira:* luta pelo direito à vida e o Serviço Social. Em Pauta: Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ, Rio de Janeiro, v. 18, n. 46, p. 148-161, 2º sem. 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/52008> Acesso em: 16 set. 2024.

KAMEYAMA, Nobuko. *A Trajetória da Produção de Conhecimentos em Serviço Social:* avanços e tendências (1975 a 1997). In: Cadernos ABESS, São Paulo: Cortez, n. 8, p. 33-76, 1998.

LARA, Ricardo. A produção do conhecimento em Serviço Social: o mundo do trabalho em debate. 2008. 278 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2008. Disponível em:
<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/43047> Acesso em: 22 de mai.2025.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de. MIOTO, Regina Célia Tamaso. *Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica*. Revista Katálysis. Florianópolis, v. 10 n. esp., p. 37-45, 2007.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 2.ed. -São Paulo: expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. *Trabalho assalariado e capital*. São João del-Rei: Estudos Vermelhos, 2009. E-book Kindle. Disponível em: Amazon.com.br. Acesso em: 14 nov. 2024.

MARINI, Rui Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. *Racismo, questão social e serviço social: elementos para pensar a violação de direitos no Brasil*. Revista Inscrita, Rio de Janeiro, v. 14, p. 10, 2013. Disponível em: <https://issuu.com/cfess/docs/inscrita14-cfess-site>. Acesso em: 20 set. 2023.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. *Racismo no mercado de trabalho: limites à participação dos trabalhadores negros na constituição da questão social no Brasil* 01/03/2012 222 f. Doutorado em Serviço Social Instituição de Ensino: Universidade Federal de Pernambuco, Recife Biblioteca Depositária: Biblioteca Central. Disponível em:
<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10708> Acesso em: 25 de outubro de 2022.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. *Oposição entre as Lutas anticapitalista e antirracista: realidade ou erro de análise?* SER Social, Brasília, v. 19, n. 41, p. 275–295, 2018. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14686. Acesso em: 3 out. 2024.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. *Determinações do racismo no mercado de trabalho: implicações na “questão social” brasileira*. Revista Temporalis, [S. l.], v. 14, n. 28, p. 113–132, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7077>. Acesso em: 06 set. 2024.

MINAYO, M. C. de L. (Org.) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 26^a ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MOURA, C. *Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo*. Afro-Ásia, Salvador, n. 14, 1983. DOI: 10.9771/aa. v0i14.20824. Disponível em:
<https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20824> . Acesso em: 3 jul. 2023.

MOURA, Clóvis. *O racismo como arma ideológica*. Revista Princípios nº 34, ago-out 1994, pág. 28-38. Disponível em:
<https://www.marxists.org/portugues/tematica/revistas/principios/pdf/034.pdf> Acesso em: 10 de janeiro de 2024.

MOURA, Clóvis. *O negro: de bom escravo a mau cidadão?* 2. ed. São Paulo, Editora Dandara, 2021.

MOURA, Clóvis. *Os quilombos e a rebelião negra*. São Paulo, Editora Dandara, 2022.

MOURA, Clóvis. *História do negro brasileiro*. São Paulo, Editora Dandara, 2023.

MUNANGA, Kabengele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira [S.l: s.n.], 2004. Disponível em: ><https://repositorio.usp.br/item/001413002>< Acesso em: 24 de março de 2022.

MUNANGA, Kabengele. *O mundo e a diversidade: questões em debate*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 36, n. 105, p. 117-129, maio/ago. 2022

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

NASCIMENTO, Abdias do. *O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. Petrópolis: Vozes, 1980.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/introducao-aos-estudos-do-metodo-de-marx-j-p-netto.pdf> Acesso em: 09 de ago. de 2021.

NETTO, José Paulo. *A construção do projeto ético-político contemporâneo*. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999. Disponível em: https://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto .pdf Acesso em: 14 de dez. de 2022.

NÓBREGA, Mônica Barros da; FONSECA, Cleomar Campos da. *Produção de conhecimento científico: a particularidade do serviço social brasileiro*. Revista Ser Social, [S. l.], v. 12, n. 27, p. 165–188, 2010. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12718. Acesso em: 21 de abr. de 2022.

OLIVEIRA, Juliana Marta. *Serviço Social e o silenciamento sobre as questões étnico-raciais*. Revista Ser Social, Brasília, v. 19, n. 41, p. 385-397, jul./dez. 2017. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/21090. Acesso em: 21 jul. 2024.

PEREIRA, Antônio Marcondes dos Santos. *A totalidade como um fundamento constitutivo do método de Marx: a interpretação de Lukács em História e Consciência de Classe*. GPOSSHE – Grupo de Pesquisa Ontologia do Ser Social, História, Educação e Emancipação Humana, 29 abr. 2020. Disponível em: <https://www.gposshe.com/2020/04/a-totalidade-como-um-fundamento.html>. Acesso em: 10 ago. 2025.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. *Questão social, Serviço Social e direitos da cidadania*. In: NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. Revista Temporalis, n. 3, Brasília: ABEPSS, 2001. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf. Acesso em: 15 de mar. de 2024.

PINTO, Elisabete Aparecida. *O Serviço Social e a questão étnico-racial: um estudo de sua relação com usuários negros*. São Paulo, Ed.Terceira Margem, 2003.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 1. ed. São Paulo: Livraria Martins, 1942.

PRÁXIS PRETA. Ana Paula Procópio. *A atualidade do pensamento de Clóvis Moura*. Práxis Preta, 2024. Podcast, 2h22min18s. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/1NWTLMyOMFtlNW5WMagVYb?uid=77eda97f4275aabffb05&uri=spotify%3Aepisode%3A1NWTLMyOMFtlNW5WMagVYb>. Acesso em: 3 de mai. 2025.

PRÁXIS PRETA. *A potência de Magali Almeida*, 2021. Podcast, 1h54min57. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/5cYlmMG9yDs6aWphLNRrhH>. Acesso em: 5 mai. 2025.

PRÁXIS PRETA. Márcia Eurico: *Racismo Institucional e o serviço Social*, 2023. Podcast, 2h40min. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/3INH8cIn7TtsVFnDsDWTsI>. Acesso em: 7 mai. 2025.

PRÁXIS PRETA. Elisabete Aparecida Pinto: *O pioneirismo e a resistência no debate étnico racial no Serviço Social*, 2023. Podcast, 44min59. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/1nqRWUOSvOuAPO9pdvabCk>. Acesso em: 9 mai. 2025.

PRÁXIS PRETA. Roberta Pereira da Silva: *Racismo e futebol: “um debate necessário ao Serviço Social”*. 2023. Podcast, 1h29min. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/11Z3PT9a9IAjiOy1Mul8oW>. Acesso em: 10 maio 2025.

PRÁXIS PRETA. Rachel Gouveia: *A contribuição Frantz Fanon para o Serviço Social*, 2022. Podcast, 1h43min42. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/1GcgymLcevsfAnywWs4lp6>. Acesso em: 13 mai. 2025.

PRÁXIS PRETA. Renata Gonçalves. *Camélia da Liberdade*. Podcast, 1h36min. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/6d35hkfjV7iVHSHdiPg5sm>. Acesso em: 11 mai. 2025.

PRÁXIS PRETA. Loiva de Oliveira: *A importância da Frente Nacional de Assistentes Sociais no Combate ao Racismo*. Podcast, 1h31min. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/0Capf27jI9Twh2ufxfku2>. Acesso em: 12 mai. 2025.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.
Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em 10 de ag.de 2024.

RACIONAIS MC's. *A vida é desafio*. Participação de Afro-X. [S. l.: s. n.], 2002. 1 vídeo (6 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3VbMIR8215E>. Acesso em: 29 maio 2025.

RIBEIRO, Matilde. *Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil (1986-2010)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

ROCHA, Roseli da Fonseca. *A incorporação da temática étnico-racial no processo de formação em serviço social: avanços e desafios'* 28/05/2014 211 f. Doutorado em SERVIÇO

SOCIAL Instituição de Ensino: Universidade Federal Do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro
 Biblioteca Depositária: CFCN – UFRJ. Disponível em:
https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1153327 Acesso em 12 de janeiro de 2022.

SEYFERTH, Giralda. *Colonização, imigração e a questão racial no Brasil*. Revista USP, São Paulo, Brasil, n. 53, p. 117–149, 2002. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i53p117-149.
 Disponível em: <https://revistas.usp.br/revusp/article/view/33192>.. Acesso em 21 de julho de 2022.

SILVA, Ana Paula Procópio da. *O contrário de “casa grande” não é senzala. É quilombo!* A categoria práxis negra no pensamento social de Clóvis Moura' 29/11/2017 293 f. Doutorado em Serviço Social. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Biblioteca Depositária: CFCN – UFRJ. Disponível em:
https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6377670 Acesso em: 13 de março de 2022.

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. *A formação histórica da questão social no Brasil e sua vinculação com o Serviço Social*: uma viagem incompleta, mas repleta de emoções! 2005. 283 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: ><https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/> <. Acesso em: 21 de fev. de 2022.

SILVA, Priscila Thayane de Carvalho; SILVA, Camila Ferreira da. *Desdobramentos das desigualdades raciais na pandemia da Covid-19*. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 110–119, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2023.e89940110>. Acesso em: 12 out. 2024.

SILVA, Sandra Regina Vaz da; FAGUNDES, Gustavo Gonçalves. *Clóvis Moura e a questão social no Brasil*. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 222-231, maio-ago. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/84313/48760>
 Acesso em: 09 ago. de 2024.

SOUZA, Neuza Santos. *Tornar-se negro*: as vicissitudes da identidade do negro em ascensão social. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. *Terra, trabalho e racismo*: veias abertas de uma análise histórico-estrutural no Brasil. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/204570> Acesso em: 12 de janeiro de 2022.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. *Marx e o estudo da questão racial*: elementos para uma análise desde a América Latina. Revista Fim do Mundo, n. 4, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/11173> Acesso em: 25 junho 2024.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de; TELES, Heloísa. *Pressupostos para uma análise histórico-estrutural da questão Social no Brasil*. Revista Temporalis, [S. l.], v. 21, n. 42, p. 44–61, 2021. DOI: 10.22422/temporalis.2021v21n42p44-61. Disponível em:
<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36842>. Acesso em: 10 set. 2024.

SOUZA, Thiago Correia; SANTOS, Adriana de Oliveira. *Políticas de ações afirmativas e a contramão do racismo institucional: os desafios para estudantes negras/os na pós-graduação stricto sensu nas universidades públicas brasileiras.* In: IV Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as, COPENE Nordeste, 2023, Maceió *Anais eletrônicos*, [s.n.], 2023.

TEIXEIRA, Joaquina Barata.; BRAZ, Marcelo. *O projeto ético-político do Serviço Social. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.* Brasília (DF), 2009. Disponível em: ><http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata -braz-marcelo-201608060407431902860.pdf>< . Acesso em: 25 mar. 2022.

WERNECK, Jurema. *Nossos passos vêm de longe! Movimentos de Mulheres Negras e Estratégias Políticas contra o sexismo e o racismo.* Revista da ABPN. V.1, N.1, mar-jun. de 2010. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/303/281> Acesso em: 12 de dez. de 2024

APÊNDICE A- Levantamento das produções de Tereza Cristina Santos Martins

TÍTULO	TIPO DE PRODUÇÃO	DADOS DA PRODUÇÃO	OBSERVAÇÕES
O Racismo: um componente da lógica de exploração capitalista	ARTIGO	Revista Serviço Social em Debate v. 2, p. 129-151, 2013.	A produção não estava disponível na busca dos periódicos selecionados em razão da revista online disponibilizar as edições a partir de v. 1 n. 1 - 2018
Racismo, questão social e serviço social: elementos para pensar a violação de direitos no Brasil.	ARTIGO	Revista Inscrita (Rio de Janeiro), v. 14, p. 10, 2013.	A revista Inscrita é uma publicação vinculada ao CFESS, no qual não participou da busca de pesquisa estabelecida na base de periódicos da CAPES na área do Serviço Social
Trabalho, questão social e movimento social. In: SILVA, N. F. da; MARTINS, T.C.S.; CRUZ, M.H.S. (Org.).	LIVRO - ORGANIZADORA	1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2021. v. 1. 150p.	A busca da pesquisa foi estabelecida na base de periódicos da CAPES na área do Serviço Social
Raiz Comum de Expressões da 'Questão Social' em Escolas Públicas Brasileiras. In: SILVA, N. F. da; MARTINS, T.C.S.; CRUZ, M.H.S. (Org.).	CAPITULO DE LIVRO	Questão Social e Movimento Social. 1ed.Curitiba: Editora CRV, 2021, v. 01, p. 31-44.	A busca da pesquisa foi estabelecida na base de periódicos da CAPES na área do Serviço Social
Racismo, questão social e envelhecimento: elementos para pensar a instrumentalidade do Serviço Social. In: Sálvia de Oliveira Campelo e Paiva. (Org.).	CAPITULO DE LIVRO	Envelhecimento, Trabalho e Instrumentalidade do Serviço Social: Questões Emergentes da Prática Profissional do/a Assistente Social. 1ed.Recife: Edupe, 2021, v. 1, p. 99-120.	A busca da pesquisa foi estabelecida na base de periódicos da CAPES na área do Serviço Social
Crise do Capital e Pandemia: a 'questão social' atravessada por determinações do racismo.	CAPITULO DE LIVRO	Questão Racial, Serviço Social e os Desafios Contemporâneos. 1 ^a ed.Campinas: Papel Social, 2021, v., p. 31-52.	A busca da pesquisa foi estabelecida na base de periódicos da CAPES na área do Serviço Social
“Questão Social” na formação profissional: como compreendê-la sem as determinações étnico-raciais? In: Tereza	CAPITULO DE LIVRO	Racismo Estrutural, Institucional e Serviço Social. 1ed.São Cristóvão: Editora UFS, 2020, v. 01, p. 139-160.	A busca da pesquisa foi estabelecida na base de periódicos da CAPES na área do Serviço Social

Cristina Santos Martins; Nelmires da Silva. (Org.).			
Questão Social e Questão Étnico-Racial: pistas para o debate na formação profissional. In: MARTINS, T.C.S.; GONÇALVES, M. da C.V.; ARANHA, M.L.M; SILVA, N.F.; SANTOS, V.N. (Org.).	CAPITULO DE LIVRO	Serviço Social no Debate Cotidiano: fundamentos, formação e exercício profissional. 1ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2015, v. 01, p. 167-195.	A busca da pesquisa foi estabelecida na base de periódicos da CAPES na área do Serviço Social
Racismo e questão social no nascente mercado de trabalho brasileiro. In: XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social? XVII ENPESS, 2022, Rio de Janeiro.	ARTIGO - ANAIS	Anais do XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - ENPESS. Brasília: ABEPSS, 2022. v. 1.	A busca da pesquisa foi estabelecida na base de periódicos da CAPES na área do Serviço Social
Questão étnico-racial e Questão Social: trabalho e proteção social da parcela negra da classe trabalhadora? dentro do Painel? Trabalho, direitos, políticas sociais e COVID-19 no Brasil: desigualdades raciais e desafios ao Serviço Social. In: XXIII Seminario de la Asociación Latinoamericana de Enseñanza e Investigación en Trabajo Social (ALAEITS), 2022, Montevideo-Uruguai.	ARTIGO - ANAIS	Anais do XXIII Seminario de la Asociación Latinoamericana de Enseñanza e Investigación en Trabajo Social (ALAEITS). Montevideo-Uruguai: ALAEITS, 2022. v. 1.	A busca da pesquisa foi estabelecida na base de periódicos da CAPES na área do Serviço Social